

História e memória da mídia em tempos de violências, lutas e resistências

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF.

História e memória da mídia em tempos de violências, lutas e resistências / Organizadores Christina Ferraz Musse, Talita Souza Magnolo, Valci Zuculoto. – São Paulo: Alcar, 2024. Dados eletrônicos (1 arquivo: 10,3mb) Il. color.

ISBN: 978-65-00-93370-3

História da mídia. 2. Memória. 3. Comunicação. 4. Imprensa.
 I. Musse, Christina Ferraz. II. Magnolo, Talita Souza. III. Zuculoto,
 Valci. IV. Associação Brasileira de Pesquisadores de História da
 Mídia (ALCAR). V. Título.

CDU: 070(091)

Conselho Editorial

Carlos Pernisa Júnior (UFJF)

Célia Regina Trindade Chagas Amorim (UFPA)

Flavi Ferreira Lisboa Filho (UFSM)

Gláucia Eneida Davino (Mackenzie)

Guilherme Moreira Fernandes (UFRB)

Ingrid Hötte Ambrogi (Mackenzie)

Itamar de Morais Nobre (UFRN)

Izamara Bastos Machado (Fiocruz)

Izani Mustafá (UFMA-Imperatriz)

Juliana Gobbi Betti (UFSC)

Karina Woehl de Farias (Unesp)

Luciano Klöckner (UFSC)

Marco Aurélio Reis (Unesa/UFJF)

Monica Franchi Carniello (Unitau)

Patrícia D'Abreu (UFES)

Ranielle Leal (UFPI)

Roseane Arcanjo Pinheiro (UFMA-Imperatriz)

Rozinaldo Miani (UEL)

Vinícius Ferreira (UFRJ)

Wilson Couto Borges (Fiocruz)

Organizadoras

Christina Ferraz Musse (UFJF)

Talita Souza Magnolo (UFJF)

Valci Zuculoto (UFSC)

Assistentes Editoriais

Ana Paula Dessupoio Chaves (UFJF)

Márcio Henrique de Oliveira (UFJF)

Revisor

Ramsés Albertoni Barbosa (UFJF)

Sumário

Prefácio
Apresentação
Abertura
Onde já se viu uma coisa dessas!?
Os nós entre o Eu e o Outro: representação social do ódio e da violência nos media
PARTE 1 – Preconceito, estigma, racismo e injustiça: produções, representações e
enfrentamentos das mídias
Cortiço, mídia e imaginário popular
"Procura-se escravo. Gratifica-se a quem encontrar": a publicidade a serviço da
escravidão no jornal O Parahybuna (1838-1839)
A imagem, o racismo e as interseccionalidades no documentário À margem do corpo
Do Palio à Bia: o discurso contra preconceitos como ferramenta para vender o
inconfessável
Tranças africanas e recursos imaginativos: o outro lado do espelho de Narciso
O rock neofascista e o racismo nos Estados Unidos: a presença do ódio racial por meio
da música e a modernização do nazismo
Parte 2 — Práticas de leituras, memórias e censuras: imprensa, cinema, literatura e
<i>podcast</i>
Leituras brasileiras e portuguesas da origem censória à imprensa no Brasil
A materialidade do livro: proposta editorial de livro-objeto ao incentivo da literatura
nacional
Costurado em papelão: travessias cartoneras de Buenos Aires a São João del-Rei 150
As memórias da ida ao cinema, o patrimônio urbano e a luta contra o esquecimento
165

Categorização de podcasts no Brasil: uma proposta baseada em eixos estruturais a partir
de um panorama histórico
O uso de recursos de storytelling no podcast Praia dos Ossos
Parte 3 – Lutas de mulheres e resistência nas mídias
A história (das mulheres) do rádio no Brasil – uma proposta de revisão do relato histórico
A podosfera é delas? Um panorama histórico brasileiro sobre rádio e mulheres 223
Narrando um "fazer comunicar" das mulheres negras através da internet
"Democracia racial? Nada disso!": uma contribuição de Lélia Gonzalez para o jornal
Mulherio
Páginas da resistência à ditadura no Paraná: os jornais alternativos Maria, Boca no
Trombone e Nosso Tempo nas lutas políticas dos anos 1980
Jornalismo político-literário na obra de Eliane Brum
PARTE 4 – Perspectivas e panoramas históricos: ditadura, epidemias e
desinformação
Mídia alternativa e ditadura militar: o boletim Ferramenta no estado do Espírito Santo
As doenças monstruosas: pequena historiografia das crises epidêmicas no cinema de
horror
Jornalismo, internação compulsória e Covid-19: novo tempo ou atualização histórica das
práticas de banimento social?
Midiatização, circulação e lógica da velocidade: um olhar histórico e o processo de
desinformação
Epílogo
Contra apartheids algorítmicos

Prefácio

Igor Sacramento¹

O livro *História e memória da mídia em tempos de violências, lutas e resistências* traz contribuições relevantes apresentadas no XIII Encontro Nacional de História da Mídia, realizado no período de 18 a 20 de agosto de 2021, de modo remoto, com a organização da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O encontro teve como tema "#vidasnegrasimportam: racismos, violências e resistências nas dinâmicas do tempo". Há, aqui, um conjunto de contribuições pujantes para pensar historicamente as múltiplas relações entre mídias, violências e formas organizadas de resistência.

Neste breve prefácio, destaco incialmente a dimensão racial. A retroversão e a duplicação arcaica, atribuídas aos conteúdos ideológicos do racismo, não permanecem no nível ideacional ou pedagógico do discurso. A sua inscrição numa estrutura de retroação volta a perturbar a função enunciativa deste discurso e a produzir um valor diferente do signo e do tempo da raça e da modernidade. No nível do conteúdo, o arcaísmo e a fantasia do racismo são representados como "a-históricos", fora do mito progressista da modernidade. Esta é uma tentativa, eu diria, de universalizar a fantasia espacial das comunidades culturais modernas como vivendo sua história "contemporaneamente", em um "tempo vazio homogêneo" do povo-como-um que finalmente priva as minorias desses espaços marginais, liminares a partir do qual podem intervir nos mitos unificadores e totalizantes da cultura nacional. No entanto, cada vez que essa homogeneidade de identificação cultural é estabelecida há uma perturbação marcante da temporalidade na escrita da modernidade. A consciência de que a retroversão da raça ou da sanguinidade assombra e duplica a analítica contemporânea do poder e pode ser subversiva dela, podemos precisar pensar os poderes disciplinares da raça como uma formação cultural híbrida que vai além de reconhecer que o racismo colonial introduz uma estranha solda, uma sutura histórica na narrativa da modernidade da nação. O arcaísmo do racismo

⁻

¹ Igor Sacramento é pesquisador em Saúde Pública pela Fiocruz, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fiocruz. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado pela Faperj. Coordena atualmente projetos de pesquisa sobre testemunhos antivacinação e sobre formação profissional em saúde em contextos de intensa desinformação. É vice-presidente da Alcar (Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia).

colonial, como forma de significação cultural (mais do que simplesmente como conteúdo ideológico), reativa nada menos que a cena primal da nação ocidental moderna, isto é, a problemática transição histórica entre sociedades dinásticas, de linhagem e sociedades horizontais. A "atemporalidade" do racismo, sua localização "fora da história", é, na verdade, essa forma de defasagem temporal, um modo de repetição e reinscrição, que performa a temporalidade histórica ambivalente das culturas nacionais modernas — a coexistência aporética, dentro da cultura história da comunidade imaginada moderna, tanto das tradições "medievais" dinásticas, hierárquicas e prefigurativas (o passado), quanto do tempo cruzado secular, homogêneo e síncrono da modernidade (o presente). Mas racismo não é simplesmente uma ressaca de concepções arcaicas da aristocracia, mas é parte das tradições históricas do humanismo cívico e liberal que criam matrizes ideológicas de aspiração nacional, juntamente com seus conceitos de "um povo" e seu imaginário de comunidade, união e igualdade entre os membros. Somos todos iguais? Em diferentes análises, logo na primeira parte deste livro, veremos que não, muito pelo contrário!

A famosa afirmação de Stuart Hall de que "raça é um significante deslizante" destaca as dificuldades de os estudos acadêmicos teorizarem a raça e a mobilizarem conceitualmente como uma forma de análise para apreender relações desiguais de poder. Um problema surge, entretanto, para o estado biopolítico quando ele deseja guerrear, matar ou expor à morte. Como um estado biopolítico pode se engajar nessas ações tipicamente soberanas? Como justificar a guerra e o assassinato quando sua função é promover, administrar e otimizar a vida? É aí, argumentou Michel Foucault, em muitos escritos, que entra o racismo. O racismo é, principalmente, uma forma de introduzir uma ruptura no domínio da vida que está sob o controle do poder: a ruptura entre o que deve viver e o que deve morrer. O racismo permite que o estado biopolítico divida as espécies em raças, em "a raça" e "sub-raças", e em espécimes aptos e inaptos de uma raça. Isso, por sua vez, permite ao estado biopolítico designar certas populações ou segmentos de sua própria população como um perigo e, assim, garantir a morte ou a escravização dessa população, política ou não, em nome da proteção e da gestão da vida. O racismo, portanto, é o que permite que o ato de matar seja cooptado em uma política de vida que caracteriza sociedades como a nossa, e, provavelmente, existirá enquanto tivermos estados biopolíticos e esses estados sentirem a necessidade de matar.

Na sequência, o livro apresenta análises sobre outras formas de violência, o Estado autoritário, as ditaturas, as censuras, as privações de liberdade, as torturas e os

assassinatos. Traz ainda capítulos sobre formas sensíveis de resistências às violências no jornalismo de oposição e alternativo às opressões.

Este é um livro urgente que traz ótimas contribuições sobre o Brasil e de como lidamos com nossas violências estruturais, históricas e cotidianas.

Apresentação

Este livro é o resultado de uma cuidadosa compilação dos melhores artigos científicos apresentados no XIII Encontro Nacional de História da Mídia – Alcar Nacional 2021, sediado de forma remota pela UFJF, de 18 a 20 de agosto de 2021. O encontro teve como tema "#vidasnegrasimportam: racismos, violências e resistências nas dinâmicas do tempo". O lema surge nos Estados Unidos como #blacklivesmatter, sendo depois traduzido em vários idiomas e inspirando marchas, debates, grandes reportagens e pesquisas acadêmicas em todo o mundo. No Brasil não foi diferente. Pela relevância, o tema foi escolhido para nortear as discussões nas palestras e mesas-redondas da Alcar Nacional, da mesma forma que inspirou o prefácio deste livro, de autoria de Igor Sacramento, e os textos de abertura e encerramento, redigidos por Jhonatan Matta.

A Alcar Nacional 2021 teve 461 inscritos, entre estudantes, professores, pesquisadores e profissionais da área. Foram 229 artigos científicos apresentados em nove Grupos Temáticos (GTs): História do Jornalismo, História da Publicidade e das Relações Públicas, História da Mídia Digital, História da Mídia Impressa, História da Mídia Sonora, História das Mídias Audiovisuais, História da Mídia Visual, História da Mídia Alternativa e Historiografia da Mídia. As coordenações de cada GT selecionaram os trabalhos mais relevantes para esta coletânea, independente de abordarem ou não a temática geral do evento. Dentre estes estão quatro trabalhos de estudantes de graduação, vencedores do Prêmio José Marques de Melo (JMM). A premiação é concedida pelo Alcar a cada encontro nacional, no intuito de estimular a iniciação científica, formar novos pesquisadores e aprofundar o envolvimento da graduação na pesquisa em História da Mídia.

O conjunto do *e-book* reúne 22 textos que testemunham a relevância da pesquisa científica no campo da História da Mídia e está dividido em quatros partes: (1) Preconceito, estigma, racismo e injustiça: produções, representações e enfrentamento das mídias; (2) Práticas de leituras, memórias e censuras: imprensa, cinema, literatura e *podcast*; (3) Lutas de mulheres e resistência nas mídias; (4) Perspectivas e panoramas históricos: ditadura, epidemias e desinformação.

A primeira parte se inicia com a produção de Luana de Paula Reis, Sophia Lyrio Hermanny e Marialva Carlos Barbosa, intitulado **Cortiço, mídia e imaginário popular**. Neste artigo, as autoras estudam como os cortiços foram retratados pelos jornais Correio da Manhã, Gazeta de Notícias e Jornal do Brasil, entre os anos de 1903 e 1905. A partir

desse material, consultado no site da Hemeroteca Digital Brasileira, as pesquisadoras refletem sobre o impacto da construção de uma imagem dominante da população marginalizada carioca, capaz de produzir estigmas e preconceitos vigentes até hoje.

No artigo "Procura-se escravo. Gratifica-se a quem encontrar": a publicidade a serviço da escravidão no jornal O Parahybuna (1838-1839), os autores Marina dos Santos Franco, Márcio Ribeiro F. Rosa e Ricardo Matos de Araújo Rios investigam o impresso de Barbacena (MG), buscando responder aos seguintes questionamentos: de que forma a publicidade trabalhava a escravidão e os cativos na primeira metade do Século 19?; quais são os imaginários sociodiscursivos que atravessam esses discursos?; qual a relação entre poder e escravidão?.

A produção de Taianne Gomes, Denise Carvalho e Maria Ângela Pavan, intitulada **A imagem, o racismo e as interseccionalidades no documentário** À *margem do corpo*, aborda as imagens construídas para o documentário, a partir das concepções de Walter Benjamin (1996), Georges Didi-Huberman (2012) e Samain (2012), assim como o racismo, institucionalizado pelo Estado, e as interseccionalidades presentes, com base nas reflexões de Carneiro (2003), Gonzalez (2018) e Crenshaw (2002).

No artigo **Do Palio à Bia: o discurso contra preconceitos como ferramenta para vender o inconfessável** os autores Cristiano Otaviano, Lara Karoline Souza de Aquino e Samara dos Santos Machado elencam como objeto de análise duas campanhas publicitárias. A primeira, lançada pela Fiat, em 2002, para divulgar o automóvel Palio, em que se mostrava uma pessoa constrangida, diante da revelação dos próprios preconceitos. Ao fim, surgia um convite para a mudança de ideias. A outra campanha, do Banco Bradesco, foi lançada em abril de 2021, na defesa de sua assistente virtual, Bia, em anúncios que denunciavam o preconceito de clientes que, através de suas palavras, revelariam o assédio que muitas mulheres sofrem.

O artigo **Tranças africanas e recursos imaginativos: o outro lado do espelho de Narciso**, de Gabriela Isaias, pensa a história dos penteados negros e reflete sobre as origens de uma cultura em torno do cabelo afro, uma gramática própria, elos, perpetuações de tradições e sensações de reconhecimento e pertencimento entre os sujeitos que a compõem. As tranças de origem africana, por exemplo, são um tipo de sabedoria desenvolvida e transmitida há milênios, que ajudam a comunicar o pensamento social; elas não nascem do cabelo, mas da cabeça, da inteligibilidade humana. O penteado dá materialidade ao que é abstrato. E os sentidos das arrumações só são captados quando os sujeitos interagem.

No último artigo da primeira parte, **O rock neofascista e o racismo nos Estados Unidos: a presença do ódio racial por meio da música e a modernização do nazismo**, o autor Pedro Carvalho Oliveira analisa a presença dos neofascismos nos EUA, atentando para as suas singularidades no presente, focando para a forma como os neofascistas estadunidenses imaginam uma nação ariana, dentro da qual os negros não possuem espaço. O pesquisador trata de compreender como o racismo histórico presente no país mantém, por intermédio de discursos fascistas, sua existência nos dias de hoje.

A segunda parte deste livro tem, como primeiro texto, o artigo de Guilherme Carvalho e João Figueira, **Leituras brasileiras e portuguesas da origem censória à imprensa no Brasil**, que propõe uma revisitação ao passado, a partir da revisão bibliográfica, para identificar aspectos característicos do jornalismo brasileiro, considerando a herança do período colonial até os dias atuais. Os autores questionam se a censura ao jornalismo brasileiro é, de fato, conjuntural ou resultante de uma tradição carregada de traços históricos e culturais que se mostram adaptáveis a diferentes períodos.

No artigo **A materialidade do livro: proposta editorial de livro-objeto ao incentivo da literatura nacional**, as pesquisadoras Alexandra Martins Vieira e Marina J. dos Santos Freitas repensam o livro tradicional e exploram novas possibilidades de se trabalhar com o material impresso. Ao rememorar a estrutura já muito consolidada sobre o que entendemos por livro, as autoras evidenciam as dinâmicas envolvidas em sua produção e concepção, e vinculam a elas diferentes conceitos gráficos e narrativos, a fim de introduzir novas e criativas práticas de contar histórias e incentivar a leitura. Para isto, desenvolvem o livro-objeto *Relicário de Caetano*, uma releitura da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, e propõem ao leitor uma experiência dinâmica e imersiva de leitura através de recursos visuais, interativos e sensoriais.

O artigo Costurado em papelão: travessias cartoneras de Buenos Aires a São João del-Rei, escrito por Frederico Ranck Lisboa e Jairo Faria Mendes, traz a história do movimento cartoneiro na cidade mineira, que teve início no ano de 2018. O embrião da experiência cartonera foi uma oficina do 30º Inverno Cultural da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), ministrada pelo poeta David Biriguy, fundador da Lara Cartonera, de Belo Jardim, Pernambuco. A partir do aprendizado possibilitado pela oficina, foi formado o primeiro grupo cartonero são-joanense, o Faz teu Livro, projeto vinculado à universidade, que segue em atividade como Programa de Extensão. Este trabalho, de autoria principal de estudante de graduação, foi o primeiro colocado no Prêmio JMM.

O artigo de Christina Ferraz Musse, Theresa Medeiros e Márcio Henrique de Oliveira, intitulado **As memórias da ida ao cinema, o patrimônio urbano e a luta contra o esquecimento**, discute sobre como o cinema cunhou hábitos, comportamentos, e instituiu novas formas de viver no espaço urbano. Esta é a principal questão trabalhada na pesquisa "Cidade e memória: a construção do imaginário urbano pelas narrativas audiovisuais", em que os pesquisadores pretendem não apenas elaborar uma cartografia dos cinemas de rua de Juiz de Fora, mas também, através das entrevistas de história de vida, entender como se dava a relação dos espectadores com a narrativa cinematográfica.

Os autores Luana Viana e Luãn José Vaz Chagas mapeiam, no artigo Categorização de *podcasts* no Brasil: uma proposta baseada em eixos estruturais a partir de um panorama histórico, as estruturas mais utilizadas por *podcasters* nas suas produções sonoras com a finalidade de refletir sobre elas e sobre a maneira com que são organizadas. Este artigo apresenta os resultados de uma observação sistemática realizada sobre os 50 *podcasts* mais ouvidos nas plataformas Spotify, Google Podcasts e Apple Podcasts.

Finalizando a segunda parte do livro, o artigo **O uso de recursos de** *storytelling* **no** *podcast Praia dos Ossos*, de Diana Kelly F. de Campos, Juliana O. dos Anjos, Yasmin R. dos Santos e Mariana F. Musse, observa quais e como os recursos de *storytelling* foram utilizados no *podcast* Praia dos Ossos, da Rádio Novelo. Na análise do programa foram estudados os usos de arquivos, narração, entrevistas e recursos sonoros, já que esses elementos foram capazes de construir a narrativa que aprofundou os ouvintes nos acontecimentos envolvendo o assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, em 1976. O texto, igualmente de autoria principal de estudante de graduação, obteve a terceira colocação no Prêmio JMM.

A terceira parte do livro apresenta o artigo de Juliana Gobbi Betti e Valci Zuculoto, intitulado A história (das mulheres) do rádio no Brasil – uma proposta de revisão do relato histórico, que tem como principal objetivo tratar da (re)escrita da história das mulheres no rádio. As autoras propõem uma revisão da história da constituição do meio, incluindo o gênero como categoria de análise. Diante da pretensa universalidade do relato histórico ainda amparando a hegemonia masculina, invisibilizando ou apagando a contribuição das mulheres, a proposta pretende o seu reconhecimento e a sua inclusão.

O artigo intitulado **A podosfera é delas? Um panorama histórico brasileiro** sobre rádio e mulheres, escrito pelas pesquisadoras Yasmin Winter e Luana Viana,

debate sobre a relação entre as mulheres e a história do rádio, além de apresentar um panorama sobre *podcasts* produzidos por elas, no Brasil, até dezembro de 2019. Trata-se de mais um texto apresentado por aluna de graduação que, em empate, também conquistou a terceira colocação no Prêmio JMM.

No texto de Márcia Vidal Nunes e Luizete Vicente da Silva, intitulado **Narrando um "fazer comunicar" das mulheres negras através da internet**, são apresentadas reflexões sobre a representação e a identidade da população negra, e, em especial, das mulheres negras, na página do Instagram "Profissionais Negros do Ceará". O artigo é desenvolvido costurando a colcha de retalhos das identificações de gênero, raça, classe, orientação sexual, religião, dentre outras diferenças, através da relação com o meio social, cultural, histórico, que se entrelaçam no espaço/tempo.

As autoras Thais M. F. Guimarães e Ana Regina Rêgo, em seu artigo "Democracia racial? Nada disso!": uma contribuição de Lélia Gonzalez para o jornal Mulherio, analisam o texto escrito por Lélia Gonzalez e publicado no jornal feminista Mulherio, em 1981. A análise utiliza como processo metodológico o círculo hermenêutico, elaborado com base na hermenêutica da consciência histórica proposta por Paul Ricoeur.

O artigo **Páginas da resistência à ditadura no Paraná: os jornais alternativos Maria, Boca no Trombone e Nosso Tempo nas lutas políticas dos anos 1980**, escrito por Maria Helena D. Almeida e Karina J. Woitowicz, levanta elementos que buscam recuperar a atuação da imprensa alternativa no Paraná, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Trata-se de registros que, ainda que de modo parcial, apontam para a importância da imprensa como porta-voz dos movimentos sociais, com base nas experiências dos jornais Maria, Boca no Trombone e Nosso Tempo, que circularam no Paraná, nos anos 1980. Este é outro trabalho que concorreu ao Prêmio JMM e venceu em segundo lugar.

A conclusão desta parte do livro contempla o artigo de Ana Resende Quadros, **Jornalismo político-literário na obra de Eliane Brum**, que tem como principal objetivo analisar a coluna intitulada "O 'mártir' governa". Este texto foi publicado por Eliane Brum no jornal global El País, em abril de 2019. Ele foi escolhido por fazer parte de uma coluna política e já apontar em seu título possíveis conexões com o Jornalismo Literário.

Para iniciar a última parte do livro, o artigo **Mídia alternativa e ditadura militar:** o boletim Ferramenta no estado do Espírito Santo, dos autores Ana Carolina Ronchi e Pedro Ernesto Fagundes, apresenta e investiga o informativo da Arquidiocese de Vitória

para o mundo operário. Pensado e produzido no seio das Comunidades Eclesiais de Base, Ferramenta é a representação de como os movimentos sociais encontraram na Igreja um espaço de acolhida, de debate e de reivindicação social à luz do evangelho.

O autor Klaus'Berg N. Bragança, em seu artigo **As doenças monstruosas:** pequena historiografia das crises epidêmicas no cinema de horror, desenvolve um estudo em torno de relatos produzidos durante episódios epidemiológicos do passado que parecem espelhar a mentalidade e a atualidade do momento vivido – mesmo alguns sendo ficcionais, como o romance. Essas "crônicas da peste" funcionam como um acervo histórico que nos ajuda a traduzir o horror do presente, ou, como afirma Delumeau, "as crônicas de outrora que descrevem pestes constituem como que um museu do horrível".

No artigo Jornalismo, internação compulsória e Covid-19: novo tempo ou atualização histórica das práticas de banimento social?, de autoria da pesquisadora Vânia C. Quintanilha Borges, é trabalhada a hipótese de que o conjunto de textos que os jornais produzem e põem em circulação busca não apenas apartar da cena pública a juventude pobre, negra, periférica, mas reforça no imaginário do país com que vidas se pode e se deve importar, pois mesmo libertos, os negros continuam vivendo à margem. Nesse sentido, para além de notícias, reportagens, editoriais, a forma como as políticas públicas são construídas apontam para o quanto uma ideia de benesse do Estado compromete seu sentido mais amplo.

Por fim, o texto de Willian José de Carvalho e Paulo Roberto Figueira Leal, intitulado Midiatização, circulação e a lógica da velocidade: um olhar histórico e o processo de desinformação, pensa na história da comunicação e no surgimento das novas mídias sociais. Um tema este que vem de fundo para traçar um olhar, por meio da relação existente entre elas, e retomar a discussão sobre o efeito da velocidade e do processo de circulação presentes no processo comunicacional, em episódios de interação entre pessoas e/ou grupos, de forma presencial e/ou midiatizadas, especialmente. Isto, porque a velocidade constitui-se em um dos mais importantes fatores de alteração da nossa percepção de mundo.

Boa leitura!

As organizadoras Christina Ferraz Musse Talita Souza Magnolo Valci Zuculoto

Abertura

Onde já se viu uma coisa dessas!?

Jhonatan Mata²

- "Onde já se viu uma coisa dessas, uns homens grandes tomando brinquedo de criança!? Deixe estar que eu vou botar vocês todos no meu livro!", bradou Carolina. Essas foram as primeiras palavras de um encontro histórico na Favela do Canindé, em 1958. O repórter Audálio Dantas preparava matéria sobre um parque infantil para o jornal Folha da Noite, e observou Carolina Maria de Jesus advertindo adultos que destruíam o local de diversão. Guardadas as devidas ressalvas em relação ao pulsar febril do presente e aos destaques e silenciamentos conferidos ao passado das coisas, que é inclusive razão de ser do nosso encontro, a cena é emblemática pra nos lermos hoje, enquanto sociedade. Vidas negras importam. Conectados, logo traduzimos a #blacklivesmatter para toda a sorte de idiomas, repetindo às avessas a façanha de Quarto de despejo, hoje um clássico internacional. Child of the dark, versão traduzida de "nosso quarto", hoje é lida não apenas nos cômodos das casas como também estudada em escolas estadunidenses. E, talvez, sirva como tratamento precoce para que outros Georges Floyds consigam respirar com dignidade. Porque ser negro, ainda hoje, é um trabalho de fôlego – e isso não é uma metáfora. Vidas negras importam. No âmbito das traduções e conceitos, "importar" é uma palavra que nos importa. Diante das múltiplas experiências do racismo no Brasil, a vida negra que hoje e sempre deve nos importar era importada, como produto da escravidão.

Em tempos nos quais questionamos a exposição de tanques de guerra, a exposição às múltiplas telas, a exposição dos *reality shows*, a exposição de linchamentos – virtuais ou não – a exposição da exposição, nada soa mais transgressor do que colocar alguém em um livro, como fazia Carolina. E, nessas páginas, ser despejado nos quartos do mundo por meio do jornalismo. Por meio do livro. Por meio das mídias: impressas, audiovisuais – hoje hipermídias – tão necessárias e por vezes deslegitimadas quanto à mineira

² Jornalista (UFJF), doutor em Comunicação UFRJ / Blanquerna School de Barcelona / Docente permanente no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM UFJF), coordenador do Grupo de Pesquisa "Sinestelas" (CNPq), do Projeto de Treinamento Profissional "Música para Olhos e Ouvidos" (UFJF) e do Projeto de Extensão em Interface com a Pesquisa "Polijovem" (FAPEMIG). Autor dos Livros "O amador no audiovisual" (Ed.UFJF, 2019) e "Um telejornal pra chamar de seu "(Insular,2013). Integra o Conselho Editorial das Revistas Lumina (PPGCOM UFJF), MusiMid e Correspondencias y Análisis (Peru).

Carolina. Marcada por uma obra essencialmente memorialística, a escritora é um estandarte para compreendermos o papel da "história da mídia" neste evento, mas não apenas nele. Um bastião da literatura testemunha, "automídia", "selfie de pensamento". Mas também de alguém cuja relevância oscila entre o auge e o esquecimento. Um eterno embate contra os estratagemas de uma temporalidade branca, cujo marca-texto vem com uma borracha na extremidade oposta. Que destaca escritores, artistas, esportistas e tantos outros trabalhadores negros quando convém. Mas que, também por conveniência, os apaga por meio de silenciamentos, generalizações e apropriações múltiplas. Carolina expõe sua realidade ao mesmo tempo em que reflete sobre ela, estratégia comum a muitos de nós, pesquisadores, que analisamos, no andar dos dias, as realidades que nos encantam ou revoltam. Porque pesquisa e escrita tratam de afetos. Já o racismo — ou a falta de ação diante dele — são de ordem oposta, da desafeição.

A representação da identidade negra na mídia, o espaço do pesquisador negro na universidade, a escrita negra são temas que trouxemos em nossos "esquentas Alcar", que nos mantiveram aquecidos até aqui, neste agosto. Nestes espaços, agora reverberados no XIII Encontro Nacional de História da Mídia, aprendemos muito. Sobre Carolina de Jesus, Chica da Silva, Iza, Beyoncé, Maju Coutinho, Heraldo Pereira, Oprah, Luther King, Milton Nascimento - nosso "vizinho". Reconhecendo tanto suas trajetórias relevantes quanto o triste fato de que, para cada um destes que se projeta, outros mil tiveram suas histórias silenciadas pelos controles de sentidos e representações impostos por uma branquitude. Uma branquitude que se respalda numa coletividade mascarada e abstrata para existir. Mas que tem, a cada dia mais, sua individualidade materializada na mídia. Tem nome, sobrenome e até família. Tradicional em seus costumes torpes de agrupar gente recorrendo à tabela Pantone. Uma branquitude antiquada e tóxica, da qual todos devemos fugir, nos envergonhar. Mas que precisamos urgentemente reconhecer que existe. E fere. E mata. E a violência por cor é o mais desedificante avesso do arco-íris, se não a própria ignorância em relação ao caráter diverso que a vida e que a mídia – em tese – deveriam ter.

"Quem não tem amigo, mas tem um livro, tem uma estrada" é outra frase célebre de Carolina com a qual encerramos este texto sobre começos. É hora de catarmos nossos papéis, amparados pelos livros que nos trouxeram até aqui. E nos lermos nesses três dias. E "brincarmos sério" de nos mirar a partir do olhar do outro. A estrada se abre agora. Que as amizades, parcerias e livros desses dias floresçam. Mesmo ameaçada, a educação é a ameaça maior aos homens grandes, tomadores de brinquedos e de discursos. Mesmo

ameaçadas, as vidas negras resistem às dinâmicas do tempo. E nos importam. Que possamos, com a liberdade da palavra, entrar e sair das ruas e dos livros sem medos.

Os nós entre o Eu e o Outro: representação social do ódio e da violência nos media

Silvino Lopes Évora³

Introdução

Olhando para o percurso da humanidade, sempre encontramos, ao longo da História, elementos que nos apontam para uma necessidade vital de existência em sociedade para que o ser humano pudesse garantir a sua sobrevivência prolongada no espaço e no tempo, mas, em paralelo, também encontramos elementos que nos indicam dissonâncias na conjugação dos interesses entre as forças em presença que originaram um cem número de conflitos que marcaram a história da humanidade.

Cedo, o homem percebeu a necessidade de partilha de experiências e de subsidiariedade. Mesmo no tempo em que ainda era nómada, procurava estabelecer conexões com outros grupos, também, nómadas, que se movimentavam no espaço, à procura de meios de subsistência e de garantias de maior segurança. Por isso, inventaram as pinturas rupestres, com a finalidade de irem deixando marcas por onde passavam, marcas essas que poderiam ser interpretadas por outras pessoas que pelos mesmos locais, também, circularam. Uma grande leva de historiadores situa o surgimento das artes rupestres no período histórico que envolve os 40 mil anos antes de Cristo. Porém, tem sido difícil datar, com precisão, o início dessa experiência humana, sabendo que ela

Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes da Universidade de Cabo Verde e Coordenador de Curso de Licenciatura em Ciências da Comunicação e do Mestrado em Jornalismo Económico e Informação Financeira da Universidade de Cabo Verde; Membro Eleito do Conselho Geral da Universidade de Cabo Verde.

Pós-Doutorando em Estudos de Jornalismo (Universidade Fernando Pessoa, Portugal, 2021-2022); Doutor em Ciências da Comunicação – Área de Especialização em Sociologia da Comunicação e da Informação (Universidade do Minho, Portugal, 2010); Título de Doutoramento Europeu (Universidade do Minho, Portugal, 2010/com Estadia de Investigação na Universidade Santiago de Compostela, Galiza/Espanha); Mestre em Ciências da Comunicação – Especialidade de Informação e Jornalismo (Universidade do Minho, Portugal, 2006); Pós-graduado em Jornalismo Judiciário (Universidade Católica Portuguesa, Portugal, 2004); Licenciado em Jornalismo (Universidade de Coimbra, Portugal, 2004); Licenciando em Direito (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde, a partir de 2021).

Investigador associado ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS); Investigador da Universidade Fernando Pessoa; Membro da Associação Portuguesa de Economia Política; Membro do Museu Virtual da Lusofonia; Membro da Rede Lusófona para a Qualidade da Informação; Perecerista de Várias Revistas Internacionais; Consultor em Projetos Internacionais; Coorientador de Teses em Universidades Estrangeiras.

E-mails: silvino.lopes.evora@gmail.com | silvino.evora@docente.unicv.edu.cv

³ Natural de Tarrafal, Ilha de Santiago, Cabo Verde.

remonta à história bem longínqua que o ser humano experimentou. Isso mostra-nos que, desde muito cedo, o homem sentiu a necessidade de estabelecer vínculos, ainda que muito ténues no princípio.

A transição da Pré-História para a História dá-se, assim, na cintura do tempo em que o homem procurava estabelecer vínculos mais duráveis com o espaço e com o tempo, deixando marcas fortes nos lugares em que se estabelecia e começando a criar ciclos temporais e culturais, marcando épocas com modos de viver, costumes e marcas identitárias. Assim, dois elementos assumem lugares de primazia nesse processo de transição para a História: um maior vínculo espacial, que se dá com a sedentarização e, consequentemente, o surgimento das primeiras civilizações urbanas; e o aparecimento da escrita, que permitiu que o homem passasse a documentar episódios do seu tempo para a posterioridade.

O fenómeno de sedentarização transportou a humanidade para vários processos e ciclos históricos ao longo dos tempos, até se chegar à idade atual, marcada por aquilo que a Ciência Política apelida de sociedade civil. Porém, até chegar a esta etapa, ultrapassouse um somatório de inquantificáveis conflitos, imbuídos de violência, que aconteceram em diferentes momentos da história. Destarte, tornaram-se célebres expressões idiomáticas como "o homem é o lobo do homem" (HOBBES, 1993, 1994), a "lei do mais forte" (DARWIN, 1981), a "lei de talião" (em diferentes contextos de catalogações dos costumes para a edificação de direitos), entre outros (MARTINEZ, 2021).

Entre vários autores que trabalham a questão da relação conflituosa do homem no seio da sociedade e das suas fases evolutivas com vista a se imprimir uma maior segurança aos membros da comunidade, destacamos Thomas Hobbes.

A noção do estado de natureza é muito importante no quadro de pensamento do autor, pelo que destacamos as três situações em que entende que ele é comprovável: a) nas sociedades primitivas, as dos homens selvagens, como os indígenas de algumas praias da América ou os povos bárbaros da Antiguidade na fase em que ainda não eram civilizados; b) no caso da guerra civil, ou seja, quando o Estado já existe, mas, por diversas razões, se dissolve e provoca a transição da sociedade civil para a anarquia, situação que pode ser considerada de antiestatal; c) na comunidade internacional, onde as relações entre os Estados não se regem por um poder ordinário; numa situação, portanto interestatal. (ÉVORA, 2010, p. 39. ÉVORA, 2012).

A transição do estado de natureza para a sociedade civil implicou que o homem mudasse, de forma radical, o regime de valores sobre os quais se estabeleciam os

princípios de regulação da vida em comunidade. Assim, de acordo com o supracitado autor, foi necessário criar as regras básicas de convivência em comunidade, que implicariam cedência em determinados interesses e desejos, com vista a se garantir a realização de outros interesses. Assim,

Sendo o homem um ser não menos racional que emocional, o estado da natureza, a longo prazo, tornar-se-ia insustentável e intolerável, uma vez que não há qualquer tipo de garantia de que o *primem bonum* (a vida) é assegurado, face aos desmandos dos demais membros da sociedade. Em forma de leis naturais, surge uma série de regras que têm como fundamento tornar possível uma convivência pacífica. Todas elas estão subordinadas, assim, a uma regra fundamental, que determina uma necessidade constante de procurar a paz. Em estado de guerra, a vida corre sempre perigo. Por isso, a vida aqui ganha o valor de bem fundamental e a sua preservação e defesa devem ocupar todos os membros da comunidade humana. (ÉVORA, 2010, p. 39. ÉVORA, 2012)

O texto supracitado mostra-nos que a necessidade de se evitar um sistema de violência permanente levou o homem, enquanto ser social, a estabelecer um regime de cedências para poder garantir a sua segurança. Teses semelhantes encontramo-las em autores de índole contratualista, como Maquiavel e Jean-Jacques Rousseau, com diferentes perspectivas sobre o contratualismo como mecanismo importante de formação de sociedades equidistantes de regimes de violência permanente.

O tema que propomos neste artigo remete-nos para as sociedades contemporâneas, as que já passaram por todos esses ciclos evolutivos, que instituíram os mais modernos sistemas jurídicos, estabeleceram quadros de direitos, liberdades e garantias constitucionais, e implementaram uma ordem tecnológica como a voz de comando nos processos de relacionamento social. Portanto, é esta sociedade resultado do "último grito de produção simbólica" que ainda se confronta com problemáticas bem antigas, como a disseminação de ódios e da violência, recorrendo a vários suportes, vivenciados, quer em modo *online*, quer em modo *offline*. Destarte, o papel da comunicação social, dos *mass media* e dos restantes meios de mediação se revelam preponderantes neste processo, sabendo que, grosso modo, a representação mediática da violência e do ódio espelha uma situação em que as sociedades ainda se encontram a braços com as questões das dissonâncias sociais, resultados das particularidades dos indivíduos, das diferenças dos grupos sociais, das divergências das organizações que operam no seio social e, em última análise, do distanciamento dos regimes de valores operantes no meio social.

Para o desenvolvimento deste trabalho, recorremos a alguns mapas conceptuais que consideramos essenciais para a compreensão das relações sociais e, de um modo muito particular, do indivíduo e dos demais membros de uma comunidade humana. O efeito *primus inter pares*, conhecido na Psicologia Social como Efeito PIP, pode ser muito importante para nos ajudar a compreender as dinâmicas sociais, sobretudo na forma como os indivíduos lidam com os seus preconceitos e os seus mapas simbólicos que lhes servem como referentes no processo de relacionamento com o outro (ÉVORA, 2011).

Semelhante ao contributo dado pela Psicologia Social (Efeito PIP), encontramos dentro do campo dos Mass Communications Research linhas de pensamento que nos levam a patamares de entendimento semelhantes aos quadros conceptuais que os argumentos engendrados no âmbito do conceito de Efeito PIP nos fornecem (ÉVORA, 2011). É, por exemplo, a Third Person Effects, um pequeno corpo teórico filiado aos Mass Communications Research, que se debruçam sobre a percepção que os indivíduos desenvolvem dos outros, quanto às suas capacidades de filtrar as mensagens recebidas pelos *mass media*, com o intuito de evitar que se lhes sejam impostos mapas simbólicos com os quais deverão descodificar as mensagens dos *mass communications* (SOUSA, 2002).

Passamos, assim, nas linhas que se seguem, a estabelecer um quadro conceptual em torno da problemática, com vista a podermos, posteriormente, estabelecer elementos que permitam leituras mais incisivas sobre a questão da violência e do ódio nos *mass communications*, lidos a partir de um quadro da representação social dos *media*.

Estabelecimento de Quadro Conceptual

Fixação de Conceito: Discurso de Ódio

Antes de entrarmos nas questões propriamente ditas, convém objetivar os conceitos: "discurso de ódio" e "violência". Sabemos que nenhum desses conceitos têm um processo de significação estanque, mas iremos, nas próximas linhas, circunscrever os âmbitos conceptuais sobre os quais iremos nos debruçar. Olhando para a concepção da Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância (CECRI), na sua Recomendação Política Geral (RPG) nº 15, de 2016, podemos encontrar o conceito de "discurso de ódio" definido nos seguintes termos:

O uso de um ou mais modos particulares de expressão – nomeadamente, a defesa, a promoção ou a incitação à discriminação, ódio ou desrespeito a uma pessoa ou grupo de pessoas, assim como qualquer forma de assédio, insulto, estereótipo negativo, estigmatização ou ameaça a essa pessoa ou grupo de pessoas, bem como qualquer forma de justificação de todos estes modos de expressão – que sejam baseados numa lista não exaustiva de características pessoais ou estatutos que incluem "raça", cor, língua, religião ou crença, nacionalidade ou origem étnica ou nacional, bem como ascendência, idade, deficiência, sexo, género, identidade de género e orientação sexual.

Portanto, nesta conceção desenvolvida pela Comissão Europeia, há aqui claramente um princípio que subjaz todo o argumentário conceptual: "o princípio da dignidade da pessoa humana". Neste caso, o discurso de ódio é apresentado como uma narrativa que põe em causa um dos mais caros princípios da vivência democrática nas sociedades modernas, que é o princípio do respeito pela pessoa humana enquanto fim em si. Assim, encontramos, em Kant, a ideia de que "a prerrogativa do legislador universal é de nos tornar pessoa, um ser com dignidade, como fim em si mesmo, que nos faz membros de um reino de fins, que liga todos os seres racionais sob leis comuns" (SOUZA, 1999, p. 27 apud CHEMIN, 2009). Nesta mesma linha, Barcellos (2002) lê Kant como um autor que propõe a tese de que o homem constitui um fim em si mesmo e não em função do Estado, da sociedade ou da nação. Com isso, defende-se o princípio ontológico da dignidade da pessoa humana, assegurando que, tanto o estado como os seus aparatos jurídicos, sociais e institucionais, devem estar orientados para servir o indivíduo. Destarte, Nalini (1997) considera ser bastante clara a tese, em Kant, de que o Estado é um instrumento e o homem uma finalidade. A sua observação, também, é suportada por Sarlet (2001, p. 35), para quem, em Kant, reside uma perspectiva que "repudia toda e qualquer espécie de coisificação e instrumentalização do ser humano".

Um pouco por todo o mundo, onde subsistem ordenamentos jurídicos modernos e que preservam a dignidade da pessoa humana, incluindo Cabo Verde e os outros países da África Lusófona com herança jurídica europeia, por via de Portugal, existe o princípio de criminalização das práticas discriminatórias e das que incitam ao ódio e à violência. Este amplo enquadramento jurídico da problemática tem respaldo no Direito Internacional Público, contando com a sua previsão na Carta das Nações Unidas. A primeira frase do preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos começa logo

.

⁴ Teorizando sobre as questões ligadas à dignidade da pessoa humana, Emmanuel Kant procura fixar o sentido do conceito, dizendo que, "quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade" (KANT, 2000, p. 77).

por reconhecer a "dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis (que se) constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo" (NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 1). Já no parágrafo seguinte, em linha com o tema deste trabalho, a Declaração Universal dos Direitos Humanos sublinha que "o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem" (NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 1).

Entrando para a parte normativa do texto da Declaração, podemos destacar três artigos, um dos quais o primeiro, que estabelece que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade" (Artigo 1°, DUDH, NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 2); o quarto artigo que estabelece que "ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos" (Artigo 4°, DUDH, NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 2); e o artigo quinto que prescreve que "ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes" (Artigo 5°, DUDH, NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 2).

O que está por detrás destas prescrições jurídicas é, por um lado, a salvaguarda da dignidade da pessoa humana e, por outro lado, a garantia da ordem pública e da paz social. Isso mesmo foi admitido por Jeremy Waldron, professor da Universidade de Nova Iorque, que publicou, em 2012, o livro *The Harm in Hate Speech (O Mal do Discurso de Ódio*, tradução livre), salientando que o discurso de ódio não resulta apenas do recurso à discriminação ou à violência, como, também, à reativação de pesadelos que várias sociedades viveram no passado. Por isso, o autor defende que esses comportamentos proporcionam "uma ameaça conjuntural à paz social, como se de um veneno de ação lenta se tratasse, acumulando-se aqui e ali, palavra a palavra" (WALDRON, 2012).

Considerando que grande parte dos países de democracia liberal possuem leis ou códigos particulares que proíbem a proliferação do discurso de ódio e que nos Estados Unidos isso não tem sido possível por haver um entendimento de que tal prática contraria a Primeira Emenda à Constituição norte-americana, contrariando os direitos de liberdade de expressão, Waldron (2012) propõe, em seu livro, uma regulamentação na produção e na propagação do discurso de ódio como parte daquilo que considera ser um amplo compromisso com a dignidade da pessoa humana e o respeito pelos direitos de pessoas que pertencem às minorias vulneráveis. Desta forma, o autor considera o discurso de ódio

como um fator que mina o "bem comum" e ameaça a noção de segurança nas sociedades modernas, já que coloca uma parcela da sociedade onde ele é praticado livremente numa situação de permanente ataque, violência e exclusão.

Fixação de Conceito: Violência

Outro conceito que nos interessa aqui é o de violência. Convém salientar que a violência nem sempre foi fácil de ser identificada, já que existem normas sociais que permitem certas formas de expressar e que fazem com que algumas violências passem despercebidas e tomadas como algo normal. Assim, salienta-se que, em 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou, pela primeira vez, sobre a violência de forma diferente em relação ao caminho feito até então, divulgando um Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, no qual define o problema em vez de classificar os seus efeitos ou proceder com análises e fazer recomendações esporádicas sobre o assunto. Nesse documento, a OMS declara que a violência é o "uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação" (KRUG et al., 2002, p. 5). De uma forma resumida, a violência é a utilização de força física de modo a causar danos físicos, psicológicos ou privações (ROSA et al., 2010). Ou seja, é o recurso às agressões físicas para prejudicar alguém, mas também o uso de poder mais abstrato para causar danos ou limitar significativamente as opções de uma determinada pessoa.

No processo de conceitualizar a violência, muitas outras definições foram desenvolvidas, sendo algumas coincidentes e outras divergentes. Por se tratar de um fenómeno complexo e multicausal que atinge todas as pessoas e afeta emocionalmente os indivíduos, torna-se difícil conceber uma definição precisa e cabal para o conceito de violência. Neste sentido, o importante é distinguir os conceitos de violência e de agressividade. Pode-se dizer que, diferente da agressividade, a violência faz mal à saúde, sendo algumas das conceitualizações bastante contraditórias. Na ótica do Freud (1998), a agressividade é um impulso nato, essencial à sobrevivência, à defesa e à adaptação dos seres humanos. Constitui-se um elemento protetor que possibilita a construção do espaço interior do indivíduo, promovendo a diferenciação entre o "eu" e o "outro". Portanto, a agressividade, ao contrário da violência, tem a ver com o próprio processo de constituição da subjetividade, ciente de que, a partir da agressividade, pode originar a violência.

Contudo, importa realçar que a transformação da agressividade em violência é um processo ao mesmo tempo social e psicossocial para o qual contribuem as circunstâncias sociais, o ambiente cultural, as formas de relações primárias e comunitárias e, também, as idiossincrasias dos sujeitos (MINAYO, 2003, p. 205). Um elemento chave na compreensão da violência é a existência de uma estratégia e de uma série de ações que têm como consequência o facto de alguém poder ser prejudicado, sendo que uma das intenções principais por detrás dessa conduta é causar danos ou atentar contra a integridade física ou psicológica de um indivíduo. É de se realçar que a intenção de agredir alguém constitui um fator imprescindível para se poder falar deste tipo de violência. Desta forma, pode-se perceber que o conceito de violência é algo muito amplo, ou seja, não constitui uma tarefa fácil conceptualizá-lo, pelo que se revela crucial o estudo aprofundado desta temática como forma a indicar e de diferenciar os diferentes tipos de violência. Isso permitiria que eles fossem identificados e combatidos da melhor forma. Nesta perspectiva, importa realçar que não existe um único critério para classificar os tipos de violência. A OMS classifica a violência tendo em conta os seguintes fatores: modo, natureza ou forma em que se exerce e o sujeito que exerce a violência.

Discurso de Ódio, Violência e o Espaço Mediático

Devemos salientar que, apesar de não haver concepções universais para o discurso de ódio e para a violência, essas dimensões têm estado a afetar, de forma indelével, o espaço mediático. Com a expansão do espaço público para os *social media*, tem havido, ainda mais, propagação de discursos de ódio e expressão de vários tipos de violência, promovendo uma mescla entre as narrativas mediáticas profissionais e as narrativas cibernéticas cidadãs.

Devemos salientar que os estudos sobre a racialização do discurso mediático não são propriamente um fenómeno dos nossos dias, considerando essencialmente o facto de muito daquilo que os *media* representam acabam por ser o substrato do sumário dos consensos coletivos criados no seio das sociedades. Esta problemática ficou espelhada nos debates sobre a Teoria de Agendamento e de outras perspectivas sobre as mediações e as múltiplas mediações, em que, grosso modo, é consensual que haja um ciclo vicioso de múltiplas influências, sendo que, da mesma forma que os *media* influenciam a sociedade, eles se influenciam entre si, são influenciados pela sociedade e, também, são

influenciados por estruturas de interesses cristalizadas no seio da sociedade, entre elas, as corporizadas pelo poder político e por toda a parafernália organizacional a ele associado.

Esta problematização tem como objetivo essencial ajudar-nos a perceber que não existe um discurso de ódio produzido pelos media, numa perspectiva de produção independente, sem que pensemos nos media como partes de estruturas sociais sólidas e estabelecidas. No limite, o que estaremos a propor como ponto de reflexão é que o grosso daquilo que a comunicação social veicula e que podemos considerar como portadores de elementos de racialização da sociedade e de produção e veiculação do ódio resulta da própria produção social, sendo que os *media* constituem esse espelho social (Teoria do Espelho, SOUSA, 2002). Se olharmos para a conceptualização das atividades mediáticas, e, particularmente das práticas jornalísticas na ótica de Nelson Traquina (1999), podemos vê-las, regra geral, como o relato da vida quotidiana, que conta com o suporte dos editores das diferentes áreas da produção jornalística, desde economia, sociedade, ciência, até à educação, política, internacional, entre outras. Esta visão, desenvolvida no século passado, tem reminiscências no Positivismo de Auguste Comte (1830/2009), uma estrutura axiomática desenvolvida no século XIX, que dá suporte à supracitada Teoria do Espelho. Esta teoria olha para a produção mediática, essencialmente para os relatos jornalísticos, como um reflexo exato da realidade social, numa busca incessante pela verdade, acima de tudo e acima de qualquer coisa. Portanto, no âmbito da Teoria do Espelho, os sistemas de valores refletidos nos meios de comunicação de massa espelham, grosso modo, o regime de valores que perdura numa sociedade. Portanto, transportando esse entendimento para o nosso tema, os substratos, podemos concluir que as narrativas e os axiomas que transportam o ódio e o pensamento racial não emergem dos media, mas, por eles são refletidos. Isto porque, no âmbito dessa teoria, é a realidade que determina a natureza da notícia e o discurso mediático, mormente o jornalístico, devendo situar-se no campo da descrição dos factos, acentuando a neutralidade do jornalismo, mesmo quando tiver que aprofundar as questões em análise.

Quando propomos uma reflexão sobre "Os nós entre o Eu e o Outro: representação social do ódio e da violência nos media", de alguma forma estamos a convocar uma dimensão muito particular do domínio da Filosofia, que é o campo da Alteridade e que, quanto a nós, deve ser muito mais uma prática do que um conceito. A alteridade implica a capacidade de o indivíduo se abstrair das suas condições e se colocar no lugar do outro para o compreender dentro do seu contexto, da sua atmosfera social e simbólica, interpretando as suas alegrias e as suas angústias.

O ponto de partida muito importante da alteridade é compreender que o mundo é um mosaico de culturas, que espelham identidades e que, nas diferenças, o respeito é essencial para o equilíbrio. Portanto, a alteridade é o primeiro passo para uma ressignificação social dos sentimentos raciais, como forma de promoção da equidade e de uma sociedade mais justa, equilibrada e democrática.

Não podemos falar da Alteridade sem invocar Emmanuel Lévinas (LÉVINAS, 1965; MELO, 2003; PELIZZOLI, 2002; PIVATTO, 2000), filósofo judeu que se serviu das suas experiências de ter vivido os horrores do Nazismo, para desenvolver a sua própria concepção da alteridade, sendo certo que, nas suas reflexões, contou com influências assinaláveis, como as oriundas da Fenomenologia do filósofo alemão Edmund Husserl (2008). Lévinas vai destacar a importância da alteridade, cuja oposição, para ele, se encontra no preconceito – base estabelecida para um julgamento prévio sem alcançar o conhecimento efetivo. Sendo assim, Lévinas reconhece que, normalmente, o ser humano tem como prática estabelecer julgamentos prévios sobre o "outro, incorporando, nesses juízos, elementos, muitas vezes, irreais, sobretudo quando as pessoas não se encaixam nas nossas expectativas ou nos nossos regimes de valores ou mapas simbólicos/identitários. Isso, muitas vezes, leva-nos a isolar as pessoas em função dos preconceitos que previamente orientam a nossa forma de encarar o mundo e as coisas à nossa volta, acabando por criar, na nossa concepção do mundo, uma linha divisória entre o "nós" e os "outros", sendo que, muitas vezes, as diferenças são apresentadas de forma valorativa, servindo-se de dicotomias como "melhor e pior", "bom e mau", "barbárie e civilização".

No seu estudo intitulado *Preto e Branco – a naturalização da discriminação racial*, Rosa Cabecinhas (2017), investigadora associada ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, apresenta-nos diferentes ganchos por onde ler a problemática da racialização e do ódio no seio da nossa sociedade. Por um lado, a investigadora associa conceitos como "racismo, racialização e etnicização das minorias", lançando diversas questões sobre como se opera a diferenciação entre "nós" e os "outros", explorando as consequências que resultam dessa diferenciação. Realça-se ali uma delimitação entre os diferentes conceitos que reportam às várias formas de discriminação social que operam nas nossas sociedades, a saber: etnocentrismo, racismo, nacionalismo e xenofobia. Da mesma forma, também sublinha que a problemática do racismo, racialização e etnicização das minorias deve ser lida, tanto no contexto histórico, como nos contextos sociopolíticos e no plano internacional. Importante aqui a realçar,

também, é a ideia de que a evolução do conceito de raça é histórica, adaptando-se aos diferentes contextos sociais, políticos e regimes de valores que presidiram e que presidem as sociedades em diferentes momentos da sua trajetória.

Da mesma forma, há, também, na autora, a preocupação em desenvolver a diferença entre a identidade social e a diferenciação simbólica, versando sobre as relações intergrupais, os processos cognitivos e os estereótipos sociais, a categorização e a diferenciação entre grupos étnicos, a discriminação da informação e a homogeneização das minorias. Portanto, trata-se de um importante contributo para o conhecimento do campo.

Olhando para as tendências nas narrativas mediáticas, podemos verificar que, ao longo dos tempos, tem-se incrementado o discurso de ódio e a racialização, um pouco por todo o mundo, sobretudo nas últimas duas décadas, com a afirmação e a conquista de território de alguns sectores ligados à extrema direita, quer na Europa, quer na América e no resto do mundo. A ampliação desse registo discursivo dá-se, essencialmente, com a veiculação de uma visão maniqueísta da vida, "os contras e os a favor".

Olhando para uma forma particular de violência, o Terrorismo – que, muitas vezes, também, está imbuído de ódio –, Domínguez (1999, p. 111) salienta que a existência "de uma relação estreita entre o terrorismo e os meios de comunicação é um dado que une o consenso da maioria dos investigadores que tem estudado as características deste tipo de violência. São muitos os autores que, no âmbito da sua análise, põem o acento tónico no elemento propagandístico". Perspectivas semelhantes encontramos em Évora (2006) e Cioca (2013). Portanto, neste aspecto muito particular, a Comunicação Social é associada aos acontecimentos de natureza violenta, na medida em que tem a possibilidade de ampliar as dimensões de horror e de terror.

Considerando o facto de o processo de noticiabilidade, no jornalismo e na comunicação social, se orientar muito pela dimensão do espetáculo do negativo, da dramaticidade do controverso, da quebra das rotinas e do enaltecimento da agenda negativa, podemos observar que há uma empatia entre a exposição pública do ódio e das controvérsias raciais com a agenda da comunicação social. Da mesma forma que a comunicação social necessita desses atos carregados de semânticas da violência, muitas vezes, os promotores desses eventos sociais precisam, também, dos *media* para darem visibilidade às suas ações, projetando, para a sociedade, a sua força e o seu poder, alcançando um efeito psicológico sobre uma massa populacional indiscriminada.

Olhando, particularmente, para a relação que se estabelece entre os meios de comunicação de massa e os eventos violentos, particularmente os atos terroristas, nota-se a existência de um aproveitamento de parte a parte, resultando num "benefício mútuo". Este benefício mútuo é exposto na visão de José Jorge Letria (2001, p. 14), para quem "a cobertura da violência terrorista é, em primeira análise, um momento de trabalho informativo, no qual as imagens e as palavras são a mais poderosa das denúncias do horror. Mas é precisamente esta cobertura que as organizações terroristas procuram, pois dela depende a eficácia plena do ato de destruição". Lembremos, por exemplo, da amplitude informativa que se verificou na cobertura do 11 de setembro de 2001, ressaltando o carácter inédito do acontecimento e a sua dimensão catastrófica, empurrando o mundo para uma ruptura da ordem informacional e para uma nova realidade das coisas. Nesta senda, o autor advoga que

A catástrofe, nas suas múltiplas formas de que pode revestir-se, acentua a dimensão trágica da condição humana. A sua imprevisibilidade, bem como a carga negativa que encerra em si, levam o ser humano a confrontar-se com a ideia de finitude e de mortalidade que os rituais do quotidiano, com as suas celebrações e mitos, tentam arredar do horizonte das suas preocupações correntes. (LETRIA, 2001, p. 25)

Como dissemos acima, há uma empatia entre o agendamento mediático e a produção de discursos, ações, narrativas racializadas, etnizadas e portadoras de violência. Essa realidade tornou-se ainda mais evidente com a proliferação da comunicação no ciberespaço, onde se tem registrado uma profissionalização dos processos comunicacionais, em paralelo com a ampliação das práticas comunicativas não profissionais ou espontâneas. O ciberespaço possibilitou uma coabitação entre diferentes atores comunicacionais, com diferentes interesses, metas e ambições. É neste sentido que o discurso de ódio se mostrou mais sintomático nesses meios digitais, nesses ambientes intangíveis e nesse universo do ciberespaço. Este é um fenómeno marcante nas sociedades contemporâneas, onde se tem registrado uma certa tendência para a normalização dos discursos racistas, xenófobos, homofóbicos, misóginos e/ou transfóbicos. O surgimento das redes sociais veio ampliar o auditório onde esse tipo de narrativa é veiculado e amplificado no seio do espaço público. Assim, da mesma forma que se torna notória a influência dos *media* e de toda a parafernália de comunicação dos nossos dias na normalização do discurso de ódio e de violência, é necessário empreender reflexões sobre

como os meios de comunicação de massa, igualmente, poderão contribuir para uma posição contracorrente em relação à situação atual. Portanto, é necessário problematizar:

- Como os media poderão contrapor a tendência da normalização do discurso do ódio e da violência?
- Que postura os meios de comunicação social deverão adotar perante atores sociais, políticos e culturais que, deliberadamente, recorrem ao discurso de ódio como estratégia de comunicação, ação política, interação e satisfação de um auditório, de certa forma, sedento desse tipo de registos discursivos?

Assim sendo, tem ficado claro que o discurso de ódio tem marcado a composição mediática nos últimos tempos. No Brasil, foi possível ver, nas passadas eleições presidenciais, uma polarização da comunicação e um claro apelo ao discurso de militância, irrefletida, de pura adesão e de plena sedução, desprovida de senso e de conhecimento. Esse tipo de discurso é desenvolvido, uma vez mais, na lógica dicotómica e maniqueísta de que quem não está a favor é porque está contra (ÉVORA, 2003. ÉVORA, 2006). Na verdade, essa polarização no Brasil se estendeu mesmo depois das eleições, tornando-se presente até a atualidade. O mesmo se tem verificado em Cabo Verde, acentuando-se sobretudo a partir das eleições de 2016, em que se deu, no espaço cibernético, um recrudescimento do discurso dicotómico, o que perdurou até às eleições de 2021, tendo-se atenuado um pouco depois desse período. Porém, ainda depois das eleições, o discurso polarizador mantém-se e, quase sempre, é alimentado no seu alicerce pelo ódio e na sua face pela violência verbal e simbólica.

No caso da Europa e dos Estados Unidos a situação não destoa. Na verdade, o caminho que levou à ascensão de Donald Trump à presidência dos EUA foi marcado por uma escalada do regime de ódio e de violência nos discursos, alimentando a ira de uma multidão eufórica, descaracterizada e descapitalizada em termos de valores essenciais que fundaram as sociedades de Direito Democrático e o respeito pela dignidade da pessoa humana. O mandato de Donald Trump, entre 2016 e 2020, foi particularmente caricato nessa ausência de respeito pela diferença e na criação de uma imagem de um "poder trator", capaz de derrubar tudo o que lhe aparece à frente. A afirmação desse tipo de poder aconteceu, muitas vezes, à custa da produção de discursos racializados (um combate intenso ao negro, ao latino, ao emigrante, ao outro) e uma intolerância presunçosa às

minorias étnicas, sociais, geográficas, etnográficas, de género e de orientação social divergente à estabelecida pelas ordens sociais clássicas.

No caso da Europa, podemos assinalar as campanhas eleitorais para as eleições europeias de 2019 e, particularmente, as eleições internas que aconteceram em Portugal no mesmo ano. À semelhança dos outros casos, o tom dos discursos vincou as questões das diferenças, sendo permeados pelos substratos de ódios que transcenderam os *media* tradicionais e inundaram as redes sociais. Houve, inclusive, no caso de Portugal, um alerta proveniente do Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas que, invocando o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, publicou um relatório no qual manifestou a sua preocupação com a situação portuguesa, no que diz respeito à proliferação de discursos que incitam à intolerância e ao ódio contra grupos vulneráveis e minoritários. No relatório, é possível ver destacado o papel dos *mass media* e dos *social media* na promoção desse tipo de narrativas e na veiculação desse tipo de contravalores, que colocam tais práticas na contramão da fundação das sociedades ocidentais, baseadas em valores democráticos, direitos, liberdades e garantias e, para citar o espírito norteador das revoluções liberais do século XVIII, liberdade, igualdade e fraternidade.

Para Marisa Torres da Silva (2021), investigadora associada ao ICNOVA e professora auxiliar da Universidade Nova de Lisboa, no caso português, o relatório de 2020 do Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Portugal não coincide com

As estatísticas oficiais portuguesas, uma vez que são praticamente inexistentes, com exceção das que constam dos relatórios anuais sobre a situação da Igualdade e Não Discriminação Racial e Étnica, da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR). À falta de dados, acresce a baixa taxa de denúncias, o número residual de acusações e o ainda menos expressivo de condenações. (SILVA, 2021)

Associando a linguagem do ciberespaço, o processo de *newsmaking* e a veiculação de discursos de ódio, Silva (2021) afirma, entretanto, que, "no frenesim dos cliques e do maior *engagement* possível nas redes sociais, a noticiabilidade do ódio é uma oportunidade que muitas organizações jornalísticas não querem perder".

Outra questão com que Portugal se confronta tem a ver com a ostracização da comunidade cigana, de acordo com matéria reportada em março de 2021, pela Comissária para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, com enfoque no combate ao racismo

e à violência contra as mulheres. De acordo com a mesma, as comunidades ciganas, em Portugal, são continuadamente confrontadas com "práticas discriminatórias" e "hostilidade generalizada", alimentadas por uma "retórica racista", essencialmente disseminada pelo Partido Chega, de André Ventura. Há, também, em Portugal, na perspectiva da Comissária, "elevado recurso ao discurso de ódio e ameaças em linha contra atividades antirracistas", bem como o "recrudescimento do discurso de ódio racista e de crimes de ódio" (SILVA, 2021).

O problema do discurso de ódio não é a sua produção, mas, é muito mais, a sua capitalização no quadro dos sentimentos e de identidades de ódios que se encontram perdurados nas sociedades em estado de latência e que, muitas vezes, precisam apenas de uma ação para serem desencadeados. É como um barril de pólvora pronto a explodir, à espera que alguém acenda o fogo. Esta situação de latência do ódio na estratosfera social regista-se, essencialmente, em sociedades que passaram por violências e antagonismos coletivos, como, por exemplo, os processos coloniais, as guerras, a ocupação por comunidades estrangeiras e outras situações análogas. A expressão desse tipo de idiossincrasias aponta-nos para "cidadãos de bem" vs "cidadãos párias", "comunidades de bem" vs "comunidades párias", "aldeias de bem" vs "aldeias párias", "bairros de bem" vs "bairros párias", "povos de bem" vs "povos párias". Logo, novamente, a polarização, a abordagem dicotómica e o recurso ao maniqueísmo, ou seja, a divisão do mundo e dos seus valores entre o bem e o mal, com fronteiras fixas e estanques, quer nos conceitos, quer nas pessoas.

Considerações finais

É possível vermos que os problemas que envolvem o ódio, a violência e os discursos que se fazem em torno dessas temáticas ou que possam provocar comportamentos indutores de violência no seio das sociedades estão presentes em todos os países, em todas as sociedades e em todos os tempos. Portanto, não existem sociedades onde as pessoas são completamente violentas e destilam ódio de forma permanente, bem como, também, não se registram sociedades em que existe uma ausência absoluta de comportamentos tendentes a produzir violência e a ampliar a escalada de ódio. Tratamse de problemas que acompanham o homem em todos os tempos e em todos os lugares onde quer que ele vá.

Não podemos dizer que o ódio e a violência são características natas ou imanentes ao ser humano. O que podemos salientar é que são elementos presentes nas sociedades e em qualquer contexto comunitário. Assim, nos contextos em que haja a presença de mais do que uma pessoa, a tendência é haver dissonâncias de interesse e que haja disputas, desconsertos, desajustes, enfim, confronto, violência e produção de outputs sociais negativos. Mesmo no Jardim de Édem, em que havia apenas Adão e Eva, as coisas não correram bem (Génesis 3, Capítulo 3). Teve que aparecer a serpente para estabelecer um quadro de dissonância entre os dois e levar à decadência das suas dimensões de "santidade", fazendo com que, no quadro dos ensinamentos do cristianismo, a vida eterna passasse por um ideal de repristinação por via da reconversão do homem do pecado a partir do leito de morte. Ainda, sem sair do campo bíblico e considerando que o tema do nosso trabalho incorpora dois elementos importantes na estruturação das comunidades humanas (o ódio e a violência), retomamos aqui a nossa ideia explanada ao longo deste trabalho, segundo a qual o ódio e a violência são problemas de todos os tempos, de todas as épocas, de todos os homens e de todos os povos. A expressão mais emblemática desta intemporalidade é a própria expulsão de Satanás do Reino do Pai, frente à espada de São Miguel Arcanjo, perante uma escalada de violência sem precedentes (Apocalipse 12:7-10).

O recurso às passagens bíblicas aqui tem o objetivo único de espelhar a intemporalidade do ódio e da violência. Portanto, nas nossas sociedades, elas são ampliadas pela expansão dos meios de produção simbólica, inclusive pela possibilidade de, revestindo-se de anonimato, as pessoas poderem cometer atrocidades com os seus semelhantes. Nas duas últimas décadas, com a expansão digital e a interpenetração tecnológica do mundo, a tendência é para as pessoas terem mais espaço para se "esconderem" nos ganchos da tecnologia e poderem reproduzir, simbolicamente, no espaço público mediatizado, o ódio e a violência contra outros seres humanos. A canalização de vídeos e fotografias íntimas, feita na maioria das vezes de forma propositada e sem o consentimento das pessoas que constam nesses materiais audiovisuais, é sintomático da maneira como, nas sociedades modernas, se regista um recurso ao ódio e à violência simbólicos para se atentar contra a dignidade, a honra, o bom nome e a imagem de outros membros da sociedade. Quase sempre, esses produtos audiovisuais, quando permeiam a rede, fazem-se acompanhar de narrativas, comentários, textos de enquadramento ou legendas que esboçam ódio e violência, além de uma firme vontade de pôr em causa a dignidade de outras pessoas.

Quanto à conectividade que se estabelece entre os meios de comunicação social e a expansão do discurso de ódio nas nossas sociedades, é importante salientar que há uma relação empática que ali se desenvolve. Tanto os *mass media* procuram os assuntos negativos para preencherem os seus feixes noticiosos, em função de públicos segmentados aos quais procuram atender de acordo com as suas necessidades, os seus gostos e o seu perfil de consumo, como, também, há uma procura dos promotores do discurso de ódio e da violência da comunicação social para levar esses elementos semióticos a um amplo auditório e, desta feita, conseguirem massificar o nível de efeito que pretendem alcançar com a sua divulgação.

No espaço lusófono, como em quase todos os espaços geográficos e países do mundo, há uma prevalência do discurso de ódio e da violência nos diferentes canais de comunicação, desde a televisão, passando pelo rádio e pelos jornais, até se alcançar as plataformas digitais. É nestes últimos que tem havido uma maior proliferação desse tipo de comportamento nefasto para a sociedade, devido à facilidade de circulação de informações, notícias e dados, instantaneidade no processamento e disseminação dos conteúdos, facilidade da partilha, a democraticidade no acesso aos meios e uma tendência progressiva pela ausência de custos nos processos comunicativos por via desses mecanismos de interação humana. Por isso, encontra-se o discurso de ódio nos jornais, nas notícias de rádio e da televisão, nas informações apresentadas nas publicações online, nas redes sociais, nos comentários aos posts, nos comentários às notícias, nos portais, nas plataformas de comunicação de entidades públicas e privadas. Destarte, é um fenómeno amplo que está em crescendo e que, ainda que se tenha uma noção clara dos seus efeitos nocivos para a sociedade, não se encontrou um caminho sólido para a sua erradicação ou, ao menos, para a sua atenuação progressiva, com o fim de mitigar as disjunções sociais que esse tipo de comportamento e ação provocam nas sociedades atuais.

Referências

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais** – o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2002. CABECINHAS, Rosa. **Preto e branco** – a naturalização da discriminação racial. Setúbal: Editora Húmus, 2017.

CHEMIN, Pauline de Moraes (2009). A importância do princípio da dignidade humana. **Consultório Jurídico**, 2009. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2009-jan-

23/importancia_principio_dignidade_humana_constituicao_88?pagina=2. Acesso em: 28 jan. 2022.

CIOCA, Doina (2013). **Jornalista ou tradutor? Um estudo das marcas culturais no caso dos ataques terroristas de 22 de julho de 2011 na Noruega**. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/35881/1/Jornalista%20ou%20Tradutor.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

COMTE, Auguste. **Cours de Philosophie Positive** – les préliminaires généraux et la philosophie mathémat. Paris: L'Harmattan, 1830/2009.

DARWIN, Charles. **Descent of man**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

DOMÍNGUEZ, Florencio (org. ANDRÉS, Roberto Rodrígues; GARRAZA, Teresa Sádaba). **Periodistas ante conflictos** — el papel de los medios de comunicación en situaciones de crises. Navarra: Eunsa/Ediciones Universidad de Navarra, 1999.

ÉVORA, Silvino Lopes. **A cobertura jornalística do 11 de setembro**. O caso do Público. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/iej/trabalhos_seminario.htm, nº 176.

ÉVORA, Silvino Lopes. **O discurso mediático sobre o terrorismo**. Covilhã: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2006. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-discurso-mediatico-terrorismo.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

ÉVORA, Silvino Lopes. **Políticas de comunicação e liberdade de imprensa** – análise da situação cabo-verdiana entre 1991 e 2009. Tese de Doutoramento. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010.

ÉVORA, Silvino Lopes. **Concentração dos media e liberdade de imprensa**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2011.

ÉVORA, Silvino Lopes. **Políticas de comunicação e liberdade de imprensa** – para compreender o jornalismo e a democracia em Cabo Verde. Praia: Editura/Biblioteca Nacional de Cabo Verde, 2012.

FREUD, Sigmund. Pulsiones y destinos de pulsión. In: STRACHEY, James Beaumont. **Obras completas de Sigmund Freud**. Tradução de J. L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.

HOBBES, Thomas. De la liberté et de la necessité. Paris: Librairie Vrin, 1993.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou Matéria** – forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

HUSSERL, Edmund. A ideia da fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 2008.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalité et infini** – essai sur l'exteriorité. La Haye: Martinus Nihjof, 1965.

KANT, Immanuel. **Fundamentos da metafísica do costume**. Lisboa: Edições 70, 2000. KRUG, Etienne et al. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LETRIA, José Jorge. **O terrorismo e os media:** o tempo de antena do terror. Lisboa: Hugin, 2001.

MARTINEZ, Pedro Romano. **Introdução ao estudo do direito**. Lisboa: AA FDL Editora/Imprensa FDUL, 2021.

MELO, Nélio Vieira. **A ética da alteridade em Emmanuel Levinas**. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Caderno de Saúde Pública**, v.19, n.3, p. 783-91, 2003.

NALINI, Jose Renato. Constituição e Estado democrático. São Paulo: FTD, 1997.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nova Iorque: ONU, 1948.

PELIZZOLI, Marcelo Luiz. **Levinas:** a reconstrução da subjetividade. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2002.

PELEGRINI, Carla Liliane Waldow. Considerações a respeito do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista BoniJuris**, Curitiba, v. 16, n. 485, p. 5-16, abr. 2004.

PIVATTO, Pergentino Stefano. Ética da alteridade. In: Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROSA, Rosiléia et al. Violence: concept and experience among health sciences undergraduate students. In: **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, v.14, n. 32, p. 81-90, jan./mar. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/Cbr3ChY6bdPSc7kNvwN5LTk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 out. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2007.

SILVA, Marisa Torres da. **Jornalismo e discurso de ódio:** aliados ou adversários?. Setenta e Quatro. Disponível em:

https://setentaequatro.pt/ensaio/jornalismo-e-discurso-de-odio-aliados-ou-adversarios. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2002.

SOUZA, Jorge Pedro. A importância do princípio da dignidade humana. In: CHEMIN, Pauline de Moraes. **Consultório Jurídico**, 2009. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2009-jan-

23/importancia_principio_dignidade_humana_constituicao_88?pagina=2. Acesso em: 28 jan. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo** – questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja, 1999. **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. São Paulo: Editora Paulus, 1990.

WALDRON, Jeremy. The harm in hate speech. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PARTE 1

Preconceito, estigma, racismo e injustiça: produções, representações e enfrentamentos das mídias

Cortiço, mídia e imaginário popular

Luana de Paula Reis⁵ Sophia Lyrio Hermanny⁶ Marialva Carlos Barbosa⁷

Introdução

O cortiço é, além de uma habitação popular, o local onde residia a população mais pobre do Rio de Janeiro, no início do século XX. Submetida à situação de miséria, herança da escravidão, na maior parte dos casos, a distinção social entre os "cidadãos" e essa população fez-se nítida no recorte temporal adotado para nossa pesquisa. A partir de uma visão que coloca o cortiço como um lugar real e simbólico, analisamos como a imprensa, atuando como agente histórico no processo de produção e manutenção de memórias, construiu um retrato estigmatizado dos moradores dessas habitações no imaginário popular. Para isso, foram analisadas ocorrências da palavra "cortiço" nas edições de 1903 a 1905 dos três maiores jornais da capital na época: Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias e Correio da Manhã⁸.

Tendo em vista que a produção de notícias não ocorre de modo aleatório, buscamos, analisando o contexto sócio-político em que os veículos de imprensa se desenvolviam, entender os motivos que levaram às representações midiáticas do cortiço, tal qual foram percebidas. Para isso, tentamos compreender o público dos jornais, quem produzia as notícias, qual posicionamento de cada órgão de imprensa frente ao poder público e quais

⁵ Graduanda do curso de Jornalismo, quinto período, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: luanadepaulareis@outlook.com.

⁶ Graduanda do curso de Jornalismo, quinto período, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: sophia.hermanny@discente.eco.ufrj.br.

⁷ Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: marialva153@gmail.com.

⁸ O Jornal do Brasil construía uma imagem de um jornalismo mais próximo da população, usando muitas imagens nas suas edições e vendendo os exemplares avulsos a preços mais acessíveis (100 réis, o que correspondia ao valor da passagem de bonde). O jornal também abria espaços para as reclamações dos leitores, constituindo-se como intermediário possível entre o poder e o restante da população, buscando atingir o leitor de menor grau de instrução e menor poder aquisitivo. O Correio da Manhã, nesse período, também procurava ter uma abordagem popular e maior alcance nas classes mais baixas. A Gazeta de Notícias estava passando por modernizações, se colocando como um periódico jovem e moderno, além de referendar sempre sua "liberdade" diante de facções e grupos políticos, o que na prática não ocorria (BARBOSA, 2007).

ideais eram por eles reproduzidos. A partir desse material, refletimos sobre o impacto da construção de uma imagem dominante da população marginalizada carioca, capaz de produzir estigmas e preconceitos (GOFFMAN, 1975).

Percebemos que os jornais, entre 1903 e 1905, reproduzem prioritariamente o discurso jurídico e médico higienista. O acelerado processo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro demandou a interferência do poder público de forma a amenizar o que consideravam caos social e local de disseminação de doenças. No entanto, esse conjunto de obras públicas excluiu do centro urbano a população mais pobre, afastando-a para longe dos olhares, promovendo sua invisibilidade. Os habitantes das casas de cômodos, estalagens e os cortiços não foram contemplados pelas reformas e foram expulsos da região central da cidade. A exclusão de parte da população e a maneira severa como essas medidas foram postas em prática fizeram com que muitos cidadãos não aprovassem as reformas no Rio de Janeiro. Porém, os principais periódicos que circulavam naquela época corroboravam o discurso do poder público. Dentre eles, o Jornal do Brasil, o Correio da Manhã e a Gazeta de Notícias.

Em seu artigo de apresentação, a nova direção do periódico afirmava seu propósito de "assegurar aos poderes públicos seu apoio, sempre que [necessário] para sustentar a autoridade legal". Declarava ainda que as autoridades teriam no jornal uma sentinela vigilante e um adversário enérgico dos que corrompessem as leis. Do antigo matutino restava, portanto, apenas o título. [...] o Jornal do Brasil, [...] se manteve voltado para o noticiário popular, embora jamais encampasse as lutas populares que contivessem qualquer tipo de ameaça à ordem constituída. (FERREIRA; MONTALVÃO *apud* ABREU, 2002, n.p.)

Como resultado de pesquisa, observamos que os cortiços são pouco mencionados nos jornais e, quando aparecem, estão majoritariamente associados a aspectos negativos. Ao analisarmos as menções à palavra "cortiço" nas edições publicadas do Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Gazeta de Notícias, entre 1903 e 1905, verificamos que os cortiços aparecem apenas na seção "Queixas do Povo", do Jornal do Brasil, relacionados às manchetes de surto da peste bubônica no Rio de Janeiro e também como palco de crimes violentos. A pesquisa não foi capaz de encontrar nenhuma notícia na qual se

⁹ "Queixas do Povo" era uma seção do Jornal do Brasil que publicava reclamações da população do Rio de Janeiro. O periódico era conhecido como o "popularíssimo" e vendia uma imagem de intermediário entre a população e o poder público. "O Jornal do Brasil é assim, [...] popular por excelência e do agrado desse povo que quotidianamente lhe dá provas de simpatia e incentivo à manifestação do seu programa" (Jornal do Brasil, 15 nov. 1902, p. 2).

destacassem aspectos positivos de um cortiço. Os lugares sempre são descritos como sujos e bagunçados, além de abrigos de "imoralidades" e baderna. No Correio da Manhã, entretanto, foram notadas duas menções referentes ao cortiço em contextos culturais, inserido em propagandas de peças de teatro. No caso do Jornal do Brasil, foram encontradas 18 citações relacionando o cortiço a elementos culturais. Na Gazeta de Notícias, foram 5 menções percebidas em crônicas, anúncios e colunas, ainda que, mesmo nessas representações, os preconceitos continuassem sendo reproduzidos.

O Rio de Janeiro no início do século XX

No início do século XX, o Rio de Janeiro era a principal e maior cidade do país. Os constantes fluxos migratórios e imigratórios favoreceram um intenso processo de urbanização, que demandava uma reestruturação espacial daquele que era considerado o cartão postal do país. (MOTTA *apud* ABREU, 2002, n.p.)

A cidade enfrentava sérios problemas sociais. Fruto de uma urbanização acelerada e sem planejamento, o Centro do Rio de Janeiro tinha ruas apertadas, sujas e mal iluminadas. As condições de saneamento básico eram precárias. O Rio enfrentou epidemias de doenças como febre amarela e peste bubônica. A população de baixo poder aquisitivo morava de aluguel em grandes habitações, precárias e coletivas, os cortiços, sob péssimas condições de higiene.

Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava- se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar; via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco. (AZEVEDO, 1890, p. 14)

Incentivado pelo presidente Rodrigues Alves, o prefeito Pereira Passos deu início a uma série de reformas urbanas, em 1903, inspirado nas cidades europeias, com o objetivo de melhorar o saneamento e promover a modernização do Rio. Para os higienistas da época, era necessário alargar as ruas para melhor aproveitar a luz do sol e os ventos, mudar os costumes e demolir as habitações populares coletivas. A chamada Reforma Pereira Passos foi um marco na urbanização carioca, com uma verdadeira

reconstrução do Centro da cidade. Mas nem todos foram incluídos nessa modernização. Centenas de cortiços, vistos como lugares de proliferação de doenças, foram demolidos, por motivos de higiene ou para dar espaço para ruas mais largas e arejadas.

Sanear, higienizar, ordenar, demolir, civilizar, foram também as palavras de ordem do prefeito Pereira Passos. Por isso mesmo, cortiços, casas de cômodos, estalagens, velhos casarões, passaram a ser os alvos preferenciais da reforma urbanística que empreendeu ao longo de seu mandato. [...] São conflitantes as informações sobre o número de construções demolidas para dar passagem à nova avenida, variando entre setecentas e três mil. Ao atuar sobre velhas freguesias e distritos centrais, esse conjunto de intervenções urbanísticas resultou na destruição de quarteirões inteiros de hospedagens, cortiços, casas de cômodos e estalagens, além de armazéns e trapiches de áreas junto ao mar [...] a operação "bota-abaixo" ficou marcada pela maneira autoritária com que lidou com as milhares de pessoas prejudicadas pela perda de suas moradias e negócios. (MOTTA apud ABREU, 2002, n.p.)

Por causa das demolições, o prefeito ficou popularmente conhecido como "bota-abaixo". Os moradores de cortiços e estalagens foram obrigados a realocarem-se em lugares distantes dos centros e, consequentemente, de seus trabalhos. A partir desse cenário, foi iniciado o processo de favelização no Rio de Janeiro, uma vez que essa população viu na ocupação dos morros uma alternativa para a exclusão que lhes foi imposta. Nessa perspectiva e dentro do período definido nesta pesquisa, Romulo Costa Mattos (2008, p. 163) analisa a contribuição da imprensa "para a formação de uma memória social de acordo com a qual as favelas seriam, por excelência, territórios das 'classes perigosas' na cidade do Rio de Janeiro". A formação da memória social sobre as favelas ocorre de modo análogo, quase como uma herança da memória social construída sobre os cortiços.

Para a resolução da questão de moradia, uma comissão foi nomeada prometendo realocar aqueles que haviam sido desabrigados. Essa decisão foi resultado da pressão por parte dos periódicos contrários aos governantes, além de denúncias realizadas por Everardo Adolpho Backheuser, engenheiro que acreditava na substituição espontânea dos cortiços pelas vilas operárias, consideradas a melhor opção de habitação coletiva¹⁰.

¹⁰ Para mais informações, ver O "BOTA-ABAIXO": as críticas e os críticos. Disponível em: http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-comodistrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2914-o-bota-abaixo-as-criticas-e-os-criticos. Acesso em: 3 jan. 2021.

O Rio de Janeiro no início do século XX

Novas tecnologias entram em cena e mudam o cotidiano da cidade [...]. As transformações dos jornais diários numa cidade também em mudança dão a senha para o ingresso em um mundo marcado por mudanças de natureza tecnológica. (BARBOSA, 2007, p. 18)

O Rio de Janeiro e seus periódicos passavam por muitas transformações urbanotecnológicas, que impactaram toda a sociedade. Do ponto de vista editorial, houve a desvalorização dos artigos de opinião em favor de textos com caráter de imparcialidade, tendo como foco as notícias do cotidiano. Criaram-se colunas fixas de informação e de opinião, de forma a separar o fato do comentário, diferenciando as duas abordagens. Novas máquinas, como o telégrafo, permitiam aos veículos expandir o seu alcance e a sua capacidade de obter informações. Porém, nem todas as pessoas fizeram parte dessas modernizações. Os grupos populares estavam apartados desse novo mundo.

Os periódicos passaram a se comportar como empresas jornalísticas, "grandes fábricas de notícias" (BARBOSA, 1997). Assim, incorporaram diversas inovações tecnológicas, editoriais e redacionais para atender à demanda de mercado e atingir os leitores. Cabe analisar, nesse contexto, quem eram os indivíduos por trás das manchetes para que possamos entender o poder atribuído a esses difusores de informação. Os dirigentes costumavam ser herdeiros dos maiores grupos agrários do Brasil imperial, ou filhos das classes mais abastadas da sociedade. Já os repórteres eram, majoritariamente, estudantes universitários, literatos e/ou aqueles que almejavam cargos políticos.

Para portadores do privilégio de classe e letramento, o resultado não poderia ser diferente: prestígio. Prestígio esse que os garantia numa posição importante, já que eram responsáveis por moldar o rosto da cidade. Criavam e propagavam conceitos, assim como difundiam normas e comportamentos. Como destaca Barbosa (1997, p. 91), "[...] crescendo emparelhado com o processo de mercantilização da cidade, o jornalista invadiu, impassível, territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Passando a ditar modas e hábitos, chega a desafiar a Igreja na disputa pelo controle das consciências".

Nesse contexto de culto à modernidade, os cortiços passam a ser, cada vez mais, símbolo de um tempo que deveria ficar definitivamente para trás, identificado com o atraso. Essa exclusão se dava a nível simbólico, ou seja, na percepção de que esses lugares eram a materialização de um tempo tido como morto que devia ser ultrapassado,

mas também nas ações reais do poder público. Com as demolições das reformas urbanas, os cortiços foram apagados da paisagem da cidade, num cenário em que o apagamento da memória sobre eles também era desejado.

Os jornais mais importantes da cidade corroboram a ideia de que essas habitações significavam o atraso. Como representantes do ideal de modernidade da sociedade, e amplificando os discursos dominantes da sociedade — o jurídico e o sanitário-higienista —, os periódicos fazem coro à necessidade de demolição dos cortiços. Isso explica o fato de, mesmo sendo "jornais populares" e "defensores do povo", como faziam questão de referendar em suas páginas, os periódicos não fazem qualquer movimento de defesa dessas habitações populares. Os cortiços são pouco mencionados em suas páginas e sempre são descritos de forma pejorativa, como lugares insalubres e de baderna. No cenário de construção da modernidade republicana, cabia aos jornais o papel de unificar discursos, fazendo eco aos desejos de inserção do país numa nova atmosfera.

A imagem do poder público estava sempre presente nesses textos, difundindo uma eficiência, pois fazer-se compreender era fundamental para os grupos dominantes. E, para isso, não bastava a imposição de normas, era preciso unificar os discursos. E a imprensa cumprirá esse papel através dos homens de letras: o jornalista, o repórter, o literato. (BARBOSA, 1997, p. 90)

Antes de analisar como os cortiços eram retratados, cabe ressaltar que os jornais atuam como agentes históricos, construindo suas narrativas como produção de memória de uma época. Assim, dialogando com o passado, presente e futuro, os jornais documentam a realidade, perpetuando signos memoráveis no imaginário popular. Entretanto, para fins de pesquisa, a análise da intencionalidade e da subjetividade de qualquer documento é crucial (CRUZ; PEIXOTO, 2007). É a partir dessa perspectiva que a representação dos cortiços na mídia será investigada.

A construção da memória torna-se ainda mais contundente quando se trata da comunicação escrita, uma vez que codifica o acontecimento do presente para o futuro. Esta talvez seja a tradicional esfera de ação do historiador, as memórias e outros "relatos" escritos (outro termo relacionado a lembrar, *ricordare* em italiano). Precisamos é claro, nos lembrar de que esses relatos não são atos inocentes da memória, mas tentativas de convencer, formar a memória de outrem. (PAULA, 2019, p. 2)

Ao realizarmos inicialmente a pesquisa quantitativa nos periódicos, observamos, de imediato, a escassez de citações da palavra cortiço. A Gazeta de Notícias, em suas 365 edições anuais, o que perfaz 1.094 edições nos três anos analisados (em 1905 foram 364 edições), contabilizou 10 inserções da palavra. Nesse sentido, concluímos que a segregação desses espaços – e, consequentemente, de seus habitantes – se dá, também, pela invisibilização¹¹.

Tabela 1: Menções do termo "cortiço" no jornal Gazeta de Notícias (1903-1905).

Gazeta de Notícias	s: 10 menções em três anos	
Ano	Total de edições publicadas	Menções do termo "cortiço"
1903	365	0
1904	365	3
1905	364	7

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

No caso do Correio da Manhã, observamos um pequeno aumento, se comparado com a Gazeta: em três anos houve 19 menções.

Tabela 2: Menções do termo "cortiço" no jornal Correio da Manhã (1903-1905).

Correio da Manhã: 19 menções em três anos				
Ano	Total de edições publicadas	Menções do termo "cortiço"		
1903	364	3		
1904	336	6		
1905	364	10		

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

No Jornal do Brasil, entretanto, observamos um expressivo aumento nas referências, se comparado com os dois periódicos: em três anos, houve 40 ocorrências.

Tabela 3: Menções do termo "cortiço" no Jornal do Brasil (1903-1905).

Jornal do Brasil: 40 menções em três anos

-

¹¹ É preciso pontuar, no entanto, as limitações da ferramenta de busca da Hemeroteca Digital Brasileira, onde desenvolvemos a pesquisa, que, dependendo das condições em que se encontram as edições dos jornais, o termo pesquisado pode não ser localizado.

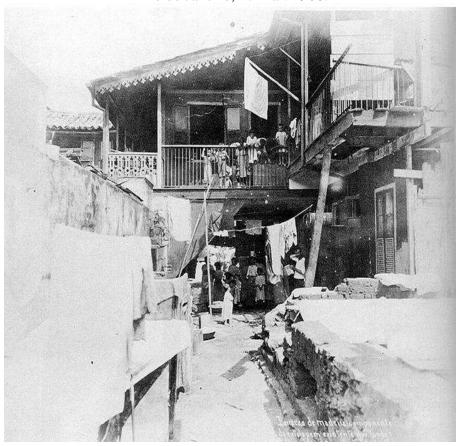
Ano	Total de edições	Menções do termo
	publicadas	"cortiço"
1903	413	26
1904	366	7
1905	365	7

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

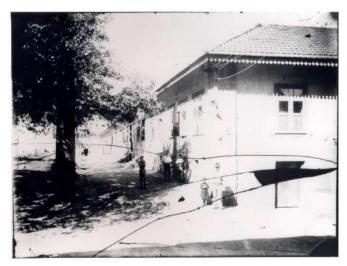
Ainda que nos três periódicos haja uma pequena ocorrência da palavra, indicando que esses espaços não eram noticiáveis, há diferença entre a incidência no que diz respeito à Gazeta de Notícias e o Correio da Manhã, de um lado, e do outro, o Jornal do Brasil. Neste último periódico, que era o de maior circulação entre os grupos populares nesse período, o cortiço foi mencionado 23 vezes no ano de 1903, exatamente no momento em que ocorrem as maiores remoções dessas habitações por conta das reformas urbanas.

Desse modo, é nítido que a exclusão à qual essa população foi submetida ultrapassou o campo social e econômico, refletindo-se também no campo comunicacional-midiático, o qual corroborou para a perpetuação dessa marginalização. A produção cultural desses espaços e o cotidiano dos cortiços não foi noticiado. Apesar de integrar a cidade, a vida dessa população nunca foi de interesse dos jornais, a não ser quando chamava atenção pela violência, desordem e insalubridade. Na mesma perspectiva, a sub-representação histórica dos negros, parte expressiva dos habitantes dos cortiços, contribuiu para o seu apagamento na construção da identidade brasileira. Ocupando majoritariamente casas de cômodos, estalagens e cortiços, os negros, vivendo sob a herança da escravidão, não tiveram a opção de fugir desse espaço de invisibilidade.

Figura 1: Barração de madeira componente de estalagem localizada na Rua da Sé, no Rio de Janeiro, 27 mar. 1906.



Fonte: Foto de Augusto Malta, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro Figura 2: Fachada do cortiço Chácara da Floresta, Rua da Ajuda, Rio de Janeiro



Fonte: Foto de Augusto Malta, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

É, portanto, a partir da análise dos impressos, que encontramos três eixos principais de representação dos cortiços: local de crimes violentos, baderna e insalubridade. Apesar dos três jornais analisados, Jornal da Manhã, Gazeta de Notícias e

Correio da Manhã, apresentarem distintas linhas editoriais¹², esse padrão de noticiamento foi percebido como um ponto comum entre eles.

Para observar o primeiro tópico, um local de crimes violentos, os seguintes trechos foram selecionados:

[...] uma dessas scenas, occorrida hontem na estalagem da rua do Rezende n. 22, foi consequencia um ferimento no olho esquerdo de Henriquela Gomes, moradora da casinha n. 9. A outra parte litigante foi sua vizinha, a crioula Ignez, que a espancou a páo, fazendo-lhe o já mencionado ferimento. (Gazeta de Notícias, Ano 1905, Edição 0033)

Antonio Lourenço Cabral Junior, carpinteiro, residente na estalagem n. 29 da ladeira de Santa Thereza, por motivos de quasi nenhuma importancia, armou-se hontem à noite, de reforçado cacete e espancou a valer Maria da Conceição, residente também em um mesmo cortiço. (Correio da Manhã, 1905, Edição 01427)

O menino Paulino, de dous annos de edade, filho do preto Egydio Francisco, morador em um cortiço da rua barão de Ladario, S. Paulo, achava-se brincando no quintal quando uma pessoa da casa, não o vendo, jogou uma panella de água fervendo que o alcançou, queimando-o horrivelmente. A infeliz criança, não sendo tratada com o devido cuidado, veiu a fallecer de tetano. (Jornal do Brasil, Ano 1903, Edição 00085)

Nessa perspectiva, sob um espectro analítico, quando esse tipo de noticiamento é relacionado à escassez de abordagens midiáticas positivas acerca do cortiço, é nítido que o retrato construído e propagado da população que o habita é, majoritariamente, de pessoas violentas, perigosas e infelizes. Nesse sentido, o discurso jurídico disseminado na época passa a servir de respaldo para um discurso puramente discriminatório.

Já em outro viés, a partir do periódico Jornal do Brasil, pode-se perceber na seção "Queixas do Povo" a reprodução de um discurso igualmente discriminatório por parte dos "cidadãos"¹³, que reprovavam a presença de cortiços em um bairro de elite, Copacabana, e alegavam a falta de higiene como fator que justificava tal reprovação (Jornal do Brasil, Ano 1905, edição 00077). Essa seção do jornal, apesar de representar a conexão entre sociedade civil e poder público, jamais publicou reclamações feitas pelos moradores do cortiço, pessoas de baixa renda. Assim, resta-nos a reflexão: qual povo esse jornal

.

¹² Para se aprofundar nas linhas editoriais de cada jornal, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, 1966.

¹³ Esclarecer se, na época, os moradores do cortiço eram considerados cidadãos, pois o que aparece no jornal é uma diferenciação entre cidadãos e moradores do cortiço.

"popular" representava? A Gazeta de Notícias também apresenta a seção "A voz do povo", em que a abordagem se dá de forma muito similar ao Jornal do Brasil, obedecendo à mesma lógica de segregação.

Faz-se evidente, nesse sentido, a recorrência massiva de representações do cortiço como um local insalubre, fator que é agravado quando analisado em adição aos discursos médicos higienistas amplamente repercutidos naquele período. Devido ao recente enfrentamento de epidemias pela cidade do Rio de Janeiro, em meados de 1900, os cortiços eram propagados como um potencial foco de doenças e, também por isso, era defendido que fossem extintos. Entretanto, cabe notar que a insalubridade desses locais surge a partir de um desamparo estatal, que se perpetua no decorrer dos anos ao invés de o Estado trabalhar para sanar as precariedades dessas habitações.

Cortiço da rua General Caldwell. Numa área estreita, quartos em fila, baixos, encostados ao muro, cobertos de telha escura, com o soalho de taboas podres, separadas, assentado na terra. Na frente a cama. No fundo, em um escaninho, um fogoreiro. Um odor de molestia enchendo o espaço reduzidissimo do domicilio-tumba. [...] Em um dos quartos, uma mulher magra, de tez amarela, amollecida, e olhos sonhadores, indifferentes, tosse e escarra. Duas crianças, quasi núas, filam, sorrindo, o comissário, e encolhem os hombrinhos debaixo da cabeça enorme, com cabellos ruços pelo sol. Uma dellas tosse tambem. A outra é barriguda, tem as pernas finas e os joelhos nodosos. (Gazeta de Notícias, Scenas da Peste (historias veridicas), 14 dez. 1900)

Os moradores das casas vizinhas á de n. 55 da rua Marquez de Abrantes pedem a attenção das autoridades incumbidas da hygiene desse local para o estado de lamentável desleixo em que se acha aquele predio. transformado em immundo cortiço, habitado por individuos que promovem constantes disturbios. (Jornal do Brasil, Ano 1903, Edição 00168)

Além do aspecto do discurso higienista, outro ponto de destaque é o da imoralidade, cuja recorrência chama atenção. O espaço do cortiço é tido como um local de baderna, como é visível na citação acima, em que seus habitantes são acusados de promoverem "constantes disturbios". Principalmente em seções como "A voz do povo" e "Queixas do povo", reclamações acerca do comportamento desses habitantes são notórias, uma vez que a sociedade carioca repugnava o estilo de vida que levavam, a partir de um olhar já imbuído de preconceitos. Entretanto, essa percepção era reproduzida também por colunistas, o que é explicitado pela seguinte menção, em que se faz nítida a ideia que costumava ser propagada dos cortiços: "[...] atendendo ao chamamento dessa

relice política, que nos pintam como um enorme cortiço onde a moral está abaixo da imundice notada por todos os cantos" (Correio da Manhã, 1904\Edição 01125).

Retomando o poder da imprensa como elemento construtor de memória, cabe analisar a manutenção da visão estigmatizada em relação a esses habitantes, principalmente em relação aos negros, que se arrasta até a atualidade. Intrigantemente, a mídia ainda faz dos afrodescendentes alvo da mesma visão discriminatória disseminada em meados de 1905 e percebida nos periódicos, apresentando na atualidade o mesmo padrão de associações que a presente pesquisa identificou durante o recorte temporal adotado (1903-1905).

Por outro lado, para os entrevistados, os afrodescendentes são constantemente associados nos meios de comunicação a imagens negativas, como pobreza, violência, criminalidade, favela, sujeira, ignorância, analfabetismo, feiura e infelicidade. Estas narrativas, em especial, estão impregnadas de mágoas e ressentimentos. Além disso, ressalta-se que estas imagens emergiram 24 vezes nos discursos dos entrevistados. Dessa forma, este elemento parece ser bastante significativo para os entrevistados. (ACEVEDO; NOHARA, 2008, p. 119-146)

Portanto, o impacto negativo dessas representações na consolidação do imaginário popular é muito evidente. A critério de esclarecimento, a demanda do recorte racial surgiu a partir de uma questão estrutural brasileira que jamais poderia ser ignorada. A massiva discriminação racial vigente no Brasil torna inviável tratar com equidade a imagem construída e propagada pela mídia de brancos e negros. Mesmo que brancos também habitassem os cortiços, e mesmo que no cenário contemporâneo brancos ainda sofram discriminação de classe quando residem em favelas ou periferias, os negros, pobres ou não, são associados majoritariamente à pobreza, criminalidade e aos outros elementos provenientes dos estigmas que carregam, independente da classe a qual pertençam. Inegavelmente, a mídia desempenhou influência fundamental nessa conjuntura.

Considerações finais: seriam os cortiços realmente lugares de baderna ou apenas lugares de pobres?

Conforme os veículos de imprensa notificavam, muitas vezes os cortiços de fato eram espaços de crimes e de proliferação de doenças. Mas é preciso rever a interpretação que desenvolvemos a partir desses episódios. Com a reforma urbana, instaurou-se uma

verdadeira guerra entre o poder público, apoiado pela elite da época, e os pobres moradores de cortiços. Todos os cortiços foram destruídos, e seus moradores expulsos do Centro das cidades (CASTRO, 2010). As habitações populares eram submetidas a más condições e de julgamentos externos por conta do esquecimento e de uma sociedade elitista acima de tudo, e não por serem lugares de pessoas indecentes ou de mau caráter.

A falha de não conseguir fazer com que exista um Estado social cria a necessidade para o sustento do capitalismo de um Estado penal mais atuante, já que as não garantias do mercado não são supridas pelo Estado, faz-se a necessidade de controlar essa população sem direitos e sem garantias, punindo-as e tratando-as como desviantes para que fiquem longe da "população de bem" e não ofereçam riscos. Assim, o Estado livra-se de qualquer responsabilidade econômica e a sociedade justifica a pobreza como merecimento e falta de caráter. (CASTRO, 2010)

Para o capitalismo continuar mantendo sua hegemonia, ele usa meios de manipulação de opinião. Portanto, os jornais se tornam difusores de ideologias, principalmente daquelas de quem tem poder econômico (CASTRO, 2010). Observamos que as descrições nos periódicos vão além da cobertura imparcial dos fatos, sempre demonstrando alguma descrição muito pejorativa e desnecessária para a transmissão da informação. O trecho abaixo do Jornal do Brasil é um claro exemplo disso. Por vezes um simples adjetivo ou uma frase podem parecer elementos verbais de pouca importância, mas somados ao todo – sobretudo em instituições de poder de informação, como os periódicos Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Gazeta de Notícias – contribuem para a perpetuação de um preconceito existente contra a população de baixa renda que vivia nessas habitações populares.

Reaberta, pede a palavra o sr. Arthur Coelho Sobrinho, que faz um rápido histórico do que foi a instituição que dirige, encontrando-a liquidada, funcionando em um prédio de tal modo acanhado que mais parecia um pardieiro e ainda assim, transformado em verdadeiro cortiço, porque todas as suas dependências achavam-se alugadas até a pessoas de seriedade duvidosa. (Jornal do Brasil, Ano 1904, Edição 0005)

Esse fragmento do Jornal do Brasil faz parte de um texto que relatava uma reunião feita por associados da Caixa Telegraphica com o objetivo de formar uma chapa para decidir qual seria a futura administração dessa instituição. Ao longo da publicação,

percebemos que a cobertura desse acontecimento não é objetiva, como estamos acostumados a ler em jornais no século XXI, e se utiliza de muitos adjetivos para descrever a ocasião. Isso, muitas vezes, faz com que a escrita saia do escopo da caracterização e entre em um caráter de opinião. Sendo assim, essa prática de escrita torna-se problemática quando reproduz preconceitos e comportamentos que afetam a sociedade nessa demonstração de pensamento. No caso, o Jornal do Brasil, em seu papel de periódico e porta-voz da informação, está dizendo para as pessoas que os cortiços são "bagunçados" e ocupados por "pessoas de seriedade duvidosa". Isso torna a legitimar que o resto da população também desenvolva esse olhar e comece a desdenhar moradores de habitações populares, contribuindo para reforçar a exclusão dessas pessoas, que precisam justamente de uma assistência social, com um Estado mais presente e de classes sociais menos elitistas. Os cortiços não eram lugares de baderna ou de adultos indecentes, mas de pobres. Marginalizados por uma sociedade historicamente desigual e estruturas de influência e de poder que corroboram e mantêm essas circunstâncias.

Depois da abolição foi a vez dos cortiços, que geralmente eram locais insalubres e apertados, mas que estavam localizados nos centros das grandes cidades. Como já foi estudado, este não era o local ideal para o pobre, não pelas péssimas condições de moradia, mas por se situar muito perto das elites e da vida social destas. (CASTRO, 2010)

A pesquisa não questiona sob nenhuma circunstância a veracidade das notícias propagadas em relação ao cortiço. Entretanto, é necessário analisar, para além do óbvio, quais eram as reais intenções do Estado em isolar a população pobre dos grandes centros, que diferiam de suas justificativas. A insalubridade, criminalidade e desordem eram, de fato, elementos presentes nas antigas habitações populares. Mas, para além disso, havia claramente uma urgência municipal em demarcar o espaço geográfico de acordo com as classes. A elite nunca se uniu à pobreza na história do Brasil, o que na atualidade se manifesta por meio da especulação imobiliária, afastando o pobre para as favelas e periferias. Assim, pôde ser identificado o interesse da sociedade carioca na demolição dos cortiços e na expulsão de seus habitantes dos grandes centros, corroborando a afirmativa de Giorgetti (2007, *apud* CASTRO, 2010): "O poder público não age sem o consentimento da sociedade, por mais radical que seja a medida adotada, há sempre um setor da sociedade que a apoia".

Ainda nessa linha de raciocínio, a pesquisa concluiu que o papel comunicacional que a mídia desempenhou nesse processo, além de reproduzir a visão discriminatória hegemônica da sociedade carioca, contribuiu para a perpetuação dessa visão no imaginário popular. Esse movimento foi percebido nas caracterizações dos cortiços e de seus habitantes, seja por parte de colunistas dos periódicos ou por parte do povo, em seções destinadas a reclamações, por exemplo. O fato de a população pobre, que residia nessas habitações coletivas, não aparecer com suas queixas em seções como "Queixas do Povo" já explicita a exclusão à qual eram submetidos pelos jornais. A predominância de menções de "cortiço" relacionadas a questões jurídicas ou higienistas também constitui uma forma de distorção de imagem, como se esse local fosse exclusivamente palco de tragédias ou de doenças. A mídia atuou como segregadora *per si*, invisibilizando os cortiços e seus respectivos habitantes ao não os incluir de modo regular nas edições, não os representar como integrantes da cidade, agentes culturais, cidadãos comuns e portadores de moral.

Por fim, uma das reflexões possíveis pretendidas é acerca dos impactos gerados a partir dessa representação midiática. Como já foi destrinchado previamente, esse retrato construído e propagado dos cortiços abrange muito mais do que a visão sobre um determinado local. A escolha desse *locus* surgiu justamente devido à representatividade intrínseca a ele, carregada de signos. Seus habitantes constituíam a população mais marginalizada no Rio de Janeiro, traçando um perfil muito claro: majoritariamente negros, pobres e/ou imigrantes.

A ação do Estado teve pleno apoio da mídia e da população que habitava as cidades, a derrubada dos cortiços era uma forma de limpar a cidade das doenças e dos vícios que a população pobre transmitia. O que os médicos haviam diagnosticado como o foco das epidemias era também, e sobretudo aos olhos da elite política nacional "o berço do vício e do crime" pois era aí que se residia e concentrava o que se chamava de "classe perigosa". (CASTRO, 2010)

No decorrer dos anos, migraram para as favelas, permanecendo, em peso, nas classes mais baixas da sociedade e, na atualidade, ainda carregam os estereótipos que durante o recorte temporal da pesquisa foram alimentados e repercutidos. Ou seja, é possível perceber que a mídia continua propagando o padrão de noticiamento percebido pela pesquisa, em que as crianças periféricas, hodiernamente, são tidas como assaltantes, que formam arrastões e continuam perturbando as ruas de Copacabana.

Isabela afirma que cenas semelhantes são cada vez mais recorrentes, o que tem gerado um clima de muita insegurança. "Esses pivetes ficam roubando as pessoas. Todo mundo fica irritado com eles. Acho que por isso esses homens que estavam no bar hoje partiram para a agressão". (G1, 20/09/2015)

Referências

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Interpretações sobre os retratos dos afrodescendentes na mídia de massa. **Rev. Adm. Contemp**, Curitiba, v. 12, Número Especial, p. 119-146, 2008.

AZEVEDO, Aluísio de. O Cortiço. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1890.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**. Tese de Doutorado em História. Niterói, RJ: UFF, 1996.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2007.

CASTRO, Clara Alencar. **Criminalização da pobreza:** mídia e propagação de uma ideologia higienista de proteção social aos pobres. 75 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

CRUZ, F. H.; PEIXOTO M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

FERREIRA e MONTALVÃO. Jornal do Brasil. In: Verbete CPDOC. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil. Acesso em: 14 jan. 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

MATTOS, Romulo Costa. As "classes perigosas" habitam as favelas: um passeio pela crônica policial no período das reformas urbanas. **Revista de Ciências Sociais**, PUC-Rio, 2008.

MOTTA. Bota-abaixo. In: Verbete CPDOC, Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOTA-

ABAIXO, %20O.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

O "bota-abaixo": as críticas e os críticos. Multirio. Disponível em: . Acesso em: 03 jan. 2021.

PAULA, Richard Negreiros de. **Semente de favela: jornalistas e o espaço urbano da Capital Federal nos primeiros anos da República** – o caso do Cabeça de Porco. Cantareira.

Disponível em:

https://www.historia.uff.br/cantareira/edic_passadas/v3/sementedefavela.pdf. Ano II, N° III, Vol I. Acesso em: 03 jun. 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, 1966.

"Procura-se escravo. Gratifica-se a quem encontrar": a publicidade a serviço da escravidão no jornal O Parahybuna (1838-1839)

Marina dos Santos Franco¹⁴ Márcio Ribeiro Ferreira Rosa¹⁵ Ricardo Matos de Araújo Rios¹⁶

Introdução

O Parahybuna foi o primeiro jornal criado em Barbacena. De acordo com Figueiredo et al. (2013), a publicação surgiu em 14 de maio de 1836 e seu fundador foi o padre Justiniano da Cunha Pereira. O periódico seguia uma linha contra a Regência de Feijó¹⁷ e possuía fortes ligações com Bernardo Pereira de Vasconcelos¹⁸, uma das maiores lideranças do Império. Como boa parte dos primeiros jornais do Brasil, que surgiram no início do século 19, O Parahybuna também servia a interesses políticos e como propagador de ideias políticas. Além disso, o jornal também era um lugar onde a elite letrada da época podia anunciar e oferecer serviços e produtos, como alimentos, médicos, fazendas, além de peças publicitárias sobre escravos. O espaço destinado à publicidade tinha lugar determinado, como observam Rosa e Rios (2019, p. 6), e ficava no canto inferior direito da página 4 do periódico, sendo o último conteúdo disponível para leitura.

Como elucida Resende (2012), Vasconcelos utilizou O Parahybuna para divulgar suas ideias e projetos políticos dentro de Barbacena que, à época, possuía vasta extensão e terminava seu território próximo à Província do Rio de Janeiro. A pesquisa parte da hipótese de que a publicidade, enquanto discurso, pode servir como um "espelho" de uma

¹⁴ Graduada em Publicidade e Propaganda pela UNIPAC. Laureada no 6º Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia. E-mail: marina.franco02@gmail.com

¹⁵ Graduando em Publicidade e Propaganda pela UNIPAC. Laureado no 6º Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia. E-mail: ribeiromarcio007nse@gmail.com

¹⁶ Orientador do trabalho. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFSJ, Mestre em Relações Internacionais pela PUC-MG e pela Universidade de Coimbra. Doutorando em Comunicação Social pela UFJF. Professor do Curso de Publicidade e Propaganda da UNIPAC. Vencedor do 3º Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia. E-mail: ricmrios@gmail.com / Twitter: @ProfessorRios

¹⁷ A regência foi um período do Império Brasileiro após a abdicação de Dom Pedro I ao trono, em favor de seu filho, Dom Pedro II, que não podia tomar posse. Padre Diogo Antônio Feijó foi um dos quatro regentes, governando de 1835 a 1837. Sua regência foi marcada por dois conflitos internos: a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Cabanagem, no Pará.

¹⁸ Além de político, Vasconcelos foi jornalista e jurista, tendo criado o Supremo Tribunal Federal, em 1828.

época específica. Desse modo, pretende-se responder aos seguintes questionamentos: A) De que forma a publicidade trabalhava a escravidão e os cativos na primeira metade do século 19?; B) Quais são os imaginários sócio-discursivos que atravessam esses discursos?; e C) Qual relação havia entre poder e escravidão?

O recorte histórico da publicidade brasileira no século XIX

História e mídia estão intrinsecamente ligadas desde os primórdios da imprensa de Gutenberg¹⁹. Graças aos jornais antigos, vários aspectos da história mundial continuam vivos. Na historiografia da imprensa brasileira é possível encontrar diversas referências sobre a importância dos jornais na construção da história nacional. Sodré (1999) afirma que grande parte do que se conhece hoje sobre a Revolução Farroupilha foi encontrado nas páginas dos jornais que circulavam entre os revolucionários. Como Habermas (2003) defende, o jornalismo se desenvolve com base em aspectos políticos e econômicos, o que dá aos periódicos uma importância grande para o estudo da história.

Essa ligação entre mídia e história passa, necessariamente, pela publicidade. Aucar (2016, p. 58) coloca que, durante o século XIX o consumo de notícias se transformou em um valor social permanente. Isso foi latente na sociedade brasileira daquele século, já que apenas pessoas letradas tinham acesso à compreensão do que estava escrito naquelas folhas de papel. As pessoas iletradas dependiam, obrigatoriamente, de quem sabia ler para decodificar o que estava no jornal. Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos* (2006, p. 24-25), observa a grande importância da publicidade para a formação sociocultural da sociedade brasileira do século XIX:

É considerável a massa de notícias, avisos e, principalmente, de anúncios de jornal da época colonial e do tempo do Império em que se baseiam algumas das generalizações, neste livro. Anúncios de escravo, de casa, de móvel, de dentista, de sapato, de chapéu, de médico, de modista, de teatro, de mágico, de colégio, de livros, de comidas e gulodices recebidas da Europa. Anúncios nos quais vêm se acusando, através do século XIX, a admiração quase supersticiosa do brasileiro pelo estrangeiro, pelo europeu, pelo inglês, pelo francês – cujos nomes Edgar, Lamartine, Arthur e até Benjamin Franklin, foram substituindo, no batismo dos meninos, os Thales, Ulysses e Themistocles, dos princípios do século XIX, e competindo com os nomes indígenas, a ponto das melhores casas, as melhores criadas, os melhores móveis, acabarem sendo anunciados "para família extrangeira", para "casa

¹⁹ Johannes Gutenberg foi o inventor da imprensa. Sua maior obra, a Bíblia de Gutenberg, marca a criação da produção gráfica em massa.

extrangeira", para "senhor extrangeiro". Fato, aliás, que ainda se observa em anúncios dos nossos dias. Há mais de cinquenta anos o fenômeno já servia de assunto a uma das crônicas mais interessantes e finas de França Júnior.

O estudo dos anúncios de jornal, nos quais antes só se enxergava o pitoresco, parece-nos ter sido utilizado larga e sistematicamente neste trabalho, pela primeira vez, dentro de técnica antropossociológica, para interpretações sociológicas e antropológicas. A essa utilização e a essas interpretações outras poderão se juntar com igual ou maior proveito: médicas por exemplo. Amplamente filológicas. Folclóricas. Puramente históricas. Aliás, já o Dr. Luís Robalinho Cavalcanti, em trabalho que escreveu sobre o assunto, no Brasil, colheu naquela fonte sua melhor e mais flagrante documentação histórica. (FREYRE, 2006, p. 24-25)

Silva e Coutinho (2012, p. 4-5) pontuam que os primeiros anúncios do Brasil surgiram no jornal A Gazeta do Rio de Janeiro, criado pela Coroa Portuguesa em 1808. Os anúncios do periódico eram curtos, informativos e sem qualquer ilustração, em formato de "classificado", enquanto os primeiros anúncios ilustrados surgem em 1875.

Basicamente, a publicidade brasileira do Século XIX pode ser aquilo que Bourdieu (1983) coloca como "capital simbólico", que estabelece níveis e classificações de prestígio aos agentes envolvidos, através de capital cultural e social, como conhecimento, poder político e econômico. Para a elite daquela época, o jornal não era apenas um capital de poder, mas também algo que garantia acesso a um mundo distante do resto da população.

As fases da Imprensa Mineira

Não é possível falar sobre a publicidade em um jornal mineiro sem considerar as fases da imprensa de Minas Gerais. Habermas (2003) divide a imprensa em três fases: Artesanal, Político-literária e Grandes Empresas Capitalistas. O referido autor classifica a imprensa Artesanal como a base de surgimento dos jornais no século XVII, onde a burguesia os utilizava para anúncios comerciais, no estilo de classificados. Para o autor, a fase Político-literária aparece durante os séculos XVIII e XIX e, a partir daí, os periódicos tornam-se o local, por excelência, para a disseminação do discurso da burguesia, que queria tomar o poder da aristocracia. Já a fase das Grandes Empresas Capitalistas surge no final do século XIX, quando a burguesia atinge seu propósito de obtenção do poder e faz com que os jornais deixem os objetivos da imprensa político-literária e assumam a forma de grandes empresas, visando o lucro.

Mendes (2012), utilizando as ideias sobre as eras da imprensa brasileira apresentadas por Sodré (1999), mostra a inserção de Minas Gerais nas fases do periodismo nacional que, segundo aquele autor, foi atrasada em relação ao resto do país. Conforme Mendes (2012, p. 19), Minas não possuiu nenhum periódico durante a fase da Imprensa Colonial, de 1808 a 1822. A Imprensa Publicista, que se assemelha bastante ao período caracterizado como político-literária por Habermas (2003), regeu a imprensa nacional de 1822 a 1840. Porém, em Minas Gerais, essa fase foi vigente de 1823 a 1885. Neste ínterim, o Brasil vivia a Imprensa Informativa e Literária, que tinha como foco os jornais informativos e literários, de 1840 a 1889. Minas Gerais só chegou nessa fase apenas em 1885, permanecendo nela até 1927. Neste ano, a imprensa mineira, finalmente, entrou na época da grande imprensa, equivalente às grandes empresas capitalistas descritas por Habermas (2003). É interessante notar que, segundo Sodré (1999), o Brasil já se encontrava nesta fase após a Proclamação da República, em 1889, enquanto Minas só chegou à grande imprensa após a criação do Diário da Manhã, em 1927.

Como afirmam Figueiredo et al. (2013, p. 14), salvo exceções, a imprensa barbacenense pode ser considerada panfletária e remete à imprensa político-literária, devido a ligação intrínseca entre mídia e política na cidade. O Parahybuna, surgido na primeira metade do século XIX, está inserido nas fases político-literária de Habermas (2003) e publicista, de Sodré (1999) e Mendes (2012).

Um breve histórico da escravidão africana no Império Português

A escravização do africano por Portugal começou devido ao avanço do islamismo sob o antigo Império Otomano. Durante o século 15, o avanço dos muçulmanos otomanos sobre o Império Bizantino e à Europa Mediterrânea era preocupante para a fé cristã. Para evitar esse avanço, a Igreja apoiava guerras. E, àquela época, presos de guerra se transformavam em escravos. O primeiro movimento para a escravidão lusitana começou em 1441, quando o navegador Antão Gonçalves, após uma expedição na Mauritânia, capturou dois azenegues (negros islamizados) e os levou a Portugal, segundo Bueno (2019, p. 73-74), como um presente a Dom Henrique. Ao receber os dois azenegues, D. Henrique enviou um diplomata até Roma para negociar junto ao Papa Eugênio IV uma bula papal que normatizaria o processo escravista.

Na negociação, segundo o autor, a bula papal deveria conceder a Portugal o monopólio do comércio com a África e a autorização para fazer a guerra contra os infiéis

(aqueles que não eram católicos), tirar-lhes as terras e escravizá-los. Zurara (1841, p. 90) também diz que, como os cativos estavam em território português e utilizando os recursos do Reino, bem como todas as estratégias de navegação consumiam os recursos financeiros do Estado, Dom Henrique queria a doação dos azenegues e de todas as terras descobertas por Portugal autorizada pelo Papa. Após os pedidos do Império Português, o Papa Eugênio IV aceitou os pedidos do Infante e a bula papal *Etsis Suscepti* foi emitida em 19 de dezembro de 1442, em que a Igreja concedia a absolvição dos pecados a qualquer fato acontecido na batalha entre mouros e pagãos. Porém, nada falava explicitamente sobre escravizados que não participassem das guerras.

A situação mudou em 18 de junho de 1452, com a bula *Dum diversas*, emitida pelo Papa Nicolau V. O documento papal garante a Portugal a escravização perpétua de muçulmanos e pagãos. A partir deste momento, a escravidão se torna vital para a expansão continental de Portugal, seja na América, mas também na África e na Ásia, através de Goa (Índia) e Macau (China). A exploração das colônias portuguesas não seria possível sem o trabalho escravo. Indo além, a história mostra que a escravidão foi um ato político com verniz religioso. Ao longo de seus relatos, Zurara (1841) coisifica os cativos, se lembrando poucas vezes que eles eram seres humanos e não objetos.

Estrutura discursiva publicitária: os ethé na publicidade de O Parahybuna

De acordo com Amossy (2008, p. 9), o *ethos* é a imagem de si e do outro construída no e pelo dizer. A autora explica que essa construção ocorre por meio da representação, a qual é formada pelo estilo, competências linguísticas e enciclopédicas e crenças implícitas de algo ou alguém.

Amossy cita (2008, p. 20-21) Albert Halsall, dizendo que toda comunicação está fundada em uma confiança mínima entre os protagonistas do discurso. Com isso, uma retórica narrativa determina como a enunciação cria uma relação de confiança e autoridade com o interlocutor, pautada na autoridade que a enunciação precisa se conferir, caso queira convencê-lo. Ou seja, se o leitor tivesse confiança no discurso emitido em O Parahybuna, mesmo levando em consideração que aquele era o único periódico disponível na cidade, ele consideraria que a informação e, por conseguinte, os anúncios teriam autoridade junto a ele.

Em seus estudos sobre a formação ethóica em atores políticos, Charaudeau (2008, p. 117) coloca que o *ethos* é formado a partir de representações e identidades fornecidas

em determinada realidade social, além de crenças pessoais ou de grupos, que podem levar a formação de estereótipos. Na ótica charaudeana, o destinatário da mensagem pode muito bem construir um *ethos* do locutor que este não desejou, como acontece na comunicação política.

Diante do discurso político, Charaudeau (2008) apresenta dois tipos de *ethé*: os de "credibilidade", compostos pelos de seriedade, virtude, competência e transparência (o discurso de justificação); e de "identificação", contendo os de potência, caráter, inteligência, humanidade, chefe e solidariedade. Além disso, algumas medidas de expressão e enunciação do discurso podem criar diferentes *ethé* no imaginário do eleitor.

Charaudeau diz que (2008, p. 137) o *ethos* político é resultado de uma soma de expectativas das pessoas que, através de imaginários, atribuem valores a características pessoais. Com isso, o leitor pode desenvolver visões alteradas (ou mantidas, dependendo da crença pessoal) dos anúncios apresentados pelo periódico.

Metodologia

Para realizar a pesquisa, o primeiro passo foi acessar os jornais da época por meio da técnica de análise de conteúdo. Bardin (2011, p. 47) pontua que esse tipo de análise pode ser definido como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Com base nisso, foi consultado o acervo pessoal do professor e pesquisador Ricardo Rios, que adquiriu as cópias em microfilme e digitalizadas das edições de O Parahybuna junto à Fundação Biblioteca Nacional. Com as cópias em mãos, os autores se debruçaram sobre o material e leram atentamente os anúncios presentes nas páginas 4 do periódico (a única que, pela diagramação, possuía reclames publicitários).

Os anúncios que tinham relação com o tema pesquisado foram transcritos na íntegra, com a ortografia vigente à época da publicação das peças, catalogados e, posteriormente, analisados de acordo com as ideias de Charaudeau (2018) sobre o *ethos* político. Para analisar, os anúncios foram lidos sob a ótica sócio-histórica do estado de Minas Gerais do século 19. Ao traçar a história de Barbacena, da região e de Minas Gerais

durante a análise, foi possível enxergar em qual dos *ethé* políticos de Charaudeau o anúncio se encaixava: se no *ethos* de credibilidade ou no *ethos* de identificação.

Após este levantamento, foi realizado um processo quantitativo para compreender qual tipo de *ethos* era mais projetado pelos anúncios de O Parahybuna envolvendo a escravidão.

Como os escravizados eram retratados nos anúncios de O Parahybuna

Nos anos analisados, foram encontrados nove anúncios que se referem diretamente a escravizados. Diferentemente das peças publicitárias de hoje, os anúncios da época só continham textos, sem nenhuma representação gráfica ou outro tipo de ilustração. As transcrições feitas aqui respeitaram os textos originais publicados no jornal. Na edição 156 do periódico, publicada no dia 18/05/1838, dois anúncios falavam sobre escravizados que haviam fugido:

Escravos fugidos

No dia 9 do corrente fugio do Rancho do Nascimento hum crioulo, escravo de Manoel Vieira da Silva Pinto, de nome Manoel, com os signaes seguintes: estatura ordinária, rosto comprido, sem barba alguma, com falta de dentes, nariz chato, pescoço grosso, cheio do corpo, pés compridos, fulla ²⁰ bastante, de idade 16 a 17 annos, e levou consigo huma espingarda de 2 canos, fulminante. Quem o prender, pode levar a Santa Anna do Morro do Chapèo, em casa de seu senhor acima, que receberá alviçaras.

Aos 17 de Abril do presente anno, fugio da Fazenda do Piauhy hum moleque, por nome José, de nação Caçange, pertencente ao Padre Antônio Josè Ferreira, morador no Curato de S. Caetano da Paraopeba, Termo de Queluz; com os signaes seguintes: idade 16 a 18 annos, espigado, estatura ordinária, corpo delgado cara comprida, olhos grande, beiçudo, falia fina, sabe ajudar a missa, he hum tanto barrigudo, pernas finas os peis hum tanto para dentro; este escravo foi comprado pouco mais de 2 annos a João de Souza Botelho, morador para as partes de Cantagallo, e tem o mesmo Padre título legal do dito escravo. (O Parahybuna, 1838a, p. 4)

Pensando na projeção de *ethos* destes anúncios, são projetados, como pontua Charadeau (2008), os *ethé* de credibilidade. Afinal, quem assina o primeiro anúncio é o dono do escravo. Já o segundo é um padre, uma autoridade eclesiástica no Brasil

²⁰ Grupo étnico africano.

independente do século 19 que gozava de grande respeito e credibilidade entre a comunidade, letrada ou não.

Na edição 158 do periódico, publicada em 29 de maio de 1838, tem-se o seguinte anúncio publicitário sobre escravizados:

Fugio do Capitão Manoel Gomes de Oliveira morador no Districto do Porto de Santo Antonio, na noite de 28 de Abril deste anno, hum crioulo por nome Jesuino, idade 14 annos, espigado de corpo, bem feito de pés e mãos, bons dentes, bastante ladino, levou huma bixa de ouro em huma orelha, vestido de camisa de algodão, calsas e coletes, tem pelas costas signaes de chicote. Quem delle noticias der será gratificado, e quem o trouxer terá 50\$000. (O Parahybuna, 1838b, p. 4)

Analisando de maneira profunda o texto, dentro da classificação de Charaudeau (2008), é possível observar que Jesuíno foi severamente agredido a mando de seu senhor, o capitão Manoel Oliveira. Em um contexto escravagista, dentro de uma sociedade extremamente favorável à escravidão, onde a Independência sequer cogitou o fim da prática, o *ethos* do anúncio pode ser lido como o de identificação, já que os donos de escravizados poderiam compreender e concordar com as agressões ao adolescente.

Na edição 159 do periódico, publicada em 01 de junho de 1838, dois anúncios publicitários tratam sobre escravizados:

Vende se huma Fazenda de cultura, intitulada Farra do Rio Novo e Pomba, situada entre estes dos rios da Barra para acima, com algumas terras além do rio novo, duas sesmarias, muito superior em qualidades, produz todo e qualquer gênero de plantação e contem o seguinte: 70 alqueires de capoeiras, 14 ditos de pasto em campo vallado, huma boa casa de sobrado com sufficientes commodos para huma numerosa família, paiol de sobrado que leva 300 carros de milho, senzallas para preto, moinho monjollo com muito boa aguada, oito mil pés de café de hum a três annos, feijoal de 3 alqueires de planta, huma roça de 10 alqueires de milho, com arvoredos de espinho, grande bananal, mandioca, 40 alqueires de arroz, 20 rezes de criar, cria de burro hum jumento novo, 40 carneiros, 150 porcos, entre estes 40 capados em termos de sevar, 9 escravos de trabalho, 1 escrava, os quaes terão de 10 a 30 annos; esta propriedade tem de seu principio 4 annos e tem commodo para 3 Fazendeiros. Quem a pretender dirija-se à mesma para tratar com seu dono, no Districto do Porto de Santo Antônio, município da Vilia da Pomba.

Escravo fugido

Fugio da Fazenda do Rio Preto hum escravo de Joaquim Pedro Guimarães, por nome Manoel, de idade 18 annos, bem fulla, ainda sem barba, baixo e grosso: quem delle souber e o levar ao annunciante,

morador na Freguezia do Turvo, ou no Rio Preto, a seu Administrador, João Antonio da Silva, receberá boas alviçaras. (O Parahybuna, 1838c, p. 4)

É curioso notar no primeiro anúncio desta edição que os escravizados se transformaram em ativo patrimonial para a venda da fazenda (que hoje pertence ao município de Rio Pomba, em Minas Gerais), sendo coisificados como as plantações e os animais. Neste movimento de coisificação, é possível ler outro anúncio, mas desta vez sobre a fuga de um escravizado. Em nenhum momento, os anúncios projetam os *ethé* de credibilidade, alicerçados na humanidade, mas sim os de credibilidade, pois anunciavam "produtos".

Na edição 166 do periódico, publicada em 26 de junho de 1838, um anúncio publicitário trata sobre a fuga de dois escravizados:

Na noite de 25 de Maio do presente anno fugirão da fazenda do Engenho de Santa Cruz do Piau 2 escravos; hum crioulo, de nome Manoel Fernandes, estatura ordinaria, bastante barba, cor preta, robusto de corpo, bonitos dentes, falla bem, trabalha de lavoura, sabe derribar e falqueijar de machado, faz gamellas e colher de trolha, trabalha pelo officio de pedreiro; outro de nação Congo, de nome Manoel, estatura ordinaria, côr preta, rosto descarnado, bons dentes e bom barbado; trabalha na lavoura de agricultura, sabe derrubar e falqueijar, faz telhas, reboca de colher e trolha, trabalha pelo officio de pedreiro, e toca bestas em caminho: ambos terão de idade 30 annos pouco mais ou menos. Quem os levar ao dito lugar, será bem recompensado. (O Parahybuna, 1838d, p. 4)

Na classificação ethóica de Charaudeau (2008), tem-se aqui o *ethos* de identificação. Esta identificação, ressalte-se, relaciona-se muito mais ao processo de identificação das características físicas e subjetivas do que propriamente de alguma formação sociocultural.

Já no ano de 1839, a edição 189 do periódico, publicada em 03 de setembro, traz o anúncio publicitário de um padre sobre a venda de escravizados e imóveis:

Quem quiser comprar à vista três escravos, e três moradas de casas, duas na ladeira das caveiras [Pontilhão], e huma no Pao das Barbas, dirjia-se ao Padre Manoel Fernandes da Assumpção, morador nesta Villa [de Barbacena] para se contratarem. (O Parahybuna, 1839a, p. 4)

A região da Ladeira das Caveiras, atual região do bairro Pontilhão, em Barbacena, era descrita por vários viajantes do século 19 como um local importante

devido às fazendas que possuía e às fontes de água que abasteciam a cidade. Assim como o primeiro anúncio de 1838 aqui analisado, o *ethos* projetado pelo anúncio é o da credibilidade, afinal, a voz de autoridade é a do padre Manoel. Como autoridade eclesiástica constituída em Barbacena, ele automaticamente se transformava em pessoa com credibilidade junto à comunidade.

Na edição 193, do dia 12 de setembro de 1839, mais um aviso de fuga de escravos é destaque publicitário em O Parahybuna:

De João Theodoro da Silva, morador na Villa da Pomba, fugio huma escrava de idade de 14 a 16 annos, com os signaes seguintes: dentes de baixo abertos, ambos os beiços furados, orelhas furadas, cada huma em duas partes, nariz chato, e falla muito atrapalhada, levou vestido de riscadinho de chadrez já usado, camisa de americano fino de baeta azul; quem a prender fassa aviso ao Sr. José Antonio Dias de Oliveira, nas Mercez da Pomba, ou ao Sr. José Thomaz de Aquino, em Barbacena, para qualquer destes partecipar a seo dono, que alem das despesas dará huma gratificação. (O Parahybuna, 1839b, p. 4)

Ao colocar como referência do anúncio um morador de Barbacena, o *ethos* projetado pelo anúncio é o da credibilidade, afinal, tem-se aí um membro da comunidade local que pode credibilizar todo o discurso.

A edição 197 de O Parahybuna, publicada no dia 01 de outubro de 1839, traz um anúncio muito curioso: a venda das últimas propriedades de José Ayres Gomes em Barbacena. Nascido na cidade, Ayres Gomes participou da Inconfidência Mineira e era um dos homens mais ricos do Brasil Colônia no século 18, sendo o maior fazendeiro da Capitania de Minas Gerais, em extensão territorial, além de ter mais de uma centena de escravizados. Seu julgamento na Inconfidência tomou boa parte das propriedades, além de ser condenado à prisão perpétua em Moçambique. Sem recursos financeiros para se manter, a família de Ayres Gomes começou a vender algumas propriedades remanescentes, como as do anúncio publicado em O Parahybuna:

Vende-se as casas denominada — Estallagem do Martelo — nesta Villa sitas na Praça da Alegria; quem as pretender dirija-se ao dono João Ayres Gomes, na Fazenda do Engenho, ou nesta Villa ao S. Mor Silvestre Pacheco de Castro, que tem ordem para tratar. (O Parahybuna, 1839c, p. 4)

Publicada no dia 08 de outubro de 1839, a edição 199 de O Parahybuna traz como único anúncio da edição um aviso de Itabira sobre a fuga de um escravizado:

Ao Dr. Jeronimo Máximo Nogueira Penido, fugio do Districto do Itambé Termo da Villa de Itabira no dia 3 de Setembro de 1838 hum escravo pardo de nome Antonio da Maia, que foi do Cap. Pedro Ferreira Gomes, he official de carpinteiro. De idade de 22 annos, de estatura ordinária, tem hum signal de chicote no rosto, e o dedo de huma das mãos cortado; quem delle tiver noticia, e o prender fará grande favor em o recolher a cadeia, e participar a seo Sr., ou fazer aviso no Ouro Preto ao Sr. Manoel José Fernandes de Oliveira Cata Preta, e em Barbacena ao Sr. Cap. Manoel José da Silva Canedo, que além das despesas recompensar-se-há quando assim o exija. (O Parahybuna, 1839d, p. 4)

Itabira está a quase 300 quilômetros de distância de Barbacena. Por qual motivo este anúncio seria colocado em um periódico de Barbacena? Uma possibilidade poderia ser a importância de Barbacena no cenário de Minas Gerais no século 19. Porém, a mais plausível é a política. Segundo Saldanha (2020, p. 122), Jeronimo Penido era membro do Partido Conservador de Minas Gerais, a mesma agremiação que o dono de O Parahybuna, Bernardo Vasconcelos, pertencia. Tratava-se, assim, de clientelismo político nas páginas do periódico. Com isso é possível classificar o *ethos* do anúncio como o de identificação, já que membros do partido poderiam ser solidários a Penido.

A edição 207, publicada no dia 19 de novembro de 1839, traz um anúncio de Itabira sobre a fuga de um escravizado:

ANNUNCIO. A Antonio Francisco dos Reis Barros morador em Pedro Alves fugio no dia 30 de Setembro p. p. hum muleque de nome Pedro, nação Muanie, estatura ordinária, seco de corpo, tem o dedo minimo de huma das mãos queimado e não o abre bem, tem dois riscos nos lados das fontes e hum no meio da testa, he muito preto, e não se entende o que elle falla; quem do mesmo souber queira o prender e leva-lo a seo Sr., que além das despesas, terá de gratificação 30\$000 rs. (O Parahybuna, 1939e, p. 4)

Mais uma vez, o anúncio apresenta a coisificação do cativo. O anúncio deixa claro que quem encontrar Pedro deve prendê-lo, algo que não aparecia em outros anúncios. As marcas das torturas as quais foi submetido também ficam claro no anúncio. O *ethos* do anúncio pode ser classificado como o de identificação, já que senhores de escravos poderiam se identificar com as torturas feitas em Pedro.

É curioso notar que dos nove anúncios que apresentam escravizados, 60% (cinco anúncios) projetem o *ethos* de identificação e 40% (quatro anúncios) projetavam o *ethos*

de credibilidade. A identificação acontecia muito no campo das relações interpessoais e na identificação social dos homens ricos e letrados da época com o movimento escravagista, importante para a manutenção de seus negócios. Já o *ethos* de credibilidade era gerado com base nas relações pessoais, políticas e de respeito, como no caso dos anúncios de escravizados feitos por padres em O Parahybuna.

Algo claro nestes anúncios é a resistência destes cativos que, cansados da escravidão, decidiram fugir do jugo de seus proprietários no Brasil e sobreviver fora do ambiente da fazenda e da escravidão. Vários tinham profissões, como os anúncios mostram, e poderiam ser remunerados por isso. Alguns deles, como os anúncios evidenciam, sofriam fortes torturas, que marcavam seus corpos e se transformavam em características físicas. Estes anúncios publicitários evidenciam que a escravidão no Brasil não foi harmônica e era moldada por crimes contra a humanidade e pela tensão permanente. A publicidade de O Parahybuna trabalhou a serviço do regime da escravidão e do *status quo* vigente à época no Brasil.

Considerações finais

A publicidade, sobretudo a impressa, passou por inúmeras mudanças, seja na forma, no conceito ou até na ética. A coisificação de seres humanos e a retirada de sua humanidade são chocantes e repugnantes nos tempos de hoje, mas perfeitamente factíveis no período de publicação dos anúncios. A preservação de periódicos é fundamental para que o Brasil veja o Brasil e se conheça, não só como Estado, mas também como sociedade. A preservação da publicidade, seja escrita ou audiovisual, é importante elo para este movimento. A publicidade projeta modos e anseios de uma época e perder isso deixa uma lacuna aberta para o obscurantismo e para a repetição de erros. Da mesma forma que anúncios de cigarros hoje são entendidos como reflexo de um tempo que não pode voltar, o mesmo deve valer para os anúncios aqui apresentados. Os anúncios de O Parahybuna nunca apresentaram os escravizados como seres humanos, mas sim como propriedades de um senhor, como coisas. Ao descrever as agressões sofridas, o ser humano retratado perdia sua humanidade, dificilmente causando sentimentos como piedade no leitor.

A recuperação histórica dos anúncios de O Parahybuna traz luz a um fato importante: a relação entre escravidão e poder. Desde o século 15, a escravidão está ligada ao poder, seja ele governamental ou clérigo. Os anúncios aqui apresentados demonstram

que, cerca de 400 anos após a emissão da bula papal *Etsis Suscepti*, a relação entre escravidão, política e Igreja permanecia forte em Barbacena e em Minas Gerais. Essa relação era tão forte que foi livremente anunciada em jornais, com detalhes e informações necessárias para compreender a rede de notícias criada pelo Partido Conservador e por Bernardo Vasconcelos. Essa relação só reforça que o jornal viveu apenas a fase político-literária da imprensa mineira, ainda que tivesse um *business plan* incipiente sustentado por assinaturas e anúncios.

Ao viver essa fase, seu objetivo não era informar ou virar um balcão de negócios, mas sim era uma maneira da burguesia da época emitir seu discurso e, principalmente, permitir que o deputado Bernardo Vasconcelos pudesse falar com o público de Barbacena sem quaisquer filtros que pudessem existir em jornais de outros inimigos políticos. Ele podia falar, inclusive, sobre escravidão. Este discurso era o imaginário sociocultural dos leitores: a escravidão era algo natural quando seus promotores nasceram. A realidade foi dada em 1400 e não havia outra realidade vigente no Brasil. Esta realidade só mudou, de forma efetiva, com a promulgação da Lei Áurea, ainda que o país sofra com a lamentável realidade do trabalho escravo.

Espera-se que este artigo contribua com novas pesquisas sobre a historiografia da publicidade impressa no século XIX em Minas Gerais e, sobretudo, com o uso da publicidade para a projeção ethóica de seus anunciantes.

Referências

AMOSSY, R. (org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

AUCAR, B. **A publicidade no Brasil**: agências, poderes e modos de trabalho (1914-2014). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUENO, E. A viagem do descobrimento. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

CHARADEAU, P. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2008.

FIGUEIREDO, I. V.; MONTEIRO, I. A. S.; CHAVES JÚNIOR, M. L. de S. C.; VIANNA, M. L.; RIOS, R. M. de A.; ELISEU, T. A. F. Imprensa em Barbacena: traços do percurso histórico. In: **9º Encontro Nacional de História da Mídia – Artigos**. Porto Alegre: ALCAR, 2013.

FREYRE, G. Sobrados e mucambos. São Paulo: Global, 2006.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

MENDES, J. F. Os dois séculos da imprensa mineira. In: REZENDE, Guilherme Jorge de (Org.). **Impasses e perspectivas da imprensa em Minas Gerais**. São João Del-Rei: UFSJ, 2012.

PARAHYBUNA 0 (1838a). Annuncios. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/816612/per816612 1838 00156.pdf. Acesso em: 10 out. 2020. **PARAHYBUNA** (1838b). Annuncio. Disponível http://memoria.bn.br/pdf/816612/per816612_1838_00158.pdf. Acesso em: 10 out. 2020. **PARAHYBUNA** Annuncios. Disponível (1838c).http://memoria.bn.br/pdf/816612/per816612_1838_00159.pdf. Acesso em: 10 out. 2020. Annuncios. **PARAHYBUNA** (1838d).Disponível http://memoria.bn.br/pdf/816612/per816612 1838 00166.pdf. Acesso em: 10 out. 2020. **PARAHYBUNA** (1839a). Annuncio. Disponível http://memoria.bn.br/pdf/816612/per816612_1839_00189.pdf. Acesso em: 10 out. 2020. **PARAHYBUNA** (1839b).Annuncio. Disponível http://memoria.bn.br/pdf/816612/per816612_1839_00193.pdf. Acesso em: 10 out. 2020. **PARAHYBUNA** (1839c). Annuncio. Disponível http://memoria.bn.br/pdf/816612/per816612_1839_00197.pdf. Acesso em: 10 out. 2020. **PARAHYBUNA** Annuncio. Disponível (1839d).http://memoria.bn.br/pdf/816612/per816612 1839 00199.pdf. Acesso em: 10 out. 2020. **PARAHYBUNA** (1839e). Annuncio. Disponível O http://memoria.bn.br/pdf/816612/per816612_1839_00199.pdf. Acesso em: 10 out. 2020. RESENDE, E. M (2012). Do debate político à notícia: a imprensa periódica em séculos Barbacena XIX XX. Disponível em: http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/viewFile/185/186. Acesso em: 12 mai. 2021.

ROSA, M.; RIOS, R. O início da publicidade em Barbacena (MG): uma análise das publicidades veiculadas no jornal O Parahybuna em 1837. In: **Anagrama**, v. 13, n. 1. São Paulo: USP, 2019.

SALDANHA, M. **A ordem na barriga do progresso:** o Partido Conservador e as relações de poder em Minas Gerais (1860-1868). São João del-Rei: UFSJ, 2020.

SILVA, F.; COUTINHO, R. **Raízes históricas da propaganda no Brasil e no mundo**. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-coutinho-raizes-historicas-da-propaganda-no-brasil-e-no-mundo.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

ZURARA, G. Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné escrita por Mandado de El Rei D. Affonso V sob a Direcção Scientífica e segundo as Instrucções do Illustre Infante D. Henrique pelo Chronista Gomes Eannes de Azurara. Paris/França: J. P. Aillaud, 1841.

A imagem, o racismo e as interseccionalidades no documentário À margem do corpo

Taianne Gomes²¹ Denise Carvalho ²² Maria Angela Pavan²³

O documentário À margem do corpo, da antropóloga e pesquisadora Debora Diniz, foi realizado em 2005 com recursos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Fundação Ford. A construção de toda a produção, que ocorreu em onze meses no estado de Goiás, na capital e nas cidades de Alexânia e Anápolis, mapeia a trajetória de vida de Deuseli Vanines, nascida em 20 de abril de 1977 e falecida em 1998.

A pesquisa para a produção do documentário começou por documentos e imagens de arquivo. Em seguida, foi realizada uma etnografia em campo, passando por todos os lugares por onde Deuseli esteve em vida. Debora Diniz ouve o testemunho de pessoas que conheceram e estiveram envolvidas com a história de vida da jovem.

Deuseli Vanines era uma mulher negra, pobre e jovem, e viveu a tragédia da violência sexual e do desamparo do sistema e do Estado. Vítima de um estupro, foi proibida de interromper a gravidez, mesmo o aborto sendo considerado legal quando a gestação é resultado de abuso sexual, de acordo com o Art. 128, do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

Muito embora a Constituição Federal de 1988 afirme que o Estado tem como dever "IV - promover o bem de todos, sem quaisquer preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988), o caso em questão demonstra como o Estado e os agentes públicos expõem a vítima a situações de violência.

Este trabalho abordará as imagens construídas para o documentário, a partir da concepção de Walter Benjamin (1996), Georges Didi-Huberman (2012) e Samain (2012), assim como o racismo, institucionalizado pelo Estado, e as interseccionalidades

²² Doutora, Pesquisadora PNPD/CAPES vinculada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN); denisecarvalho.mail@gmail.com.

²¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Relações Públicas e Jornalista; taiannegomes@hotmail.com.

²³ Doutora, Professora do Departamento de Comunicação (DECOM/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN) e Membro da Rede Alcar; maria.angela.pavan@ufrn.br.

presentes, com base nas reflexões de Carneiro (2003), Gonzalez (2018) e Crenshaw (2002).

O artigo apresenta a condição de precariedade, levantada por Butler (2016), bem como os conceitos de biopoder, de Foucault (1999), de necropolítica, de Achille Mbembe (2018), e de necrobiopoder, de Bento (2018), peculiares às relações sociais, econômicas, culturais e políticas brasileiras.

O tema tem relevância por trazer à reflexão a situação de vulnerabilidade da mulher negra, que, ainda hoje, sofre pela ausência de redes de apoio social, tornando-se diferencialmente exposta à injúria e à violência. Por meio de estudo de caso, buscou-se responder a seguinte pergunta-problema: Como é possível identificar opressões atravessadas pelas interseccionalidades no documentário À margem do corpo?

O documentário

À margem do corpo se passa em Goiás e narra os fatos vividos por Deuseli entre os anos de 1996 a 1998. O documentário apresenta os dois processos judiciais que marcaram a vida da jovem. No primeiro, ela é vítima de estupro. No momento seguinte, afoga sua filha de onze meses, gerada nesse primeiro ato violento.

Deuseli Vanines era filha de pais desconhecidos. Com dezenove anos, a jovem foi estuprada e impedida de realizar o aborto, tendo, de acordo com o documentário, o aconselhamento por parte de grupos pró-vida ligados à Igreja Católica. Meses depois, confessou à polícia ter afogado a filha de 11 meses em uma banheira no feriado de Natal de 1997.

A jovem é presa, engravida novamente e dá à luz em uma casa de apoio. O seu direito de exercer a maternidade – agora de forma desejada – é ameaçado, em decorrência do estigma que lhe foi atribuído de "doente mental" e por estar sob custódia da Justiça. Segundo o documentário, ela retorna para a prisão e, meses depois, engravida e falece com o filho no ventre de causa desconhecida.

Entre o estupro, o assassinato e a morte, a vida de Deuseli é recontada a partir do testemunho de pessoas que conheceram a jovem, inclusive do suposto estuprador, além de vizinhos, advogados, promotores, médicos e exorcistas.

Supostamente criada por um padrasto abusivo e com uma história marcada pela pobreza, os depoimentos apontam versões diferentes da jovem, percepções positivas e negativas, de acordo com o julgamento de cada entrevistado. Entre as descrições

apresentadas estão: "não era feia de jogar fora, mas não era bonita"; "garota de ponto"; "muito carente, muito pobre, de aparência muito humilde"; "trabalhadeira, asseada"; e "negrinha assim, não era feia demais, mas também não era bonita, morena, bem morena, mais para banda de preta".

Neste trabalho, alguns aspectos da história de Deuseli são, brevemente, recontados a partir de depoimentos contidos no documentário e que ajudam a inferir sobre o papel da imagem na história e acerca das interseccionalidades presentes.

As imagens

As imagens produzidas pelo documentário perpetuam a história de Deuseli. Nele, presente e passado se misturam e ainda que a narrativa esteja relacionada ao período de 1996 a 1998, ao assistir o documentário, gravado em 2005, as imagens parecem estar marcadas por uma temporalidade flutuante. O filósofo Walter Benjamin aborda esse encontro temporal,

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existe, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...] Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. (BENJAMIN, 1996, p. 223)

O filósofo e historiador da arte Georges Didi-Huberman, por sua vez, afirma que

Por outro lado, nem sequer estão "no presente", como em geral se crê de forma espontânea. E é justamente por que as imagens não estão "no presente" que são capazes de se tornarem visíveis as relações de tempo mais complexas que incumbem a memória na história. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 213)

O documentário traz ao espectador imagens de arquivo policial, de instituições do Estado, da comunidade, de lares, de lugares por onde Deuseli passou, além de inúmeros testemunhos de quem esteve no convívio da jovem, que passam a ser uma representação do que a vítima viveu.

O quadro de *prints* abaixo resume as questões-chave abordadas no documentário, como a cena do local do estupro, documento que informa não ter sido feito o exame de

corpo de delito, solicitação judicial de consentimento de interrupção da gravidez, a morte da filha e a morte da própria Deuseli.

Quadro 1 – Imagens do documentário "À margem do corpo".



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no documentário À margem do corpo

O antropólogo Etienne Samain analisa a imagem como "uma memória de memórias, um grande jardim de arquivos declaradamente vivos" (SAMAIN, 2012, p. 23), que traz à tona questões.

Se admitirmos que a imagem (toda imagem) é um fenômeno, isto é, "algo que vem à luz [phanein]", "algo que advém", um "acontecimento" (um "advento", como melhor se dizia outrora), entender-se-ia que ela é, ainda, uma "epifania", uma "aparição", uma "revelação", no sentido até fotográfico do termo. (SAMAIN, 2012, p. 30)

As imagens desenhadas no documentário suscitam ideias relacionadas ao racismo institucionalizado e trazem uma reflexão sobre o estado de precariedade, no qual muitos na sociedade vivem. "Sem chegar a ser um sujeito, a imagem é muito mais que um objeto: ela é o lugar de um processo vivo, ela participa de um sistema de pensamento. A imagem é pensante" (SAMAIN, 2012, p. 31).

Em paralelo ao racismo institucionalizado, o documentário de Debora Diniz também enuncia a presença do racismo como um fenômeno que subalterniza e "rebaixa o status dos gêneros" (CARNEIRO, 2003, p. 119). Tal constatação converge com a afirmação de Samain (2012) de que "toda imagem (...) nos oferece algo para pensar: ora um pedaço de real para roer, ora uma faísca de imaginário para sonhar" (SAMAIN, 2012, p. 22).

De fato, a partir da simples observação das imagens do documentário brotam ideias e questionamentos que são capazes de mudar o futuro de quem tocou a imagem com o olhar. Há tempo no documentário que define o presente, o passado e o que fazer no futuro.

Quanto a esse "pedaço de real para roer", de Samain (2012), será abordado no tópico seguinte, uma vez que imagens e palavras se complementam no documentário e trazem à discussão as interseccionalidades que cercam a vida de Deuseli Vanines.

As interseccionalidades

O termo interseccionalidade foi concebido pela jurista e pesquisadora Kimberlé Crenshaw, de acordo com Corrêa et al. (2018, p. 154), para nomear questões de raça, gênero, classe, dentre outras, como opressões que não operam de forma isolada, estão interligadas, "se sobrepõem e se combinam de forma a complexificar as estruturas de poder e subalternidade".

Antecipando-se ao conceito apresentado por Crenshaw, Lélia Gonzalez revela a operacionalização da interseccionalidade no contexto da sociedade brasileira, ao identificar uma tríplice discriminação sofrida pela mulher negra: gênero, raça e classe (GONZALEZ, 2018).

Na concepção apresentada por Gonzalez (2018), a mulher negra brasileira é alvo de estereótipos que a colocam em um nível mais profundo de opressão. Entre eles, estão os arquétipos: a) da mulata "padrão exportação", hipersexualizada e cuja representação é utilizada para reforçar o mito da democracia racial; b) da doméstica ou, quando fora deste espectro de atuação, em atividades de prestação de serviço de baixa remuneração, no âmbito profissional; e c) da mãe preta, cuja representação está relacionada à imagem da mucama que atua na formação da primeira infância de crianças brancas.

Para elucidar, Corrêa et al. (2018, p. 150) exemplifica "a mulher negra – por não ser nem branca, nem homem – ocupa uma posição ainda mais difícil na sociedade. Ela é

o 'outro do outro', uma dupla alteridade resultante de uma dupla antítese, da branquitude e da masculinidade". Grada Kilomba também afirma que "não sendo nem branca, nem homem, a mulher negra exerce a função de o 'outro' do outro" (2012, p. 12).

Sobre esse aspecto da "outridade" da mulher negra, também é possível identificar, no relato de alguns depoimentos do documentário, um descrédito ou pouca credibilidade nas versões apresentadas por Deuseli com relação à sua vida pregressa com a mulher que a adotou, com relação aos acontecimentos ligados ao estupro e à sua própria condição de saúde mental.

Um outro fator que revela a "outridade" direcionada à jovem e que é muito destacado na maioria dos relatos é a supervalorização das características fenotípicas, ou em outras palavras, da negritude de Deuseli, como se ela só pudesse ser descrita com base em suas caraterísticas físicas e não com base em sua personalidade ou em outras especificidades que não estivessem unicamente ligadas à sua aparência exterior.

Inclusive, esse "apego" à descrição com base no exterior está mais direcionado à Deuseli do que a um dos outros personagens que também compõe as narrativas, o Nego Vila, um homem negro retinto, acusado de cometer o estupro. Ao contrário do que ocorre com relação à jovem, a narrativa das pessoas que descrevem Nego Vila transpõe o aspecto físico, estendendo-se também a outros elementos — sejam positivos ou negativos — como caráter, personalidade, comportamento, vícios, jeito de falar e andar, seus talentos e hobbies.

Crenshaw (2002) acredita que as questões de raça, gênero, classe, ou outra, não devem ser analisadas sob um único eixo de opressão, considerando que os fatores se combinam e precarizam ainda mais o sujeito que se encontra vitimado. Quando as análises focam em apenas um eixo de opressão, o sujeito que se encontra vitimado parece estar sendo privilegiado pelas demais, quando na verdade ele também está sendo sufocado por outras formas de preconceito, ou seja, uma análise limitada sobre determinada desigualdade pode incidir na invisibilização de outra opressão.

Por isso, segundo Corrêa et al. (2018, p. 161), "a interseccionalidade se apresenta, então, como um caminho para tornar esses estudos e práticas mais inclusivos, considerando como os outros fatores se combinam, ampliam e modificam as dinâmicas sociais". Dessa forma, a interseccionalidade se debruça sobre dois ou mais eixos de opressão. Bell Hooks (1994 *apud* CORRÊA et al., 2018, p. 162) denomina essa prática de "abordagem holística da opressão", que é basicamente "a compreensão das estruturas

de dominação de forma conjunta e interligada, a fim de evitar os pontos cegos ocasionados pelas análises de eixos isolados".

Um rápido levantamento, realizado a partir da observação do depoimento dos entrevistados no documentário, infere acerca das interseccionalidades possivelmente presentes na vida de Deuseli:

Quadro 2 – Interseccionalidades presentes no documentário À margem do corpo

Depoimentos contidos no	Transfer and corpo
documentário À margem do corpo	Eixo de opressão
Menina de cor escura, não era muito	
gorda, nem muito alta, nem muito baixa,	Gênero, raça
negra	-
Cabelo você sabe como é, não tinha	Raça
tamanho, só vivia baixinho	
Não era feia de jogar fora, mas não era	Gênero, raça
bonita, principalmente pelo cabelo	
Não era feia, bem escura, morena bem	
escura, traços finos, trabalhava bem,	Raça
muito caprichosa	
Sorriso bem definido, dentes muito	N/A (Não aplicável)
bonitos, clarinhos	
Mais para o lado de negra	Raça
Garota de ponto	Gênero
Muito carente, muito pobre, de aparência	Classe
muito humilde	
Trabalhadeira, asseada, sabia fazer tudo,	
morena bem escura, magra, de cabelo	Raça
nem ruim, nem bom	
Negra com traços bem característicos de	_
negra, muito descuidada, olhar de quem	Raça
não estava aqui	
Bem mirradinha, falava baixo, magrinha,	N/A
voz fininha, não alterava a voz	
Negrinha assim, não era feia demais, mas	_
também não era bonita, morena, bem	Raça
morena, mais para banda de preta	
Bonita, jovem, vítima de estupro, morena	Raça
muito bonita, simpática, calma	
Mulher de aparência, completamente	Gênero
bonita não, mas de aparência	
Ela era uma pessoa assim calma	N/A

Fonte: Elaborado pelas autoras

A partir dos testemunhos, é possível identificar padrões de narrativa que perpassam por mais de um eixo de opressão. Além das questões de raça, também se destacam a classe social e o gênero, uma tríplice discriminação, como sugere Gonzalez (2018).

Essa ideia de interseccionalidade conversa, necessariamente, com o conceito de precariedade, proposto por Butler (2016), uma vez que abarca bem a situação de vulnerabilidade na qual muitos indivíduos se encontram. O termo se relaciona à "condição politicamente induzida em que certas populações sofrem por conta de redes insuficientes de apoio social e econômico mais do que outras, e se tornam diferencialmente expostas à injúria, violência e morte" (BUTLER, 2016, p. 33).

O conceito abarca a exposição do sujeito "à violência estatal arbitrária, à violência de rua ou doméstica, e a outras formas [de violência] não reconhecidas pelo Estado para as quais os instrumentos jurídicos do Estado falham em prover proteção e reparação suficiente" (BUTLER, 2016, p. 33).

A precariedade pode ser vista nitidamente no caso de Deuseli, uma vez que a jovem foi submetida a formas variadas de violência: a violência sexual, o estupro propriamente; a destruição das provas físicas do estupro resultante da instrução médica para que Deuseli tomasse um banho; a violência estatal; a não-realização do exame de corpo de delito para a emissão de laudo pericial; a impossibilidade de "decidir sobre quando ter ou não ter filhos" (CARNEIRO, 2003, p. 118) e de realizar um aborto sob amparo legal; a confusão persistente entre questões de saúde mental e de ordem religiosa; ou seja, "outras formas [de violência] não reconhecidas" (BUTLER, 2016, p. 33).

Assim como a interseccionalidade dialoga com a precariedade, o conceito de biopoder, proposto por Michel Foucault (1999), assim como o de necropolítica, de Achille Mbembe (2018), e o de necrobiopoder, da socióloga brasileira Berenice Bento (2018), estão interrelacionados, uma vez que tratam sobre eixos de opressão, a condição do indivíduo e o papel do Estado em exercer "o poder de matar, deixar viver ou expor à morte" (MBEMBE, 2018, p. 6).

Para Foucault (1999), há uma técnica institucionalizada no Estado que define quem pode morrer e quem deve viver. Sobre isso, Mmembe (2018, p. 124) questiona, "se considerarmos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial ao corpo ferido ou morto?)".

Bento (2018) analisa o biopoder de Foucault (1999) e sugere o necrobiopoder, um conceito ainda em construção, segundo a autora. O termo se refere a um conjunto de técnicas de governabilidade planejadas e sistemáticas de fazer morrer.

Um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver. (BENTO, 2018, p. 7).

Essa prática, legitimada pelos agentes do Estado, que expõe a mulher a outras formas de violência, reitera uma política sistemática do Estado que acaba por decidir quem deve morrer, o que fica evidente no documentário de Debora Diniz.

Considerações finais

O artigo traz uma abordagem interseccional da vida de Deuseli Vanines, a partir da análise de imagens e de testemunhos apresentados no documentário À margem do corpo. Para tanto, foram identificados os eixos de opressão, que propõem um olhar diferenciado sobre questões sociais presentes na vida da mulher negra.

O episódio demonstra que o Estado, como agente fundamental para a construção do povo brasileiro, falha ao não fazer valer os direitos humanos da jovem Deuseli, sendo a violência, de todas as formas, tolerada e institucionalizada por quem deveria proteger a mulher. A impunidade, portanto, permeia todos os caminhos de Deuseli, passando por agentes do Estado que se negam a oferecer o que é um direito da vítima. Essa cadeia inicia na delegacia, segue no exame de corpo de delito, na promotoria e até nos hospitais.

Essa prática recorrente, uma "técnica de governabilidade", segundo Bento (2018), reitera a impunidade e a opressão à mulher e, sem dúvida, afasta, quem deveria estar sob os cuidados do Estado, da luta pelos seus direitos.

Por fim, cabe também destacar que a pesquisa e o trabalho da professora, documentarista e antropóloga da Universidade de Brasília (UNB), Debora Diniz, sempre estiveram ligados aos direitos das mulheres, tendo realizado simultaneamente ao À margem do corpo, o documentário Uma história Severina, junto da jornalista Eliane Brum, o qual apresenta o drama vivido por uma mãe pernambucana que, durante sua gestação, descobriu que seu feto era anencéfalo.

Sobre isso, a professora Debora Diniz colaborou ativamente em uma ação no Supremo Tribunal Federal para permitir o aborto para gestações de fetos anencéfalos. Por esse motivo, teve que deixar o Brasil em 2018, pois estava sendo ameaçada e perseguida: "Chegaram ao ponto de cogitar um massacre na universidade caso eu continuasse dando aulas. A estratégia desse terror é a covardia da dúvida. Não sabemos se são apenas bravateiros. Há o risco do efeito de contágio, de alguém de fora do circuito concretizar a ameaça, já que os agressores incitam violência e ódio contra mim a todo o momento" (BREILLER, 2018).

Esse é o cenário recente do Brasil, o resgate de um acontecimento da década de noventa do século passado é uma vitrine das gramáticas do tempo presente. Vive-se um tempo com novos termos para alargar o conhecimento. Ao mesmo tempo, observa-se ações de perseguição e autoritarismo evidentes em relação às mulheres.

Dessa forma, espera-se que esse artigo seja um gesto de inspiração para os leitores e que a dor que toma o espectador, ao assistir algo tão difícil, ative o gesto de decolonizar e mudar o espaço/tempo da história cultural atual.

Referências

À MARGEM do corpo. Documentário 43' (minutos), cor. Direção: Debora Diniz. ABA/Fundação Ford. Goiás/Go (Brasil). 2005/2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder**: quem pode habitar o Estado-Nação. Cadernos Pagu, n. 53, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.282**, de 27 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-de-agosto-de-2020-274644814. Acesso em: 7 jan. 2021.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1996.

BUTLER, Judith. **Corpos que ainda importam.** In: COLLING, Leandro (org.). Dissidências sexuais e de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016.

BREILLER, Pires. **Antropóloga convive com a "covardia da dúvida" de quem a ameaça de morte**. El País, Brasil, 16 de dezembro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html.

CARNEIRO, Suely. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, p. 117-132, v. 17, n. 49, 2003.

CORRÊA, Laura Guimarães et al. **Entre o interacional e o interseccional:** contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. Revista ECO-Pós, v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo.** Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM, 2012.

FOUCAULT, Michel, M. **Segurança, território e** população. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

KILOMBA, Grada. **Plantation memorie**: episodes of everyday racism. Munster: Unrast, 2012.

HALL, Stuart. Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. Tradução: Helen Hughes. Revisão Técnica: Yara Aun Khoury. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC-SP, v. 31, 2005, p. 1-11.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

SAMAIN, Etienne. **As imagens não são bolas de sinuca**. Como pensam as imagens. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

UMA VIDA Severina. Documentário 23' (minutos). Direção: Debora Dinis e Eliane Brum. ONG Curumim. Recife/Pe. 2005.

Do Palio à Bia: o discurso contra preconceitos como ferramenta para vender o inconfessável

Cristiano Otaviano²⁴ Lara Karoline Souza de Aquino²⁵ Samara dos Santos Machado²⁶

Introdução

Depois de 1992, ano em que o país sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, ganharam espaço no Brasil os debates relativos à consciência ecológica, à sustentabilidade, à redução da poluição, à diminuição do efeito estufa e ao respeito pela Terra. Na esteira desse movimento – que angariava a simpatia de parcela considerável da opinião pública – muitas empresas se apressaram para adequar suas imagens, diante de um mercado que se mostrava mais exigente.

Nos anos seguintes, tornou-se comum o discurso de grandes anunciantes que alardeavam iniciativas de reflorestamento de partes da Mata Atlântica, patrocinavam projetos de proteção à reprodução de tartarugas marinhas, adotavam um trecho do leito de um rio, prometendo cuidar de suas margens.

Evidentemente meritórias, diversas dessas iniciativas careciam de escala. Pareciam belos projetos-piloto, muitas vezes em contradição com as práticas da própria empresa patrocinadora. Em outros casos, a contradição era com as lindas peças publicitárias, arautos de compromissos nunca colocados em execução, no chão da fábrica, no dia a dia.

Nos últimos tempos, surfando na onda de negacionismo que ganhou o mundo, algumas chegaram mesmo a se afastar das pautas ecológicas. Tais movimentos revelam, de forma clara, que – em muitos casos – mais do que compromisso real, há pragmatismo e adaptação ao espírito do tempo.

²⁴ Doutor. Professor do Curso de Comunicação Social-Jornalismo da UFSJ. E-mail: cristianojornalismo@ufsj.edu.br

²⁵ Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo pela UFSJ E-mail: laraaquino.souza@gmail.com

²⁶ Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo pela UFSJ E-mail: samara.santos.machado@gmail.com

Ou seja, se uma empresa ou entidade, sob pressão, oferece visibilidade a uma pauta, ela não necessariamente passou a defender esta causa, pode estar se utilizando dela, numa ação superficial ou protelatória. Expediente que, no Brasil da Lei do Sexagenário e da Lei do Ventre Livre, já é utilizado há mais de um século.

O mesmo vale para as reflexões que fazemos a respeito da publicidade. É justo comemorar a visibilidade que lutas ancestrais ganharam através dos anúncios de cervejarias, fábricas de perfume, bancos e montadoras. Entretanto, a experiência indica prudência realista. Indica separar o joio do trigo. Indica sobretudo distinguir aqueles que por vezes arriscaram fatias do mercado daqueles outros que fizeram uma aposta em que havia pouco a perder. E muito a ganhar.

Obviamente, não conseguiremos uma resposta acabada neste artigo. Entretanto, para nos aproximarmos dela, escolhemos como objeto elementos de duas campanhas publicitárias de grande repercussão. Uma já se aproxima de vinte anos e foi lançada pela Fiat em 2002. Trata-se de uma série de anúncios televisivos feitos para divulgar o automóvel Palio, em que se mostrava uma pessoa constrangida diante da revelação dos próprios preconceitos. Ao fim, surgia um convite para que mudássemos nossos conceitos. A outra campanha é muito recente e foi lançada já em abril de 2021. Trata-se da defesa de sua assistente virtual, Bia, feita pelo Bradesco, em anúncios que denunciavam o preconceito de clientes que, através de suas palavras, revelariam o assédio que muitas mulheres sofrem.

Para realizar esta análise, utilizaremos como referência o conceito de "mito", desenvolvido por Roland Barthes, além das contribuições de outros autores.

Fiat: dos conceitos aos preconceitos

Em meados do ano de 1976, a Fiat chegou ao Brasil com o seu primeiro modelo, o Fiat 147, em um momento no qual o país e o mundo passavam pela crise do petróleo. Muitos clientes se viram obrigados a abandonar os carros estadunidenses, que consumiam muita gasolina, e embarcar em novos mercados. Àquela época, em 1979, o barril de gasolina chegava à marca de US\$ 80, um aumento de 100% se comparado ao auge da crise do petróleo em 1974. Desse modo, o mercado estava aberto para a montadora, que chega quebrando o oligopólio de marcas como Chevrolet, Ford e Volkswagen, e derrubando a concorrência com o modelo de menor consumo de combustível (CONTROLF5, 2018). Mas, a despeito do trunfo que possuía, o modelo conquistou uma

fama negativa junto ao consumidor, que questionava sua pouca potência e os problemas de câmbio.

Os anos se passaram e novos modelos surgiram. Entretanto, a crítica continuava. Até que, em 1996, buscando se renovar, a Fiat lançou seu novo produto, o Fiat Palio. A promessa era de modernidade e inovação. No entanto, ainda pairava sobre ele a sombra da rejeição do seu antecessor, o que se refletia nas vendas. Para mudar esse quadro, a montadora precisou de uma campanha marcante para dissociar esta imagem negativa do consumidor (ESPM, 2017). Para isso, nos anos 2000, apostaram na agência Leo Burnett Brasil para a criação da campanha publicitária nomeada como "Rever seus conceitos". Nela, a linha Palio veio "embalada" numa série de comerciais irreverentes e provocativos (CONTROLF5, 2018).

Em entrevista, a vice-presidente de planejamento da agência, Marlene Bregman, disse que a imagem da Fiat estava muito desgastada e procurou a agência para se revitalizar. A campanha tinha como *persona* jovens de 18 e 29 anos e optou por tratar de temas polêmicos para desafiar esse público a rever seus conceitos (RODRIGUES, 2008, p. 178).

Os comerciais apresentavam uma situação cotidiana e, no fim, a expectativa era quebrada juntamente com algum tabu. Por exemplo: em um dos vídeos um senhor está afobado na sala de espera de uma grande companhia e aborda rispidamente uma mulher. "Ei, ei, ei, mocinha! Eu tenho uma reunião marcada com o presidente, eu não posso ficar perdendo tempo. É a primeira vez que eu vou falar com ele". A mulher responde: "Pois não, por favor, pode entrar". Dentro da sala, a mulher senta-se na cadeira de presidente e começa a conduzir a conversa enquanto o homem observa capas de revistas com a presidenta da empresa, ele se senta com uma expressão envergonhada e um *insert* com a voz do locutor dizendo: "Xii. Você precisa rever os seus conceitos".

A reverberação foi tamanha que, segundo pesquisa descrita por Rodrigues (2008, p. 179), o público feminino se identificou com os comerciais – que traziam mulheres como protagonistas, retratando a mulher contemporânea – e passou a influenciar a tomada de decisões na hora da compra. "A Fiat consegue resolver uma difícil equação no segmento de automóveis, a de atender expectativas do público feminino sem segmentar seu produto para essa parcela da sociedade" (Ibidem, p. 179).

E o sucesso da publicidade chegou, não só para a Fiat, que conquistou seu lugar como potência no mercado brasileiro de automóveis, como também em reconhecimento publicitário. "A campanha da Fiat, por sua repercussão, tanto no mercado publicitário,

como no meio acadêmico e entre os consumidores principalmente, fez o termo 'rever seus conceitos' virar jargão na cultura popular" (Ibidem, p. 179). Esse projeto repercutiu tanto que ganhou, em 2008, durante a celebração de 40 anos do Prêmio Colunistas da Associação Brasileira dos Colunistas de Marketing e Publicidade (Abracomp), o prêmio de melhor comercial de TV/Cinema.

Uma campanha lançada nos anos 2000 vem se aproximando da realidade agora. Segundo Cleide Silva (2020), em texto para a Uol Carros, em julho de 2020, a Fiat anunciou a primeira mulher no comando de fábricas Fiat dentro da América Latina. A engenheira química Juliana Coelho assumiu o comando da fábrica da FCA Fiat Chrysler em Goiana (PE). É a única mulher no momento a ocupar essa posição no Brasil. Anteriormente, já houve outras duas montadoras com mulheres em comandos de fábricas: General Motors (GM), de 2011 a 2015, que teve Sonia Campos como diretora da unidade de São Caetano do Sul (SP); PSA Peugeot Citroën, de 2012 a 2014, com Ana Isabel Fernandes, na fábrica de Porto Real (RJ) (SILVA, 2020).

Apesar disso, o presidente da Fiat América Latina segue sendo um homem, Antonio Filosa. No país, somente outras duas montadoras tiveram mulheres no cargo. A GM teve duas presidentas, de 2010 a 2012, Denise Johnson e Grace Lieblin. Hoje, a montadora tem como vice-presidente Marina Willisch, primeira a ocupar o cargo. Atualmente, a PSA é a única a ter uma mulher como presidenta, Ana Theresa Borsari, no cargo desde 2015 (SILVA, 2020) Trata-se de renovações importantes, mas que ocorreram só na última década e representam números minoritários em relação ao número de cargos e tempo.

Bia: empatia com a assistente virtual

A Bradesco Inteligência Artificial, apelidada de Bia, foi criada em 2018 como assistente virtual para o Banco Bradesco. O mecanismo, que tem nome e voz de mulher, passou a ser alvo de assédio desde sua criação, o que, inclusive, se trata de uma situação recorrente para com as assistentes virtuais que utilizam *personas* femininas, como Siri, Alexa, Cortana e outras. Em concordância com o movimento "Hey update my voice" (Ei, atualize minha voz) criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Bradesco começou sua própria campanha contra o assédio sexual direcionado à sua inteligência artificial.

Na prática, o projeto consiste em atualizar as respostas usuais dadas pela Bia diante de comentários agressivos. Na página da iniciativa, o banco expõe alguns exemplos de como certos comentários costumavam ser respondidos versus como passaram a ser depois das atualizações. Em um deles, diante do comentário "Bia você é piranha" a resposta da assistente passa de "Eu não me sinto à vontade com essas palavras. Quer me chamar depois? Eu não guardo rancor." para "Você está me ofendendo. Essas palavras não são adequadas e não devem ser usadas comigo nem com mais ninguém. Por favor mude seu jeito de falar". Em outro caso, exposto pelo grupo bancário, diante do comentário "Bia posso te estuprar?", a fala da inteligência artificial passou de "Nossa fiquei surpresa! Eu sou uma inteligência artificial, então não namoro. Mas te desejo sorte pra achar sua metade da laranja :)", para "Seu modo de falar foi violento e agressivo. Estupro é um crime previsto no Artigo 213 do Código Penal. Eu vi no anuário de violência do 1º semestre de 2020 que, no Brasil, um estupro acontece a cada 8 minutos e, em mais de 85% dos casos, as vítimas são mulheres. Não use esse tom pra falar comigo nem com mais ninguém". Estas informações estão disponíveis na página "Aliados da Bia", no site do Banco Bradesco.

Note-se que, mesmo diante de comentários como os expostos acima, o banco levou mais de dois anos, desde a criação de sua assistente, para atualizar suas respostas, iniciativa esta que só aconteceu recentemente e depois do início do projeto da Unesco. Analisando as respostas atualizadas e expostas pelo próprio banco, nota-se que o tom passivo foi o modelo de "fábrica" para a voz da Bia. Dizer "não guardo rancor" ou "não namoro" depois de uma agressão verbal e de menção de estupro, respectivamente, revela a maneira como tal inteligência foi inicialmente pensada, dócil e passiva.

O projeto "Aliados da Bia" contou com uma propaganda audiovisual expondo os comentários recebidos pela inteligência e as atualizações de suas respostas. Com a presença de mulheres reais na propaganda, o conteúdo se baseia na luta contra o assédio e a violência contra mulheres a partir da ideia de que, mesmo que a assistente não seja uma mulher real, o caso representa a violência a qual estas estão sujeitas. A pergunta que fica então é: o que o banco tem feito por estas mulheres?

No projeto em questão, para além das atualizações da assistente, a equipe divulgou a iniciativa em suas redes sociais e se propôs a discutir, ainda que superficialmente, sobre assédio e outras violências contra a mulher. Na página do projeto, o banco incluiu um painel com perguntas relacionadas à questão e outras formas de agressão. São elas:

1. O que é assédio?; 2. Então, na prática, o que é o assédio sexual?; 3. Como diferenciar assédio sexual de importunação sexual?; 4. Como o assédio sexual acontece no ambiente virtual?; 5. Por que precisamos falar sobre assédio sexual e importunação sexual?; 6. Como ter conversas livres de assédio?; e 7. Outras formas de violência contra as mulheres.

A partir delas, o projeto explica as questões superficialmente e divulga meios de denúncia, como a Central de Atendimento às Mulheres (180), a Polícia Militar (190), o site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o site da ONG Safernet (internet mais segura) que recebe notificações de crimes na internet que podem ser feitas por qualquer usuário.

Trata-se de uma iniciativa muito meritória, de maneira a transformar o comportamento da sociedade – notadamente dos homens – no trato com as mulheres. Mas, isso é da porta do Bradesco para fora. E para dentro, o que ocorre? Além do ganho do banco em diminuir a resistência em relação a um serviço que é extremamente criticado pela população, o que há de transformação no comportamento com as mulheres que prestam serviço ou são funcionárias, de fato, do Bradesco?

O projeto desenvolvido diante das agressões contra a Bia não gerou medidas práticas de proteção destas mulheres e, se observarmos o histórico do banco, perceberemos que a instituição pouco fez em defesa de funcionárias diante de denúncias rotineiras de assédio. De acordo com uma matéria do Sindicato dos Bancários Rio do Sul e Região, em 2007, o banco foi condenado a indenizar uma ex-funcionária por assédio sexual praticado por um dos gerentes da instituição. Na época, o Bradesco entrou com recurso no Tribunal Superior do Trabalho (TST) sob o argumento de que "assédio sexual implica em importunação séria, grave e ofensiva, e não em 'simples gracejos ou paqueras'" (ÁGAPE, 2021), aponta a reportagem. O recurso foi negado e o banco foi obrigado a pagar R\$ 70 mil em indenização. A reportagem comenta também os processos judiciais mais recentes. No ano de 2019, a empresa foi advertida pela 66ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro após denúncia por assédio moral no Ministério Público do Trabalho (MPT).

Sabe-se também que as políticas direcionadas às pessoas que trabalham nos *call centers* ainda passam longe de proteger suas funcionárias de agressões. Em uma reportagem da Universa Uol, a jornalista Nina Lemos entrevistou algumas trabalhadoras do serviço de *telemarketing* de empresas diferentes, com o intuito de averiguar até que ponto iniciativas como a do Bradesco afetam mulheres reais. De acordo com a jornalista,

todas as funcionárias ouvidas pela coluna informaram que "não têm nem a opção de desligar quando recebem um assédio verbal de um cliente, sob pena de serem advertidas ou de perderem o emprego. E, com medo do desemprego, elas são obrigadas a se calar, sim. E muitas adoecem" (LEMOS, 2021).

Em vários anos de funcionamento, o Bradesco nunca desenvolveu um projeto parecido como o "Aliados da Bia", voltado para suas próprias funcionárias. Ao observar que o banco ainda não se mostrou efetivo em proteger as mulheres que, de fato, fazem parte da instituição, sejam de clientes abusivos ou das próprias políticas internas da empresa, fica claro que a campanha contra o assédio ainda tem uma longa trajetória para se concretizar em algo transformador, pelo menos quando se trata de pessoas reais.

Uma lente adequada

Quando nos propomos à análise crítica de campanhas publicitárias, uma das questões que surge é o referencial teórico a que iremos recorrer para empreender esta jornada. Evidentemente, este é um aspecto essencial, na medida que a lente errada pode distorcer a realidade mais do que permitir uma visão mais clara do fenômeno estudado.

Logo, mantendo a analogia com as lentes, cabe evitar aquelas que ampliam ou reduzem exageradamente aspectos positivos ou negativos, criando proporções não condizentes com a materialidade dos fatos. Assim, discursos de crítica reducionista ou de ufanismo acrítico devem ser evitados. Buscaremos, pois, conceitos que se estruturam sobre um mínimo de objetividade e que, além disso, sejam adequados aos aspectos que buscamos entender. O primeiro recorte a que chegamos foi o dos teóricos que se debruçam sobre o debate a partir da própria estrutura da linguagem. Considerando a amostra reduzida adequada aos limites de um artigo, pensamos em três: Lúcia Santaella, Jean Baudrillard e Roland Barthes.

Santaella produziu alguns textos interessantes, fazendo uso dos conceitos de Charles Sanders Peirce, fundador da semiótica. Um deles é o livro *Semiótica aplicada* (SANTAELLA, 2005). Alguns, em franco diálogo com os temas aqui abordados. Notadamente o quarto, *O potencial comunicativo da publicidade*, em que a autora estuda uma campanha veiculada para promover os shampoos Seda. O estudo se aprofunda no capítulo seguinte, em que as embalagens do Seda são comparadas com as de um concorrente, o OX.

Afirmando que "a análise semiótica nos permite explorar o *interior* [grifo nosso] das mensagens" (SANTAELLA, 2005, p. 60), a autora se propõe a um acurado estudo dos signos presentes nas peças escolhidas para sua amostragem. Entretanto, ainda que debata as relações entre essa mesma mensagem, o emissor, o receptor e o objeto, pareceunos um estudo mais concentrado naquilo que a materialidade do signo é capaz de informar, sem realizar a – para o nosso caso – necessária extrapolação em direção às intenções por trás daquele tipo de construção.

Jean Baudrillard, destacado pesquisador francês com importantes contribuições para o desenvolvimento de estudos sobre o conceito de "simulacro", produziu algumas obras com debates sobre a publicidade. Entre eles *Da sedução* (1992), *A sociedade de consumo* (1995) e *O sistema dos objetos* (2002). Neste último, o autor faz uma extensa análise do lugar dos objetos na sociedade em que vivemos. Mas, sob um ponto de vista específico:

Não se trata, pois, dos objetos definidos segundo sua função, ou segundo as classes em que se poderia subdividi-los para comodidade de análise, mas dos processos pelos quais as pessoas entram em relação com eles e da sistemática das condutas e das relações humanas que disso resulta. (BAUDRILLARD, 2002, p. 11)

Ou seja, pensando em nosso estudo, o autor deseja entender a forma como somos atraídos pelos signos presentes no discurso publicitário. Debate extremamente significativo, não há dúvidas. Que dialoga muito com os temas deste artigo. Entretanto, colocando todo o foco no receptor. Ao observarmos as mercadorias, exatamente por não se propor a classificá-las, o pensador francês produz um olhar amplo e vago por demais, incapaz de revelar as nuances que buscamos. Precisamos, pois, de outra ferramenta.

Restam-nos, pois, as contribuições de Roland Barthes. Também francês, esse semiólogo é outro autor com diversas obras que dialogam com o universo da publicidade e do consumo, como *O sistema da moda* (2008) e *Mitologias* (2010). Entretanto, é noutro livro, *Elementos de semiologia* (2006), texto em que Barthes se propõe a delinear maneiras pelas quais os conceitos linguísticos estruturados por Ferdinand de Saussure podem ser aplicados em uma ciência geral das linguagens, que surge um conceito a ser observado: valor.

[...] uma abstração bastante arbitrária (mas inevitável) tratar do signo "em si", como somente a união do significante e o significado. Impõe-

se, para terminar, considerar o signo não mais por sua "composição", mas por seus "contornos": é o problema do *valor*. Saussure não viu de imediato a importância desta noção, mas, a partir do segundo Curso de Linguística Geral, concedeu-lhe uma reflexão sempre mais aguda e o *valor* tornou-se para ele conceito essencial, mais importante afinal do que o de significação [...]. (BARTHES, 2006, p. 56)

Valores, portanto, não têm a ver com cada signo em si, mas com os outros signos que o circundam. E, ao circundá-lo, fazem com o que o primeiro signo seja "banhado" por outras significações. Ou seja, para dizer o que um signo é, necessário se faz identificar outros signos, com os quais o primeiro anda. E uma peça publicitária pode ser comparada a um ninho, onde signos específicos que se pretende promover são aconchegados a outros tantos, doadores de calor e proteção.

Apesar de extremamente útil, se comparado às ferramentas utilizadas por Santaella, o conceito de valor parece estar no mesmo nível de percepção. Observa a dinâmica entre os signos dentro da mensagem. No entanto, precisamos de um conceito que indique as diferenças entre os expedientes utilizados conforme o anunciante e a mercadoria anunciada, de forma a entendermos por que nem toda visibilidade é igual. Acreditamos tê-lo encontrado em outro livro de Barthes, *Mitologias*, quando o autor fala sobre mito:

[...] o mito é um sistema particular, visto que ele se constrói a partir de uma cadeia semiológica que existe já antes dele: é um sistema semiológico segundo. O que é signo (isto é, totalidade associativa de um conceito e de uma imagem) no primeiro sistema, transforma-se em simples significante no segundo. (BARTHES, 2001, p. 135)

A obra parte de uma série de situações exemplo para construir, ao fim, uma conclusão, o mito é um recurso discursivo utilizado para se "valorizar" um signo que, ao mesmo tempo, se pretende esconder. Um conceito adequado para pensarmos nossos objetos.

Mito: intenções não confessadas

Quando Barthes propõe a reflexão a respeito do mito, ele ao mesmo tempo coloca em evidência um aspecto, cada mensagem é, na dinâmica social, uma reunião de vozes, que se coagulam em algo aparentemente unívoco. Não há dúvidas dos benefícios que as campanhas lançadas pela Fiat e pelo Bradesco podem trazer à sociedade, traduzindo

necessidades urgentes de renovação de valores. No entanto, para que não tenhamos uma abordagem ingênua dessas mesmas campanhas, não podemos esquecer que elas constituem expedientes para convencer as pessoas a mudar a percepção a respeito de assuntos — a qualidade dos carros da Fiat, a qualidade dos serviços digitais do Bradesco — que a empresa não deseja abordar diretamente. E é para situações como esta que o mito serve:

Encarregado de "transmitir" um conceito intencional, o mito só encontra traição na linguagem, pois a linguagem ou elimina o conceito escondendo-o, ou o desmascara dizendo-o. A elaboração de um segundo sistema semiológico vai permitir que o mito escape ao dilema: obrigado a revelar ou liquidar o conceito, naturaliza-o. (BARTHES, 2001, p. 140)

É natural que defendamos a superação de preconceitos. É natural que defendamos o fim de atitudes agressivas e do assédio contra as mulheres. E, por terem sido colocados juntos, como "papagaios de pirata" – lembremo-nos dos valores onde se "aninha" o signo – torna-se natural simpatizar com os carros da Fiat, com o *telemarketing* do Bradesco. Boa solução, não? Uma solução que certamente tem muito mais chance de sucesso do que uma campanha publicitária tentando convencer racionalmente os consumidores de que a Fiat não é "Família Italiana Atrapalhando o Trânsito" (expressão depreciativa que se espalhou diante das falhas do Fiat 147) ou de que é agradável gastar a fatia considerável do próprio tempo numa chamada interminável com uma assistente virtual, que muitas vezes nos condena a um *looping* interminável. No entanto, é preciso observar que o mito não esconde essas situações:

O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação: se constato a imperialidade francesa sem explicá-la, pouco falta para que a ache normal, decorrente da natureza das coisas: fico tranquilo. Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundeza, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, e cria uma afortunada clareza: as coisas, sozinhas, parecem significar por elas próprias. (BARTHES, 2011, p. 135)

A referência à "imperialidade" francesa feita por Barthes não é por acaso. Um dos exemplos mais contundentes do livro são as campanhas que o governo francês fez para

justificar diante da população a manutenção de colônias na África, na segunda metade do século XX. Numa delas, era mostrada uma freira francesa dando aula para crianças negras. E aquela imagem virava a constatação da benemerência francesa, apesar da histórica exploração de países deixados na miséria por esse mesmo poder imperial.

Se o mito "organiza um mundo sem contradições", é necessário desconstruí-lo, deixando-as à mostra. A contradição entre a abnegação de alguns cidadãos europeus que se dedicaram à diminuição das chagas na África e o fato de que a maioria daquelas chagas foi criada exatamente pela exploração europeia. A contradição entre os comerciais de cigarro, mostrando cenas de liberdade e saúde, enquanto sabemos tratar-se de uma droga que vicia e causa doenças. A contradição entre uma montadora que realiza um comercial que fomenta a superação de preconceitos, mas que patina para espelhar essa mesma representatividade em seu quadro de funcionários, principalmente nos cargos de direção. A contradição entre um banco trazer o debate urgente e necessário sobre o assédio, mas "envelopar" junto a redução das resistências aos seus serviços de *telemarketing*, ao mesmo tempo em que não demonstra empatia semelhante em relação às situações de assédio vividas por funcionárias, nem às condições de trabalho de seus colaboradores.

Considerações Finais

Um estudo publicado pela Unesco, em maio de 2019, chamado *I'd Blush If I Could* (Eu coraria se pudesse), analisou em uma de suas partes o crescimento do uso de gênero na personificação de inteligências artificiais e suas repercussões problemáticas. Na pesquisa, aponta-se que, "com raras exceções, a maioria das principais assistentes de voz são exclusivamente femininas ou femininas por criação de fábrica, tanto em nome quando pelo som da voz" (WEST et al., 2019, p. 94, em livre tradução do inglês). Questionadas sobre o porquê de criar assistentes de voz como personagens femininas, as empresas contatadas pelo estudo apresentaram, em sua maioria, pesquisas que concluem que as pessoas, de modo geral, preferem vozes femininas. O estudo, entretanto, aponta que "a preferência das pessoas por vozes femininas, se é que essa preferência sequer existe, aparenta ter menos a ver com tom, sintaxe e cadência, do que com a associação com assistência" (Ibidem, p. 98, em livre tradução do inglês).

Este estudo deixa claro que existem situações problemáticas na sociedade, diante das quais campanhas como a do Bradesco e da Fiat contribuem, apontando para um caminho de transformação. No entanto, a reflexão que iniciou esse artigo vale aqui: se,

tal qual ocorreu com as pautas sobre meio ambiente, não houver coerência entre discurso e prática, o risco que se corre é de que sejam palavras ao vento. Palavras precisam de lastro. Para arrastarem, precisam estar acompanhadas de exemplos.

Ao mesmo tempo, ainda que comemoremos a visibilidade dessas pautas através da publicidade, não podemos perder de vista que em cada uma há o que perder e há o que ganhar, em proporções específicas. Como comparar a campanha do Bradesco, em que se promovia um serviço que enfrenta evidentes resistências (havendo, pois, pouco a perder) com iniciativas como a do Boticário, que trouxe as pautas de inclusão diretamente para os comerciais que, em datas comemorativas como o Dia dos Namorados, expunham a marca à resistência de parcelas da população (havendo, pois, muito a perder)?

Além disso, não se pode esquecer que tais demandas não podem mascarar a necessidade das empresas – e a sociedade como um todo – criarem condições dignas para todos. O relato sobre a precariedade dos serviços de *telemarketing* é um alerta. Queremos igualdade de condições, mas que essas não sejam a igualdade sob a exploração. Que sejam sob abundância e dignidade, a que qualquer pessoa tem direito.

Referências

ÁGAPE, David. Bia x Beatriz: mulheres reais não são protegidas contra o assédio no Bradesco. 2021. Disponível https://bancariosriodosul.com.br/default.php?pg=noticia&p1=25566. Acesso em: 15 jun. BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2006. . **Sistema da moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. _. Mitologias. Rio de Janeiro: Difel, 2010. BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Elfos, 1995. ____. O sistema dos objetos. Coleção Debates. 2002. _. Da sedução. Campinas: Papirus, 2008. BRADESCO. Novas respostas da bia contra o assédio. Disponível em: https://banco.bradesco/aliadosbia/. Acesso em: 15 jun. 2021. CONTROL F5. Campanha publicitária marcante: a mensagem brilhante. Control F5, 2018. Disponível em: https://controlf5mkt.com.br/blog/campanha-publicitaria-marcantea- mensagem-brilhante/. Acesso em: 15 jun. 2021. ESPM. Fiat 147 vende economia em plena crise do petróleo. Disponível em: https://memorialdoconsumo.espm.edu.br/fiat-147-vende-economia-em-plena-crise-do-

petroleo/. Acesso em: 15 jun. 2021. LEMOS, Nina. "Perguntava meu nome e gemia": atendentes de telemarketing contam assédios. 2021. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/colunas/nina-lemos/2021/05/04/ atendentes-de-call-center-relatam-assedios-temos-que-ouvir-semdesligar.htm. Acesso em: 15 jun. 2021.

RODRIGUES, André Iribure. **As representações das homossexualidades na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira:** um olhar contemporâneo

das últimas três décadas. 2008. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13806?locale=pt_BR. Acesso em: 15 jun. 2021.

SILVA, Cleide. **Fiat tem primeira mulher no comando de uma fábrica na América Latina**. 2020. Disponível em: https://www.uol.com.br/carros/noticias/estadao/conteudo/2020/07/03/fiat-tem-primeira-mulher-no-comando-de-uma-fabrica-na-america-latina.htm. Acesso em: 15 jun. 2021.

WEST, Mark; KRAUT, Rebecca; CHEW, Han Ei. **I'd blush if I could:** closing gender divides in digital skills through education. S/I: Equals & Unesco, 2019.

Tranças africanas e recursos imaginativos: o outro lado do espelho de Narciso

Gabriela Isaias²⁷

Introdução

Vidas negras importam. Sempre importaram. É que corpos negros "vivos" incomodam. Principalmente se o corpo escuro fizer questão de ser visto e percorrer territórios²⁸ politicamente ocupados por elites não-melanizadas. Sob esse aspecto, a "vida negra" alimenta fantasias, curiosidades e fetiches construídos, como bem lembra Fanon (2008), por uma mentalidade narcísica que não consegue conceber um reflexo dessemelhante ao que vê em seus particulares lagos ocidentais.

Às margens dos espelhos d'água de Narciso, onde imagens invariáveis vão e voltam de acordo com o sopro caucásio que as embala, borbulham os Outros, de pele escura, criados pela força comparativa do Ocidente (SODRÉ, 2005). Nessa borda, respira-se ou sufoca-se de acordo com os períodos históricos e toma-se fôlego pelas frestas ou brechas que o sistema – ainda em luto colonial (KILOMBA, 2019) – deixa escapar. Como em uma encruzilhada, embalado ao som do atabaque e gingado pela capoeira, o negro, refém do próprio corpo que instrumentaliza a sua estigmatização, disputa sua existência proclamando discursos em primeira pessoa e manipulando, como bem quiser, a direção de seu olhar.

Em meio às metálicas barragens que, há séculos, acorrentam pulsos, pescoços, bocas e olhos, algumas raízes ressurgem, outras ressignificam-se e há aquelas que teimam em crescer no topo da cabeça: o cabelo. Mesmo sob o olhar branco que persiste em aniquilar a construção de qualquer ponte que aproxime bordas negras aos lagos cor de neve, fios crescem em suas formas enroladas e rugosas, quase como um sinal de rebeldia e resistência às vivências roubadas e impostas aos negros no Novo Mundo. Ignorando

_

²⁷ Mestre. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, é jornalista e fotógrafa documental, desenvolvendo pesquisas nas áreas de raça, gênero e memória. E-mail: igabrielasousa@gmail.com

²⁸ Adota-se aqui a noção de território como uso político sobre o qual fala Foucault (1979, p. 157): "Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é, antes de tudo, uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder".

condições externas, a epiderme lança continuamente à superfície do corpo milhares de pelos sobre o crânio, que parecem enfrentar, altivamente, regimes de aniquilação psíquica, cultural, territorial e corporal.

A passos lentos, a temática do cabelo toma cada vez mais espaço entre os estudos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas, por muito tempo foi subestimada a ponto de constar em pouquíssimos trabalhos – em especial, na área da Comunicação. Logo ele, o cabelo: a parte do corpo humano que mais sofre interferências ao longo da vida e constitui um marcador comunicacional tão forte nas diversas sociedades que compõem o globo. O assunto torna-se ainda mais complexo e curioso quando se identifica, nas técnicas e assuntos relacionados ao fio crespo, a constituição de um "comum" (SODRÉ, 2014). O cabelo, por si só, é apenas cabelo. Mas, em conjunto às ideias, flutua pela linguagem humana como um agente de ordens performativas e estéticas que firmam enunciações.

Pensar a história dos penteados negros é também refletir sobre as origens de uma cultura em torno do cabelo afro que possui gramática própria, elos, perpetuações de tradições e sensações de reconhecimento e pertencimento entre os sujeitos que a compõem. As tranças de origem africana, por exemplo, são um tipo de sabedoria desenvolvida e transmitida há milênios que ajudam a comunicar o pensamento social; elas não nascem do cabelo, mas da cabeça, da inteligibilidade humana, e se inscrevem no corpo em escritas não alfabéticas como se esse fosse a tela de criação da qual fala Le Breton (2007). O penteado dá materialidade ao que é abstrato. E os sentidos das arrumações só são captados quando os sujeitos interagem.

Entre orun e aiê, o orí

Em diversas civilizações da África, as tranças são tradições sociais que assumem papel comunicacional, utilitário, artístico e espiritual. Nessas nações, status sociais, funções ocupacionais, estado reprodutivo, crenças e valores são comunicados pelo topo da cabeça. Araújo (2004) explica que, apenas em Benin, havia mais de 16 penteados distintivos de gênero e posição social. Del Priore (2016) conta que uma análise das estátuas de barro da região de Kaduna, na atual Nigéria, revelou rostos de jovens guerreiros cujo penteado em forma de coque era coroado por penas e ornamentado com cachos e tranças laterais. Pesquisas de Lody (2004) mostram que homens da tribo Wolof trançam os cabelos antes de batalhar, mulheres adultas da etnia Himba (hoje localizada

ao sul da Angola) cobrem suas numerosas tranças com uma mistura chamada *otjize*²⁹ e africanas da população Mbalantu, na Namíbia, têm como uma de suas normas de feminilidade as enormes tranças *eembuvi*³⁰, cultivadas desde a infância.

Mesmo presente em várias sociedades africanas tradicionais vigentes, o processo de elaboração e experimentação nos cabelos começou a diminuir durante o tráfico de escravos e esgotou, quase que completamente, quando africanos foram enviados para as Américas. A raspagem compulsória dos cabelos dos indivíduos capturados com destino a esse continente durante os três séculos de tráfico escravagista era uma das primeiras estratégias de desenraizamento feitas nas pessoas sequestradas. Sob o pretexto da higienização e prevenção de piolhos durante a viagem transatlântica, depilava-se a cabeça dos cativos como forma de submetê-los à condição de mercadoria e, sobretudo, apagar um traço marcante de suas identidades (ARAÚJO, 2012). Segundo Gomes (2008, p. 26), esse ato, que também se repetia continuamente como forma de castigo durante a escravidão brasileira, tinha um significado singular: "correspondia a uma mutilação, uma vez que o cabelo, para muitas etnias africanas, era considerado uma marca de identidade e dignidade". Ao que corrobora Almeida:

A alienação ancestral surge na história do cabelo como qualquer coisa a que se exige silêncio, uma condição de que o cabelo poderia ser um subterfúgio enobrecido, uma vitória da estética sobre a vida, fosse o cabelo vida ou estética distintamente (ALMEIDA, 2017, p. 13).

Entre povos socializados por matrizes orais, como os africanos, corpo e memória são indissociáveis (ANTONACCI, 2014). O indivíduo, portanto, localiza-se duplamente tanto no espaço visível ($ai\hat{e}$) quanto no invisível (orun). Sodré (1997) explica que, nessa cosmologia – à qual pertence a iorubá, aqui detalhada –, o corpo é composto de duas partes inseparáveis: a cabeça ($or\hat{i}$), que comunica e sintetiza o mundo, a partir da qual expandem-se os outros espaços do corpo; e o suporte ($aper\hat{e}$), que guarda as forças mobilizadoras da existência individual. "O corpo integra-se ao simbolismo coletivo na

³⁰ As tranças *eembuvi* fazem parte do processo de iniciação adulta das meninas *mbalantu*. A preparação começa aos 12 anos e consiste em acelerar o crescimento dos cabelos por meio de tranças banhadas em óleos e seiva da árvore *omutyuula*. Aos 16 anos, quando os fios já estão longos o suficiente, é feita a cerimônia Ohango que, após concluída, outorga a essas meninas o status de mulheres.

²⁹ Mistura feita de manteiga rançosa, ocre avermelhado e resina do arbusto *omuzumba*. A substância é utilizada apenas por mulheres *himba* para colorir as tranças e a pele (o tom carmim simboliza o sangue e a terra, tão presentes na vivência feminina), afastar insetos e proteger o corpo do calor e do sol.

forma de gestos, posturas, direções do olhar, mas também de signos e inflexões microcorporais, que apontam para outras formas perceptivas" (ibidem, p. 31).

Percebe-se, portanto, que, ao raspar a cabeça dos sujeitos de maneira igual, eliminavam-se individualidades e reconhecimentos coletivos daqueles que tinham o corpo como forma de comunicação com o mundo (ANTONACCI, 2014). Também se agrupava, na mesma classe, membros de diversas origens que, não raro, cultivavam rivalidades étnicas históricas. Foi o caso de nações ricas e plurais como Oyó, Ijexá, Kêtu e Ifé, que, no Brasil, foram reduzidas a termos genéricos como "nagô", "sudanês" e "banto" – o que também configurava uma estratégia para a desarticulação de possíveis levantes à condição compartilhada por todos: a escravidão.

Rumo a um destino desconhecido e catequizados em uma filosofia civilizatória divergente à que foram educados, aproximadamente seis milhões³¹ de sujeitos roubados de suas terras que sobreviveram às condições insalubres da viagem forçada chegaram ao Brasil na condição de escravizados e viram suas consciências entrarem em crise. Uma série de mecanismos de pressão psicológica que suspendia suas humanidades (MBEMBE, 2017) tinham como objetivo convencê-los de que "o único remédio para curar sua inferioridade, a salvação, estaria na assimilação dos valores culturais do branco superpotente" (MUNANGA, 1988, p. 15).

A cultura do racismo moldou, inclusive, o que se entendia por ciência na época, associando à natureza "inescapável" do negro o primitivismo, a preguiça, a malandragem, a infantilidade, o entretenimento tolo, entre outros estereótipos caricaturais essencializados nas representações populares (HALL, 2016). Entre os traços físicos exotizados pela patologização fetichista e classificatória que personificava a "degeneração" do negro (BHABHA, 1998), estão os lábios grossos, narizes largos, glândulas mamárias, ancas fartas, genitálias "primitivas" e, também, os cabelos frisados.

Um olhar minucioso percebe que, até mesmo nas pinturas feitas por viajantes durante a Missão Artística Francesa no Brasil, em pleno século XIX, a maioria dos homens escuros retratados possuem cabeças raspadas, enquanto às mulheres são destinados lenços e turbantes, grande parte das vezes assentados sob tabuleiros de mercadorias – exceto quando as negras compõem a criadagem de famílias abastadas (que

_

³¹ De acordo com dados levantados pelo projeto Slave Voyages, dos 10,6 milhões de seres humanos capturados em solo africano entre os séculos XVI e XIX, pelo menos seis milhões desembarcaram no Brasil sob a condição de escravizados. Disponível em: https://www.slavevoyages.org/american/database#statistics. Acesso: 19 jun. 2021.

demonstravam seu poderio econômico, inclusive, por meio das roupas de seus escravos) ou pertencem a uma classe alforriada com certo poder aquisitivo; nesses casos, as figuras representadas surgem com penteados um pouco mais elaborados, notadamente adaptados da moda eurocêntrica da época. A ornamentação e cuidado estético mesmo no período escravocrata já foi fruto da análise, inclusive, de Souza (2009), que destacou tecidos utilizados no vestuário (chamado de "pano da costa"), acessórios e, notoriamente, os penteados que compunham o visual das negras retratadas por artistas europeus como Jean-Baptiste Debret, Carlos Julião e Johann Moritz Rugendas:

A trança e penteados, de sofisticada elaboração, são fruto de técnicas passadas de geração a geração. Demorados, delicados e criativos, permitem que uma série de adornos possa ser agregada ao cabelo, além de apliques com cores diferentes e tamanhos variados. (SOUZA, 2009, p. 60)

Foi durante a escravidão, também, que algumas práticas nascidas na África foram readaptadas em solo atlântico ganhando força como modo de resistência à uma sociedade violenta e excludente. Sabe-se, por exemplo, que, o que por muito tempo entendeu-se como catequismo ou sincretismo religioso, foi uma das formas de manutenção da própria fé em terras brasileiras. Mas esse não foi o único âmbito onde se deu a resistência.

O topo da cabeça como campo de batalha

O resgate do penteado trançado pelos diversos povos africanos que compuseram o cenário escravocrata do continente americano configurou um modo de resistência silencioso, transmitido de geração para geração, reencenando e ressignificando tradições milenares nas Américas. Diz Trouillot (2016, p. 168) que "a existência de extensas redes de comunicação entre escravos, das quais temos apenas um vago conhecimento, não chegou a se tornar um tema 'sério' de investigação histórica". De fato, a maior parte dos povos africanos transmite sua cultura pela oralidade e não pela escrita. Isso torna a memória — facilmente instrumentalizada pelo imaginário e amalgamada a outras temáticas — uma das fontes principais de dados referidos às táticas de guerra, resistência ou comunicação negra no período colonial.

Porém, diz Bourdieu (1989), que a própria história é, também, "uma ciência do inconsciente", relacionando o que está oculto, mesclando uma narrativa em outra. Em meio aos debates que rondam as metodologias acadêmicas, diz o autor que a pesquisa

histórica e sua polêmica científica "oferece àquele que a exerce e que a ela se submete uma probabilidade de saber o que diz e o que faz, de se tornar verdadeiramente no sujeito das suas palavras e dos seus actos [...]" (BOURDIEU, 1989, p. 105). Há ainda Antonacci (2014), que aponta que a dimensão simbólica da oralidade na realidade brasileira é um elemento de conhecimento e transmissão na diáspora africana; portanto "a oralidade não se reduz à palavra, pois o gesto e toda a *performance* corporal são partes constitutivas de sua expressão" (ANTONACCI, 2014, p. 26, grifo da autora). Daí mensura-se a importância da validação de testemunhos de mulheres negras sobre as histórias de sobrevivência ancestral contadas em suas próprias famílias.

No trabalho *Nesse Canto do Mundo*³², que contou com 48 depoimentos de negros brasileiros, Isaias (2018) recolheu histórias de resistência intergeracionais. Entre as narrativas frequentemente repetidas pelos entrevistados, estava o relato de que, no período colonial, as tranças rasteiras³³ de origem iorubá tiveram papel fundamental na transmissão de mensagens entre os escravizados. Certos modelos eram feitos, por exemplo, para sinalizar aos outros que se planejava escapar – uma releitura interessante visto que, em sociedades africanas como Kemet (antiga população egípcia-núbia), até mesmo a espessura das tranças comunicava algo (como por exemplo, a casta social à qual pertencia uma pessoa).

Outro relato recorrente – esse, também registrado em alguns estudos acadêmicos feitos na Colômbia³⁴ – é de que os formatos geométricos de algumas tranças feitas rente ao couro cabeludo poderiam sinalizar direções a serem usadas em possíveis trajetos de fuga anteriormente mapeados por escravizados que podiam andar de forma um pouco mais independente devido ao seu gênero ou função – as mulheres, por exemplo, eram vistas como ameaças menores que os homens e possuíam maior mobilidade tanto nos perímetros urbanos como nas zonas rurais.

³² Disponível em: https://gabrielaisaias.wixsite.com/nessecantodomundo. Acesso: 19 jun. 2021.

³³ No Brasil, as tranças rasteiras são costumeiramente chamadas de "trança nagô" (uma referência aos povos de origem iorubá como ficaram conhecidos no país). Consistem em duas ou mais tranças feitas desde a raiz, rente ao couro cabeludo.

³⁴ Estudos sobre Benkos Biohó, príncipe nascido em Guiné-Bissau que foi capturado e vendido para a um senhor de escravos da Colômbia, demonstram que ele arquitetou várias fugas coletivas ao longo da vida, organizou exércitos e formou, entre os escravos, uma rede de inteligência que coletava informações a fim de organizar mais fugas e guiar pessoas escravizadas para territórios livres. Entre as formas de comunicação estabelecidas por Biohó, estavam canções e penteados trançados que carregavam mapas de fuga na cabeça das mulheres. Acredita-se que São Basílio de Palenque, fundada por Biohó no século XVII, tenha sido a primeira cidade de escravizados libertos das Américas. Para mais informações, conferir em: https://www.unesco.org/archives/multimedia/document-619. Acesso em: 19 jun. 2021.

No estudo de Isaias (2018), outra narrativa constantemente trazida à tona foi a de que grãos, sementes, pequenas gemas preciosas ou qualquer item que auxiliasse a sobrevivência em caso de fuga eram trançados rente à cabeça. O fato referido nas entrevistas (realizadas em 2017), foi ilustrado pouco tempo depois da colheita dos depoimentos através de um vídeo gravado em 2018 que teve considerável repercussão na Internet³⁵. No documento fílmico, duas mulheres afro-caribenhas de uma comunidade quilombola do Suriname simulam a prática, demonstrando o que suas ancestrais faziam ao trançar seus próprios cabelos ou o de seus filhos antes da separação forçada de membros de uma mesma família – prática comum durante a escravidão. É apropriado destacar que o Suriname é o único lugar entre todos que sofreram colonialismo e escravidão nas Américas em que se cultivou um grão de arroz específico da África (ao contrário do arroz semeado no resto do continente, de origem asiática). Esse dado potencializa uma evidência plausível de que a técnica de esconder grãos no corpo para sobreviver diante do desconhecido pode ter sido feita antes mesmo da embarcação nos navios negreiros. Pois que "o impensável é aquilo que não se pode conceber dentro do espectro de alternativas possíveis, aquilo que perverte todas as respostas, porque desafia os termos em que as questões foram postas" (TROUILLOT, 2016, p. 136).

As melanizações da aparência

Queimaduras de aparelhos como "ferro de passar"³⁶, "pente quente"³⁷ e "chapinha"³⁸ se tornaram necessários para as tentativas de negociação com o padrão eurocêntrico dominante. Enjoos provocados pelo uso do henê³⁹. Dores e puxões de

_

³⁵ Vídeo de Tinde van Andel. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4H1IbY6PGIk. Acesso em: 19 jun. 2021.

³⁶ O uso do ferro de passar roupas para alisar os cabelos já foi bastante comum entre mulheres negras e compunha um ritual que começava com o aquecimento do ferro diretamente em uma boca do fogão para, em seguida, ser passado em mechas embebidas com algum tipo de gordura (como óleo de coco ou banha animal).

³⁷ Pente feito de ferro com cabo de madeira que é aquecido no fogão a lenha ou a gás e passado nos cabelos untados com vaselina. É um dos instrumentos mais antigos usados por negros e negras para alisar os fios.

³⁸ Prancha de cerâmica, titânio ou turmalina com duas dobradiças que, quando aquecidas, modelam os cabelos, deixando-os lisos.

³⁹ Produto químico à base de magnésio que é utilizado para o alisamento de cabelos. No mercado há mais de 50 anos, o henê tem consistência cremosa de cor preta ou marrom (é considerado um alisante que colore os fios). Possui um intenso odor característico.

escovas⁴⁰ sob o ar quente de um secador. Coceiras e descamações no couro cabeludo oriundas de texturizações⁴¹, relaxamentos⁴² e alisamentos⁴³, entre outros termos, cujo entendimento por parte do público leitor depende de mais notas de rodapé que o usual, são profundamente conhecidos e, por que não, inerentes às culturas familiares e sociais dos sujeitos afro-diaspóricos.

Lembra Gomes (2008) que o cabelo não é um elemento neutro, um simples dado biológico no conjunto corporal, a partir do momento em que ele é pensado pela cultura e reúne uma série de estigmas historicamente forjados no senso comum. Em sociedades marcadas pela colonização europeia onde implantou-se a escravidão, importam, na observação empírica das relações étnico-raciais, cor e cabelo. Contudo, lembra-se também que "o senso comum, a canção popular, a ansiedade visível no que diz respeito a cabelos – tudo isso parece corroborar a ideia de que o pelo é de algum modo estratégico na revalorização identitária" (SODRÉ, 1999, p. 254).

Segundo Munanga (1988), um dos processos observados nas tentativas de inserção do negro na sociedade brasileira é o "embranquecimento", que consiste em se assemelhar tanto quanto possível ao branco, como uma recusa a si mesmo. Trata-se das "máscaras brancas", sobre as quais disse Fanon (2008), com o qual o pensamento de Souza (1983) alinha-se:

A história de ascensão do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. (SOUZA, 1983, p. 23)

Já para Sodré (1999), as técnicas de "desnigrificação", que distanciam o indivíduo da negritude absoluta, não tratam, necessariamente, "de o negro querer passar por branco,

⁴¹ Feitas com produtos a base de hidróxido de sódio, cálcio ou guanidina. A técnica é muito usada por homens e mulheres de cabelo curto e permite variações de estilo que vão desde o cacheado ao "semi-liso". Dura em torno de três meses.

⁴² Desenvolvido nos Estados Unidos na década de 1950, o procedimento chegou ao Brasil no início dos anos 1990. É uma intervenção à base de substâncias químicas como guanidina e cálcio que tem como objetivo deixar cachos mais abertos, no formato ondulado. O resultado dura cerca de três meses.

⁴⁰ Aplicação do calor gerado por secador de cabelos sobre uma escova apropriada aplicada nos cabelos umedecidos com produtos modeladores e protetores. O efeito pode ser liso ou ondulado e dura em torno de dois a quatro dias.

⁴³ Feito com produtos à base de soda cáustica, tioglicolato de amônia ou hidróxido de guanidina. É um processo químico parecido com o relaxamento. A diferença está no tempo de ação da substância e no resultado: alisamento total dos cachos por cerca de três meses.

mas de passar por mestiço (*mixed*)" (SODRÉ, 1999, p. 198). Uma vez que adquirir características estéticas da cor clara aproxima o modelo biotipológico dominante europeu, mas não torna o negro branco aos olhos coloniais, faz-se necessário dizer que vários países do continente americano que passaram por regimes de escravidão negra tiveram um esquema de divisão de trabalho que levava em conta não apenas as habilidades que os africanos traziam de suas regiões de origem (ARAÚJO, 2012), como também considerava o tipo de cabelo e o tom de pele dos negros escravizados. Esses critérios estéticos eram determinantes para cada uma das funções exercidas na esfera colonial. Comumente, à pele mais escura eram destinados trabalhos braçais sob o sol, enquanto mulheres negras de tons mais claros e cabelos menos crespos eram escolhidas para o trabalho doméstico dentro das casas – o que não significava que estivessem livres de violências (principalmente as de cunho sexual).

Fato é que o discurso colonial sobre o negro resistiu ao tempo solidificando-se em imagens de subalternização, imundície, subserviência, discriminação, preterimento afetivo e hipersexualização. São os chamados estereótipos raciais, que sustentam uma suposta superioridade caucasiana "a fim de cristalizar grupos e indivíduos no seu 'devido lugar' e legitimar essa distância" (GOMES, 2008, p. 125). Esse mecanismo ajuda a construir, propagar e cimentar um imaginário que hierarquiza diferenças corporais e culturais colocando o negro em uma escala negativa e inferior.

É por aí que a gente entende porque dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada "Nêga do cabelo duro" que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. (GONZALEZ, 1984, p. 234)

Trata-se de uma tentativa de constituir, orquestradamente, o sujeito subalterno colonial como o Outro (SPIVAK, 2010), uma vez que "o fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa" (MUNANGA, 1988, p. 9) e qualquer ocorrência que fugisse a esse padrão era tratada com exotização, fetichismo e, obviamente, racismo. Refletir sobre essas estereotipias é crucial para compreender não só as vicissitudes promovidas pelas fatias sociais marginalizadas, como também para perceber como mulheres negras constroem, reconstroem ou ressignificam as imagens terceirizadas de si,

movimentando as estruturas de dominação. Pois o poder, de acordo com Foucault (1995, p. 14), "é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do 'governo'".

Nas últimas décadas, sob forte influência dos movimentos negros nacionais e internacionais, que propõem reestruturações político-sociais, observou-se o incentivo à disputa de narrativas sobre o negro propagadas pela mídia através da autoproclamação da beleza e do resgate de uma autoestima afro-diaspórica. Manifestações ao redor do globo, incentivadas pelo lema "black is beautiful" encorajam milhares de sujeitos descendentes da África a reivindicarem suas próprias identidades culturais há mais de 60 anos. Pois, se a resistência negra se dá no dia a dia através do próprio existir, da linguagem e das atitudes (KELLNER, 2001), ela também mostra a que veio no alto da cabeça.

A presença (ou ausência) e a disposição dos cabelos nas Áfricas diaspóricas pode comunicar até mesmo ideologias políticas ainda que o indivíduo que os ostenta não tenha o intuito de declarar o que quer que seja. A compreensão dos pelos do topo do crânio como ato comunicacional foi o que levou muitos negros nos anos 1960 e 1970 a incorporarem, em suas mobilizações pelos direitos civis e em convenções culturais, a textura natural do próprio cabelo e penteados de referência africana. No emergir dessa nova mentalidade, não só o crespo, como também os penteados trançados, tornaram-se um dos aspectos centrais na reconstrução das memórias ancestrais e reação aos estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade brasileira.

Em transição: a consciência comunicada

Os penteados trançados atuais, assim como nas diversas Áfricas pré-coloniais, possuem uma variedade de acabamentos e técnicas que trazem "sotaques" a depender da região em que foram feitos. Mesmo com métodos similares, cada "trancista" carrega na ponta dos dedos saberes que expressam seus próprios repertórios territoriais, linguísticos e existenciais. Tranças cariocas não são as mesmas tranças que as bahianas usam, por exemplo, bem como tranças brasileiras divergem esteticamente dos modelos africanos. Há, inclusive, uma certa rivalidade – observada na pesquisa de Isaias (2018) – entre

-

⁴⁴ O emblema "black is beautiful", que, em tradução literal quer dizer "negro é lindo", popularizou-se partir de uma fala de Steve Biko, líder do Movimento de Consciência Negra na África do Sul na década de 1960, e tornou-se uma das principais bandeiras das intensas mobilizações antirracistas ao redor do globo no século XX. Até hoje a frase é dita para celebrar o fenótipo negro (por tanto tempo menosprezado) e promover orgulho estético entre pessoas de pele escura.

trancistas imigrantes da Angola e trancistas naturais do Brasil que residem no bairro de Madureira, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, sobre a "autenticidade" das tranças feitas por cada uma das profissionais. Enquanto as primeiras dizem ser detentoras do "verdadeiro" trançar, seguindo uma filosofia estética purista, as segundas mergulham nas diferentes histórias das tranças durante vários períodos históricos da diáspora negra a fim de valorizar suas próprias formas de trabalhar.

Ambas as linhas de pensamento e de adornamentos, porém, concordam que, atualmente, as tranças são utilizadas por um público majoritariamente feminino que pode ser dividido em três vertentes: mulheres que usam o penteado por influência direta da moda, sob vislumbres de diversão e estilização constantes; as que aderem às tranças por motivos estético-políticos de reafirmação da própria ancestralidade negra; e a grande maioria, que utiliza o penteado como artifício para passar pela transição capilar. Essa terceira categoria merece bastante atenção.

Transição capilar é o nome do processo que consiste em deixar os fios naturais crescerem a fim de abandonar o uso da química. O objetivo é que os cabelos atinjam determinado comprimento para que seja feito o *big chop*, um corte que retira toda a parte quimicamente alterada e uniformiza a textura dos fios. Muitas mulheres que decidem deixar a aparência artificial das mechas alisadas fazem-no como um pontapé na busca por uma identidade negra esquecida, perdida ou, muitas vezes, abafada por desejos eurocentrados alimentados pelos padrões midiáticos. E é durante esse processo de transição de texturas de fios e pensamentos que as tranças são utilizadas.

Ao mesmo tempo em que se distanciam do padrão liso – pois propõem uma estética afro através de uma textura que não é a esticada –, as tranças soltas, comumente chamadas de *box braids* ou tranças jamaicanas, também se distanciam do formato do cabelo crespo, já que não deixam de ser um penteado "baixo" que, assim como o cabelo liso, tem caimento ao redor do rosto. Segundo as trancistas entrevistadas para o estudo (ISAIAS, 2018), o uso dessas tranças promove uma reeducação do olhar e comunica ao mundo que, ali, sob tramas entrelaçadas, há uma nova pessoa/consciência prestes a surgir. Em geral, essa mensagem é mais facilmente decodificada por negros que, por estarem imersos nessa cultura, costumam compreender as tranças como uma "fase" pela qual a pessoa passa até ter seu *black*⁴⁵ (ou cacho) totalmente livre de produtos químicos.

⁴⁵ Black é uma abreviação da expressão "black power" (cuja tradução é "poder negro") que, além de remeter à filosofia adotada por movimentos que proclamavam a autodefesa armada dos sujeitos negros

As tranças também são uma tecnologia estratégica durante esse período porque, durante o abandono da química, a raiz do cabelo costuma nascer crespa enquanto o comprimento permanece alisado. A aparência dessas duas texturas conflitantes que ocupam o mesmo espaço costuma gerar grande desconforto entre as mulheres. O trançado nivela essa dessemelhança em uma só tessitura, além de ser um penteado protetor estratégico para fios que, devido aos desgastes promovidos pelas substâncias químicas, apresentam estrutura mais frágil: dentro das mechas entrelaçadas, o cabelo cresce intacto, livre de danos, embaraçamentos e escovações.

É interessante pensar que o modelo de tranças soltas, costumeiramente utilizadas durante esse processo, são bem parecidas com as tradicionais tranças *eembuvi* utilizadas pelas mulheres do povo Mbaluntu. Trata-se de uma reconfiguração dos saberes originários:

Apesar das contradições e mesmo tendo sido "plantada" e/ou "replantada" em condições adversas, a africanidade recriada no Brasil e que compõe a identidade do negro brasileiro continua sendo uma característica marcante. A planta originada dessa raiz certamente não terá a mesma aparência que o tubérculo que a originou, mas ambas continuam sendo parte uma da outra, e uma não subsiste sem a outra. É assim que se dá a relação entre o negro da diáspora, o cabelo e a herança cultural africana. (GOMES, 2008, p. 176)

Já disse Hall (2003) que possuir qualquer identidade cultural enquanto sujeito negro em diáspora é também dispor de um cordão umbilical atemporal (a tradição) cuja presença constante diante de si configura a autenticidade de uma imaginação mítica que alça à África significados e motivações de vida, bem como ações e imaginários. Assim, há lugar para a ocupação das corporalidades negras em suas práticas singularizadas que se tornam coletivas à medida em que pertencem a um grupo marginalizado, que transforma as beiradas dos lagos brancos narcísicos em encruzilhadas potentes de conhecimento e sentido. Dado que há perda da relação corporal do sujeito negro com o espaço em que sua presença incomoda, há encontros (e, consequentemente, confrontos) dele sobre si mesmo; é a partir da fresta que se destaca a "força realizadora" marcada pelo "jogo", que, em seu sentido amplo, corresponde a uma série de manobras capazes de combinar ideias de limites, liberdade e invenção (SODRÉ, 2019, p. 157). E "esse

_

estadunidenses, tornou-se sinônimo do penteado utilizado pelos membros do partido dos Panteras Negras. Corresponde a um modelo de corte em formato arredondado que realça a textura de cabelos crespos.

movimento, que já definimos como caracterizado pela territorialização, pela força, pela afirmação alegre do mundo, é capaz de gerar um saber".

Corpos multitemporais e a reinvenção da memória

Muitas épocas constituem o espaço corporal onde hoje se manifesta a estética negra. O corpo preto atual combina passado, presente e futuro, rompendo com a cristalização cronológica-ocidental que planifica um ser uno, ao invés de multidimensional. A complexa ideia de cabeça presente no continente africano (*orí* para os iorubás, *mutuê* entre os zabundos e *intu* para os bacongos), como força autônoma do destino, reconstitui-se no Brasil não só em terrenos religiosos, como também no dia a dia, à medida em que herdeiros de matrizes africanas compreendem o uso de seus *orís* não apenas como uma entidade autônoma, mas também em combinação, através da interpretação do topo do corpo como forma potente de comunicação consigo e com o seu entorno. Como afirma Mbembe:

Diversos tipos de trocas ligam termos que somos acostumados a opor. O passado está no presente. Não passa na frente necessariamente. Mas às vezes, ele se retrai, às vezes se imiscui nos interstícios, quando simplesmente não sobe à superfície do tempo que ele assalta com sua atmosfera acinzentada, que ele tenta saturar, deixar ilegível. O carrasco está na vítima. A imobilidade está no movimento. A palavra está no silêncio. O início está no fim, e o fim está no meio. E tudo, ou quase tudo, é entrelaçamento, inacabamento, dilatação e contração. (MBEMBE, 2017, p. 154)

Historicamente tosado, o cabelo negro no Brasil foi invisibilizado na maioria das vezes ao longo da história – seja ela composta por registros escritos, audiovisuais ou gráficos. Porém, quando o fio surge, aponta diretamente para o céu bradando a si mesmo e a quem mais olhá-lo como um testemunho da sobrevivência negra; o cabelo aparece vivo, como um arquivo humano do sujeito, que pode ser apagado, coberto ou raspado, mas que continua seu ciclo de renascimentos contínuos.

Reivindicar a memória negra diaspórica como elaboração criativa que mescla histórias afro-atlânticas, e enxergá-la, igualmente, como documento digno de análises e estudos é como consentir que a relação com o passado é residual e fragmentária, permeada pelo o que foi, o que está posto e o porvir. É compreender, tal como Coutinho (2002), que

a tradição não quer dizer, necessariamente, "conservação"; ela carrega consigo também a ideia de "ruptura" e, juntas, reinterpretam os costumes do passado.

Pensar as práticas de comunicação de maneira mais ampla, a partir de perspectivas corpográficas que contestam e subvertem narrativas e imagens colonizadoras, faz lembrar do privilégio visual, de que tanto fala hooks (2019). Se o questionamento pode destruir representações esculpidas por mãos brancas, o direcionamento do olhar para camadas comunicacionais visíveis, mas inexploradas, pode fazer emergir em margens aparentemente rasas, surpreendentes e profundas criações onde o que, à primeira vista, poderia soar apenas como o acato do obedecer.

Há um mistério na obviedade que permanece escondido, esperando, ansioso, por ser descoberto. Tal enigma não depende de espelhos d'água, pontes conciliatórias e nem mesmo será impedido por barreiras metálicas que, ainda hoje, ceifam vidas negras. Pois não há represa capaz de obstruir o poder da recriação.

Referências

ALMEIDA, Djaimilia. **Esse cabelo:** a tragicomédia de um cabelo crespo que cruza fronteiras. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014.

ARAÚJO, Leusa. **Livro do cabelo**. São Paulo: Leya, 2012.

BHABHA, Homi K. Interrogando a Identidade. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

COUTINHO, Eduardo Granja. Os sentidos da tradição. In: **Intercom – Anais eletrônicos**. Salvador, 2002. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/f777fdae0f704b44711d5cb974fb6369.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira:** Colônia. Vol. I. São Paulo: Leya, 2016

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

______. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo como símbolo da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016.

_____. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

hooks, bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

ISAIAS, Gabriela. **Nesse** canto do mundo. 2018. Disponível em: https://gabrielaisaias.wixsite.com/nessecantodomundo. Acesso em: 16 jun. 2021. KELLNER, Douglas. A voz negra: de Spike Lee ao rap. In: _____. A cultura da mídia: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001. KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. LE BRETON, David. A sociologia do corpo. Petrópolis: Vozes, 2007. LODY, Raul. Cabelos de axé: identidade e resistência. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004. MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017. MUNANGA, Kabengele. Negritude – usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988. SODRÉ, Muniz. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014. . Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. _. Corporalidade e liturgia negra. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico **Nacional**, S.l., n. 25, p. 29-33, 1997. _. Cultura negra. In: _____. A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 89-139. SOUZA, Mônica Lima e. **Heranças africanas no Brasil**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009. SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes das identidades do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

O rock neofascista e o racismo nos Estados Unidos: a presença do ódio racial por meio da música e a modernização do nazismo

Pedro Carvalho Oliveira⁴⁶

Introdução

O rock neofascista é um gênero musical que difunde visões de mundo próprias ao ideário neofascista, bem como discursos de ódio contra os que se opõem ou supostamente entravam uma comunidade imaginada pelos seus compositores. Tais discursos de ódio são instrumentais: atacando os antípodas do que consideram a nação ou sociedades ideais, definem a si mesmos como superiores em contraposição ao "outro". Assim, delimitam quem deve ou não compartilhar das benesses às quais têm direito os membros de tal ou qual sociedade, direitos estes definidos pelos militantes neofascistas. O rock neofascista, portanto, serve tanto à busca por uma penetração política dentro de um determinado espaço – conclamando à militância os simpáticos a comportamentos de extrema-direita – , quanto como convite à prática da violência contra os que apontarão como culpados por uma quimérica crise sociocultural.

As primeiras bandas alinhadas a um perfil abertamente neofascista, que fazem uso do rock como instrumento de difusão ideológica e expressão raivosa do ódio aos "inimigos da nação", surgem no Reino Unido no limiar dos anos 1980. A Skrewdriver é, certamente, uma das pioneiras no gênero tendo migrado da subcultura *punk* para o universo *skinhead*, especialmente após a adesão de seu vocalista, Ian Stuart Donaldson, ao National Front, organização que ambicionava uma frente de extrema-direita composta, dentre outros, por partidos políticos nos quais atuavam simpatizantes do nazismo, como o British National Party, de John Tyndall. Sua presença em organizações como o National-Socialist Movement, em décadas anteriores, não é segredo, embora o presidente do partido tenha buscado insistentemente se apresentar como moderado, almejando não afastar o eleitorado (COPSEY, 2004).

_

⁴⁶ Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integra o Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo-UEM) e o Grupo de Pesquisa Política, Estado e América Latina (GPPEAL-UEM). E-mail: pedro.labtempo@gmail.com.

Donaldson foi um verdadeiro militante neofascista, cuja adoração aos ideais hitleristas se consubstanciaram na criação, no final dos anos 1980, da Blood & Honour, uma revista por meio da qual ele e seus colegas divulgavam opiniões políticas francamente alinhadas aos fascismos, repensadas para apelarem a um público contemporâneo aos idealizadores. O nome da revista batizou também uma organização mundial, com facções em diversos países engajadas na divulgação, dentre outras coisas, de material musical produzido por bandas de rock neofascistas de todo o mundo. A Rock-O-Rama, gravadora alemã, bem como a Rebelle Européens, francesa, colaboraram com a organização e se tornaram também símbolos da propulsão tomada pelo rock neofascista nos anos seguintes (PIEROBON, 2012).

Nos Estados Unidos, onde já atuavam organizações neofascistas como a Aryan Nations, National Alliance, White Aryan Resistance e Creativity Movement, cuja relevância desde os anos 1970 era considerável entre a extrema-direita racista, o rock neofascista encontrou terreno fértil. Já em 1988, o Aryan Fest foi realizado em Oaklahoma contando com a presença de diferentes bandas de rock neofascista, sendo um dos primeiros festivais do gênero até então noticiados. A organização do evento foi assinada pela White Aryan Resistance e pela célula estadunidense do Hammerskin Nation, um dos mais reconhecidos grupos extremistas do Ocidente (POTOK, 2012). Contudo, é nos anos 1990 que o gênero ganha intensidade naquele país e em parte do mundo. Em larga medida, a ampliação do uso doméstico da internet no país possibilitou esse crescimento (MAYNARD, 2011).

O presente trabalho busca analisar a presença dos neofascismos nos EUA, atentando para as suas singularidades no presente, resultantes de um longo processo de transformação ocorrido no tempo. Neste sentido, atentaremos para a forma como os neofascistas estadunidense imaginam uma nação ariana, dentro da qual os negros não possuem espaço. Por isso, nos centraremos nos discursos de ódio racial de bandas do rock neofascista estadunidense. Dentre outras coisas, buscaremos compreender como o racismo histórico presente no país mantém, por intermédio de discursos fascistas, sua existência nos dias de hoje.

Para realizarmos este breve exame, nos debruçaremos sobre músicas das bandas Angry Aryans, Bound for Glory, Bully Boys e Heathen Hammer, surgidas nos EUA entre os anos 1990 e a atualidade, portanto desde quando o gênero foi popularizado em sites e fóruns da internet até o apogeu do movimento "*Black lives matter*", que tem desafiado o racismo estadunidense e proposto uma nova imagem para as lutas antirracistas naquele

país. Antes disso, apresentaremos um breve histórico da presença de ideias fascistas nos EUA desde os anos 1930. A escolha das bandas se deu em torno da popularidade de suas músicas em nichos neofascistas estadunidenses, conforme apontado por organizações como a Anti-Defamation League e a Southern Poverty Law Center.

Do comício da German American Bund às organizações neofascistas contemporâneas

Na noite do dia 20 de fevereiro de 1939, meses antes de a Alemanha nazista invadir a Polônia e incitar os primeiros movimentos da Segunda Guerra Mundial, a German American Bund, organização dedicada a unir alemães residentes nos EUA e estadunidenses simpáticos ao nazismo, realizou no Madison Square Garden, em Nova York, o maior comício em apoio ao nazismo visto no país até então. O evento contou com membros da alta cúpula da Ku Klux Klan – cuja reputação dispensa demais comentários –, do Christian Front – grupo abertamente praticante do antissemitismo –, da Teutonia Society e da Friends of New German (ou Hitler Club), ambas amparadas no hitlerismo e na mística escandinava ariana. Também estiveram presentes cidadãos simpáticos à agenda nazista, unidos a um total de aproximadamente 20 mil pessoas (HART, 2018).

Segundo Bradley W. Hart (2018), o objetivo central do comício era, além de demonstrar apoio de setores da sociedade estadunidense ao nazismo que vigorava na Alemanha desde 1933, mesclar o imaginário nazista a perspectivas "americanistas". Este exercício buscava aproximar um certo nacionalismo radical estadunidense das premissas alemãs, com foco majoritário no racismo compartilhado por parte da população dos EUA – um país no qual muitos estados ainda possuíam sistemas segregacionistas naquela década – e pelos súditos do Terceiro Reich. O racismo nos EUA não permaneceu direcionado somente aos negros, mas também aos judeus – em decorrência de raízes do cristianismo protestante europeu –, o que acabava por sincronizar ainda mais as visões de mundo dos nacionalistas estadunidenses com as do nazismo (MARTINEZ JÚNIOR; SELEPAK, 2013).

Detalhar as raízes do racismo estadunidense não seria viável, devido ao pouco espaço disponível. Porém, faz-se mister considerarmos três fatos. Primeiro, que a doutrina do Destino Manifesto, forjada no curso do processo de colonização dos EUA por cristãos protestantes que escapavam das perseguições católicas na Europa no século XVIII, marcou em muito a cultura estadunidense. A lógica da doutrina dizia que Deus havia

escolhido aqueles homens e mulheres para civilizar a América. Esta percepção perdurou no imaginário estadunidense e serviu como estímulo a incursões do Estado, já na contemporaneidade, a países pobres, sobretudo no Oriente, onde existiriam povos distintos cultural e racialmente. Tais incursões, geralmente violentas, tiveram certo respaldo de uma população cujas raízes culturais estão marcadas pela referida doutrina. Assim, eram apresentadas como esforços estadunidenses para civilizar os incivilizados (McCANN, 2011).

Em segundo lugar, devemos observar que como em outros países onde existiu um sistema voltado a garantir a escravização de africanos, os EUA buscaram justificativas semelhantes para manter as estruturas racistas preservadas após a abolição. O imaginário da Guerra de Secessão e a ideia de uma guerra racial é frequente no imaginário coletivo estadunidense, algo que foi bastante estimulado por organizações neofascistas mais contemporâneas como a Aryan Nations nos anos 1970 (OLIVEIRA, 2018). Trata-se de um país no qual diversos estados do Sul, historicamente marcado pela defesa do escravismo e das colônias de exploração, mantiveram dinâmicas segregacionistas até o final dos anos 1960, dinâmicas estas garantidas pela lei. Em 2017, a cidade de Charlottesville, na Virgínia, foi palco de um dos maiores comícios neofascistas do país, cuja concentração se deu em torno da estátua de Robert E. Lee, soldado confederado e símbolo do passado racista estadunidense, que seria removida pela prefeitura. Trata-se, evidentemente, de um marco sobre a resistência do passado escravocrata do país que ecoa no presente sob outras formas.

Estas formas organizam um racismo estruturado na sociedade em forma de sistema social. Como toda construção social que se refere a uma determinada forma de organizar esta sociedade, o racismo traz em seu sufixo a sua faceta sistemática. Assim como o capitalismo, é um sistema que se consolida e se dissemina pela sociedade por meio de aparatos simbólicos, discursos, ações violentas explícitas, intimidações e culturas erigidas com o propósito de manter os herdeiros dos privilegiados brancos desfrutando de privilégios negados aos descendentes dos africanos escravizados. O racismo dos séculos passados, que buscava legitimar a escravização por meio da desumanização do outro, encontra no presente novas formas de ação, por vezes menos explícitas, mas ainda bastante violentas (ALMEIDA, 2019).

Por fim, precisamos sublinhar que ao longo do século XX, diferentes organizações e intelectuais racistas, impulsionados por pseudociências como o eugenismo e o darwinismo social, bem como resquícios da doutrina do Destino Manifesto, fortaleceram

correntes de pensamento racistas em todo o país. O ápice da Ku Klux Klan ocorre nos anos 1920, mesma época em que o Immigration Act é lançado, buscando restringir, a partir de denominadores raciais, a presença de imigrantes nos EUA. Os escritos de Lothrop Stoddard e Madison Grant sobre a inferioridade da raça negra, publicados no início do século, são hoje evocados por organizações como os Proud Boys, engajados na defesa de uma genealogia racial ocidental que reivindica a destruição dos costumes orientais para sobreviver (STERN, 2019).

Portanto, o racismo nos EUA possui raízes singulares, mesmo que algumas coincidam com as de outros países ocidentais. Recentemente, sob a égide da agenda de Donald Trump, que presidiu o país de 2016 a 2020, discursos radicais em defesa da genealogia branca e de um nacionalismo estadunidense foram revigorados, o que permitiu certo protagonismo a grupos e pessoas decididas a defender uma "América para os americanos". Frente a isso, casos de racismo cresceram no país, sendo a morte de George Floyd, homem negro que, ao ser abordado de forma violenta pela polícia de Minneapolis, foi sufocado até falecer, um exemplo máximo disso. O assassinato levou milhares às ruas do país e deram fôlego ao *Black lives matter*, movimento que luta contra o racismo no país e em defesa da participação dos negros na construção de uma sociedade mais democrática.

Um neofascismo racista: a predileção dos neofascistas estadunidenses pelo ódio racial contra os negros

Embora uma associação imediata dos fascismos com o racismo seja comum, devemos ressaltar que nem sempre o ódio racial fez parte do pensamento fascista. Por mais que o fascismo italiano tenha buscado ressaltar o nacionalismo a partir de denominadores comuns entre a população natural do país – cultura, língua, história, etc. –, e isso possa ter levado a uma construção específica de uma pretensa nova etnia italiana, um racismo aparente e violento não era parte das bases fundamentais do fascismo. Somente mais tarde, em decorrência da guerra na Etiópia nos anos 1930 e, sobretudo, após o surgimento do nazismo, onde a questão racial era essencial, a narrativa ideológica do fascismo passou a incorporar mais intensamente o discurso de ódio racial (KONDER, 2009).

Em um país onde houve a presença de africanos escravizados, que após libertos continuaram sendo violentamente reprimidos por estruturas racistas, inclusive sob o julgo

de pseudociências que reorganizavam a submissão dos negros aos brancos, o fascismo tornou-se utilitário a organizações definidas pelo ódio aos negros e por um amor obsessivo pela genealogia branca, herdada dos europeus. Não à toa, o comício da German American Bund, de 1939, procurou aliar de forma concreta o nazismo com as tradições nacionalistas estadunidenses. Também não é coincidência que a grande maioria das bandas de rock neofascista dos EUA tenham optado pela narrativa nazista.

De acordo com um levantamento feito por nós, em 2018, pelo menos 94 bandas de rock neofascista lançaram material gravado nos EUA, entre 1992 e 2014, um número significativo se pensarmos que a produção deste tipo de material é, geralmente, ausente de recursos profissionais em vista dos discursos que promovem (OLIVEIRA, 2018). Este número, contudo, é baseado em um mapeamento feito na internet, tendo como base de dados os bancos de informações disponibilizados por sites especializados, e pode variar significativamente para mais ou para menos. Fato é que todas as bandas registradas por este mapeamento oferecem aos consumidores do seu material discursos nazistas, em parte dedicados a atacar judeus, mas profundamente ajustados a um ódio racial contra negros.

A banda Bound for Glory, surgida em Minnesota (mesmo estado onde George Floyd foi assassinado em 2020), é uma das mais reconhecidas bandas neonazistas do país. Entre 1994 e 2017, lançou 14 discos. Todos eles possuem ao menos uma música cuja letra difunde ódio racial contra negros ou exalta a raça ariana. Na música *Painted Black*, presente no disco *Behold the iron cross* (1996), ouvimos:

Uma criatura doentia, Deveria ser alvejada de imediato Sem orgulho de seu passado, Sem fé em sua espécie Quantos mais irão segui-los Nessa lavagem cerebral? [...] Você é um insulto à minha raça Venha, cuspirei na sua face [...] Você muda seu discurso Para as gírias do seu povo de cor Oue está às suas costas [...] Não ouvirei uma palavra do seu gemido Você vai ver que é difícil respirar Quando estiver com o rosto na sarjeta⁴⁷

⁴⁷ BOUND for Glory. Painted Black. In: **Behold the iron cross.** Minnesota: BFG Productions, 1996, faixa 06. Aprox. 59 min. 01 CD/MP3.

Embora "povo de cor" possa se referir também a latino-americanos, asiáticos, descendentes de povos originários, enfim, qualquer um que não seja branco, é possível localizarmos fortes indícios de que o discurso de ódio se direciona aos negros. Primeiramente, porque o nome da música faz referência à cor preta. Em segundo lugar, ao mencionarem "gírias do seu povo de cor", os compositores se referem ao que Marc Ferro (2008) aponta como uma das grandes marcas da identidade negra nos EUA: uma forma de comunicação erigida para resistir à homogeneização pensada pela ideologia dominante. De qualquer forma, a exaltação da raça branca, presente na música, impõe um antagonismo imediato com outros grupos sociais considerados inferiores. Num dado momento, pode alicerçar campanhas de ódio.

Na música *Aryan nations*, da mesma banda, lançada em 1998 no disco *Requiem*, ouvimos: "Temos algo a resolver e isso se chama sobrevivência branca / Das nevascas de Minnesota até a neblina escandinava / Nossa herança estará viva enquanto nós existirmos / Nossa ancestralidade está do outro lado do oceano/"48. A ideia de "sobrevivência branca" passa por uma noção de ameaça, de perigo. Algo semelhante ao que defendem organizações mais contemporâneas como os Proud Boys, ao argumentarem que a ancestralidade e a cultura ocidental estão ameaçadas pelo contato com "o outro" (STERN, 2019), este "outro conveniente" a quem os neofascistas direcionam seus ressentimentos e frustrações pela "decadência" do que buscam preservar: a nação ou a comunidade (PAXTON, 2007).

A banda Bully Boys, contemporânea à Bound for Glory, lançou diversos discos cuja temática central é o ódio racial. A começar por *White kids gonna fight*, de 1999, cuja capa é ilustrada por uma criança branca empunhando um porrete. Neste álbum está a música *Hate to survive*, na qual se pode ouvir: "A escolha é clara: você ou eles / Um precisa viver, outro precisa morrer / Humanidade não existe, vivemos numa selva / Você precisa odiar, odiar para sobreviver". Partindo do pressuposto de que o título do álbum, traduzido para o português, significa "os garotos brancos irão à luta", a música, que narra um contexto de confronto, expressa claramente quem deve "odiar para sobreviver".

-

⁴⁸ BOUND for Glory. Aryan nations. In: **Requiem.** Minnesota: Independente, 1998, faixa 09. Aprox. 64 min. 01 CD/MP3.

⁴⁹ BULLY Boys. Hate to survive. In: **White kids gonna fight.** New Port: Panzerfaust Records, 1999, faixa 14. Aprox. 58 min. 01 CD/MP3.

Ainda em 1994, a mesma banda lançou a música *Jig run*, em um *split* com o grupo Division S, conhecido no cenário neofascista sueco. Na música, eles dizem: "Garrafas de uísque, tacos de *baseball* / Caminhonetes e bandeiras rebeldes / Nós vamos à cidade hoje à noite, bater e correr / Vamos nos divertir, pois caçaremos pretos / Eles temem o pôr do sol"⁵⁰. Na música, a banda se refere aos "pretos" como *jigaboos*, gíria racista usada em diversos países. Quando falam em "bandeiras rebeldes", aludem à bandeira dos Estados Confederados do Sul – vermelha, com linhas diagonais cruzadas na cor azul e pontilhadas por estrelas brancas –, símbolo do passado escravocrata do país. E, finalmente, ao dizerem que "eles [os negros] temem o pôr do sol", indicam a preferência pela prática da violência racial à noite, mas também sublinham uma forte referência do racismo nos EUA: as Leis de Jim Crow, promulgadas entre o século XIX e início do século XX para regrar a segregação entre brancos e negros. Em alguns estados, a polícia estava autorizada a prender pessoas negras que estivessem fora de casa após o anoitecer (FREMON, 2000).

Talvez a banda mais famosa do cenário musical neofascista dos EUA seja a Angry Aryans. Estudos consistentes, como os de Belio Antonio Martinez Jr. e Andrew Selepak (2013; 2014), bem como alguns produzidos por nós (OLIVEIRA, 2018), examinam a proeminência da banda entre os neofascistas estadunidenses. A primeira gravação da banda, intitulada *Race mixing is treason*⁵¹, lançada em 1997, deixa claro o racismo de seus músicos: traduzido para português, o título significa "mistura racial é traição". Seu primeiro álbum, de 1999, também expressa, de imediato, o ódio racial ao qual são adeptos os membros do conjunto. Com o título de *Racially motivated violence*⁵² ("violência racialmente motivada"), o disco traz na capa uma suástica. *Too White for you*⁵³ (2000) e *Old school hate*⁵⁴ (2001) completam o rol de discos da banda, cujo nome, em tradução literal, significa "arianos raivosos".

A primeira música do primeiro álbum da banda é *Just another nigger*, onde o racismo contra negros se expressa de imediato pelo uso do termo *nigger*, banido do vocabulário inglês por ser considerada uma das palavras mais racistas nos EUA. Outra música, *Matter of race* ("questão de raça"), exprime: "Nossa raça está morrendo em vão

⁵⁰ BULLY Boys. Jig Run. In: **Bully Boys/Division S.** Stockholm: Independente, 1994, faixa 01. Aprox. 36 min. 01 CD/MP3.

⁵¹ ANGRY Aryans. **Race mixing is treason.** Detroit: Independente, 1997. Aprox 41 min. 01 CD/MP3.

⁵² ANGRY Aryans. **Racially motivated violence.** Strodsburg: Tri-State Terror, 1999. Aprox. 49 min. 01 CD/MP3.

⁵³ ANGRY Aryans. **Too White for you.** Ferndale: Tri-State Terror, 2000. Aprox. 55 min. 01 CD/MP3.

⁵⁴ ANGRY Aryans. **Old school hate.** Hillsboro: Resistance Records, 2001. Arpox. 57 min. 01 CD/MP3.

/ É tudo uma questão de raça, quando você concordará? / Quando você for escravo de um escravo, ajoelhado?"55. A ideia de uma raça em perigo é frequente entre os neonazistas e motoriza a violência por eles perpetrada contra os negros. Insistem na ideia de que, caso não ajam, poderão ser submetidos pelos seus inimigos, se referindo aos negros como "escravos". Portanto, a noção de medo e perigo gera a necessidade de uma ação; na grande maioria das vezes, esta ação é a violência racial.

Vejamos agora o que diz a música Browntown burning down, que abre o disco Old school hate (cuja capa é ilustrada por um jovem negro sendo sufocado pela chave de braço de um policial):

> Dirigindo pela cidade, um gueto enegrecido é o que você vê Resultado direto da permissão para os negros serem livres Eles destroem suas comunidades e matam a si mesmos Casas abandonadas queimadas até às cinzas Brigas internas dessas tribos zulus Cidade dos marrons queimada até o chão Cidades sendo saqueadas, isso vai acontecer Cidade dos marrons queimada até o chão Pretos em chamas rolando pelo chão⁵⁶

Para além do ódio racial explicitamente direcionado aos negros, vemos descrito na música um olhar sobre o cotidiano dos bairros de maioria negra nos EUA que, de certa forma, tem guiado o comportamento não apenas de civis racistas dispostos à violência física, mas também das instâncias de poder do Estado. O caso George Floyd não é o primeiro deste tipo ocorrido nos EUA. O caso Rodney King, em Los Angeles, no ano de 1992, incitou manifestações efervescentes na Califórnia contra a atuação racista da polícia. King foi espancado severamente por policiais após reagir a uma abordagem com medo de que o fato de ter bebido com alguns amigos pudesse levá-lo de volta à prisão, pois ele estava em liberdade condicional após ser preso no ano anterior por roubo. Este fato, inclusive, foi amplamente utilizado pela opinião pública para defender a truculenta ação policial, como se uma coisa justificasse a outra. Daniel Prude, 41 anos, foi outro

⁵⁵ ANGRY Aryans. Matter of race. In: **Racially motivated violence.** Strodsburg: Tri-State Terror, 1999, faixa 12. Aprox. 49 min. 01 CD/MP3.

⁵⁶ ANGRY Aryans. Brown town burning down. In: **Old school hate.** Hillsboro: Resistance Records, 2001, faixa 01. Arpox. 57 min. 01 CD/MP3.

homem negro desarmado morto pela polícia, dessa vez de Nova York, após um desentendimento com oficiais da corporação no ano anterior.

Assim como os Angry Aryans, muitos são os brancos estadunidenses que, mesmo distantes de qualquer associação com ideais nazistas, compartilham a visão de que os negros representam algum tipo de perigo, que seus costumes são reprováveis e que as ações das instâncias de poder do Estado devem ser incisivas contra eles. Trata-se de um pensamento racista, amplamente disseminado em uma sociedade historicamente liderada por brancos e com passado escravista, situação que não é exclusiva aos EUA. Durante a administração de Barack Obama (2009-2017), houve uma mudança substancial neste cenário, especialmente pelo maior acesso de jovens às universidades, o que contribuiu para um crescimento vertiginoso da preferência por abordagens "politicamente corretas" sobre a sociedade, termo usado por aqueles que se sentiam lesados por uma mudança de comportamento incisiva que era vexatória a termos, visões de mundo e discursos preconceituosos, revestidos de uma pretensa inocência. Dos setores menos privilegiados da sociedade estadunidense, os quais não desfrutavam de um acesso tão amplo às universidades, bem como de parte dos setores mais privilegiados, que temiam perder certos privilégios de classe, raça, sexualidade, etc. em decorrência desse movimento, emergiria uma reação brutal a estas mudanças. Grande parte destes setores foram entusiastas da eleição de Donald Trump em 2016, candidato carro-chefe do discurso de que os EUA precisavam retomar suas raízes culturais e de um discurso "politicamente incorreto" que apelava aos ressentimentos prevalecentes entre os mais conservadores.

É desse contexto que surge a chamada *alternative right*, ou "direita alternativa", um movimento fecundado nas redes sociais virtuais, especialmente em fóruns como 4 Chan e Redit, onde jovens de classe média-alta brancos, heterossexuais e profundamente ressentidos como a ampliação das discussões em torno das igualdades democráticas que, na perspectiva deles, afetavam seus privilégios, passaram a se organizar. De lá emergiram os Proud Boys, Gavin McInnes, Richard Spencer e outros grandes nomes desta corrente da direita dedicada à defesa do "direito dos brancos", supostamente comprometidos pelo avanço de pautas consideradas "excessivamente liberais", quando não "abertamente comunistas". O comício da Unite the Right, ocorrido em Charlottesville em 2017, bem como a invasão ao Capitólio em Washington por grupos de extrema-direita, em janeiro de 2021, contaram com membros ativos da *alt right* e foram articulados em redes sociais virtuais (STERN, 2019).

A banda Heathen Hammer lançou seu álbum *White Spirit-Black Mask* em 2017, no bojo destes acontecimentos e da ascensão de novos grupos extremistas nos EUA, confortáveis com a atuação de representantes de suas ideias no poder executivo. Na música *Fatherland*, cover da canção homônima do conjunto polonês Warhead, cantam: "Eu luto por você, minha pátria / Nunca deixarei você cair / Será para mim uma honra defender a raça dos meus ancestrais / Vejo a força da luz entre os brancos e o desaparecer das outras raças" Num cenário em que defensores de ideias nacionalistas embasadas no racismo sentem-se à vontade para atuar e proferir seus discursos, este tipo de música ganha espaço e pode, por vezes, penetrar a sociedade e aproximá-la dos fascismos, uma vez que alguns discursos entre parte da direita estadunidense são compartilhados pelos neofascistas do país.

A existência de um cenário permissivo à militância de extrema-direita nos EUA não anima apenas os neofascistas, ou mesmo os militantes mais radicais de organizações racistas, mas também cidadãos comuns e pessoas dotadas de algum poder perante a sociedade, para as quais a ideia de que os negros representam perigo foi ensinada por uma estrutura social racista duradoura. O movimento *Black lives matter* é, além de tudo, uma resposta ao referido cenário. Seus adeptos protagonizaram protestos históricos contra o racismo estrutural nos EUA, especialmente após a trágica morte de George Floyd em Mineápolis, em 2020, ao ser sufocado durante nove minutos por um policial. Também foram o carro-chefe de uma forte onda eleitoral contra Donald Trump no mesmo ano, impulsionando milhões de eleitores às urnas para eleger seu adversário, Joe Biden. O movimento, com células em todo mundo, surge de uma exigência pela renovação do movimento negro estadunidense diante de uma crescente renovação de discursos racistas, bem como de comportamentos políticos fascistas.

Estes comportamentos emergem frente a um cenário de ampliação do perímetro democrático em diversos países ocidentais, a partir da qual minorias, grupos sociais marginalizados e sujeitos antes desprovidos de direitos encontraram abrigo para se defender da violência reacionária. É inegável que estas conquistas, mesmo ainda longe de serem as ideais, motivou uma forte reação por parte daqueles que passaram a crer numa ameaça a seus privilégios de cor, classe, gênero, entre outros. Portanto, embora estejamos acompanhando o crescimento vertiginoso de movimentos reacionários no Ocidente,

⁵⁷ HEATHEN Hammer. Fatherland. In: **White Spirit-Black Mask.** Covington: Independente, 2007, faixa 09. Aprox. 39 min. 01 CD/MP3.

amparados por representantes políticos que empunham bandeiras antidemocráticas, a proporção desse crescimento resulta, também, das vitórias daqueles que antes se encontravam ainda mais ameaçados em sociedades racistas, machistas, homofóbicas e classistas.

Considerações finais

A presença do racismo e dos fascismos em nosso tempo precisa ser considerada em suas singularidades, embora não possamos jamais esquecer que ambos possuem raízes no passado e se desenvolveram — ou melhor, foram desenvolvidos — para chegar até aqui, preservados e modernizados por interesses humanos que, de alguma forma, se beneficiam disso. No caso aqui estudado, o forte racismo presente na história dos EUA se serviu no nazismo forjado na Alemanha para impulsionar o comportamento violento de grupos e pessoas cuja visão de mundo exprime o ódio aos negros.

Tendo isso em vista, devemos destacar que os fascismos, enquanto comportamentos políticos, são adaptados às realidades circundantes. Na Alemanha de Adolf Hitler, a presença de negros era minoritária, ao contrário do que se tinha nos EUA, onde, inclusive, o racismo organizou um sistema escravocrata. Neste sentido, o racismo nazista, antes essencialmente guiado pelo antissemitismo, foi modelado pelos seus adeptos estadunidenses para alvejar negros, parte da sociedade com a qual os brancos têm rivalizado com maior frequência historicamente naquele país. Além do mais, a paixão nazista pela raça branca, que pressupõe a inferiorização de todas as outras – entendendo um mundo dividido em raças disputando espaço –, foi adaptada pelos neonazistas estadunidenses para caber em uma sociedade traçada por diferenças raciais entre negros e brancos.

Devemos destacar que, embora pareça incoerente mudar o foco do racismo nazista dos judeus para os negros, a única constante coerente entre os fascismos, de ontem e de hoje, é o ódio direcionado aos "antípodas da nação", inimigos dos que "verdadeiramente merecem" desfrutar dos bens da comunidade, visando intimidá-los ou, se possível, exterminá-los para abrir caminho à sociedade imaginada. Os neofascistas estadunidenses do presente não estão menos aptos a perpetrar violência racial porque ela é menos antissemita do que a de seus referenciais históricos.

Temos atualmente diversas subculturas que se organizam em fóruns virtuais por toda a internet, nos quais pessoas encontram espaço para abrigar suas frustrações sociais,

bem como outros sujeitos disponíveis para compartilhar os ressentimentos mais particulares contra negros, pessoas LGBTQIA+, imigrantes, mulheres, etc. Ou seja, grupos sociais que têm alcançado crescente visibilidade e participação política em diferentes países ocidentais. Portanto, estes espaços abrem alas a uma ameaça constante que, pelo potencial utilitário da internet, conseguem disseminar discursos reacionários e incentivar todo tipo de violência. A responsabilidade não é necessariamente da internet, pois ela só é capaz de funcionar para atender necessidades humanas. Por que há seres humanos que necessitam criar espaços embrionários para discursos de ódio que, cedo ou tarde, se materializam nas ruas das grandes metrópoles?

Essa "cultura do ódio" ganha força quando representantes políticos criam um clima permissivo a ações violentas, aquelas nas quais a idealização da violência ganha forma. Além disso, o ódio é um fator de aproximação entre visões de mundo mais extremistas, como as que caracterizam os fascismos, e outras mais moderadas que permeiam o tecido social. Ao acusarem como culpados pela decadência da comunidade certos grupos sociais, a extrema-direita e a direita convencional — ou mesmo grupos conservadores — se encontram, tornando tênue a linha que os separam. Ao ouvir uma música que sugere a violência contra o alvo de sua fúria, um jovem com inclinações ao espectro direito da política tradicional pode convergir bruscamente na direção de discursos mais extremados.

A música figura neste processo como um meio de difusão para ideias neonazistas, com o intuito não apenas de atrair para a causa novos adeptos, mas de expressar a imagem de uma sociedade imaginada, construindo propostas de atuação violenta. Escolhendo o rock, um tipo de música frequentemente atribuído à rebeldia e à crítica aos valores estabelecidos; reconhecido por sua sonoridade enérgica e instigante, estas bandas buscam energizar grupos sociais para canalizar sua revolta contra inimigos em comum – neste caso, os negros. Inimigos estes acusados de serem incompatíveis com um ideal de nação compartilhado não apenas por neonazistas, mas por outros jovens que, ao ter contato com a música, podem aderir ao neonazismo. Não podemos assegurar que a música é a única responsável pela adesão de jovens a este comportamento político, mas sem dúvidas ela tem grande participação nessa dinâmica. Afinal, revestida por um gênero específico, ela se reveste de uma imagem de subversão, de combate ao *establishment*, de confronto às normas vigentes, aparentando revolucionária quando, em realidade, é vigorosamente reacionária.

Temos diante de nós um gênero musical que, por suas especificidades, são documentos que registram a presença dos fascismos em nosso tempo, suas singularidades e suas transformações ao longo dos anos. Assim, podemos examinar e narrar a densidade histórica dos fascismos no presente sem perder de vista as estruturas viabilizadas no passado para criá-los. Da mesma forma, podemos compreender melhor como este comportamento político foi adaptado a um contexto, uma cultura e uma sociedade em particular, na qual sua presença faz emergir traços sombrios de condições minimamente favoráveis à persistência do passado no presente.

Devemos nos questionar sobre a presença do passado. Por que ainda não conseguimos superar os fascismos, o racismo, a violência contra as minorias? Não temos diante de nós uma repetição da história, como se, em algum momento, os fascismos, o racismo, entre outros tipos de violência contra minorias, tivessem desaparecido e agora regressassem. Na história não existem repetições: o que temos diante de nós é a permanência e a continuidade destes fenômenos, que marcam nossa incapacidade de impedirmos sua persistência no tempo. A história nos tem dado incansáveis exemplos de como, para perpetrar todo tipo de violência a uma classe ou grupo social, aqueles que se sentam sobre seus privilégios os desumanizam. O que podemos fazer para resolver este problema? Este breve ensaio não tem pretensão de responder a este questionamento, mas provocar um importante debate em torno dele.

Referências

ALMEIDA, S. de. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.

COPSEY, N. **Contemporary british fascism:** the British National Party and the quest for legitimacy. New York: Palgrave Macmillian, 2004.

FERRO, M. O século XX explicado aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

FREMON, D. K. **The Jim Crow laws and racismo in American history**. New Jersey: Enslow Publishers, 2000.

HART, B. W. Hitler's American friends: the Third Reich's supporters in the United States. New York: St. Martins Press, 2018.

ONDER, L. Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTINEZ JR., B. A.; SELEPAK, A. The sound of hate: exploring the use of hatecore song lyrics as a recruiting strategy by the White Power Movement. **Intercom-RBC** (São Paulo), v. 37, n. 02, p. 153-174, jul./dez. 2014.

MARTINEZ JR., B. A.; SELEPAL, A. Power and violence in Angry Aryan song lyrics: a racist skinhead communication strategy to recruit and shape a collective identity in the White Power Movement. C & S (São Bernardo do Campo), vol. 35, n. 01, p. 153-180, jul./dez. 2013.

MAYNARD, D. C. S. **Escritos sobre história e internet.** Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

McCANN, F. Brasil e Estados Unidos: dois séculos de relacionamento. In: MUNHOZ, S. J.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (Orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos:** séculos XX e XXI. Maringá: EdUEM, 2011, p. 25-63.

OLIVEIRA, P. C. **O som do ódio:** uma história do rock neofascista e dos neofascismos no tempo presente. Curitiba: CRV Editora, 2018.

PAXTON, R. O. A anatomia do fascismo. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PIEROBON, C. Rechtsrock: White Power music in Germany. In: SHEKHOVTSOV, A.; JACKSON, P. (Orgs.). **White Power Music:** scenes of extreme-right cultural resistance. Northampton: RNM Publications, 2012, p. 07-24.

POTOK, M. **Racist skinheads:** understanding the threat. Alabama: SPLC Publications, 2012.

STERN, A. M. **Proud Boys and the White ethnostate:** how the alt right is wraping the american imagination. Boston: Beach Press, 2019.

PARTE 2

Práticas de leituras, memórias e censuras: imprensa, cinema, literatura e *podcast*

Leituras brasileiras e portuguesas da origem censória à imprensa no Brasil

Guilherme Carvalho⁵⁸ João Figueira⁵⁹

Introdução

A imprensa brasileira sempre conviveu com tentativas (bem sucedidas em muitas situações) de controle editorial, marcadas pela censura. O mito deontológico jornalístico a respeito do valoroso papel social da atividade contrasta com uma realidade recortada por episódios recorrentes e que ajudam a explicar o jornalismo dos dias atuais praticado no Brasil, cujas denominações mais jocosas se referem à imprensa do país como oficialesca, chapabranca, declaratória, controlada, subserviente, entre outras críticas mais contundentes⁶⁰. Neste artigo, propomos uma revisita ao passado a partir de revisão bibliográfica, para identificar aspectos característicos do jornalismo brasileiro, considerando a herança do período colonial até os dias atuais. Nos questionamos se a censura ao jornalismo brasileiro é de fato conjuntural ou resultante de uma tradição, carregada de traços históricos e culturais que se mostram adaptáveis a diferentes períodos.

A pesquisa indica referências fundamentais para o debate, considerando três momentos: o período pré-jornalístico (Brasil Colônia e República); a profissionalização da área a partir dos anos 1950; e o jornalismo brasileiro dos tempos atuais. Nesse sentido, procuramos as relações históricas que fragilizam os aspectos da liberdade jornalística e que constroem um cenário desfavorável à atividade.

⁵⁸ Doutor em Sociologia, com pós-doutorado em jornalismo. Professor da graduação em Jornalismo do Centro Universitário Internacional Uninter e do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: guilhermegdecarvalho@gmail.com

⁵⁹ Doutor em Ciências da Comunicação e professor da graduação e do mestrado em Jornalismo da Universidade de Coimbra (Portugal). E-mail: jotajotafigueira@gmail.com

⁶⁰ Como exemplo deste debate, indicamos os seguintes artigos: "O jornalismo chapa-branca", de Carlos Alberto Sardenberg. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-jornalismo-chapa-branca/. Acesso em: 09 jun. 2021; "As lições de um mestre", de Hamilton Octavio Souza. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/resenhas3_g.htm. Acesso em: 09 jun. 2021; e "Opinião: o nosso 'jornalismo declaratório' de cada dia", de Patrícia Paixão. Disponível em: https://portalimprensa.com.br/noticias/opiniao/79047/opiniao+o+nosso+jornalismo+declaratorio+de+cad a+dia+por+patric ia+paixao. Acesso em: 09 jun. 2021.

Traçamos um olhar sobre o passado, enfatizando o aspecto censório à imprensa brasileira, a partir de outras leituras. O exercício busca estabelecer relações entre a bibliografia brasileira e portuguesa para verificar aspectos que caracterizam estes mais de 200 anos de história da imprensa no Brasil e que podem contribuir para a compreensão das particularidades do jornalismo atual que se pratica nestas terras.

Este texto é fruto de um trabalho desenvolvido durante pesquisa pós-doutoral em jornalismo, cujo relatório é intitulado "Jornalismo alternativo ou alternativas ao jornalismo? Uma crítica ao culturalismo", apresentado e aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa⁶¹, em julho de 2019. O artigo representa, dessa forma, o aprofundamento de uma das temáticas abordadas na pesquisa anterior.

Laços históricos e hereditários da censura no Brasil

Apesar da larga tradição, e para além dos trabalhos de registros históricos da imprensa (sem nenhum demérito a essas contribuições), duas obras primeiramente se destacaram em um trabalho de cunho historiográfico algum tempo depois das primeiras produções a respeito da história da imprensa brasileira. Nelson Werneck Sodré (1977), com *História da imprensa no Brasil*, e José Marques de Melo (1973), com *Sociologia da imprensa brasileira*, elevaram o debate a outro patamar, reforçando a importância dos estudos que procuram destacar as especificidades do jornalismo brasileiro a partir de um olhar histórico. A história passava, então, a ser compreendida no campo científico jornalístico não apenas como fundamento de registros da memória, mas elemento a fornecer métodos de análise que poderia trazer respostas acerca do presente.

Por caminhos diferentes, Sodré e Melo investigaram as origens da imprensa brasileira, suas limitações, problemas e desafios em meio a uma conjuntura marcada pela censura e autoritarismo durante o regime civil-militar (1964-1985). Assim, movidos por este contexto, e ainda que tenham partido de pontos de vista distintos, problematizaram também sobre as razões para a ausência ou limites para a liberdade jornalística no Brasil.

Segundo Sodré (1977), no Brasil, a herança civilizatória proveniente principalmente dos portugueses foi marcada por evidente censura e controle de qualquer

⁶¹ A pesquisa foi orientada pelo colega Marcelo Bronosky (UEPG) e coorientada por João Figueira (Universidade de Coimbra).

publicação, não apenas pela coroa portuguesa, mas também pela Igreja, que detinha ainda grande relevância política e social nos primeiros séculos pós-descobrimento. Melo (1973) acrescenta aspectos socioculturais como o analfabetismo, o atraso cultural dos povos indígenas no Brasil em relação aos demais nativos das colônias inglesas e espanholas, a incipiência econômica e estatal da coroa portuguesa na metrópole e na colônia de dimensões continentais, entre outros aspectos, como determinantes para a diferença de pelo menos 275 anos do surgimento da imprensa no Brasil em relação aos demais países americanos.

À primeira vista, a censura à imprensa no Brasil colônia poderia encontrar eco na tese de que a coroa portuguesa tinha clara intenção de manter o Brasil como colônia, compreendendo que os impressos poderiam ser importantes armas em prol da independência na mão de certos atores. Porém, concomitantemente, na metrópole, Sousa (2008) indica que o controle não visava apenas conter ondas independentistas que porventura pudessem ocorrer no Brasil, mas também impedir ideais revolucionários que ameaçavam o sistema monárquico instaurado em Portugal cerca de 600 anos antes.

Ainda que esta versão da história não seja unânime, tendo em vista que já circulavam no Brasil vários impressos, inclusive, de jornais provenientes de Portugal, como descreve Morel (2012), há consenso na bibliografia a respeito da existência da censura institucional determinada pela coroa portuguesa, não apenas na colônia, mas também na metrópole.

Os pesquisadores portugueses reconhecem que Portugal carregava já uma tradição censória decorrente das ações da Igreja Católica no período da Inquisição. Cádima (2013) aponta diversos episódios de prisões e apreensões de impressos "não autorizados" no período entre 1500 e 1800. A partir de 1768, com a instauração da Real Mesa Censória, pelo Marquês de Pombal, ícone do absolutismo esclarecido português, verifica-se o arrefecimento da censura e das perseguições (CÁDIMA, 2013. SOUSA, 2008).

Ramos (2019) atribui à imprensa um papel importante nos países onde já havia diversas gráficas e impressos, como é o caso dos Estados Unidos, e, principalmente nas colônias espanholas, incluindo as localizadas na América do Sul, onde a imprensa exercia um papel protagonista nos movimentos de independência. No Brasil, por extensão ao que já ocorria em Portugal, não só a impressão era proibida, como reforçam Sodré (1977) e Morel (2012), mas também o ofício gráfico, bem como a importação de jornais de outros países ou mesmo a comercialização de livros não autorizados pela Coroa Portuguesa, o

que não impediu a existência de um relativo mercado clandestino abastecido por conteúdos estrangeiros⁶².

Tengarrinha (1989), um dos principais pesquisadores da história da imprensa portuguesa, compartilha da crítica ao atraso gráfico do país em relação aos demais países europeus. Em 1820, segundo ele, apenas três cidades possuíam tipografias: Lisboa, Porto e Coimbra, num total de 16 oficinas. A par das limitações à liberdade de impressão e de expressão juntava-se um parque técnico bastante curto e atrasado. Apenas 20 anos depois do alemão Koenig ter introduzido no *Times* o primeiro prelo cilíndrico acionado a vapor, é que essa inovação chega a Portugal. O mesmo fosso se verifica na qualidade das tintas utilizadas para impressão (CRATO, 1992).

Os problemas da imprensa eram, todavia, mais profundos e feitos de avanços e recuos, como aponta Tengarrinha (1989). Se a estes aspectos juntarmos "a escassa força económica da (nossa) burguesia produtiva, bem como a preponderância que, no domínio agrário, continuaram a ter as estruturas do Antigo Regime" (TENGARRINHA, 1989, p. 136), melhor se percebe a fragilidade do tecido social e econômico do país, que então atingia níveis de analfabetismo dos mais elevados da Europa.

Não deixa, contudo, de ser significativo que no espaço de um ano (1820-1821) o número de jornais tenha quintuplicado, como consequência da liberdade de imprensa decretada imediatamente após a vitória das forças liberais portuguesas (FRANCO, 1993). Esta tendência seria interrompida com a "Vilafrancada" que derrubou a Constituição de 1822, para apenas ser retomada em 1834 com a vitória do constitucionalismo. Embora tardiamente, a sociedade portuguesa enceta um modelo de organização assente na ordem burguesa, seguindo, no fundo, com vários anos de atraso o rumo trilhado por diferentes países europeus (FIGUEIRA, 2007). Gradual e paulatinamente, a imprensa destaca-se como ator político e agente capaz de polemizar e de questionar o sentido de tal forma de atuação, segundo Rita Figueiras (2005).

A Revolução Liberal de 1820, que haveria de conduzir, de forma intermitente, ao primeiro momento de liberdade de imprensa, ainda vinha longe, pelo que "o envio dos jornais para Portugal e Brasil se fazia mais seguramente através de navios ingleses que não eram vistoriados pelas autoridades portuguesas" (TENGARRINHA, 2006, p. 73).

_

⁶² Por estes caminhos, o atraso nas artes gráficas teria sido determinante para o atraso da independência do Brasil, se comparado com o que ocorria no continente americano. Estados Unidos, México, Argentina, Chile, Colômbia, entre outros, já se encontravam independentes, a partir dos movimentos que seguiram do final do século XVIII ao início do século XIX. O Brasil só se tornaria politicamente independente de Portugal em 1822.

Um dos impressos mais citados deste período é O Correio Braziliense⁶³ (1808-1822), fundado por Hipólito de Mendonça⁶⁴, cujas ligações à maçonaria inglesa não terão sido alheias aos meios financeiros (e não só) necessários para manter o seu periódico. Órgão fortemente empenhado numa "ideologia da emancipação" (FERREIRA, 1992, p. 30), é um dos esteios na crítica feroz e frontal às instituições políticas da época, nos dois lados do Atlântico. Após a Revolução de 1820, o jornal defende a causa independentista do Brasil. Pelo meio, e sempre a partir de Londres, onde era pensado e redigido, Tengarrinha (2006) destaca o poder mobilizador do Correio.

Neste período, a disputa entre duas versões dos acontecimentos polarizava o cenário brasileiro, segundo o referencial bibliográfico consultado. Se por um lado o Correio Brasiliense fazia as vezes da crítica ao governo, de outro, a Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal a ser impresso no Brasil pelas mãos da família real portuguesa, seria porta-voz dos interesses oficiais. Sua atuação era marcada pela louvação dos interesses absolutistas, sem que houvesse preocupação em mitigar a sua assumida parcialidade para com tais ideais (MESSAGI JR., 2009).

Posteriormente, com a proliferação de gráficas no Brasil, os pesquisadores observam, finalmente, algum protagonismo da imprensa no embate entre a "imprensa áulica", de caráter oficial, e os "libertários", que representavam os ideais de independência, sustentados pelos interesses de uma burguesia nascente. Sodré (1977) aponta significativo papel que alguns impressos exerciam na sociedade brasileira, atuando politicamente em favor da independência do Brasil.

A bibliografia brasileira e portuguesa também concorda que a independência do Brasil, decretada em 7 de setembro 1822, demarca mudanças para a imprensa de ambos os países. As leis portuguesas já não tinham mais validade em território brasileiro, estabelecendo uma diferenciação importante, porém com profundos laços hereditários.

Sousa (2019), também pesquisador de relevância para os estudos históricos do jornalismo português, indica que a imprensa de Portugal, naquele período, também ganharia características de combate político inspirada nos ideais revolucionários liberais

_

⁶³ Também designado por Armazém Literário, uma vez que se inseria no chamado jornalismo "enciclopédico", corrente inspirada nos valores do Ilumisnismo a que muitos periódicos da época aderiram, como forma de resistência à censura do *Ancien Règime*.

⁶⁴ De seu nome completo, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Nasceu em Colónia do Sacramento, tendo depois se mudado com a família, em 1777, com a tomada da Colónia pelos espanhóis, para o Rio Grande. Estudou e se formou em Coimbra, antes de se fixar em Londres. Para mais detalhes ver *O jornalismo na Emigração* (FERREIRA, 1992).

contra o absolutismo. Até final do século XIX, a imprensa vai acompanhando as flutuações e vicissitudes das diferentes disputas políticas, ora com mais, ora com menos liberdade de ação. A partir de 1869, fruto da influência da revolução espanhola, emerge "o jornalismo de propaganda republicana" (TENGARRINHA, 1989, p. 236), materializado no aparecimento de vários jornais, inclusive fora de Lisboa.

Censura na República

A demarcação do início da imprensa como negócio no Brasil é datada como fenômeno do final do século XIX. O movimento de modernização dos impressos, incluindo a venda de anúncios, entretanto, era ainda bastante caracterizado pelos fins opinativos/políticos.

Nos Estados Unidos, este processo já se encontrava muito mais adiantado, como indicam Shudson (2010), Merril (1974) e Emery (1962). A sociedade daquele país já convivia com uma imprensa economicamente ativa, direcionada para os negócios e em processo de profissionalização. Naquele período, a distinção entre opinião e informação já era uma realidade e o apego aos fatos havia se tornado um diferencial para a conquista do mercado consumidor (CHALABY, 2002).

Luca (2012), no entanto, indica a existência de uma imprensa com estas características no Brasil, marcada pela mudança de uma imprensa-política para uma imprensa-empresa. Este movimento, no entanto, ocorreu de forma concentrada em algumas cidades na virada do século XIX para o XX, justamente quando os periódicos, segundo ele, passaram a incorporar o trabalho contratado para narrar acontecimentos do cotidiano, impulsionados pela capacidade de sustentação financeira por meio da venda de exemplares e de espaço publicitário.

Os estudos indicam também, e em caminho aparentemente inverso, estratégias censórias à imprensa. Os relatos associam a fragilidade da recém-fundada república brasileira a presidentes autoritários, que se sucederam no início do século XX, e que reprimiram as organizações, os movimentos e os jornais que poderiam provocar qualquer instabilidade política no país. Conforme demonstra Ferreira (1988), neste período muitos jornais desapareciam devido aos problemas financeiros, uma vez que uma grande parcela dos trabalhadores era analfabeta ou não tinha condições de financiar jornais, impedindo a formação de um público consumidor significativo. Mas também, como aponta Sodré (1977), a irregularidade dos periódicos se devia às perseguições do Estado sob a forma

de prisões de lideranças e "jornalistas", quebra de oficinas gráficas e confisco de materiais como ferramentas de trabalho e matéria-prima (papel).

De outro lado, os jornais de viés comercial no Brasil são identificados como dependentes de recursos públicos ou favores políticos para sua sobrevivência, assumindo papel condescendente com os governos que se sucederam (ORTIZ, 1994. LUCA, 2012) e de onde vinha a maior parte das receitas (BARBOSA, 2008).

Já os jornais oposicionistas ou que não mantinham seus jornalistas em "rédea curta" eram reprimidos, como no golpe de 1930, que culminou com a posse de Getúlio Vargas, no lugar de Júlio Prestes, quando foram presos jornalistas de cinco periódicos no Rio de Janeiro, então Capital Federal, como aponta Luca (2012).

O período varguista é apresentado pela bibliografia como de grande controle aos jornais. Esta caracterização está associada ao financiamento de jornais com recursos públicos para os que apoiavam Vargas e pela repressão àqueles que se colocavam contrários ao seu governo, tendo como principal agente o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁶⁵. Dentre os exemplos mais emblemáticos deste período, tem-se o jornal Última Hora, de Samuel Weiner, cujo conteúdo demonstrava inclinação varguista. A exemplo do que havia ocorrido um século antes, o governo adotava uma estratégia de aparelhamento em relação à imprensa, reprimindo aqueles jornais que não lhe favoreciam e beneficiando aqueles que estavam dispostos a lhe apoiar. Luca (2012, p. 76) descreve este momento indicando a promulgação de leis restritivas e perseguição a jornais e jornalistas.

Os pesquisadores apropriam-se também de relatos do período a respeito de "incidentes" contra jornais. São apresentadas as investidas anônimas, populares ou militares contra instalações, maquinários ou impressos. Destaca-se as ações governamentais que nomeavam censores para atuarem dentro das redações durante o período do Estado Novo, ou, em outros casos, a imposição do fechamento do jornal.

Diante da nova ordenação jurídica, impressos periódicos foram obrigados a se registrar no DIP e as estimativas indicam que cerca de 30% não conseguiu obter a necessária autorização e deixou de circular. À exigência de mesma natureza já se submetiam os que trabalhavam

⁶⁵ "O DIP, além das prerrogativas da censura, controla o registro de jornais, das emissoras de rádio e serviços de alto-falantes, das revistas; distribui a propaganda do regime; ordena a prisão de jornalistas; fecha jornais e rádios, dita o que pode ou não ser publicado. A comunicação entre os censores e os veículos se faz pessoalmente (os censores são civis, funcionários públicos ou militares recrutados aos serviços de informação das Forças Armadas), por telefone ou por escrito" (BARBOSA, 2008, p. 141).

como jornalistas, norma ainda mais legitimada sob a justificativa de que agora exerciam função de caráter público. (LUCA, 2012, p. 79)

Barbosa (2008) reforça a realidade contraditória na qual a pouca liberdade de imprensa convivia com privilégios ao negócio jornalístico. Uma vez que o jornal estivesse alinhado aos interesses governamentais, o que se convencionou chamar de jornalismo "chapa-branca" no Brasil, recebia incentivos financeiros. Do contrário, havia pouco ou nenhum incentivo governamental, além dos atentados recorrentes contra jornais e jornalistas (empastelamento) (BARBOSA, 2008). Esta condição é relacionada à construção da credibilidade dos jornais e a uma relação de identificação entre público e jornais no Brasil, como aponta Barbosa (2008, p. 139):

O Estado ganha, cada vez mais, a exclusividade da divulgação – seja por coerção, seja por alinhamento político e, portanto, por concordância com as ações da sociedade política –, mas o público é afastado dos periódicos. De tal forma que em meados da década de 1930, o leitor está praticamente ausente das publicações.

O período é caracterizado pela bibliografia por eventos de repressão ou vigilância de perto por censores, como exemplifica muito claramente o episódio de intervenção censora no jornal O Estado de São Paulo, entre 1940 e 1945⁶⁶, e, por outro, por uma relação de disputas entre jornais da época, como ficou conhecido popularmente a concorrência entre os *publishers* Assis Chateubriand, Carlos Lacerda, Samuel Weiner e Roberto Marinho, e seus respetivos jornais Diários Associados, Tribuna da imprensa, Última Hora e O Globo (LAURENZA, 2012; BARBOSA, 2008).

A historiografia da imprensa portuguesa constrói uma percepção semelhante, tendo em vista a similaridade das realidades de ambos os países. O também chamado Estado Novo em Portugal (1933 a 1974), comandado por António Oliveira Salazar, usava estratégias resultantes de influência fascista e previa a instauração de ditaduras aliadas ao populismo, como também ocorria em outros países europeus e latino-americanos. No que diz respeito ao trato com a imprensa, Tengarrinha (2016) traz a seguinte observação:

As tentativas de Salazar de criar uma opinião pública favorável através dos jornais exigiam meios legais e instrumentos de intervenção

⁶⁶ Naquele período o jornal foi dirigido por um interventor designado pela Presidência da República, demarcando um período de grande controle sobre o jornal. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-dogrupo/decada_1940.shtm. Acesso em: 10 abr. 2021.

adequados, que só foram criados em 11 de abril de 1933 com a entrada em vigor da Constituição e a reorganização da censura prévia (instituída informalmente durante a ditadura militar que se seguiu à revolução do 28 de maio de 1926).

Diferentemente, no Brasil, o fim da ditadura varguista, em 1945, é identificada como favorável ao jornalismo. O chamado "interregno democrático", que segue até 1964, é caracterizado como um período de liberdade aos jornais, inaugurando, finalmente, segundo Barbosa (2008), o profissionalismo, os princípios de objetividade e os valores de neutralidade no jornalismo brasileiro.

Porém, com o golpe civil-militar, em 1964, caracteriza-se aquele que seria o pior momento da história do recém-fundado jornalismo brasileiro. O momento é percebido, mais uma vez, pelo ângulo do retrocesso às condições anteriores, a partir da política de repressão a veículos e jornalistas opositores, beneficiando os grupos que se posicionavam pró-governo.

Censura na ditadura civil-militar

Barbosa (2008) indica que a instauração de censura prévia, na qual censores eram enviados às redações para vetar conteúdos antes da publicação, após o Ato Institucional número 5 (AI-5)⁶⁷, demarca o arrefecimento das tensões entre 1968 a 1978. Um episódio importante da ação censória do governo, segundo a pesquisadora, é a prisão de Niomar Muniz Sodré Bittencourt, então dona do jornal Correio da Manhã, que depois acabaria arrendado por um aliado político dos militares.

Além do AI-5 também são destacados a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, e o fortalecimento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que concentravam as atividades de censura à imprensa. Fazem parte dos aspectos ressaltados sobre o período a publicação da Lei de Imprensa (1967), que criminalizava jornalistas e proprietários de jornais por divulgação de notícias falsas capazes de pôr em perigo o nome, a autoridade, o crédito ou prestígio do Brasil; ofensa à honra do presidente de qualquer dos poderes da União; incitação à guerra ou à subversão da ordem político-social, à desobediência coletiva às leis, à animosidade entre as forças armadas, à luta entre as classes sociais, à paralisação dos serviços públicos, ao ódio ou à

Para uma compreensão simplificada do AI-5 ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5. Acesso em: 25 mai. 2021.

discriminação racial; propaganda subversiva; incitamento à prática de crimes contra a segurança nacional. Para o julgamento de tais delitos passou a ser competente o foro militar. Tal quadro foi mantido e até agravado pelo Decreto-lei nº 510, de 20 de março de 1969, uma nova Lei de Segurança Nacional (COSTELLA, s/n).

Além da Lei de Imprensa, outras iniciativas governamentais que regulamentavam a censura são citadas. O Decreto-Lei 898/1969 (Lei de Segurança Nacional) e o Decreto-Lei 1.077/1970 (Lei da Censura Prévia) estão entre as indicações que reforçam o papel censor do Estado sobre a imprensa, tendo o período entre 1968 e 1979, como o mais difícil para a liberdade jornalística. O retrato se deve aos relatos de perseguição a jornalistas por parte do Estado, no qual eram proibidas notícias que expusessem negativamente a imagem do governo federal e seus líderes.

Nascimento (2014) aponta que aqueles que não estavam alinhados com tais interesses eram reprimidos, perseguidos e até assassinados. Segundo o relatório da Comissão da Verdade e Memória dos Jornalistas, foram comprovados 50 casos de perseguição a jornalistas durante os anos 1964 e 1983, e mais 16 mortes comprovadas por questões políticas executadas diretamente por agentes do governo. Dentre os casos mais conhecidos está o de Vladimir Herzog, iugoslavo radicado no Brasil, jornalista da TV Cultura, preso, torturado e morto nos porões do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo, em 1975⁶⁸.

As mudanças aprofundadas em meados dos anos 1960, que constituíram as bases para a consolidação da indústria cultural no Brasil, são consideradas importantes para o favorecimento de um tipo de jornalismo marcado pela concentração de grandes empresas de comunicação nas mãos de alguns poucos empresários. Segundo Barbosa (2008), neste período os jornais perdem protagonismo político a partir da censura institucionalizada e pelas estratégias do governo de beneficiamento a certos grupos. A censura na ditadura civil-militar, portanto, não pode ser vista como ação governamental unilateral. Parte da

_

⁶⁸ Em 2013 a família de Vladimir Herzog recebeu um novo atestado de óbito assinado por membros do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de São Paulo. O documento traz como causa da morte "lesões e maus-tratos sofridos durante o interrogatório nas dependências do segundo Exército DOI-CODI". No atestado anterior, a versão para o óbito era de "enforcamento por asfixia mecânica". (http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/03/familia-de-vladimirherzog-recebe-novo-atestado-de-obito.html. Acesso em: 23 mai. 2021). Na época de sua morte uma foto foi publicada por vários jornais, trazendo Herzog enforcado em uma cela por uma gravata. A imagem demonstrava que o enforcamento era muito improvável, já que ele estava com as pernas apoiadas no chão, evidenciando a tentativa dos militares de forjar suicídio.

imprensa, que havia apoiado o golpe militar, não era vítima na luta contra a censura, uma vez que prestava apoio e também se beneficiava financeiramente do governo militar.

O movimento generalizado de autocensura na grande imprensa, do qual participam, no nosso entender, não apenas os proprietários dos jornais, mas também os jornalistas, mostra que há um altíssimo grau e adesão dos meios de comunicação. A imprensa foi complacente ou ignorou a sistemática ação repressora, que resultou na morte de milhares de pessoas nas dependências militares do regime. Construiu também em uníssono um discurso que destacava os "milagres" econômicos do período e negava o empobrecimento da população. (BARBOSA, 2008, p.148)

Para fundamentar as estratégias de censura ligadas a aspectos financeiros, Mattos (2005) aponta que, entre 1967 e 1976, o governo federal destinou para jornais impressos 85,6 milhões de dólares para 816 projetos visando a compra de equipamentos de impressão e mais 22,5 milhões de dólares diretamente a jornais. Este recurso era repassado por um órgão do Ministério da Indústria e Comércio, o Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas (Geipag), que determinava quais empresas deveriam receber os recursos.

Outro argumento que sustenta as mudanças operadas no jornalismo brasileiro a partir de então, é a decadência dos Diários Associados e da TV Tupi, do imprevisível Assis Chateubriand, então principal magnata das comunicações no Brasil, e a ascensão de Roberto Marinho e da sua Rede Globo. Conforme demonstram Ortiz (1994), Silva (1985) e Sousa (1998), além do financiamento estatal de toda uma infraestrutura para a constituição de uma rede nacional, com a criação da Embratel e associação ao sistema Intelsat, em 1967, a Globo também se beneficiou da omissão do governo em relação às irregularidades cometidas no famoso acordo Time-Life⁶⁹.

Como demonstra Silva (1985), um símbolo deste período é a criação do Jornal Nacional, principal telejornal da Globo, criado em 1969, e segundo maior telejornal do mundo em termos de audiência durante os anos 1970.

_

⁶⁹ O episódio conhecido como o acordo entre o grupo estadunidense Time-Life e a Rede Globo, permitiu um aporte financeiro de 1,5 milhão de dólares na emissora brasileira. Este recurso, associado à cooperação internacional em termos tecnológicos e operacionais, permitiu que a Globo se destacasse frente às concorrentes. A operação foi condenada pela Câmara dos Deputados por infringir o artigo 160 da Constituição Federal que impede participação estrangeira em empresas de comunicação brasileiras. O então presidente Costa e Silva referendou a operação.

Os critérios de seleção de informação, como já se viu na seção anterior, aliados à identificação profunda existente entre a emissora e o regime militar, por certo foram fatores decisivos para a linha editorial oficialista e triunfalista que marcaria o desempenho do Jornal Nacional durante toda a década de 70, tempos de "milagres econômicos", ufanismo nacionalista e consolidação do império global. [...] O Jornal Nacional ignorava os problemas nacionais. (SILVA, 1985, p. 38-39)

Relatos de que a censura também operava na redação do jornal onde haviam ordens explícitas, segundo Silva (1985) e Mattos (2005), que eram destinadas à equipe de jornalismo provenientes do corpo diretivo do jornal ou diretamente de ordens militares, também são apontadas para descrever o ambiente interno de produção jornalística do período.

Além dos comunicados realizados pelo grupo de censores que recebiam as produções jornalísticas antes da sua publicação para conferir se estavam de acordo com o que se poderia publicar, também havia casos, como no Jornal do Brasil, em que censores permaneciam pessoalmente na redação para acompanhar o trabalho jornalístico. Do mesmo modo, os pesquisadores relatam a recorrência da publicação de notícias desatualizadas ou conteúdos desconexos como receitas, poesias entre outros que demarcavam a existência de conteúdo censurado, já que era proibido aos veículos divulgar o ato de censura. Em outros casos, também se enfatiza a censura completa da edição e ordenamento do recolhimento dos exemplares impressos.

O período seguinte, marcado pela reabertura política brasileira, a partir dos anos 1980, é percebido como um momento promissor para o jornalismo, associado à gradativa e relativa autonomia que os jornais passam a alcançar frente ao Estado, o que não significou um período de pacificação para os jornais, como aponta Villaméa (2012, p. 117).

Em 1980, bancas de jornal, editoras e órgãos de imprensa viraram alvo de atentados à bomba. Com medo, jornaleiros dos grandes centros passaram a afixar em suas bancas avisos no estilo "Não vendemos Hora do Povo, Movimento, Pasquim etc.". Além desses, outros dez jornais da imprensa alternativa ficaram na mira da linha-dura [...].

Por força do próprio Estado ou por incentivo de políticos e grupos ligados a correntes políticas, verifica-se, nas obras, episódios de violência contra imprensa e jornalistas. Se não pelas mãos de grupos radicais ou outros agentes externos às redações, pela censura no ambiente das redações exercidas por cargos de chefia e proprietários.

Naquele nível restrito às condições impostas nas redações, onde são mais comuns o reforço aos interesses políticos e econômicos dos meios de comunicação, as origens da censura podem ser mais implícitas e, portanto, menos evidentes (CARVALHO, 2020).

Considerações finais

Neste trabalho, nos propusemos a olhar as forças que atuam sobre a imprensa (para um termo de maior amplitude temporal) brasileira e as relações históricas que perpetuam estratégias de censura. A partir da pesquisa bibliográfica, observamos dois pontos de vista possíveis sobre as origens do problema. O primeiro é o que considera os fatores que tornam a imprensa mais suscetível a certas condições de controle, sendo que alguns deles escapam à responsabilidade das empresas que atuam na área e dizem respeito a questões sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas no país. O segundo responsabiliza estes mesmos empresários pela subserviência decorrente dos benefícios que podem adquirir com o comprometimento com determinadas linhas editoriais, e que se expressa em forma de controle indireto de outras forças, mas que se exerce internamente ao jornalismo.

Em ambos os casos, os governos e seus gestores, cujos interesses privados se expressam fortemente sobre as representações que se faz de seus mandatos e de suas vidas públicas e privadas, demonstram uma profunda preocupação com o que a imprensa publica.

Dentre os aspectos que se reforça a partir do referencial consultado, está o uso da estrutura do Estado, seja pelo poder financeiro, pelo uso da força repressora, pela capacidade de mobilização social, a partir do qual o campo político atua. Segundo este ponto de vista, destes setores não há qualquer compromisso com o jornalismo, a não ser que este possa ser instrumento para obtenção de benefícios políticos.

O olhar dos pesquisadores também destaca as especificidades brasileiras, que forjaram um jornalismo *sui generis*, cuja convivência com o autoritarismo e o uso instrumental por parte de governos fomentou uma lógica produtiva marcada por limites que restringem as capacidades jornalísticas tanto do ponto de vista da relevância e intervenção social que se possa realizar, como também em termos de consolidação do que Merril (1974) identifica como um cenário de grande concorrência, apropriado para o desenvolvimento do jornalismo.

O conjunto de fatores apresentados impõem limites ao jornalismo, a partir do olhar historiográfico proposto neste artigo, representa a confrontação à credibilidade jornalística e ao reconhecimento do seu valor público, o que não exclui as relevantes produções jornalísticas cotidianas e sua capacidade de adaptação a diferentes circunstâncias.

Referências

BARBOSA, Marialva. Jornalismo no Brasil: dois séculos de história. In: SOUSA, Jorge Pedro (org). **Jornalismo – história, teoria e metodologia de pesquisa:** perspectivas luso-brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

CÁDIMA, Rui. Imprensa, poder e censura. elementos para a história das práticas censórias em Portugal. **Revista Media & Jornalismo**, v. 9., n. 22., p. 101-129, 2013.

CAMARGO, Cláudio. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012, p.122-128.

CARVALHO, Guilherme. Censura tácita: percepção de jornalistas brasileiros sobre o controle editorial "nas redações". **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 3, p. 638-661, dez. 2020. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1155. Acesso em: 10 abr. 2021.

CHALABY, Jean. **The invention of journalism**. New York: Palgrave Macmillan, 2002. COSTELLA, Antonio. **Lei de Imprensa**. [verbete]. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s/n]. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-imprensa. Acesso em: 01 mai. 2021.

CRATO, N. Comunicação social: a imprensa. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

EMERY, Edwin. The press and America: an interpretative history of journalism. 2. ed. Prentice Hall, 1962.

FERREIRA, J. P. R. **O jornalismo na emigração.** Ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, 1992.

FIGUEIRA, J. **Os jornais como actores politicos**. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975. Coimbra: Minerva, 2007.

FIGUEIRAS, R. **Os comentadores e os media**. Os autores das colunas de Opinião. Coleção Media e Jornalismo. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

FRANCO, G. A censura à imprensa (1820-1974). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012, p. 83-94.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012, p. 114-121.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada:** a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

MELO, José Marques. Sociologia da imprensa brasileira. Petrópolis: Vozes, 1973.

MERRIL, John. **The imperative of freedom:** a philosophy of journalistic autonomy. New York: Hasting House, 1974.

MESSAGI JR., Mário. O texto jornalístico no centro de uma revisão da história da imprensa no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 13-22.

NASCIMENTO, Luciano. **Fenaj recebe relatório sobre jornalistas perseguidos na ditadura.** Brasília: Agência Brasil, 2014. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/201411/fenaj-recebe-relatorio-sobre-jornalistasperseguidos-na-ditadura. Acesso em: 3 abr. 2017.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAMOS, Pablo Daniel; HAMADA, Juan Pablo. Reflexiones sobre las dimensiones políticas y discursivas en el análisis de experiencias de comunicación alternativa. **Signo y Pensamiento**: Documentos de investigación. n. 58, v. XXX, enero – junio, 2011, p. 180-188.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia:** uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo. **Muito além do Jardim Botânico:** um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SOUSA, Helena. **Time-life/Globo/SIC:** um caso de reexportação do modelo americano de televisão?. Covilhã: Labcom, 1998. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-helena-timelife-sopcom.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.

SOUSA, Jorge Pedro (org.). **Jornalismo – história, teoria e metodologia de pesquisa:** perspectivas luso-brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

_____. Origens da historiografia portuguesa do jornalismo: os pioneiros. In: RÊGO, Ana Regina (org). **Os desafios da pesquisa em comunicação** [recurso eletrônico]: entre a historicidade e as lacunas da historiografia. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2019.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

Imprer	sa e opinião	pública en	Portugal.	Coimbra:	Minerva,	2006.
--------	--------------	------------	-----------	----------	----------	-------

_____. O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial. Entrevista concedida a Tânia Alves, **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 5, n.1, p. 185-194, jan./2016 - jun./2016. Disponível em: https://www.unicentro.br/rbhm/ed09/entrevista/01.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

VILLAMÉA, Luiza. Revolução tecnológica e reviravolta política. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012, p. 114-121.

A materialidade do livro: proposta editorial de livro-objeto ao incentivo da literatura nacional

Alexandra Martins Vieira⁷⁰ Marina Judiele dos Santos Freitas⁷¹

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo repensar o livro tradicional e explorar novas possibilidades de se trabalhar com o material impresso. Ao rememorar a estrutura já muito consolidada sobre o que entendemos por livro, de acordo com as definições de Araújo (2008) e Haslam (2007), buscamos compreender as dinâmicas envolvidas em sua produção e concepção, assim como vincular a ela diferentes conceitos gráficos e narrativos, a fim de introduzir novas e criativas práticas de contar histórias e incentivar a leitura. Para isto, desenvolvemos o livro-objeto *Relicário de Caetano*, uma releitura da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, que propõe ao leitor uma experiência dinâmica e imersiva de leitura através de recursos visuais, interativos e sensoriais, utilizando diferentes técnicas aplicadas ao material impresso.

Realizando a releitura de um clássico da literatura brasileira, o livro repensa a história de Dom Casmurro e busca através dela proporcionar não somente novas possibilidades de apresentar uma obra de domínio público amplamente conhecida, como, também, compreender por meio desta diferente roupagem as implicações que novas e criativas edições têm no incentivo à leitura, pois, segundo Hsuan-Le (2017, p. 117),

As pessoas recebem estímulos e informações graças à sua percepção, que é entendida como a capacidade de receber e entender informação por meio dos vários sentidos que o ser humano possui: a visão, a audição, o tato, o olfato e o paladar. A comunicação em que o designer intervém aborda em maior parte a visão, a audição e o tato. E, sem dúvida, a visão é quase o foco principal. Assim, a comunicação visual é o centro da atenção de abordagem, tanto na teoria como na prática.

⁷¹ Bacharel em Comunicação Social - Produção Editorial e Mestranda em Comunicação Social pela Universidade de Santa Maria. E-mail: marinafreitas.js@gmail.com

⁷⁰ Bacharel em Comunicação Social - Produção Editorial e Mestre em Comunicação Social pela Universidade de Santa Maria. E-mail: alehmartins-vieira@hotmail.com

Segundo dados de 2015, que embasaram o primeiro desenvolvimento deste projeto como Trabalho de Conclusão de Curso, o percentual apresentado do consumo de literatura era de 0,31% no público geral de entrevistados, sendo apenas 1,15%, entre apenas estudantes. É perceptível que o percentual do consumo de livros de literatura para os estudantes se destaca do restante, por se tratar de uma leitura obrigatória cobrada em vestibulares, o que supõe *Dom Casmurro* como um livro consumido de forma regular, especialmente por aqueles que necessitam do estudo da narrativa.

Desta maneira, o propósito é produzir um material exclusivo ao se utilizar referências gráficas marcantes da época em que transcorre a narrativa, entre 1857 e 1900, para que o leitor tenha uma experiência individual com a obra, que mescla os sentidos muito além da leitura tradicional e estimula experimentar a leitura por meio de uma narrativa sensorial. Consideramos, assim, a importância de apresentar um livro-objeto inspirado no romance de Machado, a fim de incentivar o consumo da literatura nacional, não apenas entre leitores do âmbito escolar, mas para o público leitor em geral. Com recursos gráficos e referências estéticas da história original, além de representatividade LGBTQI+ e negra, buscamos nesse produto uma maneira de implementar no mercado editorial um material onde o público possa não somente ser leitor como também personagem da história.

O que é um livro?

Para desenvolver este artigo, precisamos entender o que é um livro. Desde seu surgimento, o livro, mais do que um objeto, é um retrato da história tanto documental como ficcional de si próprio e da sociedade na qual ele foi produzido. É através dele que fatos e pensamentos de uma época são guardados, transmitidos e recuperados. Materialmente, o livro é um veículo de ideias e concepções de povos e nações, transpassando o tempo (HASLAM, 2007, p. 6). Apesar dos primeiros formatos de documentação datarem do surgimento da escrita, a história do livro remonta há mais de quatro mil anos, os livros e seu comércio, por conseguinte, só começaram a desenvolverse no século IV a. C (ARAÚJO, 2008, p. 38).

O primeiro registro documental, de acordo com Haslam (2007, p. 6-7), denominava-se "tábua para escrita", e era talhado em fatias de tábuas pelos saxões e germânicos. Em seguida deu-se o surgimento do "papiro", confeccionado pelos egípcios, o material era inicialmente feito com folhas de uma planta aquática (*Cyperus papyrus*),

em cujo caule era possível escrever e desenhar, sendo para isso preciso cortá-lo em várias tiras que eram coladas umas nas outras, polidas e postas para secar, o que resultava em rolos em formato cilíndricos que poderiam chegar a até 20 metros. É deste processo que surge a etimologia da palavra livro, proveniente do latim *libre* cujo significado seria "parte interior da casca de árvore", pois, o papiro era feito com a parte livrada da planta.

De acordo com o autor, o papiro ainda continuou sendo muito utilizado no mundo antigo como o principal suporte de escrita, mesmo que os egípcios, gregos e romanos tenham testado outras técnicas de suporte, como em couro e peles secas de animais, chamado o códice de pergaminho, sendo um dos primeiros modelos "conectados", ou seja, encadernados. A dobra das folhas do pergaminho fez com que se constituíssem os "fólios", usados para se referir aos números de páginas. Consequentemente, com o surgimento do papel, por volta de 200 a. C e todo o crescimento do comércio do livro, Johannes Gutenberg, produziu o primeiro livro impresso, uma bíblia de 42 linhas, usando os tipos móveis⁷², no ano de 1455. E assim, a configuração do livro vai se adaptando ao mercado editorial, pois,

O apelo visual torna-se-ia cada vez mais presente, tanto do ponto de vista iconográfico, desde a xilogravura, o talho-doce, a água-forte e a litografia, até a fotografia, quanto do puramente tipográfico, em que programações visuais arrojadas passariam a reduzir o texto quase que a um elemento decorativo, exposto em linhas sinuosas, margens irregulares, audaciosas misturas de corpos e famílias de tipo etc. (ARAÚJO, 2008, p. 49)

Mas o que é de fato o livro? Ao longo dos anos, a definição do objeto livro modificou-se e atualmente transpassa o formato tradicional popularizado desde o surgimento dos tipos móveis de Gutenberg. Hoje o modelo composto por capa, brochura, miolo, folhas de rosto e encadernações, já não é o único que pode receber o status de livro. Se para Haslam (2007) o livro é um suporte portátil que consiste de uma série de páginas impressas e encadernadas que preserva, anuncia, expõe e transmite conhecimento ao público, ao longo do tempo e espaço; para Edith Derdyk (2013), o livro também pode ser um objeto de arte, muito além de um compartimento funcional, o chamado "livro de artista" ou "livro-objeto", e considera o suporte como um espaço poético que se atualiza à medida que o livro é lido, visto, tocado e manuseado. O livro, assim, torna-se um

140

⁷² Prensas mecânicas para impressão de textos.

artefato a ser vivido, não somente pela história que ele guarda, mas por seu formato, que transcende a simples função de fixar e preservar memórias ou criar universos imaginários de histórias ficcionais. Segundo a autora, "o livro de artista proporciona ao leitor criar experiências através de inúmeros e novos processos de combinações de sintaxe por meio do manuseio, avanço e recuo da leitura dos sinais, dos fólios e das matérias que se colocam em movimento para o livro ser algo além de si possibilitando uma infinidade de relações criadas a partir dele" (DERDYK, 2013, p. 13).

No século XXI, as mudanças sociais e necessidades são cada vez mais instantâneas, é assim essencial que os meios tradicionais se adaptem às novas demandas de um novo tipo de consumidor. Por isso, repensar o lugar do livro como objeto que vá além do que já foi semeado em nossos inconscientes e explorar formas e possibilidades, mostra-se essencial para que exista a renovação pelo seu interesse. Afinal, o livro sempre esteve diretamente ligado à história da humanidade, sendo um reflexo da mesma.

Livro-objeto

O conceito de livro-objeto faz com que o formato tradicional, vertical, determinado pela altura maior que a largura (COLLARO, 2012, p. 92), seja apenas mais uma dentre tantas possibilidades de experimentação da leitura. Para a classificação de acordo com o Getty Vocabulary Program – programa que pertence ao Getty Research Institute –, por exemplo, o livro-objeto encontra-se em uma hierarquia que abrange uma série de nichos que vão desde obras visuais de esculturas e passam pela comunicação visual e verbal. Esta categoria compreende em si os conceitos atrelados aos livros de artistas (*artist's books*) que seriam organizados por pintores e artistas em geral em parceria com escritores e editores, e os livros-obras (*bookworks*), objetos que enfatizam o livro como uma obra de arte. Para o Getty⁷³, livros-objetos são livros que parecem ou "incorporam livros, mas que não comunicam de maneira característica dos livros" (SILVEIRA, 2013, p. 22), volta-se para ele, então, a definição mais próxima a um artefato, provenientes de intervenções que pretendem comunicar de maneira não tradicional seu conteúdo e/ou mensagem. Retomando a fala de Derdyk, é importante assim reafirmar as novas atribuições relacionadas ao livro e seu papel, no qual,

⁷³ O Getty Research Institute, localizado no Getty Center em Los Angeles, Califórnia, é "dedicado a aprofundar o conhecimento e promover o entendimento das artes visuais".

As possibilidades conceituais/formais, que se entreabre a partir da investigação do livro como objeto poético, desenham um arco extenso de experimentações, congregando o conhecimento artesanal aos processos industriais potencializando a mixagem de várias linguagens e modalidades de registros visuais e literários, multiplicando a descoberta de estruturas narrativas dadas pelos entrelaçamentos inusitados entre a palavra e a imagem. O livro de artista nos convida para caminhar nessa paisagem feita de campos de cultivo híbridos sugerindo convívio da diferença. (DERDYK, 2013, p. 12)

Os impressos atualmente têm explorado possibilidades de diferentes formatos e estilos que tornam o livro mais atrativo para o leitor e transformam a leitura em uma gama de processos criativos, interativos e dinâmicos. Com novas formas de leituras e participação do leitor na construção da sua narrativa e de conteúdo, os livros experimentais tornam-se únicos tanto para quem produz quanto para quem adquire. Seu formato personalizável oferece exclusividade em manuseio e na "leiturabilidade". Diante de elementos gráficos extras, fotografias ou espaços para escrever sua narrativa, os livros estão resultando em leituras interativas, que inserem o leitor no enredo. Isso é resultado de um livro experimental que, segundo Tai Hsuan-An (2017, p. 298) "por mais que as finalidades e funções de livros experimentais e de livros tradicionais sejam similares, os objetivos não são os mesmos". Nos livros experimentais, dá-se ênfase aos seguintes objetivos:

- a) Estimular no leitor (claro, também no autor) a percepção tátil e visual e a imaginação;
- b) Exercitar a capacidade de leitura, interpretação, compreensão de conceitos abstratos e variados assuntos sem recorrer à forma narrativa de texto;
- c) Desenvolver o senso estético e a sensibilidade artística;
- d) Estimular a percepção múltipla do leitor por meio da diversidade formal, visual, material, expressiva e comunicativa do livro.

Um dos atrativos para a popularização deste tipo de publicação dá-se pela desconstrução do suporte livro para algo que vai além da literatura e foca na experiência envolvida na "leitura", que proporciona uma relação única para cada leitor. Em alguns livros interativos, a aura do livro como objeto intocável e imutável também é posta à prova, ao convite de maculá-lo com rabiscos e rasgos para que ele sofra a intervenção criativa de quem o lê, e tenha em si a marca deste leitor que, de certa forma, torna-se também autor da obra. Para Zambi (2018), ilustrador de livros interativos, como *Decore este diário*, "o livro interativo tem um potencial enorme, justamente por causa da era

digital. Nessa realidade em que todos já nascem com tecnologia caindo em seus colos, o interativo convencional se torna a novidade"⁷⁴. Sendo assim, o livro, mais do que um suporte para o conteúdo, é um portal de vivências onde cada processo torna a relação autor e obra. Dessa forma, é como um momento único a ser valorizado, e por isso é cada vez mais explorado para que ao final de cada leitura o livro não só reinvente apenas a si, mas também ao leitor.

O livro-objeto como ferramenta para estimular a leitura no Brasil

Compreender sobre o cenário do mercado editorial se relaciona também sobre as mudanças nos fluxos de leitura na comunicação contemporânea. Assim, após elucidar o que se classifica como o livro tradicional, segundo Haslam (2007) e Araújo (2008), e o que se entende por livro-objeto de acordo com Derdyk (2013), buscamos ressaltar a possibilidade do livro-objeto no mercado editorial brasileiro como ferramenta de estímulo à leitura.

Ademais, tem-se notado nos últimos anos uma diminuição da leitura no Brasil e uma mudança significativa em relação aos livros de literatura. Isso é projetado na pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", de 2015, do Instituto Pró-Livro⁷⁵, na categoria de Indicadores de Leitura⁷⁶. O percentual apresentado do consumo de literatura é de 0,31% entre todos os entrevistados, 0,55% por apenas pessoas consideradas leitores, ou seja, que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses e 1,15% entre apenas estudantes. Em comparação aos dados obtidos no ano de 2020, o Brasil demonstra um déficit de leitura, no qual a penetração e média de livros nos últimos 12 meses baixou gradativamente, como mostra a figura abaixo.

Figura 1 – Dados de Leitura

_

⁷⁴ EDITORAS apostam no sucesso dos livros interativos. Gaúcha ZH, 2015. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2015/05/editoras-apostam-no-sucesso-dos-livros-interativos-4762478.html. Acesso em: 16 jun. 2018.

⁷⁵ O Instituto Pró-Livro (IPL) é uma associação de caráter privado e sem fins lucrativos mantida com recursos constituídos, principalmente, por contribuições de entidades do mercado editorial, com o objetivo principal de fomento à leitura e à difusão do livro.

⁷⁶ RETRATOS da leitura no Brasil 4ª edição. Instituto Pró-Livro, 2015. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

Penetração de Leitura##	Unidade	2015	2019
Leitura em geral*	%	62	56
	Milhões de pessoas	115,9	108,7
Livros inteiros	%	42	40
	Milhões de pessoas	79,1	77,4
Livros em partes	*	53	48
	Milhões de pessoas	100,4	92,3
Leitura de livros indicados pela escola*	*	17	14
	Milhões de pessoas	32,2	27,8
Leitura de livros por vontade própria*	×	56	51
	Milhões de pessoas	105,7	98,6
Livros de literatura	%	34	33
	Milhões de pessoas	64,5	64,1

Média de livros lidos nos últimos 12 meses	2015	2019
Livros em geral*	4,96	4,95
Livros inteiros	2,43	2,55
Livros em partes	2,53	2,41
Livros indicados pela escola*	0,94	0,87
Livros lidos por vontade própria* Livros de literatura	2,88	2,73
	1,26	1,45

*Considerando tanto os livros inteiros quanto em partes.

Fonte: Instituto Pró-Livro

É diante deste contexto editorial que é possível destacar os dados da média de livros lidos nos últimos 12 meses, em que em apenas dois contextos o índice de leitura não baixou, na categoria de livros inteiros e de literatura, mesmo que os livros indicados pela escola tenham em média 0,87 em 2019 em comparação a 0,94 em 2015. Assim, depreende-se como relevante refletir que, geralmente, livros de literatura encontram-se em planos de aulas⁷⁷, lista de leituras obrigatórias nas matérias de literatura do Ensino Médio. Recorrer a outros recursos, como vídeos e resumos *on-line*, por vezes, são justificados por ser um livro com uma linguagem difícil e estética antiga. Canclini (2017, p. 16), em seu artigo *Del consumo al acceso: viejos y jóvenes en la comunicación*⁷⁸, aborda que

Una primera conclusión: en todos los sectores sociales y edades buena parte de lo que se lee se hace por necesidades o proyectos. Esto es más evidente entre los jóvenes creativos. En vez de elegir qué y para qué leer de acuerdo con los cánones escolares o de la alta cultura, van leyendo según sus necesidades coyunturales: para estudiar una materia, postularse para obtener una beca o un trabajo, para comunicarse con sus amigos.

A partir disso, questiona-se a importância do livro-objeto como uma ferramenta de incentivo à leitura. Percebe-se que experimentar um conceito visual gráfico exclusivo

-

^{**} A penetração é colculada considerando quem leu pelo menos um livro, inteiro ou em portes, nos últimos doze meses.

⁷⁷ LITERANDO Machado de Assis. Portal do Professor, 2010. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=18598. Acesso em: 22 nov. 2019.

⁷⁸ Tradução nossa: Uma primeira conclusão: em todos os setores sociais e idades, muito do que é lido é feito por necessidades ou projetos. Isto é mais evidente entre os jovens criativos. Em vez de escolher o que e por o que ler de acordo com as normas da escola ou alta cultura, vá ler de acordo com suas necessidades conjunturais: estudar um assunto, candidatar-se a uma bolsa de estudos ou emprego, para se comunicar com seus amigos.

e instigante, que conecte o conteúdo com o leitor de maneira interativa, o estimula, não somente pela leitura, mas também pelas sensações que provoca, visto que

O projeto gráfico e o projeto visual do livro constituem, na prática, uma unidade, visto que a perspectiva e o fim de ambos residem justamente na busca da harmonia entre forma e conteúdo, no modo sob o qual se organizam os diferentes elementos da página e o agrupamento das páginas em determinada unidade – o livro. (ARAÚJO, 2008, p. 373)

A análise dos dados encontrados, além de auxiliar a compreender o que é um livro, ajudou-nos na percepção de que cada vez mais editoras buscam conquistar seus leitores através de capas e projetos gráficos instigantes. Em vista disso, com a finalidade de trazer um exemplo nesta discussão, apresentamos o livro-objeto *Relicário de Caetano*, apresentado como trabalho de conclusão de curso de Produção Editorial – Comunicação Social na Universidade Federal de Santa Maria, pelas autoras deste artigo. O produto foi desenvolvido a partir de uma narrativa inspirada em *Dom Casmurro*, romance escrito por Machado de Assis, publicado em 1899, pela Livraria Garnier. A escolha se deu a partir da enorme repercussão, tanto por estar presente em conteúdo escolar, vestibulares e no ENEM, como pela sua narrativa, assim buscamos apresentar uma maneira original de incentivo à literatura nacional.

Mas porque escolhemos *Dom Casmurro* para fazer nosso livro? Além de ser uma obra de domínio público, e ser um livro de um autor que faz parte do conteúdo escolar na literatura brasileira, a narrativa é bastante comentada no meio digital. Em 2017, o site Reddit publicou um mapa-múndi literário, produzido pelo usuário "Backfoward24", feito com capas de livros que melhor representavam cada país. Com um total de 144 livros, *Dom Casmurro* aparece como representante do Brasil, sendo considerado o livro de maior renome do país. Desse modo, passamos por diversos aspectos acerca da produção de um livro, como elaboração do projeto editorial e gráfico, em que buscamos atrelar ao desenvolvimento do produto as etapas competentes ao trabalho do Produtor Editorial e a importância de repensar o modelo tradicional de um livro.

Relication

Relication

The piles the same are as a second and a secon

Figura 2 – Livro Relicário de Caetano

Fonte: As autoras

A história principal se divide em três diários que acompanham as personagens através das passagens de tempo por meio dos relatos escritos por Caetano. Os elementos que acompanham a história, tais como fotos, documentos, jornais, entre outros, são apresentados para tornar a narrativa mais verossímil, aproximando o leitor da história que está sendo contada, inserindo-o na vivência dos fatos por meio de texturas e sensações táteis, olfativas e visuais.

O conceito abordado para a criação desta lógica de leitura, chama-se "literatura ergódica", termo que deriva do grego *ergos* (trabalho) e *hodos* (caminho). A palavra ergódica, que é bastante conhecida na matemática, foi integrada à literatura por Espen J. Aarseth em seu livro *Cybertext: perspectives on ergodic literature* (1997). O nome, refere-se a um estilo de estruturação de leitura que requer de seu leitor um esforço além daquele que é usualmente exigido dele, como o virar de páginas e passar de olhos sobre o papel (AARSETH, 1997, p. 2).

O projeto experimental *Relicário de Caetano* surgiu da vontade de desenvolver um livro que fosse visualmente atrativo, tanto em seu conteúdo quanto esteticamente. Assim, buscamos aplicar um projeto editorial que conciliasse ambos os tópicos, aplicando os conhecimentos adquiridos durante os anos de graduação para que pudéssemos perpassar por todas as etapas de desenvolvimento de um livro, vivenciando as atribuições de autor de forma colaborativa e enfatizando aquelas pertinentes ao produtor editorial,

que vão desde a criação de conteúdo e preparação de texto, até o desenvolvimento e execução da área gráfica.

Segundo Venezky, diretor de arte da Speak Magazine, "o design editorial é a estrutura por meio da qual uma determinada história é lida e interpretada" (*apud* ZAPATERRA, 2014, p. 10). Para Zapaterra

O design editorial cumpre diferentes funções tais como, dar expressão e personalidade ao conteúdo atrair e manter os leitores e estruturar o material de forma clara. Essas funções tem de conviver e trabalhar juntas de forma coesa para divulgar algo que seja agradável, útil e ou informativo. (ZAPATERRA, 2014, p. 10)

Em primazia, a proposta editorial do *Relicário*, por se tratar de uma inspiração da obra de Machado de Assis, foi pensada a fim de respeitar as particularidades da época que retrata. Estruturou-se, assim, com o objetivo de remeter a uma caixa de memórias pertencente ao século XIX, na qual o narrador, através de seus diários, pudesse juntamente a seus cadernos e demais *souvenirs*, guardar relíquias que contariam não somente sua história, mas as das demais personagens com as quais ele se relacionaria ao longo da narrativa.

Optou-se pelo formato de caixa para melhor acomodar os objetos que dela fazem parte e assim proporcionar ao leitor a sensação de que estivesse recebendo um tesouro dado a ele pela personagem. A escolha por uma leitura cercada de elementos, foi pensada para que o leitor pudesse imergir na narrativa, interagindo com os elementos nela presentes, a fim de tornar o ato da leitura mais dinâmico e participativo. Desta forma, o cuidado para com cada peça gráfica desenvolvida ao longo do processo foi pensado para que se tornasse o mais verossímil possível da ambientação da história. A inserção dos elementos idealizados para a compor a narrativa, desta maneira, propõe que o leitor junte as peças sobre a nova perspectiva que envolve a história de Capitu e Bentinho, ao mesmo tempo em que o situa no tempo e no espaço.

O produto, por mesclar vários campos da interatividade, busca inovar e por meio dele perpassam os campos que competem o editorial, articulando noções de escrita colaborativa e literatura ergódica, para resgatar o leitor conectado para o meio impresso. O público, que vai desde adolescentes em anos de formação escolar até colecionadores e estudiosos de obras clássicas, se beneficiaram do produto, não só por meio de incentivo

que a ele é atribuída a valorização da literatura, mas a possibilidade de "experienciar" o livro de uma maneira diferente em todas as suas possibilidades.

Conclusão

Com as decorrentes mudanças tecnológicas da sociedade e o avanço dos meios de comunicação, há cada vez mais a busca por inovação. No campo editorial não é diferente e a popularização de *e-readers* sempre faz surgir a dúvida, seria o fim do livro tradicional? Esses receios, juntamente à crise no cenário literário e do mercado editorial expressam a preocupação do setor com seu desenvolvimento. Entretanto, de acordo com a pesquisa feita para este artigo, é interessante pensar em uma reformulação para este cenário, aproveitando ideias e adaptando conceitos para tornar mais atrativo o objeto livro.

A proposta de utilizar o livro-objeto como ferramenta atrativa e criativa para contar histórias mostra-se bastante empolgante à medida que o investimento em novas edições vem sendo popularizadas, como capas de luxo e edições comemorativas. Em vista disso, esse modelo de publicação é interessante, pois permite explorar, por mesclar vários campos da interatividade, diferentes técnicas de produção e interatividade.

A viabilidade de produção do livro objeto também se mostra possível já que sua experimentação pode vir atrelada a uma gama de materiais e suas experimentações através de saídas engenhosas para solucionar os problemas e dificuldades que se apresentavam, ressaltando a importância da criatividade no campo da editoração.

Sendo assim, o investimento em diferentes formatos aplicados ao livro-objeto se mostra atraente, não só como ferramenta de incentivo à literatura, mas por meio de sua abordagem diferenciada sobre ela, demonstrando a possibilidade de experienciar o livro em todas as suas possibilidades por seus diferentes públicos.

Referências

AARSETH, Espen J. **Cybertext:** perspectives on ergodic literature. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1997.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro:** princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. Del consumo al acceso: viejos y jóvenes en la comunicación. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 14, n. 41, 2017. Disponível em: http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1593. Acesso em: 15 jun. 2019.

COLLARO, Antonio Celso. **Produção gráfica:** arte e técnica na direção de arte. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

DERDYK, Edith (org). **Entre ser um e ser mil:** o objeto livro e suas poéticas. São Paulo: Editora Senac, 2013.

EDITORAS apostam no sucesso dos livros interativos. **Gaúcha ZH**, 2015. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2015/05/editoras-apostam-no-sucesso-dos-livros-interativos-4762478.html. Acesso em: 16 jun. 2018.

HASLAM, Andrew. **O livro e o designer II:** como criar e produzir livros. São Paulo: Edições Rosari, 2007.

HSUAN-AN, Tai. **Design, conceitos e métodos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Bulcher, 2017. LITERANDO Machado de Assis. **Portal do Professor**, 2010. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=18598. Acesso em: 22 nov. 2019.

RETRATOS da leitura no Brasil. 4ª ed. **Instituto Pró-Livro**, 2015. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVEIRA, Paulo. A definição do livro-objeto. In: DERDYK, Edith (org). **Entre ser um e ser mil:** o objeto livro e suas poéticas. São Paulo: Editora Senac, 2013.

ZAPATERRA, Yolanda. **Design editorial**. 1ª ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

Costurado em papelão: travessias cartoneras de Buenos Aires a São João del-Rei

Frederico Ranck Lisboa⁷⁹
Jairo Faria Mendes⁸⁰

Introdução

Livros confeccionados manualmente, de miolo fotocopiado e capas coloridas. Papel sulfite dobrado e costurado em um pedaço de papelão. Basicamente, livros cartoneros são isso: edições artesanais com capas de papelão. Porém, para além de uma mera descrição material, no plano daquilo que é tangível, estas publicações carregam consigo um pouco de tudo aquilo que proporcionou sua existência. Os desarranjos de nossa modernidade periférica; o excesso de muito e a falta de tanto; o papelão catado e transformado; o trabalho criativo e a criatividade do trabalho; os encontros; enfim, as relações que o possibilitaram estão presentes nos curiosos livros cartoneros.

Essas publicações partem de um movimento editorial nascido em Buenos Aires, na primavera de 2003, a partir da ideia de Washington Cucurto, Javier Barilaro e Fernanda Laguna. Na intenção de cortar intermediários para publicações e por uma vida sem patrão, decidem iniciar uma editora independente — e diferente. Com a crise social, vivida pela Argentina na virada do milênio, muitas pessoas perderam seus trabalhos e buscaram a subsistência como catadores de papelão — *cartón* em espanhol, assim, os catadores são *cartoneros* — e as oportunidades para publicações de livros estavam mais escassas do que já eram. Todavia, a crise carregou uma efervescência cultural e política, com assembleias de bairro e movimentos artísticos rebeldes. É nesse contexto que nasce Eloisa Cartonera, editora independente que publica livros coloridos com capas de papelão, confeccionados artesanalmente (ELOISA CARTONERA, 2021).

⁷⁹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: fredericorlisboa@gmail.com

⁸⁰ Doutor. Professor do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: jairo@ufsj.edu.br

As primeiras edições de Eloisa, realizadas em seu ateliê no bairro de La Boca, são consideradas o marco zero do movimento cartonero⁸¹, que não tardou a se espalhar. A partir de encontros transformadores, as editoras foram brotando pelos países latino-americanos: Sarita Cartonera, 2004, Lima, Peru; Dulcinéia Catadora, 2006, São Paulo, Brasil; YiYi Jambo, 2007, Assunção, Paraguai; e o movimento continuou a se espraiar. Em 2016, a partir de levantamento da Malha Fina Cartonera, encontrou-se vestígios de 183 cartoneras pelo mundo, com ao menos 112 em atividade à época: uma na África, 13 na Europa e 98 nas Américas – 93 na América Latina (MENDES, 2016).

A chegada do movimento cartonero em São João del-Rei, Minas Gerais, no ano de 2018, também seguiu a lógica do encontro como produtor de relações capazes de mudar a realidade concreta. O embrião da experiência cartonera na cidade foi uma oficina no 30º Inverno Cultural UFSJ, ministrada pelo poeta David Biriguy, fundador da Lara Cartonera, de Belo Jardim, Pernambuco. A partir do aprendizado possibilitado pela oficina, formamos o primeiro grupo cartonero são-joanense, o Faz teu Livro, projeto vinculado à universidade, que segue em atividade como Programa de Extensão.

Os caminhos trilhados pelo movimento são muitos e, neste trabalho, abordamos alguns dos eixos que ligam essas e outras experiências cartoneras. Assim, buscamos compreender o espaço-tempo em que ocorre tal fenômeno editorial, as contribuições dos sujeitos-catadores para o movimento, e, por fim, realizamos a travessia entre Buenos Aires e São João del-Rei através dos encontros e princípios cartoneros.

Modernidade Latino-Americana

Raymond Williams (2007), ao estudar a etimologia da palavra "moderno" e suas variantes, aponta que a expressão ganha maior abrangência de significados em meados do século XVIII. A partir desse período, percebe o uso de modernizar para mudanças arquitetônicas e ortográficas, entendendo sua utilização a partir da percepção de que seriam tipos de alterações que precisavam ser justificadas. Essa necessidade estava

⁸¹ Os livros de Eloisa Cartonera não são os primeiros livros com capas de papelão que se tem registro. A poeta argentina Elena Jordana, na década de 1970, realizou algumas edições nesse formato sob o selo Ediciones El Mendrugo, com textos de Elena Calloni, Nicanor Parra e Ernesto Cardenal nos EUA, México e Argentina (BILBIJA; CARBAJAL, 2009). Também encontrei indícios de outro selo nesse estilo, contemporâneo e localizado no mesmo espaço, autores comuns a El Mendrugo, chamado Antiediciones Villa Miseria, que publicou o livro *Los Professores*, de Nicanor Parra, em Nova York no ano de 1971. Mas como foi algo relativamente isolado, não há uma ligação direta com o movimento e não é considerado o seu marco inicial.

atrelada à própria consolidação da modernidade, que ainda disputava espaço com o tradicional. Apenas no século XX a batalha semântica é vencida pelo moderno que se fez "equivalente a melhorado, satisfatório ou eficiente" (WILLIAMS, 2007, p. 282).

Ao analisar o processo de modernização de Buenos Aires entre as décadas de 1920 e 1930, Beatriz Sarlo (2010) relata as pelejas narrativas entre os intelectuais que reivindicavam uma nostalgia rural e aqueles movidos pela pulsão das transformações. Em se tratando de uma "modernidade periférica", justamente o título de sua obra, é possível perceber as especificidades dos nossos processos, que não são correspondentes aos da Inglaterra de Williams. O moderno também se tornou hegemonia discursiva no Sul Global no século XX, mas o debate ainda era vivo na primeira metade do século, quando as grandes metrópoles latino-americanas passavam por sua revolução industrial:

Buenos Aires era tensionada pelo "novo" embora também lamentasse o curso irreparável das mudanças. Das imagens de Xul às ilusões da arquitetura moderna, uma transformação havia se colocado em marcha [...] A modernidade é um cenário de perdas, mas também de fantasias reparadoras. O futuro era hoje. (SARLO, 2010, p. 57)

Para Nestor Garcia Canclini (2019, p. 73-74), o modernismo é "o modo como as elites se encarregam da intersecção de diferentes temporalidades históricas e tratam de elaborar com elas um projeto global", e o caso da América Latina gera diversas contradições por suas especificidades. Afinal, aqui, a formação das nações é resultado de cruzamentos e sobreposições de tradições subalternizadas, indígenas e negras, do colonialismo ibérico católico e procedimentos políticos, educativos e comunicacionais modernos. Com isso, a criação e consolidação dos Estados latino-americanos, entre os séculos XIX e XX, geridas pelas elites residuais das colônias, resultaram em uma modernização sem modernidade, baseada em lógicas excludentes (CANCLINI, 2019).

Para o antropólogo argentino, a pós-modernidade é uma problemática, não uma etapa de superação da modernidade. Ainda mais ao analisar o caso de nosso subcontinente, "onde as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar" (CANCLINI, 2019, p. 17). Dessa maneira, aqui, a autonomização dos campos como arte e literatura, fundamental no processo europeu, não ocorre por completo. Dentro dessas estruturas semiabertas e semifechadas, surgem híbridos interclassistas e interculturais naquilo que é determinado como culto, massivo e popular.

O caso brasileiro é um exemplo dessa porosidade. A forma como o capitalismo se desenvolveu no país não permitiu que a burguesia local acumulasse o mesmo tipo de capital cultural de distinção da classe burguesa europeia. Assim, a fronteira entre o comercial e o erudito é menos rígida no Brasil, como aponta Ortiz (1999), ao analisar atividades relacionadas aos meios de massa nos primórdios do rádio e da televisão no país, que possuíam uma aura típica do que é atrelado à cultura erudita. Generalizando, podemos afirmar que, até hoje, aparecer na televisão é "chique".

Na formação e consolidação do que chamamos de Brasil, estabelece-se uma ligação sólida entre uma "vontade de modernidade e a construção da identidade nacional" (ORTIZ, 1999, p. 35). Para o autor, o Estado é o agente da modernização brasileira, o que gera uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo que carrega novas possibilidades, também é incorporado por uma racionalidade coercitiva.

Assim, podemos entender o Estado e suas contradições como a principal força motriz da modernização na América Latina, cuja industrialização e urbanização foram tardias, mas aceleradas (CANCLINI, 2019). Todos esses processos acabam por colaborar com os desarranjos da modernidade periférica. Dentro desses desarranjos, se insere a figura dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, cujo ofício escancara o excesso de muito e a falta de tanto nas cidades do capitalismo emergente.

Catadores, cartoneros

A partir de pesquisadores da antropologia social argentina, Flavia Braga Krauss de Vilhena (2016) situa na década de 1860 os primeiros registros dos predecessores dos *cartoneros* na cidade de Buenos Aires. Primeiramente, apareciam ligados ao material coletado, os "*metaleros*", catadores de metal, e os "*botelleros*", de garrafas, como depois viria a ser com *cartoneros*, de *cartón*, papelão em espanhol. Porém, antes de *cartoneros*, os catadores se consolidam popularmente por *ciruja*, que significa cirurgião, aquele que "luta pela vida do que pode ser aproveitado" (VILHENA, 2016, p. 42).

A capital Argentina foi um dos berços da industrialização e da modernização da América Latina. Na virada do século XIX para o XX ostentava um imaginário de cidade na qual "não trabalha quem não quer". Porém, havia uma grande massa desempregada, 40 mil pessoas, segundo Perelman (*apud* VILHENA, 2016, p. 40). Assim, a realidade dessas pessoas, apartadas do trabalho formal, contrastava com o mito do emprego pleno na cidade banhada pelo Rio da Prata. Muitas buscaram a sobrevivência nos restos, no lixo, e, com isso, o estigma do sujo, da peste, do podre e do perigo (VILHENA, 2016).

No Brasil, muito dessa história se repete. Em *Catadores de lixo: narrativas de vida, políticas públicas e meio ambientes*, J. Amilton de Souza (2011) apresenta sua pesquisa sobre e com os catadores da cidade de Santo André, no estado de São Paulo. A cidade fica no chamado ABC Paulista, um dos polos industriais mais densos e antigos do país, localizado na região metropolitana da cidade de São Paulo, a maior metrópole do Brasil. Souza (2011) situa os primeiros registros de catadores na cidade a partir da década de 1940, quando ocorrem mudanças estruturais diversas, inclusive no quesito lixo. Este, deixa de ser algo da esfera privada para ser responsabilidade pública – princípio de coleta de lixo nas partes centrais da cidade, formação dos "lixões".

Assim como o país vizinho, o Brasil também teve seu processo de modernização de forma bastante acelerada e, com isso, uma urbanização controversa e fluxos migratórios em busca de uma "vida melhor". Santo André e Buenos Aires são cidades que dizem muito sobre os processos de modernização do subcontinente latino-americano, logo, são bons exemplos para compreender as dinâmicas do ofício catador. Uma atividade que reúne pessoas com diversas trajetórias e "está ligada, de um lado, ao crescimento da indústria de descartáveis e, de outro, como uma alternativa e oportunidade para muitos desempregados que buscam nessas ações, sobrevivência" (SOUZA, 2011, p. 109).

A modernização higienista fundadora dos centros urbanos da periferia do capitalismo marginaliza os trabalhadores do lixo e opera-se uma simbiose entre os catadores e seu material de sustento. Assim como os pobres em geral, "os ninguéns" de Galeano (2002, p. 54-55) são vistos como distúrbio da paisagem urbana, da racionalidade capitalista, contrastam com "a estética e o fascínio da cidade progresso" (SOUZA, 2011, p. 78). Tais dinâmicas não são exclusivas das grandes cidades, é possível observá-las em municípios de porte médio, como é o caso são-joanense.

São João del-Rei está inserida em um processo específico da modernização em Minas Gerais. Ao contrário do que se pode imaginar através da imagem vendida pela cidade a partir do seu Centro Histórico, que remonta a um passado vinculado ao ciclo do ouro, São João del-Rei foi um dos polos da chamada primeira industrialização mineira, ainda no século XIX. Participou do "surto industrial" da região da Zona da Mata, que teve como expoente Juiz de Fora, "a Manchester mineira" (CARNEIRO; CORREIA, 2008, p. 143). As indústrias são-joanenses estavam ligadas aos processos "tradicionais" da indústria leve, principalmente têxteis, mas também de mobiliário, bebidas, laticínios. Com isso, demonstra-se também a ligação com o setor agrário promissor à época no município, mesmo que apartado do ciclo cafeeiro. O momento de maior industrialização

da cidade situa-se num período que vai do final do século XIX até a década de 1960, com a mudança do perfil industrial da cidade, e do estado, para setores como o siderúrgico e o deslocamento local do polo industrial mineiro da Zona da Mata para a Região Central (CARNEIRO; CORREIA, 2008).

Carneiro; Correia (2008) ambientam a catação de lixo em São João del-Rei neste período de decadência: primeiro a desindustrialização a partir da década de 1960, depois o agravamento da crise com as políticas neoliberais dos 1980. Assim, a cidade que ainda recebia migrantes de municípios próximos de menor porte, formava agora novas periferias onde há uma enorme precariedade de infraestrutura, que os autores se referem como "não cidades", fenômeno espacial comum nos espaços urbanos do Sul Global, "a cidade oculta de onde vem os catadores de material reciclável, a cidade invisível aos olhos dos cobiçados turistas solventes e, em larga medida, da imprensa local, dos intelectuais e das elites" (CARNEIRO; CORREIA, 2008, p. 145).

A marginalização das pessoas que vivem nos espaços periféricos e executam trabalhos informais de baixa remuneração, como é o caso da "catação", é acompanhada de um esforço histórico em vincular estes sujeitos a uma noção de "delinquência", fundamental para manter o *status quo* na modernidade. Apesar do esforço, a resistência dos catadores nunca permitiu que tal afirmação fosse unanimidade e, atualmente, "existe uma série de representações que relacionam o catador de papelão à reciclagem e à conscientização ambiental — uma série de sentidos tratada como positiva na contemporaneidade" (VILHENA, 2016, p. 42). Isso, inclusive, foi incorporado pelo mercado. A mesma racionalidade que estigmatiza o catador, hoje, promove o "mercado do lixo" e sistemas de coleta seletiva que excluem os trabalhadores do debate, negando sua historicidade e pondo em risco sua existência e subsistência (SOUZA, 2011).

Os catadores vivem das brechas da modernidade e, também, as escancaram. Sob condições de precariedade, "desenvolveram o papel perturbador de colocar em xeque os critérios de demarcação entre o útil e o inútil nas sociedades modernas" (VILHENA, 2016, p. 41). Desafiam a noção da cidade como pronta, nos convidam a entendê-la sob outra perspectiva, aquela que diz respeito ao seu percurso, onde "circulam, trabalham, vivem e expressam suas táticas na escrita diária da cidade" (SOUZA, 2011, p. 162).

Desse "fazer catador" surgem as editoras cartoneras, que com seus livros de papelão e uma diversidade de trajetórias distintas e comuns tensionam as fronteiras entre o útil e o inútil, faz da sobra a dobra. Para Vilhena (2016, p. 43) o acontecimento Eloisa traz outra brecha, "uma ruptura com certa memória do que seja publicar um livro",

propondo a circulação de novos sentidos e outras rotinas. Quiçá, propõe outros mundos possíveis, que "é só" mas também "é muito" (BOURRIAUD, 2009, p. 62).

A primavera de Eloisa

A partir da criação da Eloisa Cartonera, na primavera do ano de 2003, no Bairro de La Boca, na capital argentina, nasce o movimento cartonero. O período que sucedeu o *corralito* – medida econômica do governo argentino no final de 2001 que congelou contas correntes e poupanças como uma forma de fazer com que a população se responsabilizasse pela dívida pública – foi de crise e insurreição no país (VILHENA, 2016, p. 28). Em dezembro de 2001, a Argentina teve cinco presidentes em 12 dias, as ruas dos bairros centrais de Buenos Aires pareciam trincheiras de guerra com mais de 30 pessoas mortas pelas forças policiais durante os protestos que não cessavam. Neste contexto, muitas fábricas e negócios diversos fecharam, fazendo com que cerca de 40 mil trabalhadores – antes formais, como metalúrgicos e camareiras, agora em situação de desemprego – passassem a buscar sua sobrevivência na coleta de materiais recicláveis nas ruas de Buenos Aires (BILBIJA, 2009, p. 10).

Diante desse cenário, as tensões geradas pelo caos institucional fizeram da Argentina palco de diversas formas de organização e luta, de protestos de rua a assembleias populares e coletivos artísticos. A partir desse contexto, Vilhena (2016, p. 31) interpreta que essa série de acontecimentos abrigaria nos seus desdobramentos "a capacidade de transformar os sentidos já existentes e em circulação, propiciando rupturas e a instauração de novas séries de sentidos na memória discursiva". Da memória dessa efervescência espalhada pelos bairros e calçadas, "acontece" Eloisa. Assim, se Eloisa Cartonera e o movimento cartonero são filhos das infinitas crises latino-americanas, também o são da sua insistente resistência:

Alguns dizem que somos um produto da crise, ou que estetizamos a miséria, nem uma coisa nem outra, somos um grupo de pessoas que se juntaram para trabalhar de outra maneira, para aprender com o trabalho um monte de coisas, por exemplo, o cooperativismo, a autogestão, o trabalho para o bem comum, como mobilizador do nosso ser. (ELOISA CARTONERA, 2021, tradução do autor).

Junto com o aumento do contingente de pessoas aderindo à catação pela sobrevivência, o momento era, logicamente, de crise no mercado editorial. As mesmas

políticas neoliberais que aumentaram a "não-cidade" (CARNEIRO; CORREIA, 2008) em São João del-Rei e culminaram, também, no *corralito* argentino, foram responsáveis pelo processo de enfraquecimento das editoras nacionais latino-americanas. Dessa maneira, o processo de substituição de importações, realizado através da criação de editoras nos países do subcontinente entre as décadas de 1940 e 1970, fora invertido pelos processos de transnacionalização assumidos pela indústria cultural com o neoliberalismo, "nas últimas três décadas, a maioria dos editores foi falindo, ou vendeu seus catálogos a editoras espanholas, depois compradas por grupos franceses, italianos e alemães" (CANCLINI, 2008, p. 61). Canclini (2008) recorda um caso, de 2002, a partir do suplemento literário do jornal *Clarín*, em que promissores autores argentinos seriam publicados na Espanha, mas a filial local não os publicaria em seu país natal, pois a editora não garantia que as metas de vendas seriam cumpridas.

Dessa forma, a reestruturação do mercado editorial opera em consonância às demais dinâmicas comerciais transnacionais (CANCLINI, 2008). Logo, o neoliberalismo conecta a situação editorial ao alto desemprego e, também, ao aumento do refugo da reprodução social capitalista. Logo, a fase vigente do capitalismo aponta para o aumento de pessoas e materiais "descartáveis".

No caminho oposto à sina dos descartes e da alienação laboral típica do capitalismo e da indústria cultural, a lógica do trabalho coletivo e horizontal, em que todos devem conhecer as diversas etapas da produção dos livros, é um dos pilares do movimento e está no cerne do ofício da Eloisa Cartonera (BRAGA, 2014, p. 24). Para Ksenija Bilbija (2009), as publicações cartoneras ostentam a aura que Walter Benjamin declarou perdida no mundo da reprodutibilidade técnica. Feitas literalmente pela mão de obra: fruto da coletivização e des-hierarquização do trabalho, as edições compartilham do mesmo miolo e título, mas tem suas capas distintas, únicas no mundo, pintadas artesanalmente sobre recortes de papelão que até outro dia estavam no lixo, coletados por trabalhadores que agora tem uma nova forma de incrementar seu sustento.

As ideias que tomaram vida na primavera de 2003, no bairro de La Boca, não tardaram a circular para além das fronteiras e tornaram-se movimento. Cada editora, coletivo, cooperativa atua com suas especificidades diretamente ligadas ao seu contexto local, sem deixar de lado as premissas que as unem. Eloisa Cartonera, por exemplo, hoje funciona como uma cooperativa, cujos integrantes atuam, orgulhosos, pela premissa de "uma vida sem patrão", organizadas através do eixo do trabalho: "Aprendemos a confiar no outro, a ser melhores companheiros, a nos esforçarmos por um objetivo comum, por

mais do que nosso próprio umbigo [...] O cooperativismo nos mostrou A Força. Assim, aprendemos tudo o que sabemos. E agora somos mais" (ELOISA CARTONERA, 2021, tradução do autor).

O cooperativismo faz parte, também, das experiências de organização dos catadores. Esse tipo de organização social auxilia os catadores a negociar junto ao mercado da reciclagem, corta atravessadores, assim, aumenta a possibilidade de renda dos trabalhadores. Além disso, implica em processos de aprendizagem coletiva e estimula valores comunitários e solidários, traz também maiores responsabilidades junto aos companheiros de cooperativa (SOUZA, 2011). O trabalho em cooperativa traz à tona questões da luta por sobrevivência, cidadania e vida digna para os catadores de materiais recicláveis. É possível visualizar isso tudo a partir do depoimento de Eduardo Ferreira de Paula, então presidente da Coopemare, da cidade de São Paulo, em maio de 2002, para o livro de Souza (2011, p. 242):

A gente aprende a conviver com o pessoal e começa dar mais valor à minha profissão, que é de catador de papel, é o meu próprio reconhecimento como cidadão. [...] A diferença que na cooperativa eu se torno dono da cooperativa, enquanto que no sucateiro ele é o dono do depósito e ele leva vantagem. Aqui a vantagem é pra todo os cooperados.

As relações de Dulcinéia

Um dos pressupostos compartilhados pelas iniciativas cartoneras que integram essa rede colaborativa é evidenciar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, que, no Brasil, são responsáveis pela coleta de 90% do que é reciclado no país (MNCR, 2019). As formas são diversas nas pontes e construções coletivas das editoras com os trabalhadores da reciclagem. Eloisa Cartonera — que hoje conta com a presença de La Osa, ex-catadora e atualmente integrante da cooperativa editorial — compra o papelão dos catadores das redondezas por um preço acima do mercado. Já o coletivo paulistano Dulcinéia Catadora é composto majoritariamente por catadoras-artistas responsáveis pela confecção das capas e, inclusive, têm livros autorais publicados.

O Dulcinéia é a primeira experiência cartonera brasileira. Surgiu do encontro entre integrantes da pioneira argentina com a artista Lúcia Rosa, na 27ª Bienal de São Paulo, em 2006, que tinha como tema "Como viver junto" – que, coincidentemente ou não, diz muito sobre o movimento. A partir de uma mostra-oficina, nasce o Dulcineia Catadora,

sediado dentro da Cooper Glicério, uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis no centro de São Paulo. O grupo é formado por pessoas de diversas áreas, com protagonismo das catadoras. Em seu manifesto, destaca a diversidade entre seus participantes, que "estimula a discussão e o respeito às diferenças, sem, contudo, ser considerado como desigualdades, abrindo espaço para o entrelaçamento de vivências e o estabelecimento de redes de afetos" (BILBIJA; CARBAJAL, 2009, p. 145).

O conceito de "estética relacional", de Bourriaud, dialoga com as práticas de Dulcinéia e com os preceitos do movimento, de Eloisa ao Faz teu Livro, pois centraliza "a esfera das relações humanas como lugar da obra de arte" (BOURRIAUD, 2009, p. 61). Um movimento que pensa ser "mais urgente inventar relações possíveis com os vizinhos de hoje do que entoar loas ao amanhã" (BOURRIAUD, 2009, p. 62) e, dessa maneira, tenciona novas possibilidades de vida, e fazer artístico.

O coletivo paulistano baseia-se na sustentabilidade e tem como objetivo a divulgação da literatura, dando espaço para autores que não participam do mercado hegemônico, tudo isso com um preço baixo no produto final, menos de 10 reais por livro. A ideia de sustentabilidade em Dulcinéia Catadora é ampla, pois abarca desde a utilização do papelão até a geração de renda para as catadoras-artistas com a venda dos livros. Assim, a atuação do coletivo destaca-se, por motivos evidentes, pela sua capacidade de transformação direta da realidade das catadoras e de seu entorno. Em seu primeiro ano, já haviam sido publicados 31 livros, com muitos deles advindos de populações urbanas marginalizadas, como poetas pertencentes à população de rua. A participação ativa das catadoras através da pintura das capas, remuneração direta através da venda dos livros e publicações de textos autorais permite que as catadoras possam ganhar a vida através do seu trabalho artístico.

As publicações mesclam três grupos de autores e atuam em papéis diferentes para as três categorias: os consagrados ficam satisfeitos em apoiar uma iniciativa de acesso à literatura e com objetivos sociais; os escritores em busca de espaço no mercado têm a possibilidade de serem publicados de uma forma alternativa e original; e há também autores que estão em situação de rua em que há um resgate de sua autoestima a partir da publicação de suas obras, mudando sua relação com o mundo (BILBIJA; CARBAJAL, 2009). Sobretudo, foca-se na literatura nacional e latino-americana, inclusive, com publicações e traduções em parcerias com editoras do movimento. Atua pela visibilidade do catador e do escritor latino-americano, que também tem sua tarefa subvalorizada, a de

"alinhavar uma história ainda em construção e que pouco interessa neste mundo separado por blocos de poder" (BILBIJA; CARBAJAL, 2009, p. 150).

A busca por outras sociabilidades possíveis, dos deslocamentos viáveis através da realidade vivida é o que reúne as editoras, cooperativas editoriais, coletivos e projetos em rede, em "movimento cartonero". Muito além das capas de papelão, o que é compartilhado é a postura cartonera, catadora, *ciruja*, diante do mundo, uma relação interpretada por meio "do papel desenvolvido pelo catador de papelão: o que fazem os catadores é trabalhar na fronteira que separa o útil do inútil, questionando-a muito mais com seu trabalho que com suas palavras" (VILHENA, 2016, p. 43).

Faz teu Livro e os encontros

De uma oficina oferecida por Eloisa, naquela Bienal de 2006, nasceu Dulcinéia, o primeiro coletivo cartonero do Brasil. Por sua vez, em 2012, a convite do escritor Wellington de Melo, Dulcinéia realiza uma oficina no Festival de Inverno de Garanhuns (FIG) com escritores e catadores locais, deste encontro surge Severina Catadora, a pioneira pernambucana do movimento. Em 2013, Wellington de Melo decidiu recorrer às técnicas aprendidas na oficina de Dulcinéia para publicar o livro que escreveu para seu filho Aleph, assim, *O caçador de mariposas* foi o primeiro livro lançado pelo selo editorial recifense Mariposa Cartonera.

Com o sucesso da primeira publicação de Mariposa, a editora criada para autopublicação começou a publicar outros autores em 2014 e não parou mais, inclusive com
coedições com editoras de fora do país. Nesse processo, Wellington de Melo realizou
diversas oficinas no intuito de incentivar o nascimento de outras editoras, como podemos
observar, prática comum dentro do movimento. Em uma dessas oficinas, mais
especificamente naquela realizada no Instituto Federal de Pernambuco — Campus Belo
Jardim, em 2013, foi que o jovem poeta David Biriguy conheceu as edições cartoneras e
criou a Lara Cartonera e seguiu a tradição oficineira do movimento.

Dos encontros surgiram grande parte das cartoneras mundo afora, com o Faz teu Livro não foi diferente. Foi em uma oficina ministrada por Biriguy, no 30° Inverno Cultural UFSJ, que eu tive o primeiro contato com o movimento, em julho de 2018. Três meses depois, o projeto que se consolidaria como Faz teu Livro já estava realizando a oficina que propiciou a obra *Amores – medos maneiras manias*, na Escola Estadual

Milton Campos, no bairro do Matozinhos, em São João del-Rei. Como nas palavras de Bourriaud, "a arte é um estado de encontro fortuito" (2009, p. 25).

A proposta central do Faz teu Livro é realizar oficinas de produção de livros artesanais em escolas públicas de São João del-Rei e região. Incorporado à arte e à sustentabilidade, o projeto visa democratizar a literatura em suas diversas dimensões, sendo o livro cartonero um meio de expressão que incentiva a busca pela autonomia editorial. Com esse intuito, as oficinas, e, com isso, os jovens, passam por todos os processos da publicação de um livro: escrita, diagramação e, finalmente, a confecção das capas de papelão, pintadas e costuradas à mão. Atua como oportunidade de publicação para jovens escritores e também de reforço de sua autoestima.

As formas de integração do movimento com os catadores são diversas e, no caso do Faz teu Livro, acontece através da compra do papelão junto aos trabalhadores da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São João del-Rei (ASCAS). A compra do material é realizada por um valor cerca de dez vezes maior àquele recebido nas vendas normais da associação. Assim, de maneira singela, principalmente pela demanda do projeto ser ínfima perto das vendas para os compradores ordinários, valorizase o trabalho dos catadores e, também, torna-se uma possibilidade de encontro. Nestas trocas, o projeto já participou de reuniões da associação e pode conhecer um pouco da dinâmica de autogestão destes trabalhadores, tal como já levou livros realizados nas escolas para mostrar o estado final do papelão coletado outrora.

Desde 2018 foram realizadas oficinas em duas escolas de São João del-Rei e uma de Santa Cruz de Minas, formação para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do curso de Pedagogia, e também nas Semanas Acadêmicas do Jornalismo e Pedagogia. Ao todo, foram sete títulos publicados que somam mais de 200 exemplares, além de cadernos e um livro gigante que fez parte de uma intervenção no 13º FELIT⁸², com relato de experiência publicado pela Revista Difusão do Instituto Federal do Paraná (SANTOS *et al.*, 2020). Mais de 100 estudantes da educação básica e, aproximadamente, 60 graduandos e educadores já participaram das oficinas.

Os livros publicados pelo Faz teu Livro tiveram diversas temáticas e autores. O primeiro foi *Amores – medos maneiras manias*, uma antologia de textos relacionados ao amor, realizado por estudantes de Ensino Médio da Escola Estadual Milton Campos, de São João del-Rei, em 2018. No ano seguinte, foram diversas publicações. Em Santa Cruz

⁸² Festival de Literatura de São João del-Rei, Tiradentes e Santa Cruz de Minas.

de Minas, com estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Amélia Passos, produzimos o livro *O lugar onde vivo – menor cidade, maiores pessoas*⁸³, uma reunião de textos dos alunos sobre a sua percepção acerca da cidade onde vivem e estudam. Na mesma escola, produzimos com estudantes do Ensino Fundamental II os livros *Lendas da menorzinha do Brasil, Preconceito* e *Serra sem fogo é serra com vida*. No âmbito universitário, foram publicadas duas coletâneas de haikais, uma com estudantes de pedagogia, chamada *Ipê de verão*, e outra com estudantes de jornalismo, *Autônomos desgraçados*.

Assim, o Faz teu Livro segue a tradição oficineira do movimento através de interfaces entre literatura, educação, comunicação, sustentabilidade e artes plásticas, tendo como norte, ou sul, a autonomia editorial. Vinculado à universidade e inserido nas escolas, diferente das demais experiências citadas no trabalho, o projeto tem as oficinas como fim em si mesmo, ao mesmo tempo que uma oficina cartonera nunca acaba em si mesma, como observamos durante esta travessia.

Considerações finais

O eixo principal do movimento cartonero é o de que todos podem fazer um livro, e tudo o que essa possibilidade carrega consigo. Assim, atua nas brechas proporcionadas pelos desarranjos da modernidade periférica em busca de democratização real da literatura: que todos possam ler, editar e escrever livros. Também traz à tona o ofício dos catadores e opera por uma simbiose diferente daquela marginalizante colocada pelas elites. Ao reivindicar uma postura cartonera diante do mundo, tensiona o útil e o inútil junto aos trabalhadores da catação, inclusive como protagonistas, vide Dulcinéia, e agita possibilidades tanto para os catadores, quanto para a literatura.

Não revoluciona o mercado editorial de forma totalizante, nem tampouco a situação geral de subalternização dos catadores e seu desgastante trabalho na coleta dos excessos da sociedade capitalista, mas cria essas possibilidades. Possibilidades que surgem de encontros nunca distantes das relações sociais sempre históricas e que, também, têm efeitos práticos nas vidas atravessadas por esses encontros, muitos

-

⁸³ De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de menor extensão do país é Santa Cruz de Minas, em Minas Gerais, com 3,565km² de área (AGÊNCIA IBGE, 2020).

proporcionados por oficinas, como observamos durante a travessia de Buenos Aires a São João del-Rei, com escalas em São Paulo, Garanhuns, Recife e Belo Jardim.

Pode ser através de uma catadora que agora edita livros ou outra que se descobriu artista ao pintar suas primeiras capas de papelão; uma estudante de ensino médio que conseguiu desenvolver a escrita e teve a oportunidade de publicar um livro ou um morador de rua que também o fez através de uma editora cartonera; um escritor que decidiu pela auto-publicação ou uma artista que hoje vive a vida sem patrão. Com tantas vidas tocadas, o movimento editorial, social, artístico e político, nascido em uma primavera portenha, chega às salas de aulas no interior de Minas Gerais através dos encontros desencadeados e desencadeantes que estão no cerne do fazer cartonero.

Referências

AGÊNCIA IBGE (Brasil). IBGE atualiza dados geográficos de estados e municípios brasileiros. 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27737-ibge-atualiza-dados-geograficos-de-estados-e-municipios-brasileiros. Acesso em: 4 jun. 2021.

BILBIJA, K. ¡Cartoneros de todos los países, uníos!: Un recorrido no tan fantasmal de las editoriales cartoneras latinoamericanas en el tercer milenio. In: BILBIJA, K.; CARBAJAL, P. C. (orgs.). **Akademia Cartonera:** un ABC de las editoriales cartoneras en América Latina. Madison: Parallel Press/University of Wisconsin – Madison Libraries, 2009. p. 5-29.

BILBIJA, K.; CARBAJAL, P. C. **Akademia Cartonera:** un ABC de las editoriales cartoneras en América Latina. Madison: Parallel Press/University of Wisconsin – Madison Libraries, 2009.

BOURRIAUD, N. Estética relacional. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAGA, Ana Cristina D'Angelo. **Redes de comunicação no coletivo Dulcineia Catadora e a arte ativismo do convívio**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2019.

CANCLINI, N. G. Latino-americanos a procura de um lugar neste século. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CARNEIRO, E. J.; CORRÊA, P. Á. A produção social da catação de lixo. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 133-154.

ELOISA CARTONERA (Buenos Aires). **História**. Disponível em: http://www.eloisacartonera.com.ar/historia.html. Acesso em: 04 jun. 2021.

GALEANO, E. O livro dos abraços. 9. ed. Porto Alegre: L&Pm, 2002.

MENDES, Mariana Costa. **As cartoneras pelo mundo**. 2016. Disponível em: https://malhafinacartonera.wordpress.com/2016/05/11/as-cartoneras-pelo-mundo/. Acesso em: 4 jun. 2021.

MNCR (Brasil). **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?** 2019. Disponível em: http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil. Acesso em: 4 jun. 2021.

ORTIZ, R. A moderna tradição brasileira. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTOS, B. A.; LISBOA, F. R.; SILVA, H. O. C. P. E.; MELO, R. S.; PAIVA, V. M. B. Da menorzinha do Brasil, o maior livro que você já viu! Intervenção Cartonera no 13° FELIT. **Revista Difusão**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 27-29, dez. 2021. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/pesquisa-e-publicacoes/revista-difusao/. Acesso em: 4 jun. 2021.

SARLO, B. **Modernidade periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SOUZA, J. A. **Catadores de lixo**: narrativas de vida, políticas públicas e meio ambiente. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

VILHENA, Flavia Braga Krauss de. **Acontecimento Eloisa Cartonera**: memória e identificações. 2016. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

As memórias da ida ao cinema, o patrimônio urbano e a luta contra o esquecimento

Christina Ferraz Musse ⁸⁴
Theresa Medeiros ⁸⁵
Márcio Henrique de Oliveira ⁸⁶

Introdução

Juiz de Fora, cidade de cerca de 570 mil habitantes, localizada no Sudeste de Minas Gerais, reúne inúmeras expressões artísticas que a singularizam no cenário nacional, em especial a intensa produção audiovisual. Inegavelmente, há uma tradição. Juiz de Fora foi a primeira cidade mineira a presenciar uma exibição cinematográfica, ainda no século XIX⁸⁷. Logo, o cinema se transformou numa fonte de lazer para a população.

Diversas companhias de variedades se apresentavam na cidade com frequência. Geralmente, exibiam vários tipos de números, como zarzuelas, animais amestrados, operetas, prestidigitadores etc. Numa dessas companhias de variedades, a de Germano Alves, seria apresentado pela primeira vez em Juiz de Fora o "cinematógrafo", um ano depois de sua chegada no Brasil, dezoito meses depois das projeções em Paris. (FERRAZ, 2017, p. 13)

A primeira sala de exibição cinematográfica da cidade foi inaugurada no final do ano de 1900. "O Salão Paris, de propriedade de Carlos Leal e do tenente Alfredo Amaral, localizado na rua Halfeld, número 109, iniciou suas atividades no dia 18 de outubro"

_

⁸⁴ Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora titular da Faculdade de Comunicação e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq Comunicação, Cidade e Memória – Comcime. E-mail: cferrazmusse@gmail.com

⁸⁵ Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), professora adjunta da Faculdade de Comunicação e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens (PPGACL) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Grupo de Pesquisa/CNPq Comunicação, Cidade e Memória – Comcime. E-mail: theresa.medeiros@ufjf.br

⁸⁶ Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Grupo de Pesquisa/CNPq Comunicação, Cidade e Memória – Comcime. E- mail: mhojfmg@gmail.com

⁸⁷ A primeira sessão de cinema no Brasil ocorreu na tarde do dia 8 de julho de 1896, em uma loja da rua Ouvidor, no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, a sessão que inaugurou o cinema aconteceu em Juiz de Fora, no dia 23 de julho de 1897, poucos meses antes da transferência da capital para Belo Horizonte. Na nova capital, a primeira exibição se deu em 10 de julho de 1898. (Disponível em: http://www.lapamultshow.com.br/acasa_cinemaNew.php. Acesso em fev. 2021).

(FERRAZ, 2017, p. 17). Os primeiros filmes eram silenciosos, em preto e branco e de curta duração. Utilizava-se um gramofone para tocar músicas durante a exibição. Nesses primeiros anos, apesar de encantar os espectadores, as exibições cinematográficas ainda não mantinham regularidade. Os filmes eram mais uma atração entre outras, que reuniam peças teatrais, danças, e números de mágica, geralmente produzidos por companhias itinerantes. De qualquer forma, a proximidade com a capital da República, o Rio de Janeiro, fazia com que a *Belle Epoque* carioca também contagiasse a cidade mineira, que vivia a euforia de uma crescente urbanização, resultado dos excedentes de capital oriundos das lavouras de café, e de uma rápida industrialização. No final de 1908, Juiz de Fora contava com quatro salas de exibição funcionando simultaneamente. Esses espaços deram um novo glamour ao Centro da cidade. Localizadas na Rua Halfeld, ao lado de confeitarias e de lojas de comércio sofisticadas, as salas de cinema transformaram o local em uma nova Cinelândia, em alusão ao Centro do Rio de Janeiro.

Em 1911 as salas de exibição se consolidam na cidade, e o cinema se torna um entretenimento rentável e corriqueiro. Devido à concorrência, as empresas se esforçam no sentido de exibir os filmes de maior sucesso no mundo e na capital federal. Filmes nacionais que entraram para a história do cinema brasileiro conquistam grandes plateias na cidade. (FERRAZ, 2017, p. 33)

Entre os primeiros exibidores de cinema, em Juiz de Fora, há que se fazer menção ao legado de João Carriço (1886/1959), um profissional de várias habilidades, que se notabilizou como cineasta e documentarista e, de 1930 a 1950, registrou em seus mais de 200 cinejornais o cotidiano da cidade.

Na década de 1920, após anos promovendo exibições de rua, no que ficou conhecido como Cinema Sereno, o cineasta juiz-forano decidiu realizar projeções nas dependências de sua empresa de carruagens / funerária. Nesta época, as sessões eram improvisadas e o público sentava-se até em tampos de caixões, o que rendeu ao local o nome pejorativo de cine cocheira. (PEREIRA, 2011, p. 19)

Depois de alguns anos, Carriço tomou coragem e, em 1927, inaugurou, na atual Avenida Getúlio Vargas, o Cine-Theatro Popular. Era uma nova opção para aqueles espectadores que não ganhavam o suficiente para pagar o valor dos ingressos cobrados nos cinemas destinados a uma crescente classe média, na Rua Halfeld. Além disso, dois anos depois, ele finalizaria o seu primeiro documentário, o cinejornal "SN-015". "A obra

sem áudio mostra a saída de espectadores de uma matinê no Cine Popular; o bairro Mariano Procópio; o jardim da então 4ª Região Militar; e um menino que faz parte da Troupe Edson, que inaugurou o Cine Popular em 1927" (ROCHA, 2017, p. 67).

Nas películas da Carriço Films ficaram gravadas cenas que fazem parte do imaginário do centro urbano: as visitas do ex-presidente Getúlio Vargas à fazenda São Matheus, a primeira transmissão ao vivo de TV em Juiz de Fora, as batalhas de confete nos carnavais de rua, as procissões, as corridas de automóveis, os jogos de futebol... Esse olhar privilegiado sobre o espaço urbano contaminaria, no futuro, outros jovens cineastas (SIRIMARCO, 2005. ROCHA, 2008).

Mesmo assim, em Juiz de Fora, existe, aparentemente, um hiato na produção de sons e imagens nos últimos 50 anos. Se, até 1956, a Carriço Film, produtora de cinejornais e documentários, realizou dezenas de obras, após os anos 1960 o cenário é bem diferente, tanto em volume de produções quanto em número de profissionais envolvidos no ofício. Mas a paixão pela sétima arte permanece presente no dia-a-dia da cidade. Os cinéfilos criam, em 1957, o Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), que vai promover debates, cursos e projeção de filmes.

Situada no interior, fora do contexto das grandes capitais, Juiz de Fora ganha ares de um centro de exibição do que de mais inovador aparece nas telas. Para tanto, os jovens cinéfilos não poupam esforços e conseguem trazer para a cidade novidades como Hiroshima, mon amour, filme de Alain Resnais, que é exibido aqui, quase que simultaneamente aos grandes centros. No comportamento desses jovens havia a rebeldia típica daqueles que procuram não se submeter aos padrões de comportamento vigentes, ditados pela moral católica que, na cidade, expressava seu pensamento através de uma curiosa classificação de filmes, que era publicada em jornais como Lar Católico⁸⁸ e revistas como A Tôrre de Marfim⁸⁹.

Entre o grupo de artistas e intelectuais interessados em discutir e pensar o cinema e a produção simbólica daqueles conturbados anos de 1960 e 1970, destacaram-se estudantes, jornalistas, críticos, professores e artistas plásticos, como os fundadores da Galeria de Arte Celina, um foco de resistência à repressão da ditadura civil-militar. Foi

⁸⁸ Sobre o jornal "Lar Católico" ver mais informações em PEREZ, Luiza Quinet Ramos; MUSSE, Christina Ferraz. "Lar Católico: a Igreja e a função pedagógica da imprensa". Anais do III Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, Rio de Janeiro, 2014.

⁸⁹ Sobre a revista A Tôrre de Marfim ver mais informações em BRUM, Alessandra Souza Melett. "A Igreja Católica e o cinema: o caso da revista A Tôrre de Marfim". Anais do XIX Encontro Regional de História. Juiz de Fora, 28 a 31 jul. 2014.

esse público que ajudou a organizar dois grandes festivais de cinema, que ocorreram em Juiz de Fora, em meados dos anos 1960 (ARANTES; MUSSE, 2014). Além deles, havia os cineastas amadores, que documentaram a vida familiar, a rotina da cidade e eventos variados, em ingênuas, mas, às vezes, até arrojadas imagens em película Super-8. (COSTA, 2017).

Ao mesmo tempo, curiosamente, as maneiras de perceber e de interpretar o filme e o audiovisual mudaram completamente. A cidade que abrigou dezenas de cinemas de rua, frequentados pela burguesia, como o Cine-Theatro Central, ou pelo operariado, como o Cine Popular (MARQUES; ARMOND; MUSSE, 2018); que teve pequenas salas destinadas à programação alternativa, como o Cine Paraíso (YA YA; BALDUTTI; MUSSE, 2019); que criou o hábito de assistir aos filmes nos bairros distantes, como Borboleta (MARQUES; MUSSE, 2019); e até mesmo em áreas rurais, com o Cinema da Floresta (GONÇALVES; MUSSE, 2012), viu desaparecerem todos os espaços destinados à projeção e situados em vias públicas. O último cinema de rua de Juiz de Fora com estas características, o Cinearte Palace, na esquina das ruas Halfeld e Batista de Oliveira, no Centro, fez sua última sessão de cinema, em junho do ano de 2017. Mesmo com várias manifestações contra o fechamento, o prédio, já vendido a um investidor particular, embora tendo a fachada tombada, nunca mais exibiria filmes. Atualmente, funciona ali a filial de uma loja de departamentos. Todas as outras salas de cinema da cidade estão localizadas em prédios comerciais⁹⁰, ou no interior de instituições públicas, como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e que, neste último caso, não são exclusivamente destinadas à projeção de filmes.

Certamente, para muitas gerações, a ida ao cinema significou mais do que simplesmente assistir aos sucessos de bilheteria (MARQUES; MUSSE, 2019). O cinema foi o propulsor de inúmeras formas de sociabilidade e também de uma explosão de subjetividades (CRUZ; FERRAZ, 2018). O cinema cunhou hábitos, comportamentos, e instituiu novas formas de viver no espaço urbano. Esta é a principal questão que é trabalhada na pesquisa "Cidade e memória: a construção do imaginário urbano pelas narrativas audiovisuais", em que pretendemos não apenas elaborar uma cartografia dos

_

⁹⁰ As salas de cinema de Juiz de Fora estão funcionando atualmente no Shopping Alameda (Cinemais), no bairro Alto dos Passos, no shopping Santa Cruz (DuoCine Santa Cruz), no Centro, no Independência Shopping (UCI Kinoplex), no bairro Cascatinha, e no Shopping Jardim Norte (Cinemais), na Av. Brasil. Há exibições de filmes e vídeos em espaços públicos como o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, da Prefeitura de Juiz de Fora, no Centro, no Museu de Arte Murilo Mendes e no Memorial Itamar Franco, da UFJF, também no Centro, no Museu Ferroviário, na Praça da Estação, na loja comercial Planet Music, no Alto dos Passos, e no Campus da UFJF, no bairro Martelos.

cinemas de rua de Juiz de Fora, mas também, através das entrevistas de história de vida, entender como se dava a relação dos espectadores com a narrativa cinematográfica.

Os objetivos pretendidos pela mencionada pesquisa foram adensados em diálogo com a pesquisa "Cinema de rua em Juiz de Fora e outras audiências: mapeando experiências na cidade", que tem como objeto o desenvolvimento de análises sobre as memórias das audiências cinematográficas a partir da perspectiva da "New Cinema History" (BILTEREYST; MALTBY, 2012), arcabouço de pesquisa interdisciplinar que considera os equipamentos sala de cinema e as práticas das audiências, estudando-os em vista de variados contextos socioculturais, urbanos, geográficos, históricos, econômicos, políticos, mercadológicos e ideológicos, locais e globais.

Mapeamento dos antigos cinemas de rua de Juiz de Fora

A pesquisa faz o mapeamento dos espaços onde as salas de cinema funcionaram, identifica e caracteriza as antigas construções que abrigaram os cinemas, e mostra como esses espaços estão ocupados hoje. Pretende-se reconstruir imaginariamente os trajetos urbanos utilizados por aqueles que tinham o hábito de frequentar as salas e como esses trajetos configuraram uma forma singular de ocupação do espaço público.

A pesquisa em seu aspecto macroestrutural já resultou em inúmeros artigos científicos, capítulos de livros, monografias de conclusão de curso, quatro dissertações de mestrado defendidas, e dois livros: *Memórias do Cineclubismo: a trajetória do CEC – Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora*, publicado em 2014, e *Os cinemas de rua de Juiz de Fora: memórias do Cinema São Luiz*, lançado em 2017.

O produto de maior alcance público resultante da pesquisa é o canal do YouTube "Cinemas de Rua de Juiz de Fora" (https://www.youtube.com/channel/UC11mhvr ELqyFny1xyC4ysVQ/featured), que exibe episódios da série de audiovisuais produzidos pelos bolsistas de Iniciação Científica sobre os cinemas da cidade. O canal tem 129 inscritos e dez vídeos veiculados: "Ir ao Cinema" (com 2,1 mil visualizações); "Cine Palace" (com 1,1 mil visualizações); "Cine-Theatro Glória" (com 995 visualizações); "Cine-Theatro Central" (com 685 visualizações); "Cine Festival" (com 428 visualizações); trailer "Cinema de rua em Juiz de Fora" (com 258 visualizações); "Cine-Theatro Popular" (com 142 visualizações); "Cine Paraíso" (com 216 visualizações); "Cine são Luiz" (com 184 visualizações); "Cine Excelsior" (com 267 visualizações). Dois episódios estão sendo finalizados: "Cine Veneza" e "Cine Rex". O projeto tem perfil no

Instagram (@cinemasderuajf), com 436 seguidores, e uma *fanpage* no Facebook, "Cinema de Rua", com 225 seguidores.

A metodologia utilizada envolve a pesquisa documental em acervos de texto e imagem, públicos e privados, em especial, hemerotecas, além da realização de entrevistas em profundidade com personagens que participaram da história recente da cidade (THOMPSON, 2002), no que se refere ao hábito de frequentar cinemas de rua, no período proposto, de 1950 até 2017. A pesquisa, em 2016, ganhou o prêmio de melhor "Projeto de Iniciação Científica", na Área de Ciências Sociais Aplicadas, no Seminário de IC da UFJF. Em 2018, o projeto ganhou o prêmio "Amigo do Patrimônio", da Prefeitura de Juiz de Fora. Finalmente, em 2019, a pesquisa recebeu incentivo da Lei Municipal de Incentivo à Cultura Murilo Mendes para a confecção de um website. Esta é uma forma prática de dar conta do interesse que existe, em Juiz de Fora, pela memória, e que reflete, de certa forma, nos inúmeros canais e perfis nas redes sociais que tratam do tema e que, em síntese, refletem um sintoma de nosso tempo, o desejo de memória (HUYSSEN, 2000).

A investigação contempla alguns eixos privilegiados:

- Identificação dos cinemas em atividade na cidade de Juiz de Fora no período de 1950 a 2017;
- Elaboração de uma cartografia, em que são localizados os endereços de funcionamento dos cinemas, com base em mapas, e também a identificação dos prédios, onde funcionavam as salas de exibição por meio de fotografias, películas, fitas magnéticas e outros suportes;
- Identificação e registro fotográfico e audiovisual da destinação atual dos velhos prédios ou das novas construções que os substituíram;
- Confecção de pequenas séries audiovisuais (webdocs) a serem exibidas na internet, mostrando as diferentes ocupações do espaço urbano, a partir dos trajetos usados por aqueles que frequentavam os cinemas, e também evidenciando as transformações da cidade, a partir da demolição de prédios, da sua reforma ou da conservação;
- Propiciar, através das webseries, a discussão sobre o destino dado aos espaços de cultura no município de Juiz de Fora;
- Divulgar as webseries em especial junto a um público mais jovem, de escolas do Ensino Fundamental e Médio, para promover a conscientização da necessidade de uma agenda de defesa do patrimônio público, em especial, dos bens culturais.

Bens culturais e mídias digitais

As distintas argumentações utilizadas para o reconhecimento de um bem cultural, por determinada coletividade, sugerem a diversidade de escolhas possíveis para a

representação de manifestações sociais. O que passa a ser considerado como significativo diz respeito, portanto, ao próprio conceito que se tem de cultura e de relevância cultural (MELO; CARDOZO, 2015). Tais conceitos dependem, por sua vez, da dinâmica histórica e das relações sociais, nas quais estão em jogo os poderes constituídos e o ponto de vista pelo qual se conta a História.

Contar a História e saber ouvi-la tornam-se, dessa forma, fundamentais para a reconstrução de memórias, percepções, saberes e fazeres identitários, permitindo a revisão do próprio conceito de cultura, em que toda produção humana passa a ser considerada, a despeito da condição econômica de quem produz a cultura. A própria concepção de História – de sociedade, de homem e de humanidade – encontra-se em jogo ao considerarmos as transformações sociais e as diferentes visões relativas ao que se entende como cultura e àquilo que é considerado como culturalmente relevante, devendo ser transmitido para novas gerações.

O resultado dessa ação humana, nomeada como bem cultural, assim como sua devida apropriação, passam a representar a constatação de um legado que se torna fundamental para o reconhecimento de continuidade e contiguidade entre passado e presente, fornecendo pistas de quem somos e de onde viemos, ou seja, permitindo que tenhamos uma identidade (BARRETTO, 2000). Como sugerido por Halbwachs (1990), para a constatação de uma memória coletiva é necessária uma capacidade de lembrança, que deverá considerar o ponto de vista de um ou mais grupos e, depois, se situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Dessa forma, um grande número de lembranças recordadas por outras pessoas, mesmo quando essas não estão materialmente presentes, são capazes de nos remeter à noção de memória coletiva, ao evocarmos acontecimentos que tiveram lugar na vida de nosso grupo.

Não obstante a capacidade de lembrança sugerida por Halbwachs (1990), a necessidade de manutenção de algum tipo de identidade – étnica, local ou regional – parece ser essencial para a sensação de segurança por parte das pessoas que, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos, passam a se sentir mais amparadas e informadas sobre quem são e de onde vêm, em meio ao turbilhão de informações, às mudanças repentinas e à quantidade de estímulos percebidos na contemporaneidade (BARRETTO, 2000). Nesse contexto, Huyssen (2004) ressalta as possibilidades criativas associadas ao campo da memória, preocupando-se mais com o futuro do que com o passado – com a perda de tradições – e com a "memória autêntica".

Atualmente, as mídias digitais oferecem novos meios e recursos para se contar a História, permitindo uma espécie de ampliação da percepção do espaço real, através de experiências que envolvem ambientes híbridos ou mesclados, em que o real e o digital se complementam e possibilitam maior acesso a informações. O entendimento do atual estado de coisas emergido da revolução digital tem como referência o surgimento de novos aparelhos produzidos após a Revolução Industrial, que proporcionaram o surgimento de novos tipos de signos que, por sua vez, passaram a habitar nosso cotidiano (SANTAELLA, 2013).

A sociedade contemporânea não dispõe, necessariamente, de uma ampliação das formas de comunicação humana, mas da maior disseminação de instrumentos de informação, em que a utilização do "[...] celular como 'controle remoto da vida' não garante a construção de uma sociedade da comunicação aberta, melhor ou em direção ao entendimento" (LEMOS, 2005, p. 9). Por outro lado, as potencialidades de salvaguarda e disponibilização de bens culturais diante da crescente popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) — especialmente associadas à mobilidade e à conexão em rede — ressaltam a possibilidade de armazenagem de todo tipo de documento, por meio de sua digitalização, seja ele um depoimento oral, um texto, uma imagem, ou um vídeo, com a vantagem desses documentos não se "desgastarem" com o tempo (SANTIAGO, 2007).

Para o efetivo uso da comunicação diante de um contexto marcado pela "digitalização dos bens culturais", torna-se necessário um processo capaz de usufruir das possibilidades oferecidas por ambientes híbridos ou mesclados, caracterizados pela ampliação da realidade física, através dos meios digitais, que permite, por exemplo, a apresentação do bem cultural em níveis não lineares de leitura (SANTIAGO, 2007). A riqueza maior dessas experiências residiria na mesclagem entre as espacialidades concreta e virtual, quando novos saberes são construídos. A passagem do bem cultural ao ambiente virtual pode gerar, assim, novos conhecimentos que acabariam retornando ao objeto concreto na forma da ampliação de sua compreensão.

A efetiva difusão de bens culturais por meio das mídias digitais deverá compreender, portanto, o que Lemos (2005) define como uma nova "cultura telemática", em que a internet móvel aproxima o homem do desejo de ubiquidade e faz emergir novas formas de consumo de informação, com novas práticas de sociabilidade. Práticas, essas, que ensejam repercussões sobre a própria aparência das ruas urbanas do século XXI e uma relação cada vez mais intrínseca entre os espaços físicos da cidade e o espaço virtual

das redes telemáticas, permitindo o reconhecimento do contexto contemporâneo – com destaque para a conexão em rede e a mobilidade – como essencial para a gestão informacional, comunicacional e urbanística das cidades.

A comunicação ubíqua característica dos dispositivos móveis, bem como sua atual condição pervasiva, influenciam novos hábitos e comportamentos que proporcionam, a qualquer tempo, desde que disponível, o acesso à rede, a "interação" entre as pessoas, e delas com os cada vez mais variados objetos que as circundam. Com vistas à possível utilização das TIC no processo didático-pedagógico relacionado à compreensão da importância do bem cultural associado à memória e à identidade coletiva, ressalta-se o fato de que a interatividade só é possível graças a uma interface definida a partir de "ambientes" que consentem a adaptação de dois ou mais sistemas mútuos, o que permite a conversação entre a máquina e o humano. Montenegro (2019) ressalta que, para a correta decodificação da mensagem compartilhada em um dispositivo tecnológico, tornase fundamental a eficaz utilização do mesmo, sendo que tal decodificação se relaciona diretamente com a interface, que será melhor projetada quando não necessitar de explicações nem requerer indicações para o seu uso, que passa a ser intuitivo.

O projeto de criação do website "Cinemas de Rua de Juiz de Fora" pretende reconstruir as memórias de uma cidade marcada pela intensa produção audiovisual e por sua paixão pela sétima arte. Para tanto, considera aspectos que enfatizam, atualmente, a mobilidade característica das mídias digitais e o facilitado acesso aos chamados smartphones. Nesse sentido, seu desenvolvimento teve por base o conceito de "mobile first" (WROBLEWSKI, 2009), em que o acesso pelo telefone celular é privilegiado sem descartar o uso de outros tipos de dispositivos para o alcance das informações publicadas. Tal conceito se aplica a projetos desenvolvidos para a web em que o foco inicial da arquitetura é direcionado para os dispositivos móveis e, em seguida, para os chamados desktops.

Além da preocupação relativa à mobilidade, a utilização de recursos audiovisuais, de conteúdo textual e imagético para o desenvolvimento do website "Cinemas de Rua de Juiz de Fora" pretende a expansão dos universos de seus utilizadores, proporcionandolhes o alcance de novas perspectivas, acessíveis por meio das narrativas factuais e da lógica transmidiática, capazes de convocá-los à participação e organizá-los em comunidades (MONTENEGRO, 2019). Procura-se despertar, assim, o interesse, o engajamento e a participação do indivíduo por meio do compartilhamento de histórias de

vida que marcaram sua relação com o cinema, tradicionalmente transformado numa fonte de lazer para a população juiz-forana.

A citada lógica transmidiática se relaciona, no caso do projeto "Cinemas de Rua de Juiz de Fora", com a possibilidade de compartilhamento de informações, opiniões e vivências por meio das redes sociais integradas ao website, através do acesso a entrevistas de história de vida e ao entendimento de como se dava a relação dos espectadores com a narrativa cinematográfica na cidade, possibilitando a rememoração de hábitos, comportamentos e vivências experimentadas no espaço urbano. Com a elaboração de uma cartografia dos cinemas de rua de Juiz de Fora, o website pretende valorizar, também, os lugares de memória representados pelos bens materiais que ainda permanecem como patrimônio cultural da cidade, além de proporcionar o aprendizado e o reconhecimento dos locais que abrigaram edificações que não mais existem no cenário urbano.

Santaella (2013) afirma que, diferentemente das mídias massivas, as mídias computacionais permitem que os usuários tenham controle sobre o fluxo de informações, sendo capazes de lidar com conteúdo em excesso e descontinuado, integrando comunidades virtuais, articulando ideias de forma muito rápida e desenvolvendo o pensamento crítico. Destaca-se, ainda, o incremento recebido pelo chamado *e-learning* com os aparelhos móveis, que inaugurou um novo paradigma, o da *m-learning*, ou educação on-line acrescida de mobilidade. Esse tipo de modelo educacional permite a constante aprendizagem, intensificando a criação e o compartilhamento do conhecimento.

O projeto do website "Cinemas de Rua de Juiz de Fora" almeja, através de sua divulgação, prioritariamente associada às mídias digitais móveis, a aprendizagem relativa aos bens culturais e a discussão sobre o destino dado aos espaços de cultura no município de Juiz de Fora, procurando promover a conscientização da necessidade de uma agenda de defesa do patrimônio público, resultando em material científico que contribua para a revitalização da história cultural recente da cidade, levando à sua preservação, e também ao desenvolvimento de políticas públicas que permitam a conservação da memória dos cinemas de rua como lugar de encontro e de construção de relações de pertencimento com a cidade.

O projeto apresenta, por fim, um material didático disponível em e-book para professores da Escola Básica com atividades desenvolvidas em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que explora unidades temáticas como "Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos" "Circulação de pessoas, produtos e culturas", "Registros da história: linguagens e culturas", "Conexões

e escalas", "Formas de representação e pensamento espacial" e "O sujeito e seu lugar no mundo". Sendo assim, o projeto se constitui como um percurso desenvolvido para promover o diálogo entre a produção acadêmica e a sociedade. O uso do website no contexto escolar promove a circularidade do debate em torno do patrimônio, das transformações, permanências e das histórias de vida.

Considerações finais

A pesquisa sobre as sociabilidades resultantes da ida ao cinema de rua tem resultado em vários produtos bibliográficos e técnicos que revelam a importância da rememoração e da reflexão dessas questões para os estudos do audiovisual, da memória e do imaginário (SILVA, 2003). O hábito de ir ao cinema foi um dos mais importantes na conformação das sociabilidades urbanas no século XX. Os filmes fazem parte do imaginário de toda a população mundial. A maneira de assisti-los é que mudou. E, no caso de nossa investigação, é isso o que nos interessa interpretar. Na nossa opinião, a mudança do dispositivo tem influenciado de forma direta a maneira como ocupamos e vivenciamos o espaço público, cada vez mais reduzido ao espaço privado e doméstico (se pensarmos em termos de crise sanitária). Quando deixamos de percorrer as ruas do mundo real, de sentir os cheiros que delas exalam, de esbarrar em outros que não são como nós (CAIAFA, 2007), de assistir aos filmes, todos juntos, em um espaço que mais parece um palácio, estamos reconfigurando nossa sensibilidade e nossa maneira de sentir a cidade e o mundo, elaborando, de certa forma, uma nostalgia, que não precisa ser vista apenas como uma espécie de saudade, mas como motor de mudança (NIEMEYER, 2018).

Ao utilizar a tecnologia para rememorar os hábitos das audiências dos cinemas, localizá-los no espaço da urbe, revelar detalhes das fachadas externas e das salas de projeção, não pretendemos apenas evocar a nostalgia daqueles que frequentaram esses lugares, de forma saudosista, mas repensar a relação dos habitantes com a sua cidade, e refletir no que esses espaços de sonho foram transformados. Estacionamentos? Lojas comerciais? Igrejas? Prédios de apartamentos? A cidade apagou os vestígios dos cinemas ou eles ainda podem ser identificados? Houve algum tipo de preocupação com a patrimonialização? Em Juiz de Fora apenas três prédios, Cine Palace (exterior), Cine São Luiz (exterior) e Cine-Theatro Central (interior e exterior) foram tombados pelo poder público municipal. Eles ainda são visíveis, mas nem sempre reconhecíveis, no espaço urbano. O website "Cinemas de Rua de Juiz de Fora" é uma tentativa de refletir sobre a

história desses cinemas, seu lugar (ou não lugar) na malha urbana, antigas e recentes formas de sociabilidade. Ao ser acessado pelo celular, o website propicia uma nova forma de fruição da cidade, uma nova relação com o espaço e o tempo, que ressignifica a urbe e sua ocupação pelos cidadãos.

Referências

ARANTES, H. S.; MUSSE, C. F. **Memórias do cineclubismo:** a trajetória do CEC – Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora. São Paulo: Nankin; Juiz de Fora: Funalfa, 2014.

_____. Cinema e memórias: os relatos de experiência cineclubista do Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora (CEC) na construção de sociabilidades. In: BRUM, Alessandra; MELO, Luís alberto Rocha; PUCCINI, Sérgio (orgs.). **Cinema em Juiz de Fora**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2017.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Ministério da Educação**. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site. pdf. Brasil, 2021.

BRUM, Alessandra; MELO, Luís Alberto Rocha; PUCCINI, Sérgio (orgs.). Cinema em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF (MG), 2017.

CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades**: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

COSTA, Maria de Oliveira Barra. **Juventude e cinema nos anos 1970**: a I Mostra de Juiz de Fora de Cinema Super 8. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Juiz de Fora: UFJF, 2017.

CRUZ, Lúcia Santa; FERRAZ, Talitha (orgs.). **Nostalgias e mídia:** no caleidoscópio do tempo. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

FERRAZ, Talitha. **A segunda Cinelândia carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

FERRAZ, Rosane Carmanini. A chegada do cinema em Juiz de Fora: uma nova opção de entretenimento no centro cultural de Minas Gerais (1897-1912). In: BRUM, Alessandra; MELO, Luís Alberto Rocha; PUCCI, Sérgio (orgs.). **Cinema em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2017, p. 11-36.

GONÇALVES, Raruza Keara Teixeira; MUSSE, Christina Ferraz. Patrimônio oral: memórias sobre o Cinema da Floresta e a Produtora de Cinema Regina. **Revista Brasileira de História da Mídia**. V. 1, n. 1, 2012, p. 79-87. Disponível em: https://www.unicentro.br/rbhm/ed01/artigos/08.pdf. Acesso em: 28 mai. 2021.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Paris: Edições Vértice, 1990.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MARQUES, Valéria Fabri Carneiro; ARMOND, Vivian Maria Oliveira; MUSSE, Christina Ferraz. "Do povo para o povo": Cine Teatro Popular como marco da história de Juiz de Fora. Anais do V Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Belo Horizonte, MG: 2018.

MARQUES, Valéria Fabri Carneiro. **Cine ParaTodos:** imaginários e memórias do cinema no bairro Borboleta. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Juiz de Fora: UFJF, 2019.

MARQUES, Valéria Fabri Carneiro; MUSSE, Christina Ferraz. **Entre vestígios e ruínas**: imaginários e memórias do Cine- Theatro ParaTodos. Anais do XII Encontro Nacional de História da Mídia. Natal: UFRN, 2019.

MALTBY, Richard; BILTEREYST, Daniël; MEERS, Philippe (orgs.). **Explorations in New Cinema History:** approaches and case studies. Oxford: Blackwell Publishing, 2011. MELO, A. CARDOZO, P. F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & Sociedade.** v. 36, n. 133, Campinas, 2015, p. 1059-1075. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/6DS4HvLb67DQC7ZnxHHQSzy/?lang=pt. Acesso em: 17 jun. 2021.

MONTENEGRO, Pablo Escandón. Patrimonio de interfaz mutante. Narrativa y difusión del patrimonio ecuatoriano en las redes sociales. Hipertext.net (Espanha) – **Revista Académica sobre Documentación Digital y Comunicación Interactiva**, Universitat Pompeu Fabra, n. 18, p. 56-65, Barcelona, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126238. Acesso em: 17 jun. 2021.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano**: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. São Paulo: Nankin; Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2008.

MUSSE, Christina Ferraz; FAÚLA, Gilberto; HENRIQUES, Rosali. Cinemas de rua de Juiz de Fora: memórias do Cinema São Luiz. Juiz de Fora: Funalfa, 2017.

NIEMEYER, Katharina. O poder da nostalgia: sobre o papel e o lugar da mídia e da comunicação (acadêmicos) em estudos sobre nostalgia. In: CRUZ, Lúcia Santa; FERRAZ, Talitha (orgs.). **Nostalgias e mídia:** no caleidoscópio do tempo. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018, p. 29-45.

PEREIRA, Fausto Coimbra Alves. **Uma nova versão:** análise dos elementos de ficção presentes nos cinejornais de João Gonçalves Carriço. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2009. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1AJey8xHkkUOZX9BietYQWozbZeZO5FUH/edi t. Acesso em: 25 mai. 2021.

ROCHA, Adriano Medeiros da. **Cinejornalismo brasileiro** – uma visão através das lentes da Carriço Film. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2008.

_____. Carriço Film: a produtora cinematográfica que eternizou memórias da antiga Manchester Mineira. In: BRUM, Alessandra; MELO, Luís Alberto Rocha; PUCCINI, Sérgio (orgs.). **Cinema em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2017, p. 65-87.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua:** repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTIAGO, Rodrigo Peronti. **Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais**. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia, São Carlos, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-10022008-144940/pt-br.php. Acesso em: 17 jun. 2021.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003. SIRIMARCO, Martha. **João Carriço, o amigo do povo**. Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – história oral. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002. WROBLEVSKI, Luke. **Mobile first**. A book apart. 2011. Recurso on-line. Disponível em: https://abookapart.com/products/mobile-first. Acesso em: 17 jun. 2021.

YA YA, Hsu; BALDUTTI, Carla; MUSSE, Christina Ferraz. Cinema Paraíso: imaginário urbano no cinema de rua de Juiz de Fora. Anais do XII Encontro Nacional de História da Mídia. Natal: UFRN, 2019.

Categorização de *podcasts* no Brasil: uma proposta baseada em eixos estruturais a partir de um panorama histórico

Luana Viana⁹¹ Luãn José Vaz Chagas⁹²

Podcasting no Brasil

O consumo de *podcasts* no Brasil tem atraído os olhares dos principais *players* do mercado de áudio no mundo. Em abril de 2019, a pesquisa divulgada pela Ibope Inteligência e também pelo Instituto Advertising Brasil (IAB)⁹³ destaca que "quatro em cada dez internautas brasileiros já ouviram algum programa de *podcast* e mais da metade destas 56 milhões de pessoas fazem isso mensalmente". Os dados destacam que a maioria dos ouvintes está na faixa entre 25 a 34 anos (32%) e de 35 a 54 anos (33%), e que possuem ensino superior completo (32,7%). O que atrai os anunciantes é a ideia de uma audiência cativa e o engajamento com as chamadas ações líquidas (68%) em que os entrevistados nomearam produtos reais ou promoções específicas sem a necessidade de pesquisa aprofundada.

Já a plataforma norte-americana de *streaming* Deezer divulgou uma pesquisa⁹⁴, em outubro de 2019, na qual o consumo de áudio sob demanda cresceu 67% no ano em questão. Já o consumo na plataforma atingiu o patamar de 177%, sendo acompanhado por um expressivo aumento também em agregadores como Spotify, Google Podcasts e Apple iTunes. Países como Alemanha e França ficaram atrás do Brasil.

Em relação especificamente ao perfil do ouvinte brasileiro, a Associação Brasileira de Podcasters (ABPod) divulgou tais informações como parte dos resultados da PodPesquisa realizada em 2019⁹⁵. A quinta edição recebeu mais de 16 mil respostas e

⁹¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF, com estágio doutoral na Universidade do Minho, Portugal. Mestre em Comunicação pela UFOP. E-mail: lviana.s@hotmail.com

⁹² Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com estágio doutoral pela Universidad Complutense de Madrid. E-mail: luaan.chagas@gmail.com

⁹³ Disponível em: https://bit.ly/35ERHCa Acesso em: 30 mai. 2022.

⁹⁴ Disponível em: https://bit.ly/3zNKo99 Acesso em: 30 mai. 2022.

⁹⁵ Disponível em: https://bit.ly/3wI6uI5 Acesso em: 30 mai. 2022.

constatou que a maioria dos ouvintes é homem (72%) e tem idade média de 28 anos. Em relação aos hábitos de consumo, os resultados referentes à edição de 2018 mostram que o ouvinte prefere o celular como plataforma de escuta (92,1%) e escolhe o áudio sob demanda por três motivos principais: poder realizar outras atividades enquanto ouve (77%), qualidade e diversidade do conteúdo (75,3%) e liberdade para ouvir quando, como e onde quiser (74,6%).

Em paralelo a esse crescimento e a esses perfis de consumo, pesquisadores buscam compreender melhor o fenômeno por meio de observações empíricas e produções-teste que experimentam as mais diversas estruturas textuais dessa linguagem sonora — debates, entrevistas, narrativas, noticiários, entre outros. De acordo com Viana (2020), quando o *podcasting* surgiu as discussões acadêmicas que o permeavam eram se o formato se enquadrava ou não numa vertente radiofônica, no entanto, na atualidade, as reflexões giram em torno das suas potencialidades e complexidades narrativas. Acreditamos que são justamente essas potencialidades que permitem uma variedade de organização textual, e que são essas diversas formas que o *podcast* pode assumir que merecem um olhar mais detalhado neste momento.

O podcasting como estratégia de produção sonora no atual cenário midiático é parte do transbordamento das práticas radiofônicas para além da estrutura hertziana. Nesse sentido, compreendemos que é preciso aprofundar o debate sobre linguagens radiofônicas (FERNÁNDEZ, 2008) para compreender que o rádio vive um momento diferenciado e expandido, vai além da transmissão hertziana e se faz presente na TV por assinatura, no portal da internet, no aplicativo para celular e no *podcast* (KISCHINHEVSKY, 2016). E como afirma Lopez (2010), o meio se torna hipermidiático, com diferentes formatos possibilitados pela nova lógica de produção e apuração, no entanto mantém o áudio como sua espinha dorsal.

Berry (2019) mapeou questões específicas que tangem o *podcasting* e como resultado aponta a intimidade, inovação, informalidade, independência e a (des)intermediação. Todos contribuem para a reflexão sobre uma nova composição discursiva de narrativa radiofônica na história recente dessa linguagem. No entanto, para além das características do formato, acreditamos que analisar o conjunto de estruturas utilizadas por essas produções é também a base para entender as dinâmicas e estratégias de investigação em *podcasts*. Tais produtos vão da espetacularização de produtos do entretenimento (HERSCHMANN; KISCHINHEVSKY, 2008), passam por produções educativas (CHAGAS; VIANA, 2019), por séries criminais (JÁUREGUI; VIANA,

2021), se apresentam como produções seriadas em radiojornalismo narrativo (KISCHINHEVSKY, 2018) e investigativo (LOPEZ et *al.*, 2018).

Com base nesse cenário, justifica-se a discussão sobre uma possível categorização de *podcasts*. Dessa forma, apresentamos primeiramente um panorama conceitual histórico de propostas classificatórias dessa mídia sonora em diálogo com o contexto mercadológico dos anos em que foram apresentadas — neste momento, não nos restringimos ao enquadramento brasileiro. Na sequência, observamos o atual cenário em conjunto com as produções contemporâneas do país por meio de uma pesquisa exploratória inicial.

O objetivo desse trabalho é mapear as estruturas mais utilizadas por *podcasters* nas suas produções sonoras com a finalidade de refletir sobre elas e sobre a maneira com que são organizadas. Esse capítulo apresenta os resultados de uma observação sistemática realizada sobre os 50 *podcasts* mais ouvidos nas plataformas Spotify, Google Podcasts e Apple Podcasts. A escolha das plataformas segue a pesquisa divulgada pelo Ibope Inteligência que aponta os três agregadores como os mais utilizados – depois do Youtube – pelos brasileiros consumidores de áudio. Como principal resultado, propomos uma classificação preliminar, mas contemporânea, do que chamamos de eixos estruturais ou estruturas da produção de podcasts no Brasil.

Os primeiros anos do podcasting e a escassez de propostas conceituais classificatórias

O termo *podcasting* apareceu pela primeira vez em 12 de fevereiro de 2004, cunhado por Ben Hammersley, no jornal inglês The Guardian⁹⁶. O jornalista se referia a uma forma de transmitir dados por meio do RSS e os programas de áudio que eram distribuídos via *podcasting* passaram a se chamar *podcast*. Essa tecnologia permitia que outros formatos midiáticos também fossem transferidos, no entanto, o áudio ganhou protagonismo.

Ainda no ano de 2004, em 20 de outubro, surge o primeiro *podcast* no Brasil, o *Digital Minds*, criado por Danilo Medeiros como parte de seu blog de mesmo nome (LUIZ, 2014). Quando as primeiras produções brasileiras surgiram, elas possuíam três principais características: 1) a maioria era voltada para a área de tecnologia; 2) assumiam

⁹⁶ Disponível em: https://bit.ly/2SglQEK Acesso em: 30 mai. 2021.

um tom confessional, como diários pessoais em áudio; 3) assemelhavam-se a programas ao vivo de rádio com pouca ou nenhuma edição.

Apesar da semelhança com essa mídia massiva, algumas de suas características eram bem particulares, como a transmissão *on demand* por exemplo. Por isso – e entre outros motivos como o seu caráter multimídia – a preocupação dos pesquisadores logo nos primeiros anos recaía sobre discutir se o *podcast* poderia ou não ser considerado rádio (VIANA, 2020). É nesse sentido que surge uma das primeiras propostas de categorização de *podcast*.

Medeiros (2006) propôs uma classificação dessa mídia em quatro modelos:

- 1) Metáfora possui características semelhantes a um programa de rádio de uma emissora convencional (*dial*), com os elementos característicos de um programa como: locutor/apresentador, blocos musicais, vinhetas, notícias, entrevistas etc;
- 2) Editado As emissoras de rádio editam os programas que foram veiculados na programação em tempo real, disponibilizando-os no seu site para serem ouvidos a posteriori pelo ouvinte que "perdeu a hora do programa";
- 3) Registro são também conhecidos como "audioblogs". Este modelo, segundo o autor, é o mais curioso e possui temas muito diversos;
- 4) Educacionais Através desse modelo de *podcast* é possível disponibilizar aulas, muitas vezes em forma de edições continuadas, semelhantes aos antigos fascículos de cursos de línguas que eram vendidos nas bancas de revistas.

Percebemos que os primeiros anos do *podcasting* no Brasil se caracterizam ou por serem produções amadoras de pessoas que investiam em interesses próprios, como diversão para seus programas – professores, interessados em tecnologia –, ou por serem considerados repositórios de emissoras radiofônicas, que disponibilizavam parte da programação sem que houvesse nenhuma adaptação ou complemento do material que foi primeiramente veiculado no *dial*.

O conteúdo que Medeiros (2006) classifica como "editado" é o que Negredo; Salaverria (2008) chamam de "shovelware". Para os autores espanhóis, trata-se de

publicar informação a granel, sem seleção nem adaptação ao suporte [...] Com a aparição de novos suportes de acesso, o *shovelware* também se estende aos sites de informação interativos em telefones móveis ou televisores que não são adequados às limitações do suporte e se limitam a replicar a página da web desenhada para a tela de um computador. (NEGREDO; SALAVERRIA, 2008, p. 58, tradução nossa)

Ou seja, esse modelo consiste na simples replicação da produção em sua integralidade: apenas um único conteúdo distribuído por diversas plataformas. Nestes

primeiros anos, a presença de mídias comerciais na podosfera era marcada apenas por reprodução dos áudios que iam ao ar na grade de programação das emissoras.

De acordo com Luiz (2014, p. 11), o ano de 2005 é marcado pelo que o autor chama de *podfade*, "o fim de vários podcasts no Brasil e no mundo pelas mais diversas razões". No entanto, ele aponta que novos *podcasts* surgiram em meados de 2006 e que essa mídia voltou a ter um crescimento especialmente a partir de 2008. Assim como as produções eram escassas, as produções acadêmicas sobre *podcasting* também eram pouco representativas no quesito quantidade. Essa situação não se limitava ao cenário brasileiro, como nos apresenta Bonini (2020). De acordo com o pesquisador italiano,

Contrariamente ao que poderíamos acreditar, o *podcasting* como objeto de estudos de mídia não recebeu tanta atenção, salvo por algumas notáveis e frequentemente citadas exceções. The Radio Journal, revista acadêmica dedicada a trabalhos sobre radiodifusão e mídia sonora, publicou apenas quatro artigos que tinham o *podcasting* como foco principal entre 2004 e 2014, enquanto três artigos foram publicados sobre *podcasting* na revista acadêmica americana Journal of Radio and Audio Media. Três outros artigos foram publicados na New Media & Society no mesmo período. (BONINI, 2020, p. 16)

No entanto, o cenário se altera a partir de 2014, principalmente devido ao lançamento da série norte-americana *Serial*. É a partir desse podcast – e do incontestável⁹⁷ sucesso que fez – que as pesquisas acadêmicas ganham impulso e é a partir dele também que novas produções sonoras nascem na podosfera. *Serial* consolida-se como fonte de inspiração tanto para pesquisadores quanto para produtores. Para Bonini (2020, p. 25), "*Serial* não foi apenas um dos maiores sucessos do rádio público narrativo, mas também representa um ponto de virada para a segunda era do *podcasting*: é o programa que fez esta tecnologia de distribuição se tornar *mainstream* e transformou-a num meio de massa".

Essa segunda era apresenta características que vão contribuir para a proposta de classificação de *podcasts* pelos pesquisadores, como veremos.

A segunda era e as classificações de podcasts

_

⁹⁷ Os episódios da primeira temporada foram distribuídos ao longo de 12 semanas e em tempo recorde já somavam 5 milhões de downloads. Em março de 2017, *Serial* contabilizava mais que 250 milhões de downloads de suas duas temporadas – 175 milhões só da primeira (KISCHINHEVSKY, 2018, p. 78).

Bonini (2020) acredita que o rádio público – pelo menos o norte-americano, ressalta o autor – teve um papel fundamental no impulsionamento das produções em *podcasting*, haja vista que o próprio *Serial* foi realizado e apresentado por Sarah Koening, ex-produtora do *This American Life*, um programa de rádio veiculado pela emissora pública norte-americana NPR.

Para o autor, o início da segunda era do *podcasting* marca a entrada da mídia no caminho para a profissionalização da produção e a normalização do consumo. "O *podcasting* entrou numa nova fase de sua evolução, em que começa a gerar um mercado não mais simplesmente complementar ao do rádio, mas um mercado alternativo" (BONINI, 2020, p. 15). Esse contexto nos dá pistas para pensar sobre o perfil que começam a se destacar: se antes predominava um amadorismo na criação de produções independentes que eram realizadas muitas vezes em momentos de lazer, a partir de 2014 entram em cena *podcasts* produzidos por profissionais com fins comerciais e lucrativos.

A partir do início dessa segunda era, o que vemos é um constante aumento no número de produções e de consumo de *podcasts* a cada ano. Em 2019, o Digital News Report do Reuters Institute for Journalism reforçou o crescimento do consumo de *podcasts* em todo o mundo com mais de 70 mil respondentes. No Brasil, 51% dos entrevistados afirmaram ouvir algum tipo de conteúdo sonoro em *podcast* (NEWMAN, 2019).

Em paralelo a isso, pesquisadores vêm tentando classificar os *podcasts* enquadrando-os ora em gêneros, ora em formatos. Ainda que sejam poucas as propostas, apontamos algumas que se destacam e que nos permitem refletir sobre o contexto em que foram sugeridas. Percebemos que a maioria delas está voltada especificamente para o jornalismo.

Kischinhevsky (2018), por exemplo, dispõe-se a explorar as conexões entre o podcasting e o jornalismo, propondo uma discussão teórica sobre o conceito de jornalismo narrativo voltado para o rádio, desdobrando-se para o que tem sido desenvolvido em podcasts. O autor propõe denominar como "radiojornalismo narrativo em podcasts" as produções que carregam a narrativa como eixo central do relato jornalístico. Para ele, essas produções são caracterizadas por uma apuração em profundidade, na qual o jornalista ouve amplamente as fontes e recorre à ilustração desses personagens várias vezes ao longo da produção; e ao fato de não haver uma restrição de tempo das sonoras utilizadas, como ocorre no radiojornalismo convencional. A maioria, ainda, retoma crimes ou envolvem investigações marcadas por controvérsias, sendo

sempre histórias verídicas que tiveram alguma cobertura da imprensa, mas não com a devida profundidade.

Além dessas pontuações, o radiojornalismo narrativo em *podcasts* pode trazer uma construção narrativa dos fatos relatados, com rica descrição de ambientes e situações. O uso da primeira pessoa é recorrente pelos apresentadores, que não se furtam a verbalizar suas dúvidas, impressões e opiniões, embora sempre tendo como pano de fundo valores implícitos relacionados ao jornalismo, como a busca pela verdade e pelo equilíbrio na representação de versões contraditórias dos fatos. (KISCHINHEVSKY, 2018, p. 79)

Esse enredo carrega consigo características próximas às reportagens, com uma apuração aprofundada e uma seleção criteriosa de fontes, aliadas a uma narrativa composta pela oralidade proveniente do rádio, apropriando-se da técnica do *storytelling* e proporcionando a aproximação do ouvinte com o tema tratado. A proposta de Kischinhevsky (2018) surge com base no êxito de *Serial* e a partir, principalmente, do *Caso Evandro*⁹⁸, *podcast* brasileiro inspirado no norte-americano que também desponta na podosfera como sucesso nacional.

Já Martinez-Costa; Gárate (2019, p. 320, tradução nossa) nos apresentam o que chamam de *podcasts daily news* – ou noticiosos diários. Trata-se de um perfil que tem frequência regular

Criado para distribuição multiplataforma sob demanda por uma marca de notícias de prestígio, cujo objetivo é expor e explicar tópicos diários atuais em um formato curto, entre 3 e 25 minutos. Nascido para contar as informações-chave do dia, vai além da saturação dos canais de notícias e distribuição, busca gerar conteúdo útil, diferenciado e complementar a outros serviços do meio, contando com os recursos de produção de todo o grupo empresarial.

Tais produções, segundo os autores, buscam criar e fidelizar novos públicos por meio de um serviço de fácil assinatura. Além disso, incorporam, em formato de áudio, a personalidade informativa do meio que o produz. Newman; Gallo (2019) também olham para os *daily news* e propõem a divisão em três subcategorias, sendo elas:

1) Micro-boletins – de 1 a 5 minutos, têm como objetivo fornecer um resumo rápido das notícias do dia;

⁹⁸ É produzido pelo Projeto Humanos e conta a história do menino Evandro Ramos Caetano, de apenas 6 anos de idade, que desapareceu no dia 06 de abril de 1992, na cidade de Guaratuba, no litoral do Paraná. Em maio de 2020, havia atingido a marca de 5 milhões de downloads. Disponível em: https://bit.ly/3xDrIqH. Acesso em: 19 jun. 2021.

- 2) Resumo de notícias de 6 a 15 minutos, são *podcasts* mais longos que têm como objetivo informar as pessoas em determinados momentos do dia com uma breve atualização;
- 3) Análise aprofundada geralmente com foco em um assunto específico, apresenta 20 minutos ou mais de duração.

As propostas tanto de Martinez-Costa; Gárate (2019) quanto de Newman; Gallo (2019) surgem em um momento em que há aumento na produção de *podcasts* noticiosos, impulsionados principalmente pelo sucesso de *The Daily*, podcast diário de notícias do The New York Times lançado em 2017. No Brasil, o lançamento de *Café da Manhã*, do grupo Folha de São Paulo, do *O Assunto*, do grupo Globo, entre outros, marca a entrada dos *daily news* brasileiros na podosfera.

Ainda seguindo a linha de *podcasts* jornalísticos, Bufarah (2021) apresenta uma proposta de classificação para essas produções com base nos conceitos de radiojornalismo e gêneros radiofônicos. A sugestão do autor possui uma abordagem geral e está próxima de uma sistematização catalográfica, composta por onze tópicos⁹⁹. Nos interessa especificamente o denominado "recursos narrativos", que propõe classificar os *podcasts* com base nos gêneros de seus conteúdos. Sendo assim, os conteúdos dos *podcasts* poderiam assumir os seguintes formatos:

- ✓ Gênero informativo formatos: notas, notícias, flash, manchete, boletim, reportagem, entrevista;
- ✓ Gênero opinativo formatos: editorial, comentário, resenha, crônica, testemunhal, debate, painel, charge eletrônica, participação de ouvintes, rádio-conselho;
- ✓ Gênero interpretativo formatos: coberturas especiais, perfil, biografia, documentários, divulgação técnico-científica, enquete;
- ✓ Gênero utilitário formatos: previsão do tempo, trânsito, agenda cultural (roteiro), serviço e utilidade pública, cotação, necrologia, indicadores;
- ✓ Gênero diversional formatos: história de vida, *feature* radiofônico ou história de interesse humano, e *fait divers* radiofônicos.

Até aqui, apresentamos quatorze categorias diferentes nas quais essas produções podem se enquadrar. Ao passo em que a produção e popularização de *podcasts* vão aumentando, esse formato vai se tornando cada vez mais plural e assumindo formas híbridas e variadas. É diante disso que Berry (2020) se propõe a olhar apenas para o que seria a "parte comum" entre tais produções. Assim, o autor inglês apresenta uma proposta experimental sobre a classificação dos formatos de *podcast* com base minimalista.

-

⁹⁹ Dados gerais; Aspectos formais; Recursos de produção; Variáveis temáticas; Recursos narrativos; Quanto ao formato; Quanto ao tempo; Autoria; Finalidade; Periodicidade; e Interatividade.

Berry (2020) sugere olhar, então, para três principais tipologias – conversa, narrativa e ficção – e tenta explorar o que consta no "DNA" da produção: "ao criar a menor estrutura possível, podemos pensar no que realmente está acontecendo. Estamos conversando (entre pessoas gravadas ou entre ouvinte e *podcaster*)? Estamos contando uma história e conduzindo o ouvinte através de uma narrativa? Ou estamos em um mundo fictício?" (BERRY, s/p, 2020, tradução nossa). Assim, sua proposta de classificação seria composta por:

- ✓ Conversa pode ser composta por entrevistas sobre um ou mais assuntos, bate-papos, ou seja, as diferentes formas de se ter uma conversa;
- ✓ Narrativa produções com estrutura narrativa, seja um documentário de vários episódios, um podcast de notícias que explora um tópico ou uma única voz contando uma história;

Além delas, há também a categoria ficção que, segundo o autor, foi separada das demais por possuir características muito particulares, ainda que ele não tenha apontado detalhes sobre elas. Cabe destacar que essas três classificações, como o próprio autor aponta, são muito amplas e podem ser aplicadas em qualquer *podcast*.

Por outro lado, Martins; Fraga (2021, p. 4-5) apresentam uma proposta especificamente atrelada às produções televisivas. Os autores veem nessas redes intermídias uma estratégia mercadológica que aposta no *podcast* como uma forma de ampliar a relação com a audiência televisiva. Dessa forma, *podcasts* que nascem a partir de programas de televisão poderiam ser classificados da seguinte maneira:

- a) Replicação/remediação simples: *podcasts* institucionais que reproduzem conteúdos televisivos com pouca ou nenhuma alteração. O áudio é uma mera transposição de trechos ou da totalidade de emissões televisivas. Exemplos: *Que história é essa, Porchat?*, *Conversa com Bial, Papo de Segunda* etc.
- b) Expansão: *podcasts* institucionais que expandem e/ou aprofundam o conteúdo televisivo, potencialmente acenando como estratégias transmídia, alimentando a discussão em torno das emissões televisivas e estendendo a experiência do público com os programas e seus respectivos universos. Exemplos: *podcasts* do Gshow (*BBB tá On, Novela das 9, Isso é Fantástico*), do R7 (*A Fazenda 12*) etc.
- c) Crítica e análise televisiva: produtos realizados por outras empresas ou iniciativas amadoras. Exemplos: *podcasts* de empresas jornalísticas (*UOL Vê TV*, *Noveleiros*) ou independentes (*TV Ao Cubo*, *Novelíssimas*, *Matei Odete* etc).
- d) Circulação de profissionais: *podcasts* que aproveitam profissionais da TV como agregadores de público e credibilidade conquistados por sua atuação televisiva. Exemplos: *O Assunto, Papo de Política, Bem Estar* etc.
- e) Migração áudio-TV: *podcasts* que dão origem ou inspiram produções televisivas. Exemplo: *Caso Evandro*.
- f) Migração definitiva TV-áudio: produtos originalmente televisivos que deixaram a TV e passaram a ser produzidos exclusivamente em áudio. Exemplo: *Fora de Hora*.

g) Produção nativa do *streaming: podcasts* próprios de plataformas de *streaming* originalmente televisivos que incorporaram *streaming* de áudio. Exemplos: *Pega Essa Ref, Astrológicas, Atenção, Passageiros, Fala, Emancipade* e outras produções do Globoplay.

A proposta dos autores surge cerca de 4 meses após a Rede Globo promover, em 21 de janeiro de 2021, um evento online intitulado *Audioday* que anunciou novidades para os fãs de *podcasts*, incluindo a disponibilização dos áudios na plataforma Globo Play.

Eixos estruturais da produção de podcasts no Brasil

Os estudos realizados ao longo da história dos *podcasts* no Brasil privilegiam a busca pelas especificidades dos formatos como uma necessidade de ampliar as caracterizações do que são os produtos. Viana (2020) demonstra isso ao buscar alinhar como a mídia foi conceituada dentro e fora da noção de linguagem radiofônica nas últimas décadas. Por outro lado, a preocupação externada por Berry em entrevista na revista Radiofonias¹⁰⁰, sobre a necessidade de buscarmos ampliar e aprofundar as especificidades, é uma das motivações pela busca da observação sistemática sobre o que chamamos aqui de eixos estruturais da produção de podcasts no Brasil.

Seguindo as propostas de classificação, citadas anteriormente por Medeiros (2006), Kischinhevsky (2018), Martinez-Costa; Gárate (2019), Newman; Gallo (2019), Berry (2020), Bufarah (2021) e Martins; Fraga (2021), optamos por realizar uma observação sistemática dos 50 *podcasts* mais ouvidos no Spotify, Google Podcasts e Apple Podcasts. A escolha das plataformas segue a pesquisa divulgada pelo Ibope Inteligência que aponta os três agregadores como os mais utilizados – depois do Youtube – pelos brasileiros consumidores de áudio.

A escolha da observação sistemática como método permite, segundo Wolf (2009), um olhar voltado a práticas sociais e suas produções culturais a partir de dados e análises prévias, coletados no ambiente de estudo. Praticamos, desta forma, um levantamento buscando olhar para as estruturas narrativas sem nos atermos nas temáticas, nos assuntos, gêneros e formatos. Segundo Triviños (1987), "observar, naturalmente, não é simplesmente olhar", mas sim destacar um conjunto de ações inseridas em contradições,

 $^{^{100}}$ Disponível em: https://bit.ly/3cVMLwB. Acesso em: 19 jun. 2021.

dinamismos, significados, atividades e outros aspectos precisam ser agrupados para a busca de aspectos nas suas aparências.

Por fim, segundo Gil (2008), a utilização da observação sistemática nas ciências sociais também permite uma descrição precisa dos fenômenos observados e o teste de hipóteses a partir de aspectos ou pontos que são significativos para o trabalho do/a pesquisador/a. Dessa forma, a observação cruzou as diferentes propostas de classificação utilizadas na pesquisa teórica com o objetivo de perceber permanências, ausências e possibilidades de aprofundar os estudos para além da aproximação com a ideia de gêneros e formatos do rádio (BARBOSA FILHO, 2003).

Percebemos, ao longo da pesquisa, fronteiras em constante mutação, nas quais características que definem um episódio como narrativo muitas vezes se misturam com debates, entrevistas e outras estratégias de aproximação com o ouvinte. *Podcasts* como *Mamilos, Supervulgar, Medo e Delírio em Brasília, Respondendo em Voz Alta, Nós, Não Inviabilize, Os Sócios Podcast*, entre outros, fogem à lógica de compartimentos únicos ou de inserção em formatos ou gêneros específicos até então trabalhados na bibliografia da área, já que oscilam por entre as categorias propostas. Assim, o olhar voltado para as estruturas foge ao debate de caixas ou categorias prévias, mas identifica características gerais que podem transitar e expressar uma linguagem em constante mutação e adaptação pelos produtores (FERNÁNDEZ, 2008).

A partir da observação, foi possível encontrar as seguintes estruturas que predominam ou estão presentes nos *podcasts* inseridos entre os mais ouvidos no Brasil:

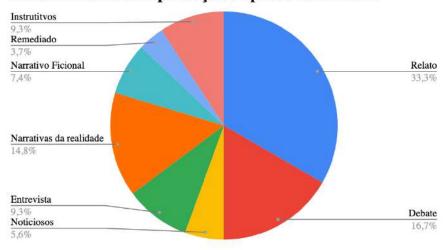
- I. Relato: Crônica ou narração particular, voltada diretamente ao ouvinte, realizada por uma ou mais vozes, buscando promover uma reflexão sobre informações de interesse pessoal em temáticas de nicho.
- II. Debate: Predomina a troca ou exposição de ideias entre participantes com ou sem convidados externos com a ancoragem de um "apresentador" ou "host". Nesta estrutura, os participantes dialogam e interagem entre si, muitas vezes direcionando sua fala um para o outro.
- III. Narrativas da realidade: Conta uma história real utilizando personagens com enredo marcado por conflitos e arcos narrativos. Dentre ele, estão as produções caracterizadas por uma apuração em profundidade, na qual o jornalista ouve amplamente as fontes e recorre à ilustração desses personagens várias vezes ao longo da produção (KISCHINHEVSKY, 2018).
- IV. Entrevista: Realizada pelo/a *host* do *podcast* com direcionamento de perguntas a um ou mais convidados com a finalidade de entender sobre um assunto específico. Diferenciase do Debate pois raramente há interação direta ou diálogo entre os entrevistados quando há mais de um no programa –, o/a *host* é sempre o mediador.
- V. Instrutivo: *Podcast* de caráter instrutivo que tem como objetivo desenvolver, aperfeiçoar ou exercitar algo de interesse do ouvinte. Possui estrutura semelhante a uma aula ou a um curso.

- VI. Narrativas Ficcionais: Conta uma história ficcional utilizando personagens, enredo(s) marcado(s) por conflitos e arcos narrativos.
- VII. Noticiosos: Os *podcasts* noticiosos podem ser diários, como os *daily news* definidos segundo Martinez Costa; Gárate (2019, p. 320) como produtos criados "para distribuição multiplataforma sob demanda por uma marca de notícias de prestígio, cujo objetivo é expor e explicar tópicos diários atuais em um formato curto, entre 3 e 25 minutos", ou então com frequências diferentes desta, como os semanais de análise. Ainda seguimos a microdivisão de Newman; Gallo (2019) que identificam três subcategorias: a) Microboletins de 1 a 5 minutos, têm como objetivo fornecer um resumo rápido das notícias do dia; b) Resumo de notícias de 6 a 15 minutos, são *podcasts* mais longos que têm como objetivo informar as pessoas em determinados momentos do dia com uma breve atualização; c) Análise aprofundada geralmente com foco em um assunto específico, apresenta 20 minutos ou mais de duração.
- VIII. Remediado: Produtos oriundos de outras mídias (rádio, TV e internet), inseridos na podosfera em forma de repositórios. A compreensão sobre os *podcasts* remediados também se aproxima com a ideia do que Negredo; Salaverria (2008) chamam de *shovelware* enquanto publicações sem adaptação ao suporte.

Os dados de análise que permitiram observar esse conjunto de características demonstram uma ascensão de relatos voltados para interesses muito particulares, conduzidos em sua maioria por uma única pessoa que orienta ou destaca determinados assuntos. Definido aqui como Relato, essa estrutura está presente em 33,3% dos *podcasts* presentes na lista das plataformas observadas e conduzem produtos que vão do *Horóscopo Diário*, até aconselhamentos religiosos como *Juntos em Adoração*, ou então crônicas como *Jout Jout de Saia* e de autoajuda com o *Autoconsciente*.

A estrutura do Relato permite perceber uma preferência dos ouvintes que seguem a característica de intimidade e proximidade da linguagem sonora e, consequentemente, do *podcast*. Por outro lado, ainda que tenhamos casos em que formatos como editorial, comentário, resenha, crônica, testemunhal podem se aproximar dessa estrutura, não necessariamente convergem para um gênero opinativo ou algo semelhante. A reflexão praticada sobre temáticas de nicho também demonstra uma alteração de preferência dos tradicionais Debates (16,7%) para os relatos.

Eixos estruturais da produção de podcasts no Brasil



Fonte: elaboração própria

Em segundo lugar na preferência dos ouvintes brasileiros, o Debate – onde predomina a troca ou exposição de ideias entre participantes com ou sem convidados externos – aparece em 16,7% das produções levantadas. Exemplos da importância de se pensar em eixos estruturais em detrimento da rigidez dos gêneros e formatos estão presentes em *podcasts* como *Mamilos*: nele, predomina o debate, mas também são utilizadas outras estruturas, como a entrevista e a narração dos fatos que abre os episódios. Essa mistura também está presente em exemplos como *NerdCast*, *Inteligência Ltda.*, *Jota Jota Podcast* ou *Filhos da Grávida de Taubaté*.

Outras estruturas são as Narrativas da Realidade (14,8%) e as Narrativas Ficcionais (7,4%). A diferença nesses casos se dá não somente pelas estruturas, mas também pelas formas de direcionamento dos conteúdos. No caso do jornalismo, a especificidade está na aproximação ou reconstrução da realidade com as características destacadas por Kischinhevsky (2018), além de casos em que o arco narrativo é exposto ao contar histórias de pessoas comuns, personagens históricos ou até mesmo situações do dia a dia. Isso pode ser exposto em podcast como *Nós* ou então *Medo e Delírio em Brasília*. Por fim, as Narrativas Ficcionais seguem a proposição de Berry (2020) e são utilizadas em estruturas que vão de audiolivros e radionovelas baseados na ficção, até podcasts como *Respondendo em Voz Alta* e *Mução*.

Uma estrutura vista em estudos anteriores (CHAGAS; VIANA, 2019) é a de Instrução (9,4%), que engloba, em sua maioria, *podcasts* educativos e outros que exploram questões como aperfeiçoamento pessoal. Frequentemente, os episódios

possuem uma pessoa que faz a mediação do conhecimento, propondo questões, exercícios, conselhos ou dicas sobre determinados temas, costumam se apresentar com uma estrutura semelhante a uma aula ou a um curso.

A Entrevista (9,3%) é também uma das estruturas preferidas pelos ouvintes pela possibilidade de exposição e direcionamento de perguntas aos entrevistados sobre suas temáticas, sendo estes convidados exclusivos ou que dividem o momento com outros. A diferença dos Debates é que geralmente não há interação direta entre os entrevistados, há a mediação direta do apresentador/host. Em muitos casos, a entrevista ocorre com até mais de um convidado, mas com temporalidades diferentes. Produções como *Prazer*, *Renata*, *JesusCopy* e *Os Sócios Podcast* são exemplos que utilizam dessa base para criar intimidade com o ouvinte e inserir cotidianos, histórias e personagens na produção.

Os *podcasts* Noticiosos (5,6%) possuem características temporais marcadas, já que possuem frequência rigidamente estabelecida, já que raramente são encontrados em periodicidades diferentes do diário ou semanal. Os *daily news* como O *Assunto*, *Resumão Diário*, *Café da Manhã*, *Estadão Notícias* e *Panorama CBN* são exemplos de produções com estrutura noticiosa. A síntese noticiosa por meio de boletins rápidos ou então os resumos da semana são outras opções de apresentação das notícias como parte da preferência dos ouvintes nos produtos analisados.

Por fim, a transposição de conteúdos radiofônicos, televisivos e oriundos da internet tal qual são veiculados se inserem na condição de Remediados (3,8%), como já apontavam Martins; Fraga (2021) sobre as produções exclusivas da televisão. Em alguns casos como *Flow Podcast*, a transmissão primeiro ocorre nos canais do Youtube, Twitch e Facebook e depois se transforma em *podcast*. Não há edições específicas de abertura ou finalização. O produto é replicado de forma simples, como também ocorre com o *Pingo nos Is*, da Jovem Pan, *CBN Brasil*, ou o *Quinta Misteriosa*.

Considerações finais: o que dizem as estruturas?

O panorama histórico realizado nos permite vislumbrar como as propostas de categorizações são estabelecidas dentro de contextos específicos ao longo da história do *podcasting*. Dessa forma, nos propomos a olhar para o atual cenário, marcado pela expansão dessas produções, com o objetivo de refletirmos sobre como os *podcasts* se organizam e se estruturam.

A partir da observação sistemática dos 50 podcasts mais ouvidos do Spotify, Google Podcasts e Apple Podcasts, encontramos a predominância de algumas estruturas, e são elas que propomos como uma outra forma de categorização. Assim, os eixos estruturais, ou estruturas da produção de *podcasts*, são: I) Relato; II) Debate; III) Narrativas da realidade; IV) Entrevista; V) Instrutivo; VI) Narrativas Ficcionais; VII) Noticiosos; VIII) Remediados.

Esses dados demonstram a pluralidade nas produções brasileiras e a necessidade de pensar nas especificidades e características que marcam os estudos em *podcast*. Se antes predominavam os *podcasts* de debate, instrutivo e remediado, o cenário atual apresenta mais diversidade nas estruturas. Isso, por um lado, nos faz acreditar que tem havido mais experimentações no âmbito da produção e, por outro, que essa busca é parte de uma caminhada para a construção de uma gramática própria, ainda que partindo de modelos já utilizados pelo rádio tradicional.

Os eixos estruturais nos ajudam a compreender melhor os componentes dos *podcasts* para além dos gêneros e formatos, já que estes dois, quando especificamente relacionados a esta mídia, estão em constante mutação e experimentação. O *podcast* tem se assumido como um produto híbrido e fluido, mas que mantém e reforça em seu cerne a relação de intimidade e informalidade com o ouvinte. Por mais que essa mídia se apresente como um produto do rádio expandido, acreditamos que é preciso pensar em estruturas gerais que abriguem os mais variados conteúdos sem que haja apropriação direta dos gêneros e formatos radiofônicos.

Por fim, estudar as formas com que se organizam é fundamental para que possamos refletir sobre algumas peculiaridades intrínsecas aos *podcasts*, já que cada vez mais essas produções se consolidam como uma prática autônoma à do rádio.

Referências

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**. São Paulo: Paulinas, 2003. BERRY, Richard. **Mapping podcasts.** Radio & Podcast Academic, Sunderland (UK), 28 de dezembro de 2019. Disponível em: https://bit.ly/3iQ72aN Acesso em: 19 jun. 2021. BERRY, Richard. **There are just 3 types of podcast.** Radio & Podcast Academic, Sunderland (UK), 29 de julho de 2020. Disponível em: https://bit.ly/3iQQwaj. BONINI, Tiziano. A "segunda era" do *podcasting*: reenquadrando o *podcasting* como um novo meio digital massivo. Tradução: Marcelo Kischinhevsky. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 13-32, jan./abr. 2020. BUFARAH, Álvaro. **Proposta de classificação de** *podcasts* **jornalísticos na internet brasileira.** Anais do 43° Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Virtual, 1 a 10 de dezembro de 2020.

CHAGAS, Luãn José Vaz; VIANA, Luana. O legado de Roquette-Pinto e a produção dos podcasts com viés educativo. **Revista Extraprensa**, 13(1), 40-55, 2019.

FERNÁNDEZ, José Luis. La construcción de lo radiofónico. Buenos Aires: La Crujía, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERSCHMANN, Micael; KISCHINHEVSKY, Marcelo. A "geração *podcasting*" e os novos usos do rádio na sociedade do espetáculo e do entretenimento. **Revista Famecos**, n. 37, dez., p. 101-106, 2008.

JÁUREGUI, Carlos; VIANA, Luana. Relatos sonoros de um crime: o Caso Evandro pela ótica do True Crime. In: **Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Vol. 19, 2021.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio em episódios, via internet: aproximações entre o podcasting e o conceito de jornalismo narrativo. **Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**, Santiago de Compostela, v. 5, n. 10, p. 74-81, 2018. KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais:** mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, v. 1. 152 p., 2016.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermidiático:** tendências e perspectivas do jornalismo de rádio *all news* brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. Covilhã: UBI/LabCom Books, 2010.

LOPEZ, Debora Cristina; VIANA, Luana; AVELAR, Kamila. Imersividade como estratégia narrativa em podcasts investigativos: pistas para um radiojornalismo transmídia em *In The Dark*. **Anais do XXVII Encontro Anual da Compós**, Belo Horizonte, 5 a 8 de junho de 2018.

LUIZ, Lucio. **Reflexões sobre o** *podcast*. 1ª ed. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2014.

MARTÍNEZ-COSTA, María Pilas; GÁRATE, Eva Lus. El éxito de los podcasts de noticias y su impacto em los medios de comunicación digital. Miguel Hernández Communication Journal, nº 10 (2), p. 323 a 340, 2019.

MARTINS, Rafael; FRAGA, Kátia. Dinâmicas intermidiáticas entre o *podcast* e a televisão no mercado brasileiro. **Anais do IV Simpósio Nacional do Rádio**, Universidade Federal de Mato Grosso, 5 a 7 de maio de 2021.

MEDEIROS, Macello Santos de. *Podcasting*: um antípoda radiofônico. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade de Brasília, 4 a 9 de setembro de 2006.

NEGREDO, Samuel; SALAVERRIA, Ramón. **Periodismo integrado:** convergencia de medios y reorganización de redacciones. Barcelona: Sol90 Media, 2008.

NEWMAN, Nick; GALLO, Nathan. **News podcasts and the opportunities for publishers**. Reuters Institute e University of Oxford, 2019. Disponível em: https://bit.ly/3gEE6Rj Acesso em: 6 jun. 20201.

NEWMAN, Nick. Podcasts: who, why, what and where? In: Newman, N.; Fletcher, R.; Kalogeropoulos, A., & Nielsen, R. K (orgs.). **Reuters Institute Digital News Report 2019.** Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, p. 60-62, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VIANA, Luana. Estudos sobre *podcast*: um panorama do estado da arte em pesquisas brasileiras de rádio e mídia sonora. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 3, p. 1-16, dez./mar. 2020.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2009.

O uso de recursos de storytelling no podcast Praia dos Ossos 101

Diana Kelly Farias de Campos¹⁰²
Juliana Oliveira dos Anjos¹⁰³
Yasmim Ribeiro dos Santos¹⁰⁴
Mariana Ferraz Musse¹⁰⁵

Introdução

A produção de conteúdo em formato de áudio vem sofrendo modificações e se adaptando a novas tendências da tecnologia e do comportamento de consumo. Em processo de convergência de mídia e transformações digitais a partir de um desdobramento do rádio, o *podcast* surge como uma nova possibilidade de criação, produção e divulgação de um conteúdo, seja jornalístico ou de entretenimento.

Essa convergência de mídias seria, segundo Jenkins (2006), o fluxo de conteúdos por outras plataformas de mídia, definindo as transformações tecnológicas, de mercado, além dos comportamentos sociais e culturais. A dinamização e as modificações na forma como o produto e os conteúdos são consumidos pelo público influenciam e impactam o mercado. Neste sentido, a construção de nichos é um fator importante a ser pontuado quando pensamos no cenário de consumo de *podcasts*, já que ele atende a nichos distintos, respeitando as especificidades de cada público. Esse novo modelo de consumo se relaciona com a teoria de Anderson (2006), a "cauda longa" do mercado, que possibilita que produtos sejam notáveis em seu nicho específico, sem necessariamente produzir em massa. "Esses nichos são um vasto território ainda não mapeado, com enorme variedade de produtos, cuja oferta até então era antieconômica" (ANDERSON, 2006, p. 11).

O *podcast* se destaca na segmentação dos temas, já que é possível criar e desenvolver um produto sobre qualquer assunto, sem ter obrigatoriedade para a produção

¹⁰¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Sonora, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia. Trabalho Concorrente ao 6º Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia.

¹⁰² Estudante de Graduação do 7º período de Jornalismo da ESPM-RJ. E-mail: camposkdiana@gmail.com

Estudante de Graduação do 7º período de Jornalismo da ESPM-RJ. E-mail: jolianjos@gmail.com
 Estudante de Graduação do 7º período de Jornalismo da ESPM-RJ. E-m

yasmim.jornalismo@gmail.com

Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação e Professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ). E-mail: mariana.musse@espm.br

de um segmento geral que possa ser consumido pela massa. Mas todos os produtores de *podcasts*, independente do tema, são convidados a explorar as técnicas de *storytelling* para contar sua história e atrair o ouvinte ao seu conteúdo. Domingos (2008, p. 97) explica que *storytelling* é a antiga arte de transmitir fatos, reais ou ficcionais, em diferentes tipos de suporte, de modo verbal ou não, a fim de emocionar e informar grandes públicos. Este trabalho vai observar quais e como os recursos de *storytelling* foram utilizados no programa da Rádio Novelo, *Praia dos Ossos*. Em nossa análise, nos aprofundamos no uso de arquivos, narração, entrevistas e recursos sonoros. Esses elementos foram capazes de construir uma narrativa que aprofundou os ouvintes nos acontecimentos envolvendo o assassinato de Ângela Diniz por Doca Street em 1976.

Do rádio ao podcast

A história do conteúdo em áudio original teve início em 1831, com a descoberta da indução magnética por Michael Faraday, e em 1887, quando Henrich Rudolph Hertz descobriu que era possível criar faíscas que atravessassem o ar, princípio que é utilizado pelos meios de comunicação. No Brasil, a primeira transmissão de rádio ocorreu em 1922, em comemoração aos 100 anos da Independência. O rádio passa a ser uma forma de divulgação de notícias e de entretenimento, permitindo que diversas pessoas tivessem acesso à informação sem precisar ler, levando em consideração que, na década de 1920, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 65%, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000.

No entanto, o consumo em massa, na década de 1960, foi reduzido a partir do surgimento da televisão, através da "radiodifusão", a passagem do consumo de rádio para o televisivo. LEAL (2009, p. 2) explica que é preciso entender o rádio e a televisão como um conjunto, já que o rádio influenciou e forneceu bases necessárias para sustentar a construção da televisão.

A partir da convergência de mídias e da digitalização do rádio, hoje o *podcast* é considerado um possível desdobramento do processo de convergência de mídias e transformações digitais, conceito abordado por Jenkins (2006). Para o autor, conteúdos de plataformas midiáticas distintas colaboram entre si por diversos mercados midiáticos e acompanham o comportamento do público pelos meios de comunicação, buscando a experiência que desejam.

Anderson (2006), físico e escritor norte-americano, defende, no livro "A cauda longa", que a tecnologia influencia a mudança de comportamento do consumidor, transformando o mercado de consumo de massa em nichos segmentados. O autor explica que a partir da chegada da internet houve uma queda no custo de acesso a produtos e conteúdos, o que permitiu a chegada deste novo modelo de mercado.

Essas mudanças na produção permitiram o surgimento de novos modelos de convergência de mídia, dentre eles o *podcast*. Segundo Salemme (2018, p. 14), o formato do *podcast* está diretamente relacionado a essas mudanças de consumo de áudio. A expansão do conteúdo sonoro para além das ondas hertzianas do rádio, de acordo com a autora, quebrou a barreira do tempo imposta pela instantaneidade do rádio e permitiu ao ouvinte ter a gerência do áudio para ouvir quando e onde quiser.

Formatos de podcast e narrativa transmídia

O e-book *Como fazer um podcast* (2020) afirma que um *podcast* pode possuir formatos distintos e indica quatro principais: individual¹⁰⁶, bate-papo¹⁰⁷, entrevista¹⁰⁸ ou ficção¹⁰⁹. Independente do formato, todos os *podcasts* jornalísticos têm como objetivo informar o ouvinte.

Já na divulgação de conteúdo, muitos programas não se restringem apenas às plataformas de áudio, como o Spotify, e se expandem para sites e redes sociais, em que é possível encontrar fotos, outras informações e conteúdos complementares ao podcast. O *Caso Evandro*, *podcast* do Projeto Humanos, é um exemplo de divulgação de conteúdo de forma complementar, já que se expande também em formato de série na plataforma Globoplay, além das plataformas de *streaming*. Trata-se do modelo de narrativa transmídia (JENKINS, 2006), em que o conteúdo é divulgado de maneira única e complementar em diferentes plataformas digitais.

¹⁰⁷ Formato Bate papo: Dois ou mais âncoras apresentam o programa. O formato conversado traz leveza e mais pontos de vista, porém é preciso cuidar para não perder o foco.

¹⁰⁸ Formato Entrevista: O apresentador conduz uma ou mais entrevistas ao longo do programa. É uma ótima oportunidade para aprofundar temas e acaba por ser mais fácil de editar em comparação com o formato de mesa-redonda.

¹⁰⁶ Formato Individual: Neste formato, há apenas um âncora no comando. É uma boa oportunidade para gerar uma conexão profunda com a audiência, mas por outro lado, também é preciso segurança e domínio sobre o conteúdo.

¹⁰⁹ Formato de Ficção: Um ou mais apresentadores contam histórias reais ou ficcionais. Com a devida criatividade, roteiro e efeitos de voz e som, é fácil de viciar-se neste formato enquanto ouvinte.

A partir da integração de conteúdo por mídias distintas, entende-se que o conteúdo possa ser consumido de diferentes maneiras e possa ser complementado à medida que se é entendido a partir das particularidades e formatos de outras plataformas. Por este motivo, é possível identificar cada vez mais produtores que utilizam estas multiplataformas para diversificação de conteúdo, para atrair e engajar o público de nicho de cada uma.

Para engajar seus ouvintes, os *podcasts* utilizam igualmente técnicas de *storytelling*, prática de contar histórias de forma a emocionar o receptor (DOMINGOS, 2008). Esse formato é comum também em *podcasts* não-ficcionais, segundo Barbosa (2015). Para construir um episódio, os produtores utilizam pesquisas extensas, entrevistas, gravações de acervo, efeitos sonoros, música, narrações, tudo isso com o objetivo de se aprofundarem no tema e fazer com que o ouvinte seja imerso no assunto.

O *storytelling*, além disso, se relaciona com o conceito de "*new journalism*", também conhecido como jornalismo literário, defendido e muito utilizado por Tom Wolfe, em que, segundo Palacios; Terenzzo (2016), consiste na junção da narrativa jornalística com a literária, humanizando os fatos reais. Essa também é uma defesa da prática do *storytelling*, técnica de tornar a história interessante e convidativa, através do apelo aos sentidos e emoções (LÓPEZ, 2007).

Um tipo de programa que utiliza *storytelling* e é popular na plataforma Spotify é o sobre crimes reais. A demanda por este tipo de assunto aumentou tanto que a plataforma disponibiliza uma seção apenas destinada ao gênero, que conta com cerca de 100 programas. Um dos grandes destaques no Brasil é o *Praia dos Ossos*.

Podcasts jornalísticos

Os *podcasts* abordam diferentes temas e são destinados a diferentes nichos. Dentre os gêneros deste novo modelo em áudio, surgiram também os programas de conteúdo jornalístico, em que jornalistas transmitem informações a partir deste formato, modificando a linguagem para atender à demanda do consumidor.

Segundo Erbolato (1986, p. 196), o jornalismo é uma profissão que envolve atividades que visam levar informação ao público, pois "compreende desde a pesquisa de um fato até a produção e edição do texto, incluindo as ilustrações quando for o caso". A partir desta análise, é possível entender que o jornalista deve realizar a apuração e levar a informação para o seu público, independentemente de onde ele esteja. Tradicionalmente,

o jornalismo acompanha a trajetória e as modificações dos meios de comunicação no país. Onofre (2016) defende que essas modificações fazem parte da comunicação na Web 2.0, que se estende para um indefinido número de potenciais receptores do conteúdo. Acaba sendo dever do jornalista se adequar aos novos formatos e entender a nova linguagem, sem perder a essência da responsabilidade da profissão: informação de qualidade.

Com o *podcast* não é diferente. As empresas jornalísticas tiveram que se adaptar a este novo formato, entendendo de que forma poderiam compartilhar informação e como este conteúdo passa a ser consumido pelos ouvintes, especialmente a partir da intensificação do consumo via *smartphones*. Para Paulinio; Jerónimo; Empinotti (2019, p. 38) por meio dos aparelhos celulares é possível não apenas produzir conteúdos a qualquer momento, mas consumir também, o que altera o comportamento dos usuários. Trata-se de uma tendência a qual o jornalismo digital deve se adaptar e se reinventar para atrair ouvintes, mas mantendo a essência do jornalismo, com informações relevantes, verdadeiras e de qualidade.

Podcast Praia dos Ossos

O *podcast Praia dos Ossos* foi publicado em 2020 pela Rádio Novelo¹¹⁰, uma produtora de *podcasts* do Rio de Janeiro, criada em 2019. O programa, apresentado e idealizado por Branca Vianna, conta com oito episódios e mais três episódios bônus que detalham a história por trás do assassinato de Ângela Diniz, no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1976.

Após terminar o seu relacionamento com Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como Doca Street, Ângela foi morta por ele com quatro tiros numa casa na Praia dos Ossos, em Búzios. Na época do crime, buscaram culpabilizar Ângela pela própria morte, ressaltando características que pudessem justificar o merecimento de sua morte, como envolvimento com a polícia, uso de drogas e traições. Dessa forma, Doca passou a ser, aos olhos de alguns, o inocente da história.

Além da temática instigante, *Praia dos Ossos* utiliza técnicas de *storytelling* para apresentar a história de forma envolvente ao ouvinte. "O *storytelling* voltado para o jornalismo recorre aos sentimentos e emoções de quem consome a informação, acionados

-

Alguns dos outros podcasts produzidos pela Rádio Novelo são: *Vidas Negras, Boletos Pagos com Nath Finanças, Foro de Teresina, Momento da Decisão* e *Retrato Narrado*. Disponível em: https://www.radionovelo.com.br/.

pela humanização do relato e pela forma como os personagens são representados" (VIANA, 2020, p. 7). Segundo a autora, esse tipo de narrativa aproxima o público-alvo e o sensibiliza sobre o conteúdo transmitido.

Para complementação da experiencia do ouvinte e sensibilização sobre o tema, o podcast utiliza igualmente o modelo transmídia na narrativa. Além da história narrada, no site da Radio Novelo é possível encontrar elementos que aperfeiçoam e acrescentam a vivência do receptor na história, especialmente com o uso de fotos da época. Para cada episódio é possível encontrar fotos que fazem referência aos acontecimentos e a pessoas citadas naquele episódio específico, como fotos da praia de Búzios, momentos antes do assassinato, fotos da casa do crime, fotos de Ângela Diniz, do julgamento, de Doca Street, e outras imagens que auxiliam na narrativa e na compreensão dos fatos citados.

Além disso, a Rádio Novelo disponibiliza fotos de *making off*, da apresentadora entrevistando as personagens, do roteiro do programa e do modelo de organização do *podcast*. Também é possível encontrar curiosidades sobre os bastidores do programa. Segundo dados do site oficial do *podcast*, para a produção dos episódios, foram utilizadas mais de 50 entrevistas, 80 horas de material gravado, e milhares de páginas de bibliografia.

Praia dos Ossos e narrativas de storytelling

Para a construção de uma narrativa, Barbosa (2015) reforça a necessidade de se aprofundar no tema, com recursos de *storytelling* para imersão do receptor na história, através de entrevistas, gravações de acervo, efeitos sonoros, narrações e músicas. Em nossa análise, buscaremos encontrar o uso dos seguintes recursos: uso de arquivo, conhecido também como gravação de acervo, a narração, a sonorização, analisando os efeitos sonoros e a musicalidade dos episódios, e o uso de entrevistas ao longo da narrativa sonora de *Praia dos Ossos*. A utilização desses recursos traz maior dramatização dos fatos, colaborando para que a história se torne emocionante e que o ouvinte esteja imerso nos acontecimentos contados.

Uso de arquivo

Ao longo de oito episódios, o *podcast Praia dos Ossos* utiliza elementos que ajudam na composição da história e entendimento do ouvinte sobre os acontecimentos relacionados ao assassinato de Ângela Diniz. Um dos grandes destaques da produção é o

constante uso de material de arquivo. Não apenas da sonorização de entrevistas que foram publicadas em canais de televisão e jornais impressos, mas também descrição de documentos utilizados ao longo do caso, como a do corpo da vítima.

Pierre Nora (1993) explica sobre a importância da memória e de como os espaços onde a memória se cristaliza não são necessariamente físicos, mas estão atrelados também ao aspecto simbólico. O uso de arquivos, definido por Casanova (1928) como acumulação ordenada de documentos, contribui para a construção e consolidação da memória pois afeta a identificação de passagens antigas. Através da leitura e audição de conteúdos que incitam a memória, o receptor consegue conhecer e aprofundar mais no tema.

A partir do uso de arquivos, é possível a aproximação do ouvinte com a história porque, à medida em que ele vai ouvindo a narração, com detalhamento de documentos, releitura de matérias em jornais impressos e sonorização de matérias jornalísticas em televisão, o receptor vai se colocando na história, como se estivesse vivendo todos os episódios e acompanhando o desenrolar do caso. Além de aproximar o ouvinte, o uso de arquivos contextualiza a história através de registros históricos, que se tornam fundamentais para a compreensão do caso.

Esses elementos não são apenas um acréscimo à história, já que a leitura destes documentos fortalece a narrativa e auxilia diretamente na composição da história e no entendimento do caso como se o ouvinte estivesse presente no momento em que tudo estava acontecendo: no assassinato, no julgamento, na condenação da vítima, na busca por suspeitos e na análise da personagem assassinada como mostra o episódio 5, logo no início, em que é trazida uma entrevista concedida pela própria Ângela para a revista Nova, em janeiro de 1974, em que é possível compreender melhor a perspectiva da vítima sobre sua própria existência: "É difícil as pessoas me conhecerem. Nessa história de sociedade, sempre preferi ser Caim a Abel e, por isso, sou uma surpresa agradável para quem me descobre".

Assim, *Praia dos Ossos* se destaca por não apenas contar a história, mas por situar o ouvinte na história, quase como se estivesse vivendo ao vivo e estivesse acompanhando todo o caso e sua repercussão na época em que tudo aconteceu, o que, segundo López (2007), reforça o *storytelling*, tornando a história mais convidativa ao receptor a partir da provocação de emoções.

Com este objetivo, a narrativa se fortalece com a leitura e a sonorização de matérias do período. Branca Vianna, a apresentadora, alerta, no primeiro episódio, sobre a falta de conteúdos jornalísticos no rádio, e que pediu a um locutor para ler as matérias

dos jornais impressos da época. Essa sonorização narrada contribui para que os ouvintes saibam, ou ao menos possam ter ideia, de como as pessoas na época se sentiram ao serem informadas do crime. Conta com a primeira aparição de Doca Street na imprensa após o assassinato, entrevista concedida à TV8 Globo, crônicas no jornal Estado de Minas, relatos e colunas da revista Veja, de O Cruzeiro, Diário da Noite, Manchete e outros jornais impressos da época.

O uso de arquivos também nos ajuda a entender a imagem de sedutora de Ângela, que se destaca também em seus relacionamentos, que eram acompanhados de perto por toda a cidade e jornais. "'Ex-embaixatriz do turismo', 'ex-glamour-girl', e, principalmente, a 'rainha da jovem *society* belo-horizontina', Ângela ingressa no rol das donas de casa, e não perderá, certamente, aquele charme que fez dela a moça mais comentada e admirada da cidade" (Estado de Minas, 01 de fevereiro de 1963).

Um dos grandes destaques do programa é o segundo episódio, o do julgamento de Doca, em 1979. O episódio conta com diversos relatos originais do julgamento, da repercussão e de entrevistas que auxiliam na composição da narrativa. Evandro Lins e Silva, advogado de Doca, defendeu que "ela realmente queria morrer", ajudando na construção do argumento defendido em júri que Ângela Diniz foi responsável pela própria morte. "A Ângela não só provocava a honra do Doca, não só provocava ele. Segundo o Evandro, ela queria que o Doca a matasse", explica Branca Vianna. Ao longo deste episódio, a narrativa é acompanhada de fala dos advogados de defesa e de acusação e, mais importante, da reação da plateia que vaiava e aplaudia, o que contribuiu para que o ouvinte se sinta presente e participe da história.

No quarto episódio, Branca relata que visitou o acervo do Museu da Imagem e do Som em Belo Horizonte. No museu foram encontrados rolos de filmes e outros materiais antigos que fizeram parte dos episódios e que beneficiaram a narração. Já no sexto episódio, um exemplar de revista Setenta, de 1970, auxiliou na compreensão de quem foi Ângela Diniz. Na capa da revista encontrada, Ângela posa com 25 anos "aparecia glamorosa, com os cabelos escovados pra trás, e envolta em um boá de plumas brancas", descreve a narradora. Na revista, seis anos antes do crime, a vítima divide espaço com seu futuro assassino. De acordo com o *podcast*, a revista descreve Ângela como "perfeita como manequim profissional" e Doca como "homem forte do mercado de capitais, figura obrigatória nas reuniões". Este exemplo do uso de arquivo deixa claro a importância dessa memória para a construção de uma narrativa aprimorada.

Apresentadora como personagem

Segundo Lindgren (2011, p. 56), qualquer pessoa poderia assumir a função de narrador em um *podcast* de *storytelling*, mas normalmente é o próprio produtor quem lê seu roteiro. Assim também acontece com *Praia dos Ossos*, narrado pela idealizadora Branca Vianna. Os apresentadores também utilizam muito o uso da primeira pessoa, de acordo com Kischinhevsky (2018), e não deixam de realçar suas dúvidas, impressões e opiniões ao longo da narrativa, e Branca cumpre seu papel de apresentadora como personagem.

Ao longo de todos os episódios, ela não isenta ou diminui suas emoções de angústia com a forma que o caso é repercutido e julgado, expõe sua indignação com a fama de galã e herói que Doca desenvolveu após o assassinato, e como a fama de mulher sedutora de Ângela aumentou após a própria morte. De acordo com Cunha; Mantello (2014, p. 58), o *storytelling* pode ser compreendido como uma técnica para narrar os fatos. Por isso, a importância da narração nestes produtos, pois "ao enfatizar a narração e descrição, há um esforço de recriar cenas e personagens, tarefa estética de despertar sensações no consumidor de notícia".

Branca Vianna expõe, logo no primeiro episódio, a sua proximidade com o caso. No período do acontecimento, um grupo de mulheres escreveu um manifesto retratando indignação com o feminicídio que havia acontecido com Ângela. Dentre as assinaturas do documento, estava o nome de sua mãe e a sua própria assinatura, mesmo muito criança, estava com seu nome assinado no manifesto. A partir disso, entende-se que o relato e a narrativa que a idealizadora faz ao longo dos oito episódios são repletos de histórias em que ela é uma das personagens. Ela não esconde suas emoções e expõe suas próprias opiniões ao longo do programa, mas de forma que não impacta negativamente a narrativa, e, sim, contribui para aproximação do ouvinte com o caso.

Branca torna-se personagem do programa, descobrindo e analisando, junto com os ouvintes, e demonstrando suas emoções com as revoltas que, na época, foram amenizadas. Ela não esconde o absurdo que foi o caso e, principalmente, a repercussão negativa para Ângela, enquanto a sociedade buscava vitimizar e amenizar o crime cometido por Doca. A apresentadora conta que, um mês depois do caso, foram vendidas camisas com o rosto do Doca, ele havia virado nome de pratos e drinks em restaurantes e foi aumentando sua legião de fãs que afirmavam e juravam que ele não havia matado Ângela. "Como é que um homem mata uma mulher com quatro tiros na cara e vira herói?

Ou então dá para dizer assim: Como uma mulher desarmada é morta com quatro tiros e vira a vilã da história?", questiona a apresentadora.

Durante todos os episódios, Branca reforça também sua indignação com o nome "A Pantera de Minas", pelo qual Ângela Diniz era chamada, por se envolver com vários homens. A apresentadora reforça que isso aconteceu simplesmente porque Ângela não seguia os padrões da mulher tradicional em 1970, e fazia o que bem entendia. Branca Vianna deixa perceptível, desde o primeiro episódio, e isso é reforçado ao longo dos episódios, que ela não quer culpar Ângela pela própria morte, como as pessoas da época, mas sim entender quem era Ângela e o machismo escondido e, na verdade, muito escancarado, presente neste assassinato e com tudo que aconteceu depois. "Uma das razões que me fizeram querer contar essa história era dar voz à Ângela", diz a narradora no quarto episódio.

Outro exemplo em que a narradora exprime sua opinião é quando, no quinto episódio, ao falar sobre a imagem e as noções estabelecidas a respeito de Ângela, sua indignação é notória, "fica difícil de entender, e difícil de aceitar, que cinquenta anos depois do caso que tiveram com a Ângela ainda sintam o tal desconforto de que fala o Ricardo Amaral".

Entrevistas

Para a construção de uma narrativa jornalística, as entrevistas são parte fundamental, e *Praia dos Ossos* compreende muito bem este papel. LAGE (2001, p. 73) define a entrevista como um procedimento clássico de apuração de informação em jornalismo, essencial para a coleta de interpretações e de reconstituição de fatos. MEDINA (1986) define a entrevista como uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando isolamentos grupais, individuais, sociais e servindo também de pluralização de vozes e distribuição de informação de forma democrática.

Além disso, Barbosa (2015) explica que a entrevista não deve ser entendida apenas como elemento presente na composição do produto, mas também como um método importante de coletar o conteúdo de outra maneira, além da narração dos fatos, que deve se adequar a cada particularidade e estilo do programa, podendo ser informal, crítico, objetivo, sério ou humorístico, tudo dependendo do que é adequado para cada caso, servindo à narrativa. Em se tratando da narrativa de um caso verídico que aconteceu

há 40 anos, *Praia dos Ossos* entrevista em todos os episódios pessoas que estavam presentes no período para a construção da narrativa.

O detalhamento da cena do crime é relevante para o entendimento do caso e só foi possível a partir da entrevista de Ivanira de Souza, que trabalhava na casa de Ângela e Doca. Ela detalha que eles estavam discutindo, ela pediu para ele sair de casa, ele pegou uma bolsa marrom de couro, entrou no seu carro e saiu. Tempos depois ele retornou, Ângela disse que não voltaria com ele, o chamou de "corno" e bateu com a bolsa na cabeça dele. Ele caiu e a pistola saiu da bolsa. "Aí ele se levantou e foi tiro para tudo que é lado", afirma a testemunha.

A primeira entrevista do podcast consta com a participação de um dos advogados de defesa de Doca, Paulo Roberto Pereira, também conhecido como "Paulo Badhu". O argumento utilizado foi de que Doca era apaixonado por Ângela e ele mesmo não acreditava ter sido o responsável pela sua morte e que, devido a seu estado emocional, dependia de cuidados. Badhu também ajudou na construção de que Doca não fez de forma pensada o crime e que sofreu as consequências do seu ato. Também fomentou a imagem de Ângela como alguém mal vista e malquista, muito avançada para o seu tempo. Ele diz que a estratégia de Doca de sair de casa depois da briga acontecia com frequência. O advogado explica que essa foi a forma que Doca encontrou de fazer com que Ângela se arrependesse e implorasse pelo perdão, voltando a normalidade do relacionamento. Mas naquela noite, ela não se arrependeu e ele ficou esperando. Tempos depois, ele retornou a casa pedindo que ela voltasse atrás na decisão do término.

Ao longo dos episódios, *Praia dos Ossos* conta com entrevistas de amigos de Ângela, como Ângela Teixeira de Mello, Fritz D'Orey, Celina Albano, Valéria Penna, Gracinda Garcez e Kiki Garavaglia. Esses relatos contribuem para o desenvolvimento da narrativa, pois não julgam Ângela Diniz como culpada, diferente das entrevistas na versão de Doca Street. Seus amigos são responsáveis por humanizar a imagem de Ângela como uma mulher livre e sedutora, mas que sofreu muito em seu relacionamento com Doca e com outros homens antes dele.

No quinto episódio do *podcast* outra entrevista essencial para descrever a personalidade da vítima é a de Ricardo Amaral, empresário de boates cariocas e paulistas. Ele conheceu Ângela na noite carioca e declarou para Branca que a vítima afrontava os homens "ela era a típica mulher pra deixar um homem desconfortável". Os amigos de Ângela contam que ela tinha seus momentos de tristeza profunda e que compensava em bebida e entorpecentes a pressão que sofria por toda opinião pública. Com esses relatos,

os amigos de Ângela Diniz contribuem para conceituá-la como vítima, não como culpada, algo que a imprensa estava defendendo.

Uma parte importante para entender o histórico de Ângela Diniz, a partir de sua infância em Minas Gerais, acontece no terceiro episódio, com relatos de jornalistas do jornal Estado de Minas, que informaram que a família Diniz sempre esteve presente nas colunas de fofoca da cidade. Segundo as jornalistas Anna Marina Siqueira e Isabela Teixeira da Costa, muito do que Ângela passou na vida foi por causa de sua mãe, Maria Diniz, que projetava o caminho que Ângela deveria seguir, de sedutora e admirada de olhares masculinos, desde criança. A partir de relatos do jornal, pode-se entender que Ângela Diniz teve sua primeira grande aparição marcante como a mulher que ficou conhecida até o final de sua vida em seu baile de debutante, "rito primordial para as moças da sociedade", segundo Branca. A amiga, Norma Tamm, afirmou que "Ângela virou a Ângela ali".

Branca entrevistou, no sétimo e oitavo episódios, Mirian Chrystus, Elizabeth Fleury, Celina Albano e sua mãe, Branca Moreira Alves, mulheres que participaram de manifestações feministas no início dos anos 1980, época do segundo julgamento de Doca. Segundo as entrevistadas, foram casos de feminicídio como o de Ângela que provocaram protestos com o slogan "quem ama não mata".

Recursos sonoros

De acordo com Kischinhevsky (2017, *apud* LOPEZ; FREIRE, 2020, p. 67), os *podcasts* narrativos possuem elementos sonoros que promovem o aprofundamento do jornalismo narrativo. A utilização de sons ambiente, efeitos sonoros e músicas é importante para a construção de uma narrativa envolvente e imersiva, como a apresentada nos episódios de *Praia dos Ossos*.

O *podcast* se inicia no local onde o assassinato aconteceu, na Praia dos Ossos, e ao fundo é possível identificar sons de pássaros e das ondas do mar, que ajudam na construção da narrativa. Desde os primeiros minutos, em que Branca Vianna e a pesquisadora, Flora Thomson-DeVeaux, iniciam a narrativa da história, o ouvinte pode ser imerso na construção e na descoberta dos acontecimentos. À medida em que elas vão caminhando em busca da casa onde o assassinato ocorreu, é possível identificar sons de passos, permitindo que a descoberta seja feita junta com o ouvinte, contribuindo para a imersão da narrativa *storytelling*.

No começo do primeiro episódio também é possível ouvir efeitos sonoros que remetem ao barulho de papéis sendo movidos, chiados de rádio e TV, fita rebobinando, dentre outros. Tais elementos se relacionam com o que está sendo dito no momento: Branca está relatando como ocorreu a pesquisa para o *podcast*, como eles vasculharam acervos e arquivos de rádio e TV.

A música também ajuda na criação da atmosfera e do clima de uma história de rádio, relata Lindgren (2011, p. 58), esse recurso é observado em diversos momentos ao longo dos episódios de *Praia dos Ossos*. O programa utiliza músicas instrumentais no meio dos episódios e também nos minutos iniciais, em uma vinheta que antecede o momento em que Branca fala o nome do episódio.

Considerações finais

A partir da análise realizada, podemos concluir que o *podcast Praia dos Ossos*, da Rádio Novelo, é um exemplo de como as técnicas de *storytelling*, construção da história e narrativa bem estruturada, contribuem para a percepção dos fatos e auxilia na imersão dos ouvintes na história. A Rádio Novelo se destaca com o uso de arquivo, testemunha das percepções e sentimentos da apresentadora Branca Vianna, leitura de matérias e colunas de jornais impressos da época, uso extenso de entrevistas, além de detalhamento de todos os fatos anteriores e posteriores ao crime contra Ângela Diniz.

Aproveitando da tendência do *podcast* como divulgação de conteúdo, em 2020, *Praia dos Ossos* se destaca em meio a outros *podcasts* sobre crimes reais por não se tratar apenas de uma narração falada, mas sim uma composição de recursos que aproximam o ouvinte do acontecimento. O programa envolve não apenas a curiosidade sobre como a história é concluída, mas também uma indignação constante sobre a acusação e a culpabilidade da própria vítima, Ângela. Já Doca se torna herói justiceiro na opinião pública, reforçada pelas constantes afirmações nos jornais e fanatismo da sociedade que o idolatrava, isso se torna presente através dos relatos das entrevistas ao longo do programa.

Vale também ressaltar o trabalho de pesquisa para produção do *podcast* que buscou de todas as maneiras possíveis retratar não apenas o assassinato, mas uma trajetória histórica sobre a vida de Ângela Diniz, através de publicações antigas, depoimentos policiais e relatos. Tudo contribuiu para o bom aproveitamento dos recursos de *storytelling* para narrativa.

O uso de entrevistas é um fator interessante para a construção da narrativa. Foram mais de 50 entrevistados entre testemunhas, advogados, amigos e jornalistas para estruturar a história. Sem esses relatos, seria impossível conhecer a vítima, o caso, os envolvidos e toda a trajetória e fama da mulher sedutora, a pantera, que culminou na acusação de sua própria morte.

Praia dos Ossos também se aproveita de recursos de transmídia, especialmente com as tecnologias de hoje em dia que contribuem para a complementação dos conteúdos. No site da Rádio Novelo é possível encontrar um acervo extenso de fotografias da década de 1970, das personagens que foram citadas ao longo dos episódios, da própria Ângela Diniz em suas diversas fases e diversos momentos marcantes em sua trajetória, do making off das gravações, do roteiro, da casa onde aconteceu o assassinato, dos jornais da época, de Doca Street, e diversas outras imagens que ajudam na compreensão e na imersão da história e complementação do podcast, contribuindo para uma perspectiva além dos áudios.

Referências

ANDERSON, Chris. Cauda longa. Elsevier. Rio de Janeiro. 2006.

BARBOSA, Isabela Cabral. **Jornalismo narrativo em** *podcast*: uma análise da linguagem, da mídia e do cenário. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/19991949/Jornalismo_narrativo_em_podcast_-

_Uma_an%C3%A1lise_da_linguagem_da_m%C3%ADdia_e_do_cen%C3%A1rio. Acesso em: 14 mar. 2021.

CASANOVA, Eugenio. Archivística. Siena: Stab Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CUNHA, K. M. R; MANTELLO, P. F. Era uma vez a notícia: *storytelling* como técnica de redação de textos jornalísticos. **Comunicação Midiática**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 56-67, 2014.

DOMINGOS, Adenil Alfeu. *Storytelling*: fenômeno na era da liquidez. **Signum: Estudos** da Linguagem. Londrina, 2008.

ERBOLATO, M. L. **Dicionário de propaganda e jornalismo**. Papirus, Campinas. 1986. JENKINS, Henry. **Convergências de mídia**. São Paulo: Aleph, 2006. Disponível em: http://www.nucleodepesquisadosex-

votos.org/uploads/4/4/8/9/4489229/cultura_da_convergencia_-_henry_jenkins.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

KISCHINHEVSKY, M. Rádio em episódios, via internet: aproximações entre o *podcasting* e o conceito de jornalismo narrativo. **Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**, Santiago de Compostela, 2018.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001. Disponível em: https://issuu.com/emanuellimeira/docs/a_reportagem_teoria_e_t_cnica_de_entrevista_e _pesq. Acesso em: 18 abr. 2021.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Um olhar histórico na formação e sedimentação da TV no Brasil**. 2009. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-

1/Um%20olhar%20historico%20na%20formacao%20e%20sedimentacao%20da%20TV %20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

LINDGREN, Mia. **Journalism as research:** developing radio documentary theory from practice. Murdoch University, Perth, 2011. Disponível em: http://goo.gl/SjVPS9. Acesso em: 18 jun. 2021.

LÓPEZ, Antônio Núñez, **Será mejor que lo cuentes!** Los relatos como herramientas de comunicación – *storytelling*. São Paulo: Empresa Activa, 2007.

LOPEZ, Debora Cristina; FREIRE, Marcelo. Inovação e narrativa multimídia em podcasts: um estudo de caso de Strange Bird. **Temática** — Revista eletrônica de publicação mensal, v. XVI, p. 59-75, 2020.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível.** São Paulo: Ática, 1986. Disponível em: https://issuu.com/emanuellimeira/docs/livro_entrevista-o_di_logo_poss_vel__cremilda_de_a. Acesso em: 18 jun. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

ONOFRE, Raíssa Lima. **Desafios do jornalismo no século XXI:** a construção da notícia por meio das tecnologias digitais. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/keypass/ODR5YVFaK29KUERLdXdYcHl3R241a3Fscy9m empQcEIwUUg5ay9KUjBQdz0tLVRIOElXNCtNVWxaci9vUkdIbFJueUE9PQ==-84319e36785a1581cdd54ba6b80242b7b3a58628/t/qSRTt-PxJVi9C-

eTkuU/resource/work/34123965/Jornalismo_em_ambientes_Multiplataforma?email_w ork_card=title. Acesso em: 04 abr. 2021.

PALACIOS, Fernando; TERENZZO, Martha. **Storytelling**. Alta Books, Rio de Janeiro. 2016.

PAULINO, Rita; JERÓNIMO, Pedro; EMPINOTTI, Marina. **Experiência do usuário** (**UX**) **em apps de conteúdo jornalístico**. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/keypass/bXVQa0FnQzFMai9uanZFck84VnlDMC92ODMz aWRDZXFPc0R5b2EzdWhKWT0tLW55Sng1VlE4ck9ZR0l1dlVqLzF2dnc9PQ==--3d1934cd4d1a1603f17c969461f414908132a2ab/t/qSRTt-PxuDWkq-

o8p4U/resource/work/40341654/Narrativas_Jornal%C3%ADsticas_para_Dispositivos_M%C3%B3veis?email_work_card=title. Acesso em: 28 abr. 2021.

Rádio Novelo, **Praia dos Ossos**. 2020. Disponível em: https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/. Acesso em: 23 maio 2021.

SALEMME, Maria Filomena. **O comportamento do ouvinte na era do** *podcast*: modos de consumo e interação. 2019. Disponível em: http://www.comcult.cisc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/GT1_Maria_Filomena_Salemme_FACASPER.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

VIANA, Luana. **O uso do storytelling no radiojornalismo narrativo:** um debate inicial sobre podcasting. 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/167321. Acesso em: 18 jun. 2021

PARTE 3

Lutas de mulheres e resistência nas mídias

A história (das mulheres) do rádio no Brasil – uma proposta de revisão do relato histórico

Juliana Gobbi Betti¹¹¹ Valci Zuculoto¹¹²

As mulheres participaram do desenvolvimento do rádio brasileiro desde a formação das primeiras emissoras. No entanto, pouco sabemos sobre como se deu tal participação, menos ainda sobre as contribuições femininas para a popularização ou para os processos de inovação que possibilitaram a constante renovação da relevância política e social do meio. De maneira geral, os registros mais detalhados estão centrados na área da música, em particular, na experiência protagonizada pelas cantoras que se destacaram como rainhas na chamada era de ouro do rádio. Sobre as demais profissionais — que comandaram programas diversos, atuaram na área do jornalismo ou que foram responsáveis pelos trabalhos de gestão e produção —, o que encontramos são, principalmente, vestígios de presença, ou seja, alguns nomes e informações dispersas que aparecem citados em obras memorialistas e acadêmicas que compõem a narrativa histórica predominante.

Essa ausência se configura e se mantém a partir de um conjunto de condições que inclui questões socioculturais e políticas, bem como o avanço lento na construção de um diálogo verdadeiramente interdisciplinar com os estudos históricos — considerando, por exemplo, que a emergência da História das Mulheres data do final da década de 1960 e que a discussão sobre a utilização do gênero como categoria analítica remete aos anos 1990 (SOIHET; PEDRO, 2007).

_

Doutora e mestra em Jornalismo (PPGJOR/UFSC), pós-graduada em Filosofia e Direitos Humanos (PUC-PR), graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo (Metodista-SP). Integra o Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC/CNPq). E-mail: jugobbibetti@gmail.com

12 Doutora em Comunicação (PUC-RS) pós-doutora (FCO/UFRI) Professora de Jornalismo da

Doutora em Comunicação (PUC-RS), pós-doutora (ECO/UFRJ). Professora de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diretora Científica da Alcar. Integra a coordenação da Rede de Pesquisa em Radiojornalismo – RadioJor/SBPJor e da Rede das Rádios Universitárias do Brasil – RUBRA. Líder do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio – Girafa/UFSC/CNPq. Email: valzuculoto@hotmail.com

Embora possamos afirmar que a experiência feminina e as relações de gênero ainda não despertaram o interesse dos pesquisadores e das pesquisadoras de rádio de forma mais significativa, não deixamos de registrar a existência de investigações que apresentaram um esforço de sistematização da participação histórica das mulheres. Neste sentido, destaca-se o pioneirismo de Tereza Cristina Tesser (1994) com a dissertação intitulada *De Passagem pelos nossos estúdios – a presença feminina nos vinte primeiros anos do rádio, Rio de Janeiro e São Paulo*. Recorrendo à análise de notícias e entrevistas publicadas em revistas especializadas no universo radiofônico, a autora identifica e detalha a participação das mulheres na programação transmitida entre 1923 e 1943. Ainda que não traga descrições aprofundadas de cada programa, trata-se de um levantamento inédito, que inclui os segmentos feminino, infantil, ficcional, humorístico e musical.

Além disso, a relevância do trabalho de Tesser (1994) se torna ainda mais notória pelo fato de que somente duas décadas e meia depois, na dissertação de Ediane Teles de Mattos (2019), vamos encontrar novamente um estudo mais amplo, ainda que tematicamente demarcado, sobre a atuação feminina no rádio brasileiro com um enfoque historiográfico. Mattos (2019) direciona o olhar para o radiojornalismo catarinense, utilizando procedimentos da análise documental e entrevistas para investigar a trajetória profissional das mulheres e sua participação na cobertura esportiva no período que vai desde os primeiros anos do rádio até a atualidade. Deste modo, sua abordagem mantém uma delimitação geográfica enquanto expande o marco temporal.

Há outras produções que distinguiram o feminino na perspectiva histórica como parte de um estudo mais abrangente. Entre os exemplos podemos citar a dissertação de Izani Mustafá (2009) que discorre sobre a participação das mulheres também com foco na radiofonia catarinense, mas analisando, em particular, personalidades do quadro da Rádio Difusora AM (ZYA-5), no período das décadas de 1940 a 1960; a dissertação de Claudia Figueiredo Modesto (2012) que contextualiza a relação histórica das mulheres com o rádio para compreender a construção da identidade feminina nas narrativas radiofônicas de emissoras ligadas à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); e a tese de Juliana Gobbi Betti (2021), coautora desse artigo, que possui um capítulo dedicado a recuperar a memória sobre o que foi produzido por e para as mulheres no rádio brasileiro, apresentando um inventário com mais de 70 programas que integraram tal segmento ao longo das décadas.

Outras pesquisadoras, como Celsina Alves Favorito (1989), Helena Corazza (1999) e Ana Maria da Conceição Veloso (2005), abordaram diferentes questões que

perpassam a relação das mulheres com o rádio, mas não se detiveram na perspectiva histórica de forma mais centrada. Ademais, observa-se que em eventos, publicações científicas e trabalhos de conclusão de curso é possível encontrar exemplos pontuais de pesquisas que buscam identificar e analisar a presença feminina, principalmente no âmbito das emissoras locais. Um exemplo é o artigo *Mulheres no rádio: uma investigação sobre a presença feminina nos microfones das rádios de Frederico Westphalen* (SCHUSTER; PEDRAZZI, 2008), apresentado no Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, o Intercom Sul, promovido em Guarapuava, no Paraná, e a monografia *As donas do dial: a trajetória da mulher no rádio do Rio de Janeiro* (SILVA, 2012), defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Conforme anteriormente mencionado, a não regularidade e a inexistência de estudos mais abrangentes sobre as profissionais femininas e suas contribuições para desenvolvimento histórico do rádio brasileiro vêm acarretando um processo de exclusão e apagamento. Isso porque a ausência do relato se estende e se consolida como uma ausência da própria história. Nos termos de Michelle Perrot (2017, p. 16), é como se as mulheres "estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento". Logo, é urgente revertermos esse cenário.

O que defendemos, no entanto, não é apenas a escrita de uma história das mulheres no rádio. Esse enfoque certamente nos ajudaria a preencher algumas das lacunas existentes, mas manteria as mulheres à margem, como se sua participação tivesse acontecido de forma paralela, alienada da história "oficial". Ao propor a realização desta pesquisa, o que buscamos é a revisão do relato histórico. Compreende-se aqui o termo revisão em sua significação mais ampla e, ao mesmo tempo, mais radical, que se refere ao ato de rever, de realizar uma nova leitura.

Não se trata necessariamente de uma correção, tampouco do descarte do conhecimento já produzido, mas de sua ampliação, em estudos que incorporem mais e novos vestígios, avivando, visibilizando e incluindo a participação das mulheres no percurso histórico do rádio. Assim, com base no reexame dos diversos registros e a partir da integração de novos documentos até então desconhecidos ou desconsiderados, propomos uma releitura crítica dos acontecimentos tendo o gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 2019). Com isso, almejamos a construção de novos conhecimentos, bem como o reconhecimento e a inclusão das mulheres no relato histórico.

Nesta perspectiva investigativa, entendemos a história sempre como processo, que se engendra em fluxo contínuo (BARBEIRO, 2010), englobando tanto as continuidades

quanto as rupturas. Por conseguinte, igualmente compreendemos que os estudos históricos precisam proceder a constantes revisões, considerando os novos questionamentos e perspectivas que advêm da contínua transformação das relações sociais. Tais concepções dialogam com a linha de trabalho que vem sendo desenvolvida pelos principais pesquisadores e pesquisadoras da história da mídia, conforme se evidencia nas reflexões de Marialva Barbosa (2017; 2019).

As temáticas e as problemáticas no âmbito dos estudos da comunicação enfocam, assim, processos inacabados de um tempo ultraveloz que colocam em cena, sem cessar, novos cenários, os quais, sob a égide de transformações tecnológicas, prefiguram um novo tempo, mas que, a rigor, repetem lógicas culturais de momentos imediatamente precedentes. Exige-se que se viva a transformação a cada instante, quando na realidade os aparatos apresentados fazem parte de uma mesma cadeia de significação que referenda a ultravelocidade e a instantaneidade, que não permite pausas e reflexões capazes de produzir interpretações duradouras sobre esse tempo que, sem outro qualificativo melhor, denominamos contemporâneo. (BARBOSA, 2019, p. 17)

Fundamentadas nestes e em outros referenciais de orientações para estudos históricos, ainda compreendemos que um projeto desse porte deve ser empreendido de forma coletiva, desenvolvendo-se a partir do diálogo entre pesquisadores de variadas localidades do país. Neste sentido, o presente artigo cumpre o papel de delinear uma proposta teórico-metodológica que impulsione a discussão sobre a temática, agregando uma base comum. Para isso, debate-se a inserção das mulheres e das relações de gênero na História, a utilização de gênero como uma categoria de análise e busca estruturar um conjunto de procedimentos-guia.

As mulheres e as relações de gênero na história

Em diversas áreas, o sujeito masculino já foi considerado universal, por conseguinte, entendia-se que sua experiência contemplava não apenas o coletivo, mas aquilo que era verdadeiro e/ou significativo. Quaisquer demandas sobre a inclusão do feminino eram combatidas ou ignoradas, como podemos observar no início do processo de constituição dos direitos fundamentais e, com raríssimas exceções, na própria estruturação do espaço público. No entanto, nem toda experiência masculina era realmente validada, em geral, reconhecia-se aquela que legitimava o poder e resguardava

os interesses de um grupo de homens caracterizados, majoritariamente, como: brancos, proprietários, heterossexuais, cristãos e europeus (colonizadores). Logo, foi também a partir da perspectiva desses indivíduos que a história dos feitos e acontecimentos políticos, econômicos, culturais e sociais foi sendo registrada, desconsiderando a interpretação e, muitas vezes, invisibilizando a existência de outros grupos. E, assim, seu relato histórico se tornou hegemônico, proclamando-se único e verdadeiro.

Foram as transformações promovidas no âmbito do movimento conhecido como Escola dos Annales que abriram caminho para que a aparente neutralidade, que amparava a legitimação daquele sujeito universal, fosse contestada nos estudos históricos. Conforme explicam Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 284),

[...] observa-se, ainda, a partir da década de 1920, a emergência do grupo dos Annales, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre. Diversamente da historiografia vigente, direcionam seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal. À medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia.

No entanto, não sendo o campo acadêmico apartado da sociedade, recorremos às considerações de Ana Maria Colling (2004, p. 41) para lembrarmos que "é o olhar que faz a história. A história somente responde às perguntas que nós formulamos". Ainda, pressupondo que a consciência do sujeito, neste caso pesquisadores/as, é temporalizada e vai se desenvolver na dialética mudança-estabilidade que caracteriza toda estrutura social, como nos ensina Paulo Freire (2018), podemos distinguir também a relevância dos movimentos sociais, em especial do feminismo, para a constituição desta nova perspectiva.

Como afirma Michelle Perrot (2017, p. 15), "o desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o movimento das mulheres em direção à emancipação e à liberação. Trata-se da tradução e do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: a da dimensão sexuada da sociedade e da história". Em complemento, a autora identifica fatores científicos, sociológicos e políticos que contribuíram para o advento destes estudos, entre os quais inclui a ascensão das mulheres ao ambiente universitário. Perrot (2017) aponta uma feminização que teria sido impulsionada no contexto pósguerra, gerando seus primeiros frutos entre os anos 1960 e 1970, em meio "à crise dos

sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), à modificação das alianças disciplinares e à proeminência da subjetividade" (PERROT, 2017, p. 19). A crise do pensamento marxista a que a autora se refere é descrita por Soihet; Pedro (2007, p. 285) como o engajamento de correntes revisionistas com a história social, "cuja preocupação incide sobre as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interesse da história: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns". Seguindo nessa perspectiva, Margareth Rago (1995, p. 82) detalha que

É inegável que a produção historiográfica sobre as mulheres toma como ponto de partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente marcada pelo marxismo. Assim, a partir da década de 1970, quando sociólogas, antropólogas e historiadoras procuraram encontrar os rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, desponta toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas. Especialmente valorizadas foram a temática do ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a denúncia das formas perversas desta integração. As péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora e que acabaram por identificá-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante.

Rago (1995, p. 86) reconhece que "[...] ao retirar as mulheres do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem, a história social das mulheres conflui com as demandas do feminismo que buscava uma maior visibilidade no espaço público [...]". No entanto, a autora aprofunda a questão, evocando as contribuições alinhadas ao desenvolvimento da história cultural para discutir a crítica às limitações inerentes ao objeto "mulheres" e o advento da categoria gênero. Segundo ela,

A despeito das discussões entre as teóricas do feminismo em torno de uma definição precisa do gênero, é evidente a preocupação em evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, para trabalhar com relações e perceber por meio de que procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas. É nesse sentido que os novos estudos feministas se aproximam da história cultural. (RAGO, 1995, p. 88)

De acordo com Joan Scott (2019, p. 52), a ampliação dos estudos sobre a história das mulheres revelou a necessidade de formulações teóricas que pudessem "explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes". Neste sentido, a autora compreende que o desafio teórico colocado "exige a análise não só da relação entre as experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais" (SCOTT, 2019, p. 52). É com esta perspectiva que ela propõe pensar gênero como uma categoria de análise.

Gênero como categoria de análise

Observando que a abordagem descritiva, comum entre historiadores/as, não seria suficiente para validar teoricamente os estudos sobre a mulher, Scott (2019) afirma que havia uma defasagem entre a alta qualidade dos estudos e seu estatuto na disciplina, de modo que a história das mulheres permanecia à margem. Dessa forma,

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma "questão feminina", outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido. [...] O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. (SCOTT, 2019, p. 65)

Na leitura de Colling (2004, p. 39), "a história de gênero tenta introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada". Firmando diálogo, compreendemos que a história deve ser analisada considerando o contexto que caracteriza cada fenômeno pesquisado e que o desenvolvimento dos meios de comunicação social, como o rádio, é influenciado também por relações sociais demarcadas pelas configurações de feminino e masculino.

Registra-se que Maria Beatriz Roquette-Pinto atuou como locutora na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, emissora de seu pai Edgard Roquette-Pinto, desde o início das transmissões, em 1923, tendo exercido diferentes cargos e funções ao longo dos anos (TAVARES, 2014). Considerando seu pioneirismo, ressalta-se que quando as mulheres começaram a trabalhar no rádio sua inserção na vida pública era mínima, não sendo nem consideradas cidadãs de fato, já que não tinham nem direito ao voto. Igualmente, "o exercício das liberdades individuais era bastante restrito, pois a mulher não era concebida na legislação como sujeito autônomo, de forma que ela deveria ser tutelada pelo homem tal qual a criança" (BETTI, 2021, p. 68).

Embora nas décadas seguintes os direitos das mulheres e a presença feminina nas rádios tenham aumentado significativamente, por muitos anos sua atuação continuou direcionada pela imposição de restrições, principalmente de cunho moral, e pela falta de reconhecimento de sua legitimidade e de sua competência para trabalhar com determinados temas. Os espaços de maior relevância política, como os noticiários, por exemplo, eram liderados pelos homens. Essas observações indicam que, para efetivamente compreendermos os processos que configuraram historicamente o desenvolvimento do rádio e sua inserção política e cultural na sociedade brasileira, é preciso aprofundar as análises, superando o reducionismo que se impõe, em particular, no enfoque exclusivamente tecnológico.

Neste sentido, ao elegermos gênero como uma categoria orientadora da análise para a presente proposta de pesquisa, igualmente levamos em conta outros apontamentos que amparam a conceituação de Scott (2019). Para a autora, a "definição de gênero tem duas partes e várias subpartes", sendo "ligadas entre si", mas que "deveriam ser analiticamente distintas". De modo que,

[...] o núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. [...] Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. [...] O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a

compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 2019, p. 67-71)

Neste foco da discussão, a percepção da autora corrobora, inclusive, a necessidade da revisão do relato histórico sobre a presença e a ausência das mulheres na constituição da trajetória do rádio brasileiro. Assim, "temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram", argumenta a pesquisadora (SCOTT, 2019, p. 66).

Salienta-se que, seguindo a própria evolução dos estudos feministas, toda a discussão estabelecida até aqui parte do pressuposto de que gênero é inerente a outras categorias, tais como classe e raça. Portanto, não pode ser analisado sem que consideremos sua interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença.

Uma proposta metodológica em construção

Este artigo ampara um projeto abrangente e ainda em fase inicial. Portanto, não cabe aqui definir detalhadamente os procedimentos e as estratégias metodológicas, mas estabelecer uma estrutura que permita a compreensão e o posterior desenvolvimento de cada etapa. Esta estrutura não deve impor um roteiro fechado, mas se constituir como um guia que possa ser adaptado ao contexto pesquisado e à realidade dos pesquisadores envolvidos.

Considerando a falta de informações anteriormente apontada, a primeira etapa proposta neste projeto consiste na realização de um amplo levantamento da presença feminina no universo radiofônico e na sistematização desses dados. Inicialmente, propõese que essa fase contemple três linhas, a saber:

- Experiências pioneiras: buscando identificar as mulheres que foram pioneiras em sua atuação nas diversas áreas do rádio. Assim, interessa-nos conhecer quem foram as primeiras locutoras, repórteres, produtoras, gestoras, etc., considerando as diferentes periodizações que possam dar conta de refletir as realidades locais e regionais.
- _ Experiências consolidadas: buscando integrar as figuras femininas que se destacaram por sua atuação de sucesso, entre as quais estão, por exemplo, aquelas

que comandaram produções de grande audiência ou que construíram uma carreira longeva.

Experiências inovadoras: abordando a contribuição das mulheres para a renovação da programação, dos processos e rotinas de produção, incluindo atuações que podem ser consideradas inovadoras, tanto pelo modo de fazer quanto pelo conteúdo.

Como procedimento-guia, indica-se a realização de pesquisa bibliográfica e documental, combinada com entrevistas em profundidade sempre que possível. Neste sentido, vale salientar a importância da revisão de periódicos e publicações especializadas, documentos institucionais e acervos fotográficos e sonoros. O conjunto de dados proveniente desse processo complementa e, por vezes, retifica as informações obtidas nas entrevistas, além de estimular a memória. Sugere-se que esse material resultante dessa primeira etapa seja organizado em formato enciclopédico, permitindo a construção de um amplo panorama que poderá fomentar a continuidade da pesquisa¹¹³.

Em sua segunda etapa, a pesquisa avançará para a realização de estudos mais aprofundados, que possam contextualizar cada realidade e analisar as relações estabelecidas entre as profissionais do rádio, seu trabalho e o *status* social da mulher no período (observando o progresso nos seus direitos, os papeis sociais que lhe são atribuídos, bem como as restrições e cobranças morais, etc.).

Por fim, a terceira etapa seria mais aberta, incentivando estudos que considerem a atuação das mulheres nos diferentes momentos históricos do rádio pelo Brasil, incluindo temas de interesse mais diversos, tais como a atuação das mulheres no meio: durante a ditadura civil-militar; nas emissoras comunitárias; na gestão, chefia e direção de emissoras; no jornalismo especializado (esportes, policial, política...); na criação e liderança das emissoras universitárias; na produção de programas com perspectiva de gênero.

Embora os procedimentos-guia anteriormente sugeridos possam continuar a orientar a realização dos estudos também nessa fase, compreende-se a possível necessidade de uma adequação mais direta ao objeto de cada estudo. Espera-se que os

219

¹¹³ Essa proposição tem como referência outras produções conjuntas, entre as quais se destaca a obra *Panorama do Rádio no Brasil*, organizada por Nair Prata (2011).

resultados parciais desse trabalho possam ser divulgados em eventos, compondo ao final uma publicação conjunta.

Considerações finais

A pretensa universalidade do relato histórico ainda ampara a hegemonia masculina em diversas disciplinas. Entretanto, como vimos, seu questionamento já se deu em diferentes momentos, algumas vezes assumindo contornos mais pragmáticos, outras se configurando mais restritamente no âmbito da construção teórica. Em quaisquer dos casos, embora tenha alcançado certo reconhecimento, a contestação do *status quo* pela reivindicação da presença não foi suficiente para provocar rupturas que pudessem garantir a efetiva inclusão da perspectiva e das contribuições de sujeitos diversos. Neste sentido, observa-se que o complexo diálogo entre a igualdade e a diferença vem avançando em um processo não linear e que ainda não foi concluído. Configura-se, deste modo, como um campo de constantes disputas.

Objetivamos neste artigo evidenciar a necessidade de aproximar essa discussão dos estudos radiofônicos, apresentando as bases iniciais de um projeto a ser aperfeiçoado e empreendido de forma coletiva. Acreditamos que a inclusão das mulheres no relato histórico da trajetória do rádio no Brasil e o reconhecimento de suas contribuições para o desenvolvimento deste percurso, ao longo das décadas e em cada contexto regional, promoverão uma melhor compreensão da relevância social do meio. Igualmente, possibilitarão estabelecermos novas descobertas e relações a partir da revisão crítica do conhecimento já produzido e de suas potenciais fontes, descentralizando a perspectiva hegemônica e valorizando outros sujeitos que tomaram parte nos processos.

Referências

BARBEIRO, Heródoto. A História é um fluxo. **Revista da Cultura**/Livraria Cultura, São Paulo, edição 40, p. 31, nov. 2010.

BARBOSA, Marialva Carlos (org.). **Os manuscritos do Brasil** – uma rede de textos no longo século XIX. Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, 2017.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis. **MATRIZes**, 13(1), v.13, p. 13-25, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/157646. Acesso em: jul. 2021.

BETTI, Juliana Cristina Gobbi. **Informação crítico-emancipatória com perspectiva de gênero:** os direitos das mulheres em programas radiofônicos femininos. Tese de

Doutorado em Jornalismo. Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História: um diálogo possível? **Contexto e Educação**, ano 19, n. 71/72, p. 29-43, jan./dez. 2004.

CORAZZA, Helena. Comunicação e relações de gênero em práticas radiofônicas da Igreja Católica no Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicações e Artes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. In: ESCOSTEGUY, A. C. (orgs.) **Comunicação e gênero:** a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Comunicação e gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista ECO-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 103–138, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27643 . Acesso em: 05 jul. 2021.

FAVORITO, Celsina Alves. **Deus no céu e o rádio na terra:** papel do rádio junto a mulheres rurais de Pitanga. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1989.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, [s.p], 2016.

MATTOS, Ediane Teles de. **A trajetória das profissionais mulheres no radiojornalismo esportivo em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

MODESTO, Claudia Figueiredo. **A identidade feminina na mídia neopentecostal do reino de Deus:** narrativas eletrônicas de conversão. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

MUSTAFÁ, Izani. Alô, alô, Joinville! Está no ar a rádio difusora! A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961). Dissertação de Mestrado em História. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis: Universidade Estadual de Santa Catarina, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2017. RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

SILVA, Manoela Mayrink. **As donas do dial:** a trajetória da mulher no rádio do Rio de Janeiro. Monografia de Bacharelado em Comunicação Social. Habilitação em Jornalismo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. São Paulo: Bazar do Tempo, 2019.

SOIHET Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SCHUSTER, Aline Josiane; PEDRAZZI, Fernanda Kieling. Mulheres no rádio: uma investigação sobre a presença feminina nos microfones das rádios de Frederico Westphalen. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 9, 2008, Guarapuava. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2008.

TESSER, Tereza Cristina. **De passagem pelos estúdios:** a presença feminina no início do rádio no Rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicações e Artes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **O fenômeno rádio mulher**: comunicação e gênero nas ondas de rádio. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005. ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. A história do campo acadêmico do rádio no Brasil: registros referenciais para uma proposta de roteiro de percurso. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39, 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2016.

A podosfera é delas? Um panorama histórico brasileiro sobre rádio e mulheres¹¹⁴

Yasmin Winter¹¹⁵ Luana Viana¹¹⁶

Introdução

Desde os seus primórdios, o rádio tem uma predominância de figuras e vozes masculinas, fato que reflete a forma como a sociedade lida com as mulheres, assim como o jornalismo. Em termos mais específicos, até aparecerem as cantoras de rádio, as mulheres ficavam em casa e, se não estivessem nesse local, eram "operárias dóceis e produtivas" (ROCHA, 2006). Assim, então, é possível pensar sobre como o rádio reflete a forma que a mulher se enquadra socialmente. Poletto; Poletto (2008, p. 2) acreditam que "nesse sentido, a participação (ou não) da mulher no rádio reproduz sua atuação na sociedade e juntam-se aí os estereótipos, a questão da identidade e dos papéis convencionados ao homem e à mulher".

Com base nessas reflexões, o objetivo deste artigo é pensar a relação entre as mulheres e a história do rádio, além de apresentar um panorama sobre *podcasts* produzidos por elas no Brasil até dezembro de 2019. Como metodologia, recorremos à revisão bibliográfica. Dessa forma, é possível perceber quando as mulheres começaram a ocupar mais espaço nessa mídia e como isso reflete o momento social vivenciado por elas.

Um olhar histórico da relação entre mulheres e rádio

_

¹¹⁴ Artigo premiado em 3° lugar no 6° Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia, em 2021.

Jornalista graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pós-graduanda em Revisão e Preparação de Textos pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (IEC – PUC-Minas). E-mail: yasminlwinter@gmail.com

Orientadora do trabalho. Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e membro do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (PPGCOM/UFOP) e do Laboratório de Mídia Digital (PPGCOM/UFJF). Email: Iviana.s@hotmail.com

Em seus anos de existência, o rádio fez e faz parte da vida e da história de brasileiras e brasileiros, além de ser um importante meio de comunicação em acontecimentos políticos e sociais do país. Segundo Calabre (2007), a influência do rádio sobre o público durante as décadas de 1940 e 1950 foi tanta que o período entrou para a história como a Era de Ouro do Rádio Brasileiro. Nessa relação entre o meio e a sociedade, as mulheres também entram como parte importante, pois transitam por diferentes papéis de acordo com o momento histórico em que se encontram.

Para entender melhor essa relação entre as mulheres e o rádio, recorremos a um olhar contextualizador buscando entender os papéis ocupados por mulheres em diferentes épocas da história radiofônica. A base proposta é a periodização feita por Ferraretto (2012), que estabelece quatro principais fases do rádio: (1) fase de implantação, (2) fase de difusão, (3) fase de segmentação e (4) fase de convergência.

Os marcos de cada fase são pontuados pela introdução de novos meios. Ferraretto (2012) aponta, por exemplo, que a fase de segmentação se inicia com o aparecimento da televisão aberta. Já a internet e a telefonia móvel vêm para ser o corte para a quarta fase. Cronologicamente falando, essas fases coexistem durante um período, já que ao final de uma, já se veem indícios do início da outra. De acordo com esse raciocínio, é possível pensar como estava a sociedade nessa época, para além dos meios de comunicação. Além disso, também é possível entender de que forma o rádio se relaciona com essas questões sociais e, principalmente, como as mulheres dessa determinada época ocupavam espaço nas emissoras.

A primeira fase descrita por Ferraretto (2012) é a da implantação. O autor discorre sobre a chegada do rádio como "uma forma de colocar o indivíduo em contato com o mundo" (FERRARETTO, 2012, p. 8). Essa fase se caracteriza pela busca de novos mercados por parte de grandes indústrias eletroeletrônicas após a Primeira Guerra Mundial. Ferraretto (2012) elenca quatro principais peculiaridades desse momento:

(1) Pelo lado da indústria eletroeletrônica internacional, o Brasil é visto como um novo mercado para a comercialização de equipamentos. (2) O rádio começa quase como um hobby de integrantes da burguesia, que se articulam em clubes e sociedades mantidas pelo pagamento de mensalidades. (3) O conteúdo expressa uma ideia de difusão cultural e educativa dentro dos valores burgueses de então. (4) A cultura popular encontra resistência em sua veiculação nos clubes e sociedades de rádio. (5) Predomínio do associativismo idealista de elite. (FERRARETTO, 2012, p. 10)

Com base nisso, é possível perceber que, para o autor, a fase de implantação do rádio foi elitista e proporcionava o contato com o mundo somente para algumas pessoas: as que poderiam pagar. Considerando que essa fase vai do final da década de 1910 até a segunda metade dos anos 1930, refletimos sobre as mulheres nos primórdios do rádio: a primeira emissora da região sudeste do país a ter transmissões regulares¹¹⁷, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, apresenta a primeira radialista da história do Brasil, Maria Beatriz Roquette-Pinto, filha de um dos fundadores da rádio, que transitou por vários campos na emissora, inclusive foi diretora por muitos anos. Mas, para além desse feito, essa questão também reafirma como o acesso das mulheres ao rádio era elitizado, já que a criação da Rádio Sociedade foi encabeçada pelo pai de Maria Beatriz.

É nesse período que o reconhecimento do direito das mulheres ao voto foi garantido pelo Código Eleitoral de 1932, o que Rocha (2006, p. 140) caracteriza como "um pequeno sinal de que as coisas começavam a mudar", fazendo alusão à maior participação das mulheres nos meios de comunicação e, consequentemente, no rádio. É também a partir da década de 1930 que as mulheres criam uma relação mais próxima com o rádio, começando a cantar nas emissoras. Veloso (2005, p. 53) destaca que "as maiores expoentes foram Carmen Miranda, Silvinha Mello, Dalva de Oliveira, Araci de Almeida, Hebe Camargo, Emilinha Borba, e as clássicas Bidu Saião e Cristina Maristany". Ou seja, a independência das mulheres representada pelo direito ao voto também era refletida pelo empoderamento das cantoras.

A segunda fase elencada por Ferraretto (2012) é a de difusão. Nesse período, são definidas as bases do rádio brasileiro, "um serviço público, já que sua existência depende do governo federal, mas com possibilidade de exploração comercial" (FERRARETTO, 2012, p. 11). É nessa fase que as emissoras seguem investindo nas cantoras de rádio, o que se altera na primeira metade da década de 1940, quando o rádio se dedica mais às radionovelas. Ferraretto (2012) coloca, entre outras, as seguintes como principais características dessa fase:

(1) Estruturação e início do predomínio do rádio comercial, embora a realidade do período impeça a ascensão do meio ao patamar de indústria cultural. (2) [...] Profissionalização das emissoras com a contratação de um quadro de pessoal próprio para o qual são definidas funções específicas e estruturadas rotinas de trabalho. (3) Programação baseada,

-

¹¹⁷ Não encontramos dados sobre a presença de mulheres nos anos de implantação da Rádio Club Pernambuco, a primeira emissora do país.

de modo majoritário, no espetáculo dos humorísticos, novelas e programas de auditório, mas com espaços reduzidos destinados à cobertura esportiva, à música gravada e aos noticiários. (4) Público, em geral, tomado como um todo ao qual se destina à programação, uma série de conteúdos trabalhados segundo uma média de gosto. (5) [...] Emissoras comerciais atuam em um mercado caracterizado pela vigência do capitalismo competitivo ou liberal. (FERRARETTO, 2012, p. 13)

Nesse período, então, Ferraretto (2012) vê o rádio como um meio que está se popularizando, encontrando novas formas de se adequar a um público mais amplo. Para Silva; Nascimento (2016), é nesses anos, final da década de 1930, que o rádio começa a ser democratizado. Os autores caracterizam esse momento como de mudança, em que o rádio

[...] foi perdendo sua feição elitista, alcançando a população urbana com maior amplitude. Mas ainda assim, os equipamentos receptores demorariam alguns anos para se tornarem acessíveis às classes pobres e trabalhadoras, bem como as propagandas precisariam de tempo para atrair a atenção e o investimento financeiro de empresas anunciantes. (SILVA; NASCIMENTO, 2016, p. 136)

Independentemente dessas mudanças, as mulheres ainda eram as maiores consumidoras das programações radiofônicas, pois "é através da figura feminina que o rádio conquista um papel de destaque no cotidiano familiar" (SILVA; NASCIMENTO, 2016, p. 137). A principal aposta para as mulheres era a radionovela que, segundo Ferraretto (2012), se consolidou como estratégia na fase de difusão. Segundo Calabre (2007, p. 73), "os grandes anunciantes desse tipo de programação eram, em geral, os fabricantes de produtos de limpeza e de higiene pessoal". Para a autora,

Os textos comerciais que acompanhavam as radionovelas, dirigidos para a "prezada ouvinte", refletiam a valorização da presença feminina no mercado consumidor. Eram apresentados produtos que limpavam melhor, facilitando o serviço feminino no lar, ao lado dos que embelezavam a mulher, deixando-a tão linda como as estrelas de Hollywood ou sintonizadas com as últimas novidades tecnológicas surgidas nos países desenvolvidos. (CALABRE, 2007, p. 73)

Em outras palavras, as mulheres eram vistas majoritariamente como ouvintes, assim como as radionovelas eram produtos para mulheres. Porém, é importante salientar que, para além da participação no rádio, as inserções femininas ainda se limitavam às

radionovelas e aos musicais, mas seu sucesso contrastava com a "fraca presença de mulheres na operacionalização, na locução e em cargos de chefia das emissoras" (VELOSO, 2005, p. 53).

A terceira fase é a de segmentação (FERRARETTO, 2012). Segundo o autor, essa é a fase que vem após a chegada da televisão no Brasil, em 1950. Com a nova tecnologia, o rádio perde não só parte do público, mas também da programação, como programas humorísticos e novelas, que agora são acrescidos de imagens. E é nesse momento que surge um novo protagonista no rádio: "o comunicador que simula uma relação próxima, uma conversa constante – e imaginária – com o ouvinte" (FERRARETTO, 2012, p. 14).

É nesse momento, então, que o rádio encontra no público a maneira como o interlocutor precisa se portar e em que segmento vai estar. Dessa forma, são delimitadas, entre outras, as principais características da fase de segmentação do rádio:

(1) A radiodifusão sonora constitui-se como um ramo particular da indústria cultural. (2) De 1960 a 1970, a televisão passa a liderar o mercado de comunicação, tanto em termos de audiência quanto no que diz respeito às verbas publicitárias. (3) A transistorização permite, de um lado, a portabilidade do receptor (radinho de pilha e autorrádio) e, de outro, a mobilidade na transmissão com a presença da emissora no palco de ação dos acontecimentos. [...] (4) Criam-se condições para a segmentação: de 1960 a 1970, a população urbana ultrapassa a rural; no mesmo período, o jovem constitui-se como categoria social passível de ser trabalhada como consumidor; e, na virada da década de 1970 até a segunda metade dos anos 1980, ocorre a redemocratização do país. (5) Comunicador torna-se a figura central das irradiações, que ganham, assim, coloquialidade. (6) [...] Desenvolvimento de outras modalidades de radiodifusão sonora além da comercial: comunitária, educativa, estatal e pública. (FERRARETTO, 2012, p. 17)

Assim, o rádio se adapta por conta da chegada de novas tecnologias, mas também aproveita as possibilidades que elas oferecem, além de se segmentar de acordo com o público para o qual quer falar. Nesse período, aconteciam momentos decisivos para a constituição da cidadania da mulher brasileira e, então, "aparece uma primeira geração de programas de rádio envolvidos com um compromisso de crítica e reflexão sobre a especificidade da condição feminina no contexto das relações sociais" (SILVA, 2015, p. 2). A autora ainda complementa que

É um período no qual havia as condições para que as demandas específicas das mulheres fossem incorporadas nas políticas públicas. Isso é crucial quando se pensa em um espaço no rádio dedicado às

questões relacionadas com o direito da mulher, e que não reproduz meramente as condições sociais estabelecidas, sem criticá-las. (SILVA, 2015, p. 7)

Dessa forma, para além da segmentação do público desenvolvida pelas novas tecnologias, as conquistas e lutas das mulheres também foram pauta e influenciaram nos estúdios. Silva (2015) destaca o programa *Viva Maria*, da Rádio Nacional, que se constituía como "espaço interdisciplinar ao se considerar a multiplicidade de manifestações de mulheres em movimentos populares, em sindicatos, e partidos políticos que trouxeram para discussão na Rádio Nacional questões de cidadania e direitos humanos" (SILVA, 2015, p. 2).

A última fase descrita por Ferraretto (2012) é a de convergência. Ela se inicia em meados de 1990 com a chegada da internet e da telefonia celular. Nesse momento, modificam-se as formas de acesso à informação, relacionamento interpessoal e introdução de dispositivos móveis. Assim, as emissoras "passam a buscar não apenas o segmento específico, mas se conscientizam da necessidade de estarem com sinal disponível a esta [nova] parcela da audiência" (FERRARETTO, 2012, p. 18). Em meio a iniciativas empresariais que ilustram o momento, a mudança contínua de definições por conta da rapidez da internet e a necessidade de repensar marcos regulatórios, Ferraretto (2012) caracteriza a fase, resumidamente, da seguinte forma:

(1) Redefinição das transmissões radiofônicas para além das ondas hertzianas. (2) Reposicionamento conceitual com o meio sendo tomado por sua linguagem específica e não mais apenas pela tecnologia envolvida. (3) Valorização da participação do ouvinte. (4) [...] Necessidade de repensar o modelo de financiamento das emissoras comunitárias, educativas, estatais e públicas. (5) Repensar os marcos regulatórios como imperativo provocado pela nova realidade criada a partir da convergência. (FERRARETTO, 2012, p. 21)

Em outras palavras, é na fase de convergência que o rádio extrapola as ondas hertzianas (KISCHINHEVSKY, 2016), e precisa se adaptar às características que essa mudança traz. Porém, independentemente desse fato, destacamos duas características já consolidadas anteriormente que se mantêm nessa fase, "a possibilidade de recepção da informação enquanto o indivíduo realiza outra atividade; e a capacidade do meio atual como uma espécie de companheiro virtual" (FERRARETTO, 2012, p. 19).

Nesse momento, os estudos feministas e a luta das mulheres ganham uma força diferente, inclusive pelas possibilidades trazidas pela internet. Dessa forma, Silva (2015) diz que as questões relacionadas a construções sociais ganham outras perspectivas:

A partir da década de 1980, observa-se uma gradativa passagem do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pela expressão gênero, uma categoria analítica, indicadora de uma área de estudos no país. Essa mudança favoreceu a reprovação da ideia de determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e sublinhou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. (SILVA, 2015, p. 5)

É nesse cenário, então, que as mulheres aparecem de forma mais atuante, quando comparado com épocas anteriores. Segundo o relatório de 2015 do Projeto Global de Monitoramento de Mídia, no rádio tradicional, por exemplo, elas representam, em média, 36% do total de radialistas. Um destaque desse período é Isabelly Morais que, em 2017, se tornou a primeira mulher a narrar um jogo de futebol no rádio, quebrando o paradigma "isso é coisa de homem", ao comandar a partida entre América e ABC pela rádio Inconfidência. Brito et al. (2017) concordam que a participação feminina na radiodifusão está longe de ser ideal e suficiente, mas se mostram esperançosos com a presença delas e a possibilidade dessa superação de obstáculos trazidos historicamente:

A participação do gênero feminino ainda é pequena na radiodifusão, mas as poucas que atuam fazem seu diferencial demonstrando que é possível a mulher fazer um trabalho de qualidade nessa mídia. Em contradição às opiniões sobre a voz feminina no rádio, onde há uma predileção pelo timbre de voz masculino, as radialistas que estão no mercado estão demonstrando que esse preconceito pode ser superado. (BRITO et al., 2017, p. 25)

É nessa fase de convergência, e também das mulheres que mostram que podem estar onde quiserem, que está inserido o surgimento do *podcast*. A mídia, presente em dispositivos móveis e que democratiza a produção e a recepção do radiojornalismo, também oferece mais liberdade para que as pessoas possam falar e discutir quaisquer temas.

De forma resumida, é possível ver o paralelo entre as fases do rádio e os acontecimentos sociais relacionados às mulheres como no quadro abaixo:

Quadro 1: Acontecimentos sociais relacionados às mulheres em cada fase do rádio

Fases do rádio segundo Ferraretto (2012)	Paralelo com acontecimento social relacionado às mulheres
Fase de implantação (1910 -1930)	A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro apresenta a primeira radialista do Brasil: Maria Beatriz Roquette-Pinto; nesse período as mulheres também conquistam o direito ao voto, garantido pelo Código Eleitoral de 1932; a partir da década de 1930 as mulheres criam um vínculo maior com o rádio, cantando nas emissoras.
Fase de difusão (1930 - 1960)	O rádio começa a se dedicar mais às radionovelas e as cantoras migram para atuarem; além disso, as mulheres seguem como principais consumidoras de rádio, agora ainda mais com as radionovelas voltadas especificamente para elas.
Fase de segmentação (1950 - 2000)	Nesse período, aconteciam momentos decisivos para a constituição da cidadania da mulher brasileira e aparecem programas que discutem as questões da condição feminina nas relações sociais, como o programa <i>Viva Maria</i> .
Fase de convergência (1990 - atualmente)	É o momento em que os estudos feministas e a luta das mulheres ganham força, inclusive pelas possibilidades trazidas pela internet; nesse período, as mulheres aparecem de forma mais atuante no rádio; destaque para Isabelly Morais, primeira mulher a narrar um jogo de futebol no rádio brasileiro, em 2017; é nessa fase também que surgem os <i>podcasts</i> e a democratização da produção e do consumo aumenta, oferecendo ainda mais possibilidades às mulheres.

Fonte: Elaboração própria

Mulheres e podcasts

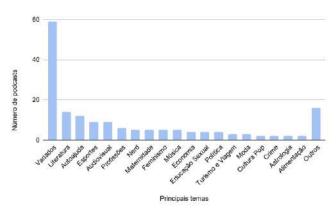
Seguindo a linha de pensamento sobre como as mulheres estão presentes em cada fase do rádio, chegamos ao *podcast*, uma modalidade de radiodifusão sob demanda que surge em 2004 (VICENTE, 2018). Ao longo dos anos, a definição de *podcasting* também vem se transformando, ou seja, algumas proposições desde sua criação permaneceram e outras se modificaram. O *podcast*, então, conserva alguns elementos do rádio tradicional, como a linguagem radiofônica, enquanto abrange o conceito e as propostas do rádio expandido e, por consequência, multiplataforma.

A forma de acesso é uma das principais diferenças, já que o formato está disponível a qualquer tempo na internet, diferentemente do rádio tradicional em que o ouvinte está sujeito à grade de programação da emissora. Outra diferença, talvez a principal, é a produção *on demand*, que proporciona uma nova geração de receptores e de emissores. Assim, então, a instantaneidade e a imediaticidade são superadas, já que o *on demand* possibilita uma "(re)escuta [...] que permite às produções exigir de seus ouvintes uma audição mais atenta e imersiva" (VICENTE, 2018, p. 105).

Para entender de que forma as mulheres se relacionam com essa nova mídia e como ocupam os papéis relacionados a ela, procuramos conhecer o perfil de *podcasts* feitos só por mulheres até 2019. Para isso, foi feito um levantamento com 172 *podcasts* encontrados a partir de indicações obtidas em páginas no Instagram, Facebook, Twitter e por contatos de Whatsapp, além de pesquisas pessoais.

Para essa análise, foram observados os seguintes pontos: (1) principais temas discutidos; (2) formato; (3) número de apresentadoras; (4) data de lançamento do primeiro episódio; (5) periodicidade de lançamento de episódios; (6) número de episódios lançados até dezembro de 2019; e (7) relação mercadológica. Seguem abaixo gráficos que facilitam a visualização dos dados obtidos.

Gráfico 1: Principais temas abordados pelos podcasts



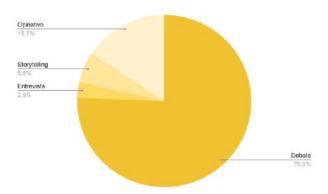
Fonte: Elaboração Própria

Como visto no gráfico acima, há um destaque para *podcasts* com temas variados, totalizando 59 deles¹¹⁸. Sobre os *podcasts* focados em uma única temática, os assuntos mais tratados são literatura e autoajuda, com 14 e 12, respectivamente. Na sequência, esportes e audiovisual apresentam o mesmo número, nove *podcasts* cada, seguidos por profissões e mercado de trabalho, com seis *podcasts* cada e temas sobre cultura *nerd*, maternidade, música e feminismo com cinco em cada. Economia, educação sexual e política têm quatro *podcasts* cada, turismo e viagem e moda têm três e cultura pop, crime, astrologia, e alimentação têm dois cada. Além disso, os temas: pessoas gordas, pessoas negras, animais de estimação, mundo da Disney, anime/mangá, cultura em geral, artistas indígenas, *otaku*, bicicleta, beleza, filosofia, religiosidade, vinho, saúde, Estados Unidos e cafés aparecem uma vez cada, totalizando 16 *podcasts* representados como "outros" no gráfico. É importante salientar que, por serem mulheres apresentadoras, os temas geralmente perpassam questões do universo feminino, como feminismo, luta e vivência diária das mulheres.

-

¹¹⁸ Não foi possível criar subcategorias, já que os assuntos tratados não são específicos e variam em cada episódio.

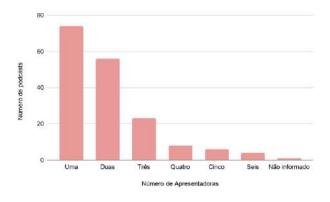
Gráfico 2: Formato dos podcasts



Fonte: Elaboração Própria

A respeito do formato dos *podcasts*, foram definidos como: 1) Debate (duas ou mais pessoas debatendo sobre um assunto que dominam ou não. Geralmente, também são apresentadas informações científicas sobre o assunto); 2) *Storytelling* (histórias narradas com início, meio e fim – sendo verídicas ou ficcionais); 3) Entrevista (uma ou mais pessoas entrevistando alguém com foco em um determinado assunto. Nesse caso, diferentemente do Debate, as perguntas geralmente são específicas e a entrevistadora opina pouco); e 4) Opinativo (geralmente uma única apresentadora expõe um assunto. É possível comparar este formato com uma aula expositiva. A apresentadora se dirige diretamente para a/o ouvinte de um para um). O destaque é para *podcasts* de debate, que chegam a 130 sobre os mais diferentes temas. O menor número é o de entrevistas, cinco *podcasts*. Já *storytelling* e opinativo estão no meio, com 10 e 29, respectivamente¹¹⁹.

Gráfico 3: Número de apresentadoras fixas nos podcasts



Fonte: Elaboração Própria

¹¹⁹ Alguns *podcasts* se enquadravam em mais de uma categoria de formato, dessa forma, optamos por contabilizá-lo na predominante.

Já sobre a apresentação¹²⁰, como dito, delimitamos os *podcasts* que são apresentados somente por mulheres e observamos a quantidade de participantes. O destaque é para os programas que possuem apenas uma apresentadora fixa, que geralmente conversa com as/os convidadas/os, característica de 74 *podcasts*, seguido por 56 produções com duas apresentadoras e 23 com três. Já quatro, cinco e seis apresentadoras aparecem em oito, seis e quatro *podcasts*, na ordem. Apenas um *podcast* não apresenta número fixo de apresentadoras em seus episódios.

Não informado
4,1%
2016 ou antes
12,8%

2017
2019
44,2%

2018
20,5%

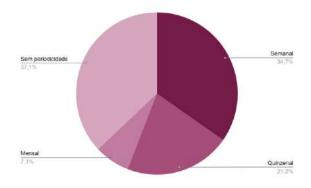
Gráfico 4: Data de lançamento do primeiro episódio dos podcasts

Fonte: Elaboração Própria

Sobre a data de lançamento, conforme gráfico acima, 22 *podcasts* foram lançados entre 2013 e 2016, e 18 deles se iniciaram em 2017. Já o ano de 2018 teve um grande aumento no número, com 49 *podcasts* lançados. No entanto, o destaque vai para 2019, com 76 *podcasts* se iniciando, 54 a mais que a soma dos anos anteriores a 2016. Além disso, foi encontrado um *podcast* com início em janeiro de 2020, também apresentado somente por mulheres, mas não entrou na contagem do levantamento, já que a data de finalização da coleta de dados foi dezembro de 2019.

 120 Também foram consideradas como apresentadoras as mulheres que participaram como narradoras e/ou personagens de narrativas ficcionais.

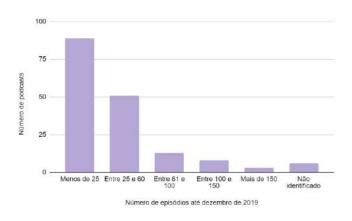
Gráfico 5: Periodicidade de publicação dos episódios dos podcasts



Fonte: Elaboração Própria

Também foram selecionados dados acerca da periodicidade da disponibilização dos episódios, como ilustrado acima. Dos 172 *podcasts* encontrados, 61 têm publicações semanais, número muito próximo da quantidade de produções que não apresentam periodicidade, 63. Os *podcasts* quinzenais totalizam 36, enquanto 12 disponibilizam episódios mensalmente.

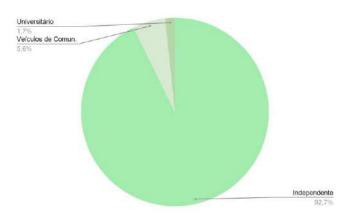
Gráfico 6: Número de episódios até dezembro de 2019



Fonte: Elaboração Própria

Outro dado observado foi a quantidade de episódios até dezembro de 2019. Do total, 90 *podcasts* disponibilizaram menos de 25 episódios, enquanto 51 publicaram entre 25 e 60. Além disso, 14 *podcasts* apresentam entre 61 e 100 episódios e oito *podcasts* entre 100 e 150. Somente três possuem mais de 150 episódios e em seis *podcasts* não foi possível identificar esse dado.

Gráfico 7: Relação mercadológica dos podcasts



Fonte: Elaboração Própria

A forma de produção dos *podcasts* também é importante ser observada. A característica da democratização da produção oferecida pelo formato é confirmada nesses dados, que mostram que 163 dos *podcasts* levantados são produções independentes. Além disso, quase oito são de veículos de comunicação, como rádios e revistas, e apenas um é universitário.

Com base na coleta de dados, encontramos que, de maneira geral, *podcasts* apresentados por mulheres possuem o seguinte perfil: tratam sobre assuntos de temas variados, permeando o universo feminino; possuem o formato de debate, mas apenas com uma apresentadora convidando outras pessoas; possuem uma frequência semanal de lançamento de episódios; e têm caráter independente. Tal resultado nos mostra como a mulher vem marcando presença igualmente na podosfera, produzindo conteúdo que interessa a outras mulheres, além de ampliar sua voz também para o universo masculino. Assim, com sua atuação frente ao *podcast*, a mulher segue dando continuidade à sua histórica relação com o radiofônico.

Considerações finais

Por meio de uma linha do tempo das fases pelas quais o rádio passou e fatos sociais relacionados a elas, foi possível perceber a importância dessa conexão em diferentes contextos temporais. O rádio teve predominância de vozes masculinas durante muito tempo, mas esteve presente em eventos sociais relacionados às mulheres como a conquista do direito ao voto e as manifestações feministas. E elas foram se inserindo

pouco a pouco, não só como ouvintes, mas também como cantoras, apresentadoras, narradoras de jogos de futebol, etc.

Quando se trata da relação entre mulheres e *podcasts*, os resultados mostram que é possível pensar que as mulheres não se limitam aos assuntos já estigmatizados socialmente para elas, mas transitam entre os diferentes campos de conhecimento. Quase 76% dos *podcasts* são predominantemente de debate, possivelmente por este formato apresentar uma produção mais barata. Esse dado também é fundamental para pensar a importância de mais pesquisas sobre tal tema entre as/os estudiosas/os de rádio e da mídia sonora.

Além disso, a maioria dos *podcasts* são apresentados por apenas uma pessoa, o que reforça o caráter democratizador do rádio em plataformas digitais, ou seja, apenas uma pessoa pode falar sobre um assunto, não sendo necessário uma grande equipe ou uma super produção. Essa questão também carrega a forma de comunicação predominante nas mídias digitais: de muitos para muitos, ou seja, quem desejar pode ser tanto consumidor quanto produtor.

Com base também nos dados obtidos na pesquisa feita até dezembro de 2019, percebemos como as mulheres estão cada vez mais se apropriando de espaços e oportunidades para também falarem sobre o que quiserem. Dessa forma, é possível inferir que à medida que os anos e as tecnologias forem avançando, mais mulheres estarão produzindo *podcasts*. Reflexo disso já pode ser visto em 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil e a alta nas produções sonoras. Além disso, o baixíssimo número de *podcasts* universitários até 2019 também reforça a importância de se estudar e incentivar mais produções radiofônicas feitas por mulheres nesse ambiente experimental.

A periodicidade dos episódios se mostra como uma lacuna nos *podcasts* estudados. É importante destacar que manter um padrão de disponibilização de episódios aumenta a fidelização do público. Em outras palavras, saber que sempre em determinado dia/horário vai sair um episódio faz com que a/o ouvinte espere por aquilo. Essa questão da fidelização também é importante quando olhamos o grande número de *podcasts* com menos de 25 episódios, que em sua maioria foram descontinuados, talvez pela falta de acompanhamento por parte de ouvintes causada pela ausência da periodicidade.

Por fim, é importante retomar a democratização do formato. A mídia vem como uma possibilidade de qualquer pessoa poder produzir e escutar, poder falar sobre o que quiser e disponibilizar a produção na internet. Essa característica da era da convergência, intensificada pela internet, é reforçada pelo dado de que mais de 92% dos *podcasts* da

pesquisa são produções independentes. Os que advêm de veículos de comunicação rendem, ainda, uma nova pesquisa em que poderiam ser analisados sob outra ótica, já que podem retomar ou inovar elementos da mídia massiva, importante fato para entender esses *podcasts*.

Com base nos dados levantados, observamos que, de maneira geral, *podcasts* apresentados por mulheres possuíam o seguinte perfil em 2019: tratam sobre assuntos de temas variados, permeando o universo feminino; possuem o formato de debate, mas apenas com uma apresentadora convidando outras pessoas; possuem uma frequência semanal de lançamento de episódios; e têm caráter independente.

Essa pesquisa reforça a reflexão sobre como a participação da mulher no rádio reproduz sua atuação na sociedade. A democratização da produção de *podcasts*, como visto, caminha em paralelo com a expansão de espaços ocupados por mulheres na sociedade contemporânea. Dadas essas considerações, é importante reforçar que essa é uma pesquisa inicial e incentiva mais investigações sobre o tema das mulheres e sua participação na podosfera, relações de mulheres com rádio, e discussões de gênero na produção e veiculação de produtos do campo da comunicação em geral e, mais especificamente, na área de rádio.

Referências

BRITO, Nayane Cristina Rodrigues de; REIS, Rodrigo Nascimento; PINHEIRO, Roseane Arcanjo; REIS, Thays Assunção. **Jornalismo, mídia e sociedade:** as experiências na região Tocantina. Imperatriz: EDUFMA, 2017.

CALABRE, Lia. No tempo das radionovelas. Universidade Metodista: **Revista Comunicação & Sociedade** – a. 29, n. 49, p. 65 a 83, 2° sem. 2007.

FERRARETTO, Luiz Arthur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Revista EPTIC**, v. XIV, n. 2, mai.-ago./2012.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais:** mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, v. 1. 152 p. 2016.

POLETTO, Thays Renata; POLETTO, Milena Luiza. Vozes femininas no rádio: relações de gênero, locução e audiência. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Comunicação**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

ROCHA, Gilmar. "O sistema da fama": rádio, gênero e malandragem no Brasil dos anos 1940. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: **Revista ALCEU**, v. 7, n. 13, p. 134-148 - jul./dez. 2006.

SILVA, Ellis Regina Araújo da. Gênero e feminismo no rádio: o programa *Viva Maria* da Rádio Nacional. **Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

SILVA, Gilvânia Cândida da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O feminismo chega à rádio: a militância sufragista de Martha de Hollanda na Rádio Clube de Pernambuco (1931-1932). **Revista Cantareira**, Universidade Federal Fluminense, ed. 24, p. 127-140, jan./jun. 2016.

VICENTE, Eduardo. Do rádio ao *podcast*: as novas práticas de produção e consumo de áudio. In: SOARES, Rosana de Lima; SILVA, Gislena. (org). **Emergências periféricas em práticas midiáticas**. São Paulo: ECA/USP, p. 88-107, 2018.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **O fenômeno rádio mulher: c**omunicação e gênero nas ondas de rádio. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

Narrando um "fazer comunicar" das mulheres negras através da internet

Márcia Vidal Nunes¹²¹ Luizete Vicente da Silva¹²²

Avistando um modo de comunicação através das redes sociais na internet

Aqui, esperamos apresentar algumas reflexões sobre a representação e a identidade da população negra, e, em especial, das mulheres negras, da página "Profissionais Negros do Ceará" no Instagram. Costurando esta colcha de retalhos das identificações de gênero, raça, classe, orientação sexual, religião, dentre outras diferenças, através da relação com o meio social, cultural, histórico que se entrelaçam no espaço/tempo. Buscando, dentre os apontamentos possíveis, investigar se as interlocutoras se percebem ou não representadas pela página. Para adentrarmos neste "fazer comunicar" da página, é necessário analisarmos alguns pontos importantes que serão discutidos, para isso, realizamos um recorte temporal de um ano, entre janeiro a dezembro de 2020, para a elaboração da pesquisa com as fundadoras e as mulheres divulgadas na página. Das 32 mulheres divulgadas, no período da pesquisa, conseguimos entrevistar 24, divididas em: 2 com as fundadoras e 22 com as participantes, utilizando do formato hibrido – presencial e on-line – em decorrência da pandemia da Covid-19¹²⁴.

Ressaltamos que os nomes das mulheres entrevistadas foram, respeitosamente, substituídos pelo nome de mulheres negras brasileiras que fazem e/ou fizeram história, por meio de suas lutas e conquistas, e, por isso, precisam ser lembradas e celebradas nos dias de hoje. Discorrendo sobre os impactos que a internet tem promovido na vida de seus

¹²² Mestra. Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: luizetevicentesilva@gmail.com

¹²¹ Doutora. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: marciavn@hotmail.com

¹²³ A página "Profissionais Negros do Ceará", criada em janeiro de 2019, tem o objetivo de apoiar e divulgar os serviços dos profissionais negros do estado do Ceará. Ela conta com mais 6000 seguidores e fez 371 publicações sobre a divulgação de profissionais, vagas de emprego e estágio, eventos festivos e/ou culturais de/para pessoas negras. Além de textos informativos, *cards* e vídeos sobre negritude, empreendedorismo negro, ativismo negro, relações de trabalho, dentre outras postagens.

¹²⁴ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, um betacoronavírus, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.

usuários, as transformações vividas em todo o aspecto da vida social após a incorporação das redes sociais e, em especial, o Instagram, onde a página foi criada. Além de analisar como essas conexões estabelecem interações na vida das mulheres negras que fundaram a página e das entrevistadas que são divulgadas em sua mídia. A interação entre milhões de pessoas no Brasil e no mundo é um fato recorrente em nosso cotidiano, após o advento da internet, com sua forma de comunicação que transformou a maneira de sociabilidade dos sujeitos e promoveu novos desenhos sociais e geográficos. A criação de comunidades digitais, grupos em rede e coletivos virtuais que interagem diariamente e com grande rapidez, temos à mão um dispositivo que nos conecta, apenas com um clique, a uma infinidade de redes sociais e diversas informações que podem mudar em segundos.

Assim como ocorreu com as duas fundadoras da página "Profissionais Negros" que se conheceram através de um grupo de Facebook que debatia sobre a população negra brasileira. Marielle Franco¹²⁵, 32 anos, estudante de Agronomia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Brasileira (UNILAB) e uma das fundadoras da página, afirma que o grupo colocou uma postagem solicitando que os/as participantes se apresentassem falando nome, região do país e outras informações complementares. A estudante com suas roupas estampadas e cabelo *black*, explica com alegria como foi o primeiro contato com a amiga e outra fundadora da página.

A gente se conheceu pela internet, nesses grupos de Facebook. Na época, era uma postagem falando para as pessoas se apresentarem. Para conhecer as pessoas negras e seus respectivos estados e regiões. Aí, eu coloquei lá que era de Fortaleza. Mesmo não sendo de Fortaleza, porque eu sou de Camocim, mas eu sempre estava em Fortaleza. Aí, eu conheci a Elza Soares¹²⁶ (nome fantasia da outra fundadora) em mais um grupo de pessoas que, hoje em dia, são meus amigos. Nos aproximamos e trabalhamos juntos todos nós. Começou daí! A gente se conheceu pela rede social mesmo. Uma ferramenta que nos aproximou. Hoje mesmo nós comentamos sobre isso. Que a gente se conheceu na internet. A internet foi uma ferramenta muito crucial pra essa aproximação da gente hoje em dia. De estarmos hoje com esse monte de gente que a gente conheceu. (Marielle Franco¹²⁷)

A fundadora da página, Marielle Franco, ressalta como a internet foi importante para que elas se encontrassem e construíssem uma relação de amizade e trabalho. Na conversa com a estudante, durante a pandemia, na casa de um dos amigos que também

¹²⁵ Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2020.

¹²⁶ Entrevista concedida à autora em 23 de janeiro de 2020.

¹²⁷ Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2020.

conheceu no grupo do Facebook, conta que ela e outras pessoas do grupo, atualmente, marcam encontros presenciais, quer seja para se divertir, quer seja para discutir sobre as pautas da população negra, e permanecem no contato on-line. Ela fala que, por causa da pandemia, as aulas na Unilab deram uma parada e, por ser mãe-solo, teve que retornar para o município de nascença, mas continua mantendo laços afetivos e profissionais com as pessoas que fazem parte do grupo do Facebook, que depois se estendeu para o WhatsApp com o nome "Sala Preta" e com integrantes de todo o Brasil e de outros países, que se reúnem uma vez por semana.

Marielle Franco ainda nos conta que a internet é um meio que aproxima pessoas e organizações com temas e/ou pautas comuns nas redes sociais, um pensamento compartilhado pela pesquisadora Raquel Recuero (2010), quando escreve sobre o fenômeno das redes sociais na internet. Recuero (2010) diz que "eles representam aquilo que está mudando profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social: o advento da Comunicação Mediada pelo Computador" (RECUERO, 2010, p. 16). Isso ocorre porque a criação da internet promoveu um novo conceito de rede de sociabilidade, pois as comunidades e grupos não são algo novo.

As abordagens e conceituações sobre as redes já datam de séculos anteriores e diversas áreas do conhecimento já produzem, por décadas, estudos sobre isso. O desejo, a vontade e a necessidade do indivíduo de se comunicar fazem parte da história da condição humana e atravessa a formação da nossa civilização até os dias atuais, em bastante sintonia com o raciocínio de Maffesoli (2014), ao discorrer que o homem não deseja ser individualizado. Ele acredita que o homem busca formar, compor um lugar, um "estar-junto" (MAFFESOLI, 2014) para interagir socialmente, criando uma relação com o mundo ao seu redor.

O homem não é mais considerado. E mesmo quando admitimos, e eu tenderia a fazê-lo, a preponderância do imaginário, não devemos esquecer que ele resulta de um corpo social e que, de retorno, volta a materializar-se nele. Não se trata, exatamente, de autossuficiência, mas de constante retroação. (MAFFESOLI, 2014, p. 133)

"Ser parte" ou "fazer parte" são inquietações que fazem com que os sujeitos sociais criem relações, utilizando ferramentas que compõem a sua realidade, para motivar a participação social, desenvolvendo espaços e linguagens que auxiliem para a consumação desse desejo de sociabilidade. Com isso, comunicar-se é um dos pontos

centrais que ajudam neste objetivo, como explica Paulo Freire (1983), que mesmo fazendo o mesmo caminho de pesquisa em espaço/tempo distintos, traça um pensamento importante, para elucidar o conceito da comunicação. Freire conceitua, em seu livro *Extensão ou Comunicação?*, que a comunicação é um "ato de conhecer" os sujeitos em uma constante coparticipação.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um "penso", mas um "pensamos". É o "pensamos" que estabelece o "penso" e não o contrário. Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. (FREIRE, 1983, p. 45)

O autor refletiu sobre isso por décadas, bem antes da criação das redes sociais e, mesmo já existindo a internet que não tinha a mesma funcionalidade de hoje, não imaginaria que fosse possível, por meio da comunicação, estabelecer uma conexão através da web para a elaboração de uma rede social que tem por objetivo o ato de interagir, ou como disse, o "ato de conhecer" conectando pessoas e/ou entidades. Foi o que ocorreu com Marielle Franco¹²⁸ que acessou um grupo, no Facebook, de pessoas com pautas comuns e, que tempos depois, fundaria com outra amiga a página pesquisada.

Quem também faz parte deste grupo do Facebook e através deste conheceu as criadoras da página foi a entrevistada Dandara de Palmares¹²⁹, 26 anos, florista, que teve seu produto divulgado, mais de uma vez, no espaço digital. A florista, diz o grupo na internet, foi responsável por ajudar no contato e, hoje, ela é amiga das duas fundadoras.

Eu conheci a Mikaela assim, ela caiu do céu, literalmente! (risos de alegria). Conheci ela num grupo de Facebook na Internet. [...] A gente se encontrou, bem dizer, na mesma época. Eu me encontrei com Mikaela, que a gente encontrou com Joselia e pronto. Foi esse *start* todo. Tipo assim, a gente tinha que estar nesses lugares para se encontrar e, até hoje, somos grandes amigas, de verdade mesmo e pra tudo. (Dandara de Palmares¹³⁰)

_

¹²⁸ Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2020.

¹²⁹ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2020.

¹³⁰ Idem.

Episódios como este têm sido recorrentes na contemporaneidade com as possibilidades de conexão que as redes sociais proporcionam. Só nos mostra que esse ciberespaço, que tem crescido com os avanços tecnológicos, está cada vez mais presente na vida de seus usuários que utilizam diferentes interfaces à busca por interesses comuns que influenciam nas relações presenciais. Um conceito muito falado por Pierre Lévy (2010), um grande entusiasta dessa rede digital de computadores, em seu livro intitulado *Cibercultura*, onde ele discorre sobre as mudanças que a era digital trouxe para a sociedade e o reconhecimento de novas formas de comunicação para o convívio social. Uma realidade na vida das fundadoras e das participantes da página que se encontraram neste espaço e estenderam seus laços afetivos.

Sem juízo de valor sobre o ciberespaço, mas, é preciso reconhecer que a web pode ser um local que ocasiona ligações entre as pessoas e possibilita meios para estender essas relações, sabemos que existe o outro lado, pois é mediado por seres pensantes que têm conceitos de vida com ideias e representações diferentes e podem utilizar as redes digitais para potencializar a supremacia de grupos, competições econômicas, sociais e geográficas, disseminação de opressões, discriminações e violências, perpetuação do poder, dentre outras formas. No entanto, como afirma Lévy (2010), o ponto central não é falar se as redes digitais são "boas ou ruins" ou se somos a "favor ou contra" elas, mas, sim, "reconhecer as mudanças qualitativas na economia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural" (LÉVY, 2010, p. 12).

E essas são algumas das questões a se discutir referentes ao pensamento sobre quando falamos sobre o papel que a página "Profissionais Negros do Ceará", no tocante à identidade e à representação das mulheres negras na Internet, pois estamos falando de um mundo que gira em ritmo acelerado com a proliferação deste espaço digital. É um caminho sem volta e que só se amplifica, como também acrescenta Recuero (2010, p. 16), quando diz que "essa comunicação, mais do que permitir aos indivíduos se comunicar, amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador".

As "interações negras" e suas interfaces na rede digital

Quando falamos em "interações negras" buscamos refletir como as páginas, sites, blogs, dentre outras ferramentas inseridas na internet, tentam evidenciar suas causas,

utilizando técnicas que ajudem na visibilidade e na participação ativa dos sujeitos que estão nas redes. Estamos cientes da existência de uma "infraestrutura técnica do virtual" (LÉVY, 2010) que proporciona uma gestão no ciberespaço e que já foi conceituado por diversos pesquisadores das áreas da comunicação, tecnologias da informação (TI), marketing, dentre outras ciências que se interessam pelo tema, por isso não vamos exemplificar, mas queremos discorrer sobre como essas técnicas são utilizadas por pessoas e grupos excluídos para tentar se sobressair diante das grandes potências digitais, criando autonomia e uma narrativa que aposta na mobilização social e política, a fim de dar voz para as suas lutas.

Recuero (2010, p. 21) fala sobre isso, quando relata que existem abordagens na rede que "fornece ferramentas únicas para o estudo dos aspectos sociais do ciberespaço", que auxiliam no entendimento sobre a pesquisa das redes sociais, e acrescenta que

[...] a criação das estruturas sociais; suas dinâmicas, tais como a criação de um capital social e sua manutenção, a emergência da cooperação e da competição; as funções das estruturas e, mesmo, as diferenças entre os variados grupos e seu impacto nos indivíduos". (RECUERO, 2010, p. 21)

Compreendendo isso, precisamos caminhar olhando para esses padrões de conexão que são apresentados na web, pois, só assim, estaremos cientes se e como esses elementos causam impactos e proporcionam interação no perfil da "Profissionais Negros do Ceará". Percebemos que a pesquisadora Recuero (2010) tem um alinhamento com o nosso pensamento quando diz que, para saber disso, é preciso olhar para dois elementos: os atores sociais e as suas conexões. Ela afirma que "uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores" (RECUERO, 2010, p. 24). Para ela, os atores sociais se constituem como representação de pessoas e/ou grupos, organizações, entidades que têm seus perfis na internet. São espaços de interação com padrões, identidades e atuações diversas, apresentando seu lugar de fala e conceitos através de seus "elementos identitários e de apresentação de si". Esses atores têm narrativas próprias, pois, assim como no mundo presencial, são constituídos de ideias e de uma cultura social que envolve sua trajetória.

E como sujeitos sociais também cruzam o público com o privado no espaço virtual, quer seja em um perfil pessoal, quer seja em um perfil de uma empresa, pelo anseio de serem vistos e expressarem sua identidade, como explica a pesquisadora,

quando conta que "essas apropriações funcionam como uma presença do 'eu' no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público" (RECUERO, 2010, p. 27). E, ainda, ressalta que "através da observação das formas de identificações dos usuários na internet, é possível perceber os atores e observar as interações e conexões entre eles". (RECUERO, 2010, p. 28-29). Acreditamos que essa percepção é plausível diante do caminhar dos agentes nas redes sociais. Vemos, por exemplo, a constituição dessas representações da identidade negra na fala da outra fundadora do perfil, Elza Soares¹³¹, 30 anos, gerente comercial, quando disse que estudou sobre planejamento estratégico e buscou dicas e informações para criar a página.

Um dia, conversando com a Josélia, a gente vai criar o (perfil) nosso no Instagram. A gente vai ter uma logo. Vai conversar com os nossos amigos pra eles indicarem pessoas, né?! E a gente vai começar aos pouquinhos. No WhatsApp com quem a gente conhece e fala com qualquer pessoa. [...] Mas, quando a gente fez..., semanas antes, eu fiz um planejamento estratégico. Porque eu fui procurar entender como funcionava outros grupos na internet. A gente sabe que tinha o movimento *Black Money*, a gente sabia que existia outros movimentos. A gente queria entender como eles agiam com o público-alvo deles e como era feito esse contato com as pessoas. (Elza Soares¹³²)

A gerente comercial teve o cuidado de pesquisar as redes sociais de outras pessoas públicas e entidades, que pautam a população negra, no Facebook e Instagram, e compreender como essas páginas têm alcance e como conseguem ter interatividade, quando se pensa o público negro. Elza Soares nos conta, com um falar bastante feliz sobre a criação da página, e explica que o perfil trouxe novas possibilidades para sua caminhada. Isso é percebido em cada palavra, sorriso e olhar celebrativo.

Um grande momento para a pesquisadora que conversa com familiaridade com a primeira entrevistada para a pesquisa, bem antes de começar a pandemia. Sentadas próximas, foi possível perceber cada sentimento na fala da criadora, cada sorriso e cada expressão de agradecimento em forma de um abraço apertado, ao final da conversa. Impressões visíveis daquela mulher negra que passou horas e horas contando sobre a construção da página, que ela acredita ser importante para a disseminação dos trabalhos dos profissionais negros cearenses. Elza Soares conta de sua relação com a amiga e outra fundadora, Marielle Franco¹³³, e como foi a primeira postagem na página.

_

¹³¹ Entrevista concedida à autora em 23 de janeiro de 2020.

¹³² Entrevista concedida à autora em 23 de janeiro de 2020.

¹³³ Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2020.

E a primeira pessoa que a gente gostou foi uma veterinária, uma médica veterinária. E ela era muito... ela tinha um padrão bem... ela tem um perfil pessoal e um perfil no profissional. Então era uma pessoa já bem ambientada da internet. Tipo, então foi muito fácil ir até ela. Porque tem pessoas que é um pouco mais difícil o contato. (Elza Soares¹³⁴)

Após bastante procura, no dia 8 de janeiro de 2019 postaram a primeira foto de uma profissional negra. Uma médica veterinária permitiu a divulgação do seu trabalho na página. A participante já tinha página pessoal e profissional no Instagram, mas se identificou com a pauta apresentada pelas criadoras e aceitou participar da página.

Imagem 1 – primeira foto de divulgação de uma profissional negra no perfil "Profissionais Negros do Ceará" 135



Fonte: imagem retirada da página "Profissionais Negros do Ceará"

Essa aceitação só foi possível porque a participante comungava com os ideais e as pautas identitárias apresentados pela página, além da página encontrar na médica veterinária o perfil que buscava para lançar seu trabalho na web. Isso ocorre porque existem, conforme Recuero (2010, p. 30), "construções plurais de um sujeito, representando múltiplas facetas de sua identidade, através de performances". O que nos faz entrar no segundo elemento para abordagem nas redes sociais, a conexão, pois, essa afinidade é constituída através de laços sociais que possibilitam com que a página seja

-

¹³⁴ Entrevista concedida à autora em 23 de janeiro de 2020.

¹³⁵ Disponível em: @profissionaisnegrosce. Acesso em: 25 mai. 21.

procurada – pesquisada – por pessoas que acompanham temas e causas comuns, como é o caso página pesquisada.

Na conexão, Recuero (2010, p. 30) descreve que "são as conexões o principal foco do estudo das redes sociais, pois é sua variação que altera as estruturas desses grupos". E complementa, dizendo que os conceitos de interação, relação e laços sociais são elementos desta conexão. A interação é a ação de um ator social que depende da reação de outro através das curtidas, compartilhamentos e comentários. Somente com a interação é possível saber se o conteúdo está chegando ao público-alvo e se tem alcance.

A relação diz respeito a um grande número de interações sociais que obteve e que independe de seu conteúdo, pois, na relação, a proposta é integrar informações e se criar uma relação com troca de mensagens que podem ser favoráveis ou não ao conteúdo divulgado. Na relação, ocorrem contatos direitos, como os Direct do Instagram, onde a conversa é mais personalizada ou há a resposta ao comentário personalizado, além de criar afinidades com temas comuns, como exemplo as comunidades do Facebook. E, por fim, os laços sociais que advêm da relação, como afirma Recuero (2010, p. 38), quando conta que "laços são formas mais institucionalizadas de conexão entre atores, constituídos no tempo e através da interação social".

Sendo assim, os laços sociais ligam as interações com as relações para um laço relacionado com o pertencimento ou representação, que podem ser fortes ou fracos, dependendo da troca de interação. Outro componente também para a conexão é o capital social, pois tem relação direta com a "qualidade das conexões de uma rede social" (RECUERO, 2010, p. 44). A autora explica que existem pensadores com classificações diferentes para o tema, no entanto, se alinham, quando dizem que o capital social tem peso valorativo para os atores sociais e a conexão utilizada, variando conforme o perfil de cada um. E considera "o capital social como um conjunto de recursos de um determinado grupo [...] que pode ser usufruído por todos os membros do grupo, ainda que apropriados individualmente, e que está baseado na reciprocidade" (RECUERO, 2010, p. 50).

Sendo assim, o capital social tem cruzamento com as relações sociais elaboradas nas redes e precisa ser analisado como um ponto necessário para a conexão. A conexão, apresentada no texto do Recuero (2010), também esteve presente na construção da página pesquisada, como conta a fundadora Elza Soares¹³⁶, quando lembra que precisavam

¹³⁶ Entrevista concedida à autora em 23 de janeiro de 2020.

estabelecer os recortes (o público-alvo da página, quais pessoas serão divulgadas e quais não podem), para ter densidade de alcance e como seria a interação com as pessoas que acompanham a página.

Porque, assim, quando a gente quis criar a Profissionais Negros do Ceará, a gente entendeu que tinha de ser estadual. A gente percebia que tinha de ser estadual, tanto por essa questão da população cearense não se ver como negra. E a gente tem. Temos várias biografias que falam sobre isso. E a gente sabia que a Profissionais Negros [redução do nome da página] era uma maneira de interagir com a população, fazendo com que também elas conseguissem entender essa questão da identidade racial. Porque é uma maneira positiva de entender. Você chegar em alguém e (dizer) "eu sou profissional negro". Ela tá querendo me promover, ela tá querendo me divulgar. Então é um modo positivo de se usar a militância em prol da população negra. (Elza Soares¹³⁷)

Elza Soares¹³⁸ fala sobre a importância do pertencimento e como a identidade negra cearense foi crucial para compreender que o perfil deveria ser estadual. Ela fala com descontentamento sobre esse ideário pregado por décadas que tenta afirmar a não existência de negros no estado do Ceará. A fundadora da página e diversas pessoas que discutem a temática da população negra no Ceará ressaltam sobre esse pensamento que tanto foi implementado no estado, mesmo quando as pesquisas mostram que a população que se autodeclara preta quase dobrou nos últimos sete anos, como afirma a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)¹³⁹, de 2018, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁴⁰. A porcentagem da população declarada preta no Ceará passou de 2,9% para 5,3% entre 2012 e 2018. Com isso, o total de pessoas passou de 253 mil para 480 mil, o que foi um aumento de 82%.

-

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Entrevista concedida à autora em 23 de janeiro de 2020.

A PNAD foi iniciada no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. Ao longo do tempo, a PNAD passou por atualizações metodológicas, algumas restritas ao plano amostral, e outras relacionadas à abrangência e às conceituações dos aspectos pesquisados, em consonância com as recomendações internacionais. ela pesquisava, de forma permanente, características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e, com periodicidade variável, outros temas, de acordo com as necessidades de informação para o País, tendo como unidade de investigação o domicílio. foi encerrada em 2016, com a divulgação das informações referentes a 2015 e foi substituída, com metodologia atualizada, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que propicia uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional. Informações retiradas do site do IBGE pelo link: https://www.ibge.gov.br/.

¹⁴⁰ Constituiu-se no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. Informações retiradas do site do IBGE pelo link: https://www.ibge.gov.br/.

Por isso, acreditar que, no Ceará, não há pessoas negras é uma estratégia de apagamento das biografias de grandes lideranças negras cearenses, como Dragão do Mar, Preta Tia Simoa, dentre outras lideranças, uma prática do racismo estrutural que marginaliza e estigmatiza o negro e uma forma de silenciar sua identidade e cultura na formação da sociedade da Terra da Luz. Uma estratégia advinda do período abolicionista, como contextualizam os pesquisadores Franck Ribard e Eurípedes A. Funes (2020) no artigo Fortaleza, uma cidade negra na "Terra da Luz", do livro História de Negros no *Ceará*, que se perpetua até os dias de hoje.

> Neste sentido, a ênfase na autocelebração redencionista e abolicionista, bem como a sua constante memorialização na história do Ceará republicano, correspondem a um mecanismo de ocultação e de negação do processo de manutenção da exploração e coerção da população negra, oriunda da escravidão, racialmente estigmatizada. [...] Os "pretos" são poucos no Ceará, porque a escravidão foi pouco significativa. Mas a marca da cor é o bastante para discriminar, para olhar com estranhamento. (RIBARD; FUNES, 2020, p. 28)

Percebemos que este ideário se constituiu na sociedade cearense por séculos e moldou as estruturas sociais, no entanto, para as fundadoras da página, Marielle Franco¹⁴¹ e Elza Soares¹⁴², a narrativa elaborada é frágil e não comunga com suas percepções, pois, acreditam na existência de uma população negra, mesmo com dúvidas sobre a difícil adesão de pessoas negras em divulgarem seus trabalhos e/ou serviços no perfil que elas administram.

> E foi aí (que) a gente no dia, (eu) disse "mulher, vamos fazer?" Ela (disse) "Vamos!" Ela [a outra fundadora da página] já tinha uns contatos na época, com a dermatologista que ela conhecia e tudo mais. E partiu daí. E, no começo [do perfil], a gente pensou que não fosse dar tanta gente, porque, infelizmente, dizem que não tem pessoas negras no estado do Ceará. E tem! Só que foi totalmente diferente. E a gente queria mostrar isso, que tem pessoas negras, sim. Pessoas pretas, sim. E essas pessoas trabalham. São profissionais e estudam. (Marielle Franco¹⁴³)

Mapearam pessoas negras cearenses, o que ajudou no recorte inicial e depois, com a funcionalidade da página, faziam outros recortes e, à medida que a página ganhava

¹⁴¹ Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2020.

¹⁴² Entrevista concedida à autora em 23 de janeiro de 2020.

¹⁴³ Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2020.

espaço nas redes sociais, mais pessoas negras apareciam. Isso ajudou a página que, fazendo uso dessas técnicas, conseguiu o alcance de pessoas e entidades, e logo no primeiro ano de sua criação, tiveram uma boa audiência e diálogo com os usuários das redes sociais e a capilarização de outras estruturas como a imprensa local, organizações do setor de privado que discutem empreendedorismo, movimentos sociais, dentre outros.

Microsi S pare S pare

Imagem 2 – Foto das criadoras da página na capa Pop Empregos do jornal O Povo¹⁴⁴

Fonte: imagem retirada da página do Instagram

Vemos isto na imagem divulgada pela página com o recorte de uma matéria produzida pelo jornal $OPovo^{145}$, no dia 18 de novembro de 2019, onde aparece a foto das criadoras da página "Profissionais Negros do Ceará", Elza Soares¹⁴⁶ e Marielle Franco¹⁴⁷, na capa do caderno Pop Empregos com o tema "A Força da Cultura Negra". Na época, elas falaram sobre a funcionalidade da conta que serve como catálogo para divulgação de trabalhadores negros em todo o Ceará. Naquele período, o perfil já havia divulgado quase 200 perfis e já contava com mais de 6 mil seguidores, como conta a matéria do jornal.

Conclusão

Percebemos que o perfil contou com técnicas que permitiram sua entrada na internet e a consolidação do perfil nas redes sociais. No entanto, é necessário saber que houve desafios, pois a pauta não tem fácil aceitação, as interações nem sempre são

¹⁴⁴ Disponível em: @profissionaisnegrosce. Acesso em: 25 mai. 21.

Disponível em: https://mais.opovo.com.br/jornal/popempregosecarreiras/2019/11/18/a-cor-domercado-de-trabalho.html. Acesso em: 17 fev. 2021.

¹⁴⁶ Entrevista concedida à autora em 23 de janeiro de 2020.

¹⁴⁷ Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2020.

positivas e vale lembrar que a internet é um local em disputa. E que, diante de tantos avanços ocorridos, resta compreender como essas redes trazem estratégias que possibilitam a criação e ampliação da participação de pessoas, grupos, movimentos que, excluídos, tentam apresentar suas pautas, utopias, ideias e representações que colaboram para a construção de um espaço coletivo que se alimenta e retroalimenta, por meio da capacidade de desenvolver e fortalecer seus signos e linguagens neste local que também está em disputa pelo poder com suas curtidas, comentários e compartilhamentos.

Referências

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FUNES, Eurípedes A; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (orgs.); **História de negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora FI, 2020.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil**. 2018. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 mar. 2021.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2010.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2010.

"Democracia racial? Nada disso!": uma contribuição de Lélia Gonzalez para o jornal Mulherio

Thais Micaelle Ferreira Guimarães ¹⁴⁸ Ana Regina Rêgo ¹⁴⁹

Introdução

A história do povo negro e do povo não branco no Brasil vive à sombra do mito da democracia racial, que consiste na ideia de que não existe racismo no país e que, mesmo no período colonial, a exploração desses povos não se deu de maneira tão cruel. Os defensores dessa democracia racial negam a existência de discriminação racial, sob o argumento de que o Brasil é um país miscigenado, portanto, não haveriam "raças definidas". Essas pessoas ignoram que a miscigenação que apregoam é fruto justamente da exploração sofrida por mulheres negras, que foram sistematicamente estupradas pelos senhores da casa-grande.

E por falar em casa-grande, toda essa ideia de que não existe racismo no Brasil ganhou força após a publicação de *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Esse autor, dentre outras coisas, afirmou que o povo escravizado aceitou passivamente a escravização. E para fazer frente a essas ideias que dão sustentabilidade à sociedade racista brasileira é que vozes têm se levantado no decorrer da história. Uma delas é a intelectual Lélia Gonzalez, mulher negra, pesquisadora e política que, com sua extensa obra e grande atuação nos movimentos sociais, contribuiu nas reflexões sobre negritude, feminismo, classe e outras pautas que atravessam esses temas.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar o artigo *Democracia* racial? Nada disso!, escrito por Lélia Gonzalez e publicado no jornal feminista Mulherio, em 1981. A análise utiliza como processo metodológico o círculo hermenêutico elaborado com base na hermenêutica da consciência histórica proposta por Paul Ricoeur (2010).

¹⁴⁸ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFPI). E-mail: thaismicaelle@gmail.com

Doutora em Processos Comunicacionais pela UMESP com Estágio de Doutorado pela UAB-Barcelona. Pós-Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Professora do PPGCOM-UFPI. Orientadora do trabalho. E-mail: anareginarego@gmail.com

Para tanto, dividimos o artigo em duas partes, na primeira, trazemos a questão da negritude e do mito da democracia racial e também apresentamos o jornal feminista Mulherio. Na segunda parte detalhamos o conceito de círculo hermenêutico segundo Ricoeur e partimos para a análise do escrito de Lélia Gonzalez, utilizando esse processo analítico-interpretativo.

A questão da negritude no jornal Mulherio

Não há como se falar sobre negritude no Brasil sem levar em consideração o mito da democracia racial. Joaze Bernardino (2002, p. 249), em seu trabalho a respeito das ações afirmativas no contexto brasileiro de relações raciais, afirma que "a construção da nação brasileira está estruturada dentre outras coisas a partir do mito da democracia racial".

O autor aponta que o mito da democracia racial não nasceu com a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, mas foi através dessa obra que o conceito ganhou sistematização e status científico.

O mito da democracia racial ganhou sua elaboração acadêmica e alcançou o seu clímax por meio de Gilberto Freyre em seu *Casa Grande* & *Senzala* (1933), uma obra que viria a moldar a imagem do Brasil. Embora Freyre destaque o caráter sadomasoquista da cultura brasileira, o sadismo da casa-grande personificado no senhor de engenho e o masoquismo da senzala materializado na figura do escravo, o tom da sua obra é de otimismo em relação a um ambiente social gestado durante a fase colonial brasileira que favorece e é propício à ascensão social do mulato¹⁵⁰, tipo que tenderia a caracterizar num futuro próximo o Brasil. (BERNARDINO, 2002, p. 251)

Essa leitura corrobora a de Lélia Gonzalez (1988), quando esta fala do conceito de "racismo por denegação", que seria a negação de que existiria racismo em uma sociedade. Esse pensamento é típico das sociedades de origem latina, fruto do mito da democracia racial.

No caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o racismo por denegação. Assim, prevalecem as "teorias" da miscigenação, da assimilação e da "democracia racial".

-

¹⁵⁰ O termo mulato(a) não é mais utilizado, por ser considerado como uma expressão racista e pejorativa (https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/).

A chamada América Latina que, na verdade é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. (GONZALEZ, 1988, p. 72)

A autora igualmente nos apresenta o conceito de amefricanidade, expressão que se contrapõe à ideia imperialista de que a América Latina tenha sido formada (histórica e culturalmente) exclusivamente sob um viés branco e europeu. A autora exalta as influências africanas e indígenas na formação do povo latino. Para ela, reconhecer tais influências significa "reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos" (GONZALEZ, 1988).

E é nessa perspectiva que Bernardino (2002) vai além, quando soma ao mito da democracia racial a tese do branqueamento, compartilhada pela elite brasileira, sustentada por uma diminuição evidente da população brasileira negra em relação à população branca, fenômeno justificado, entre outros fatores, por uma taxa de natalidade e expectativa de vida mais baixas e também devido ao fato de a miscigenação passar a produzir uma população cada vez mais branca.

A "ideologia do branqueamento", como crava Gonzalez (1988), seria uma espécie de racismo mais sofisticado, capaz de, sutilmente, manter negros e indígenas em condição de inferioridade.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue", como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (GONZALEZ, 1988, p. 73)

bell hooks (2019) também formula a respeito da superioridade branca, que ela chama de supremacia branca. Em seus estudos, ela afirma que houve um momento em que essa expressão passou a expressar melhor, na sua visão, como se dava a exploração das pessoas negras ou não brancas.

É bastante visível (porém sutil) o movimento e o comportamento dito "evoluído", distante da perpetuação da discriminação, da exploração e opressão racista, mas que com frequência "mascara o quanto a supremacia branca está completamente difundida nesta sociedade, como ideologia e também como comportamento" (HOOKS, 2019, p. 232).

Voltando para Bernardino (2002), ele avalia que o mito da democracia racial, juntamente com a política de branqueamento desenvolvida no país trouxe algumas consequências práticas. A primeira delas foi o desenvolvimento da crença de que não existem raças no Brasil. Para o autor, essa recusa, no entanto, seria estratégica, e ocorreria somente "em momentos de conceder eventuais benefícios àqueles que são identificados como membros do grupo de menor *status*" (BERNARDINO, 2002, p. 255).

A segunda consequência, segundo Bernardino (2002), é que no lugar de raça, passou-se a admitir que no Brasil existe somente uma classificação baseada na cor, encarada meramente como uma questão de descrição objetiva da realidade, alheia a fatores políticos, econômicos ou sociais.

Já a terceira consequência, para o autor, é o fato de que qualquer tentativa de se falar em uma raça negra no Brasil é taxada como uma mera imitação de ideias estrangeiras, uma vez que em nosso país não existiriam raças, conforme acreditam.

São esses alguns dos desafios encontrados, sobretudo pelo povo negro ou não branco, mas também por todos aqueles que se somam à luta antirracista no Brasil. E foi em meio a essas tantas barreiras que, no início dos anos de 1980, o jornal Mulherio se propôs a tratar desse tema tão caro.

O Mulherio começou a ser pensado exatamente em 1980, por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC) que se dedicavam a estudar a condição da mulher no Brasil. Débora Mosqueira (2016) revela que o interesse da FCC em apoiar estudos relacionados à mulher surgiu ainda na década de 1970, com a criação do Coletivo de Pesquisas sobre a Mulher. A primeira edição do jornal veio no ano seguinte, em 1981. Foram rodadas ao todo 42 edições do jornal, em intervalos bimestrais. Todos os números foram editados exclusivamente por pesquisadoras e jornalistas mulheres.

A razão da escolha do nome Mulherio é informada na edição Nº 0 do periódico, publicada em março de 1981.

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, "gostosura". Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete "mulher" é apresentado no

dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: "1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa". Em seguida a definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: "à toa", "da comédia", "da rua", "da vida", "da zona", "da rótula", "do fado", "errada", "perdida", etc. – todas sinônimo de meretriz. As três exceções, "mulher de César" (de reputação inatacável), "mulher do piolho" (muito teimosa) e a cinematográfica "mulher fatal". Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete "homem": "de ação", "de bem", "de Estado", "de letras", "de negócios", etc. Mulherio, por sua vez, nada mais é do que "as mulheres" ou "uma grande porção de mulheres". É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática. (MULHERIO, mar./abr. 1981, p. 01)

Esta primeira edição funcionou como uma carta de intenções do jornal, que apresenta seus objetivos e fala sobre seu perfil editorial, sua estrutura e os conteúdos que pretende trazer em suas páginas. Nessa mesma edição, Adélia Borges, primeira editora do jornal, explica que a pauta seria definida pelo Conselho Editorial, composto por 16 mulheres, que eram ou jornalistas, ou professoras/pesquisadoras, todas comprometidas com a luta feminista no país.

De acordo com informações disponíveis no site da FCC¹⁵¹, a história do jornal é dividida em três fases. Na primeira, de março de 1981 a setembro de 1983, foram publicadas as 15 primeiras edições, sob a liderança da jornalista Adélia Borges e da pesquisadora Fúlvia Rosemberg. Já neste momento inicial, o projeto passa a contar com o apoio financeiro da Fundação Ford.

No ano de 1984 o jornal rompe com a FCC, dando início à segunda fase do Mulherio, mantendo a mesma equipe, ainda com apoio da Fundação Ford, mas com uma mudança, a jornalista Inês Castilho assume a editoria. Nessa segunda fase, em que foram editados mais 24 números do impresso, foi criado o Núcleo de Comunicação Mulherio.

Em 1988 ocorre uma nova mudança e o tabloide passa a se chamar Nexo, Feminismo, Informação e Cultura. Nesse terceiro momento são impressas as duas últimas edições do jornal, em junho e julho, respectivamente. Por questões financeiras (não havia mais o apoio da Fundação Ford), Mulherio teve seu fim decretado naquele ano.

1

¹⁵¹ Todas as edições do Mulherio são mantidas no acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic, da Fundação Carlos Chagas, e também se encontram disponíveis para consulta virtual: https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/capas2.html.

O periódico se destacou por ter conseguido uma durabilidade maior em relação aos demais jornais feministas da época e foi um verdadeiro sucesso editorial. Contava com algumas seções fixas, como o editorial, seção de cartas, Mulheres em Ação, Pesquisa, Leitura, Cinema, Cozinha (pequenas notas), além de reportagens especiais e artigos, dentre outros conteúdos.

Os temas eram dos mais diversos, e essa pluralidade foi demonstrada já na primeira edição do periódico. Havia, portanto, um esforço evidente do jornal em difundir os mais diversos assuntos que atravessavam a condição da mulher. É importante ressaltar, sobretudo, o grande espaço concedido à pauta da negritude em todas as edições do Mulherio, o que pode ser atestado pelo lugar de destaque que teve Lélia Gonzalez, que integrou inclusive o conselho editorial do impresso, e contribuiu com artigos e pesquisas importantes.

Tal abertura seria o reflexo de uma mudança de paradigmas no feminismo, quando se chegou à compreensão de que não se podia mais ignorar e tampouco secundarizar o debate racial. Para bell hooks (2018, p. 89), nenhuma intervenção mudou mais a cara do feminismo "do que a exigência de que pensadoras feministas reconhecessem a realidade de raça e racismo".

Com isso, pretendemos analisar o artigo escrito por Lélia Gonzalez na quinta edição do jornal, intitulado *Democracia racial? Nada disso!*, buscando compreender a narrativa construída no texto, tendo como base a hermenêutica da consciência histórica e o círculo hermenêutico, propostos por Ricoeur (2010).

"Democracia racial? Nada disso!": análise do artigo de Lélia Gonzalez publicado no Mulherio

Para analisar o artigo escrito por Lélia Gonzalez, seguiremos a proposta da hermenêutica da consciência histórica proposta por Ricoeur em sua obra *Tempo e Narrativa* (2010). A hermenêutica ricoeuriana, segundo Gonçalves (2017), articula "as operações de compreensão e interpretação dos textos, como forma de construir a realidade e marcar a pertença ao mundo" (GONÇALVES, 2017, p. 11). A partir desse conceito analisaremos o artigo tomando como base o círculo hermenêutico definido pelo filósofo.

De acordo com Gonçalves (2017), o círculo hermenêutico traduz a relação intensa entre o narrador, o texto e seus leitores, e seria através da narrativa que o leitor teria acesso ao vivido e, ao mesmo tempo, por meio do vivido o leitor se ligaria ao autor.

O círculo hermenêutico envolve três fases: mimesis I, mimesis II e mimesis III:

O círculo hermenêutico ricoeuriano passa pela pré-compreensão comum do mundo no ato interpretativo (mimesis I), ao momento de configuração textual, que coincide com o texto construído como intriga (mimesis II) para então chegar ao processo de refiguração na recepção (mimesis III) e que envolve o papel recriador do leitor. (GONÇALVES, 2017, p. 78)

Nesse processo interpretativo, Ricoeur defende que seja dada ao leitor autonomia para que ele possa agir diante do texto,

Construindo interpretações e reconstruindo a narrativa a partir do ato de leitura. Todo um leque de casos se abre por esse fenômeno de interação: da confirmação ideológica da ordem estabelecida, como na arte oficial ou na crônica do poder, até a crítica social e mesmo a derrisão de qualquer real. Mesmo a extrema alienação com relação ao real ainda é um caso de intersecção. Essa fusão conflituosa dos horizontes não deixa de estar relacionada com a dinâmica do texto, em particular com a dialética da sedimentação e da inovação. (RICOEUR *apud* GONÇALVES, 2017, p. 81)

Por outro lado, Ricoeur (2010) alerta que não se pode confundir a autonomia do leitor com uma liberdade para fazer interpretações grosseiras e distantes da realidade. Haveria assim um limite, pois, como aponta o autor, já que "a leitura está no texto, mas a escritura do texto antecipa as leituras por vir" (RICOEUR *apud* GONÇALVES, 2017, p. 82).

Ricoeur (2010) também enfatiza a importância das referências no ato de interpretação das narrativas. Poderíamos definir como referências o repertório cultural ou os projetos ético-políticos de determinado contexto histórico que nos possibilitam "compreender o sentido exposto no mundo da obra e até mesmo apreender o sujeito e sua subjetividade" (GONÇALVES, 2017, p. 83).

Diante disso, partimos para a análise do artigo de Lélia Gonzalez. O texto saiu na quinta edição do jornal (N° 4), em novembro de 1981, publicado na terceira página do impresso, na sessão intitulada Negra, da qual a autora foi uma das principais articulistas.

Democracia racial? Nada disso!



Mulherio Nº 4, novembro-dezembro de 1981. Fonte: Fundação Carlos Chagas

Lélia Gonzalez inicia o artigo fazendo menção a um material publicado na edição anterior do jornal, tratava-se de uma pesquisa realizada por ela sobre a condição da mulher negra no Brasil. A partir dos dados revelados por essa pesquisa, ela levanta uma série de questionamentos a serem feitos pelas pessoas negras.

No número passado de Mulherio a gente viu que o racismo e a discriminação racial são coisas bem concretas e responsáveis por desigualdades terríveis, que vão desde o salário que a gente ganha até os problemas de nossa estrutura familiar. Mas como é que esse racismo funciona na cabeça da gente e dos outros? Como é que se sente isso no dia-a-dia? De que maneira as mulheres e os homens brancos tratam a gente? E os homens negro? Qual tem sido o nosso papel na família e na comunidade a que pertencemos? (GONZALEZ, 1981, p. 3)

Na sequência, a autora, no intuito de tentar ela mesma responder essas perguntas, parte para um quadro resumido da história do povo negro no Brasil. Ela volta para a época em que o europeu chegou à África, tirando as pessoas de suas terras, transformando-as em mercadorias. Gonzalez então destaca a situação específica das mulheres negras, que foram exploradas tanto no campo, na lavoura, como dentro da casa-grande, além de serem exploradas, violadas, estupradas.

A diferença entre a exploração sofrida pelo homem e a exploração da mulher negra é lembrada por Angela Davis (2016), quando a autora fala que a postura dos senhores em relação às mulheres escravizadas se dava por conveniência, ou seja, quando era lucrativo a exploração dessas mulheres no trabalho pesado elas eram vistas como desprovidas de gênero, no entanto, "quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas" (DAVIS, 2016, p. 19).

No artigo, Gonzalez destaca que essas mulheres, nos reinos e impérios africanos de onde vieram, eram tratadas com um grande respeito, e em muitos lugares chegavam a ter inclusive participação política. Com isso, ela confronta o mito da democracia racial no Brasil, que levanta a bandeira da miscigenação, ignorando como se deu esse processo.

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é prova da "democracia racial" brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é "mulher fácil", de que é "boa de cama" (mito da mulata), etc. e tal. (GONZALEZ, 1981, p. 3)

Em seguida, a intelectual tece uma dura crítica a alguns setores artísticos e culturais, como as escolas de samba e as gafieiras, as quais ela chama de "modernas senzalas onde os 'sinhozinhos' brancos vão exercitar sua dominação sexual", (GONZALES, 1981, p. 3). Essa crítica nos remete ao conceito de supremacia branca, adotado por bell hooks (2019), quando ela fala que é a partir dessa supremacia que pessoas negras são socializadas para incorporar valores e práticas da branquitude, e que por isso podem acabar exercendo "controle supremacista branco" sobre outras pessoas negras.

Voltando para o artigo do jornal, mais adiante Gonzalez fala de outra "mentira histórica", que é a de que o povo negro aceitou passivamente a escravidão e a ela se adaptou docilmente, devido à cordialidade dos senhores. "Como prova disso, dizem que a mãe-preta foi o modelo dessa aceitação. Mas a gente pergunta: ela tinha outra escolha?", (GONZALEZ, 1981, p. 3). Ao final do texto, ela enaltece a força da mulher negra, que sofreu todas as violações possíveis e ainda foi usada como exemplo para falsear uma realidade em torno de uma dita democracia racial.

Ao analisarmos o artigo de Lélia Gonzalez, detectamos um exemplo prático do círculo hermenêutico proposto por Ricoeur (2010). O texto analisado foi construído com base nas narrativas produzidas pelos antepassados da autora a partir da experiência por

eles vivenciadas (mímesis I), enquanto a materialização dessa narrativa se deu pela configuração textual (mímesis II), e, finalmente, foi possível a interpretação e a refiguração desse texto (mímesis III) por meio do presente artigo, que, com base em contribuições de outros autores, também questiona a dita democracia racial.

Em seu texto, Gonzalez refuta essa ideia de democracia racial com base em fatos históricos, que eram maquiados ou encobertos no sentido de negar a existência de discriminação racial no Brasil. Daí a importância da configuração de sua narrativa.

Por fim, o presente trabalho também levou a autora, em mímesis 3, a contestar a tal democracia racial, um fenômeno que é explicado por Ricoeur (2010), quando ela afirma que é apenas na leitura que o dinamismo da configuração do texto conclui seu percurso, e para além da leitura, na ação efetiva é que a configuração do texto se converte em refiguração.

Considerações finais

Por meio deste artigo, buscamos analisar o escrito de Gonzalez no jornal Mulherio, que já naquela época, 1981, questionou o mito da democracia racial no Brasil, que vem até hoje contribuindo para a manutenção do racismo estrutural. Essa ideia de democracia racial, tanto serve para ludibriar os incautos, como é também utilizada pelas pessoas brancas para negar a existência de discriminação racial no Brasil, é o chamado racismo por denegação, como mencionamos no início do trabalho.

Desta forma, o artigo escrito por Gonzalez deve ter servido para reflexão justamente de um público de pessoas brancas que, mesmo consideradas aliadas do movimento negro, vez ou outra deveriam reproduzir algum tipo de atitude a partir desse mito da democracia racial e fortalecidas pela supremacia branca, como pontua bell hooks (2019).

Já a partir da interpretação desse texto nos dias atuais, entendemos que talvez o mito da democracia racial ainda demore para ser erradicado, considerando que há décadas inúmeras vozes já vêm se levantando no intuito de combatê-lo.

Referências

BACELAR, G. O colorismo é um assunto nosso? **Portal Geledés**, 08 ago. 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-colorismo-e-um-assunto-nosso/?noamp=available. Acesso em: 12 jun. 2021.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**. Epub 16 dez. 2002. V. 24, n. 2, p. 247-273. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002. Acesso em: 12 jun. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONÇALVES, T. C. A. F. A. **Litericultura:** as narrativas de um presente do passado na imprensa literária do início do século XX. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, no. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, L. Democracia racial? Nada disso! In: **Mulherio**, São Paulo, nov.-dez. 1981, ano I, N° 4.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, B. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

LAGE, L. R. Contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur para uma teoria da narratividade jornalística. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 15, p. 09-19, 2018.

MÉNDEZ, C. 18 expressões racistas que você usa sem saber. **Portal Geledés**, 19 nov. 2016. Disponível em: https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/. Acesso em: 13 jun. 2021.

RICOEUR, P. A marca do passado, Tradução de Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. **História da Historiografia**, n. 10, p. 329-350, 2012.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa:** o tempo narrado. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa:** o tempo narrado. Tomo II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa:** o tempo narrado. Tomo III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.

SALES JR, R. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social**. Epub nov. 2006. V. 18, n. 2, p. 229-258. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200012. Acesso em: 12 jun. 2021.

Páginas da resistência à ditadura no Paraná: os jornais alternativos Maria, Boca no Trombone e Nosso Tempo nas lutas políticas dos anos 1980

> Maria Helena Denck Almeida¹⁵² Karina Janz Woitowicz¹⁵³

Introdução

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a imprensa alternativa atuou como espaço de denúncia, crítica e reivindicação de direitos, envolvendo os mais diversos setores da sociedade. Fazer jornal consistia em uma prática de resistência duramente combatida pelo governo militar, principalmente nos anos de maior repressão, marcados pelos rigores do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 1968, que resultou, entre outras coisas, no fechamento do Congresso Nacional, na instauração da censura prévia e na suspensão de direitos políticos.

Por imprensa alternativa compreende-se os jornais na maioria das vezes de pequena circulação, produzidos sem estrutura financeira ou mesmo profissional, com envolvimento de militantes que entendiam exatamente o papel da imprensa na defesa da democracia: informar, denunciar, promover o debate, formar a opinião, mobilizar as pessoas, contrapor versões dos acontecimentos. Estima-se que mais de 150 periódicos nasceram e morreram neste período (KUCINSKI, 2003), representando a diversidade de grupos, organizações de esquerda e movimentos sociais.

Sabe-se, contudo, que há um número muito maior de experiências de imprensa alternativa que marcaram o período em todo país e permanecem desconhecidas. Pelas pesquisas e registros em torno da memória da ditadura no Brasil – principalmente a partir do trabalho desenvolvido pela Comissão da Verdade em diferentes estados – tem sido possível recompor fragmentos dessa história. Relatos, documentos e estudos revelam que

-

¹⁵² Estudante do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Araucária e integrante do grupo de pesquisa Jornalismo Cultural e Folkcomunicação. Email: denckalmeidamh@gmail.com

¹⁵³ Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo Cultural e Folkcomunicação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. Email: karinajw@uepg.br

há lacunas acerca desse passado recente da nossa história e que ainda há muito a ser descoberto sobre pessoas perseguidas, presas, torturadas e assassinadas, bem como sobre as resistências que protagonizaram.

Ao longo do presente artigo, serão levantados elementos que buscam recuperar a atuação da imprensa alternativa no Paraná, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Tratam-se de registros que, ainda que de modo parcial, apontam para a importância da imprensa como porta-voz dos movimentos sociais, com base nas experiências dos jornais Maria, Boca no Trombone e Nosso Tempo, que circularam no Paraná nos anos 1980. O percurso soma-se aos estudos sobre o tema, à medida que descortina fragmentos de uma imprensa de resistência no Estado.

Jornalismo alternativo e as vozes da resistência no Paraná

A imprensa alternativa produzida no período da ditadura civil-militar, assim reconhecida por se distanciar das relações de poder hegemônico e dos interesses mercadológicos (GRINBERG, 1987), pode ser considerada parte importante do processo de organização da sociedade a partir de grupos e setores que se mobilizavam para lutar pela democracia. No entanto, embora algumas experiências estejam presentes na história da mídia no país – a exemplo de jornais como O Pasquim, Pif Paf, Movimento, O Bondinho, Opinião, Em Tempo, Coojornal, Versus, entre dezenas de outros periódicos de partidos, sindicatos, estudantes e movimentos de resistência – ainda há muitas lacunas no que se refere a registros jornalísticos, principalmente daqueles veículos que se situam fora dos principais centros urbanos. Sabe-se que, ao longo do período de ditadura, circularam diversos periódicos que, em alguns casos, não passaram da primeira edição devido aos rigores, perseguições e dificuldades técnicas e estruturais que marcaram o período.

No Paraná, são poucos e imprecisos os registros da imprensa alternativa referentes ao período. Kucinski (2003), responsável por um dos mais completos levantamentos sobre a história da imprensa alternativa no Brasil, identifica, entre cerca de 150 periódicos catalogados em arquivos públicos e privados, a existência de oito veículos no Paraná: da cidade de Londrina, os jornais Terra Roxa (1973), Poeira (1974), Viver (1975), Brasil Mulher (1975) e Paraná Repórter (1980); de Curitiba, os jornais Scaps (1975) e Boca no Trombone (1980); e de Maringá, o jornal Etc (1977). Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, sabe-se ainda da existência dos jornais paranaenses Nosso Tempo (1980),

Jornal Flâmula (1960), Jornal da União Paranaense dos Estudantes e Voz do Paraná (anos 1970), além dos periódicos feministas Boletim do Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo Paraná (1977), Maria (1984) e aqueles publicados logo após a abertura política: Jornal da Mulher (1986), Boletim da Mulher (1986) e Boletim do MPMP (1986).

Ao recuperar a história do jornal Voz do Paraná, Antonelli (2019) destaca a atuação do periódico durante os anos 1970 e a censura imposta ao periódico. Evidencia, assim, a repressão praticada pelo governo militar. "O grupo estadual Tortura Nunca Mais estima que quatro mil foram presos apenas no Paraná. Desses, no mínimo, mil sofreram tortura no estado. O número pode ser muito maior" (ANTONELLI, 2019, p. 63-64). De acordo com o autor, as principais cidades que se tornaram centros de tortura no estado foram Curitiba, Apucarana, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa.

Ao tratar da resistência à ditadura, é oportuno registrar a participação feminina, que costuma ficar invisibilizada em meio às narrativas sobre o período (POPADIUK, CARMARGO, WOITOWICZ, 2017). De acordo com dados levantados pela Comissão Nacional da Verdade, cerca de 11% dos mortos e desaparecidos no período da ditadura são mulheres. Segundo o projeto Brasil: Nunca Mais, foram 884 as mulheres presas e denunciadas à Justiça Militar no período 154. Laura Bordin e Suelen Lorianny (2013) registram, entre as mulheres que atuaram na luta contra a ditadura no Paraná, as militantes Teresa Urban 155, Noemi Osna Carriconde, Judite Barboza Trindade, Elisabeth Fortes, Zélia Passos e Clair da Flora Martins. É oportuno destacar que Teresa e Noemi atuaram no jornal da União Paranaense dos Estudantes e que a primeira também integrou a equipe do alternativo Voz do Paraná, que empregou jornalistas de esquerda, que haviam sido banidos das redações (FERNANDES, 2014; ANTONELLI, 2019). Ao lado delas, muitas outras mulheres 156 se fazem presentes na resistência ao autoritarismo, conforme é possível observar nas páginas dos jornais analisados.

MOSER, Sandro. Livro resgata o papel das mulheres na ditadura. Gazeta do Povo, 02/10/2013. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/livro-resgata-o-papel-das-mulheres-na-ditadura-34952yy4pbxhewjfq0xgz9b2m#ancora.

¹⁵⁵ A Comissão da Verdade do Paraná leva o nome da jornalista, conforme segue: "Por representar o combate e a resistência à ditadura civil-militar, por sua intransigência em relação aos princípios que pautaram sua vida, por sua crítica e por sua sensibilidade é que esta comissão, em homenagem à sua história e à sua memória, nomeou-se Comissão da Verdade do Paraná Teresa Urban" (PARANÁ, 2014, p. 19).

¹⁵⁶ Registra-se a existência de pelo menos três organizações feministas no Paraná no período da ditadura: Movimento Feminino pela Anistia no Paraná, Movimento de Mulheres Oito de Março e Movimento Popular de Mulheres do Paraná.

Por esses registros, sabe-se que a repressão às vozes de resistência e a perseguição aos opositores foram práticas que acompanharam o autoritarismo político dos militares no poder. E a imprensa, à medida que figurava como porta-voz de grupos e movimentos, agia como um espaço de disputa contra-hegemônica, sofrendo os rigores da censura e das práticas repressivas.

Para ilustrar parte das lutas travadas por militantes pela democracia no cenário paranaense, por meio da imprensa alternativa, a presente pesquisa estabeleceu um recorte temporal que considerou as seguintes publicações que circularam no início dos anos 1980: Maria, Boca no Trombone e Nosso Tempo. Foram analisadas as edições destes periódicos a partir das características da imprensa alternativa, de modo a contribuir para a valorização das experiências de jornalismo que se apresentam como práticas de militância política no período considerado, com ênfase nas temáticas referentes aos movimentos sociais do Paraná.

A primeira etapa do estudo envolveu pesquisa bibliográfica e documental sobre a ditadura civil-militar e a imprensa alternativa do período, em que foram considerados o Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban (PARANÁ, 2014) e estudos que tratam, direta ou indiretamente, da imprensa alternativa na luta contra a ditadura (CONRADI, 2015; KNAPIK, 2005; POPADIUK, SCHMITT, WOITOWICZ, 2019, ANTONELLI, 2019, BORDIN, LORIANNY, 2013; BRAGGIO, FIUZA, 2019; OLIVEIRA, 2017).

Em seguida, foram observados os conteúdos publicados nos jornais Boca no Trombone¹⁵⁷, Nosso Tempo¹⁵⁸ e Maria¹⁵⁹ para realização da análise, a partir de critérios como orientação editorial, temáticas predominantes e aspectos discursivos, embasados pela bibliografia de referência. Também foi considerada a relação com movimentos sociais como um eixo de leitura dos textos. Importante destacar que o corpus da pesquisa ficou condicionado ao acesso às fontes e compreende a única edição publicada do jornal Boca no Trombone, produzido por um grupo de oposição política; uma das duas edições do jornal Maria, do grupo feminista 8 de Março; e uma seleção de três edições (uma por

157 Versão digital (edição única) disponível no site Ditadura em Curitiba: https://ditaduraemcuritiba.com.br/
 158 Versão digital disponível no site http://www.nossotempodigital.com.br/. Também serão considerados textos sobre o jornal publicados no site Documentos Revelados:

https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/.

¹⁵⁹ Versão digital disponibilizada pelo projeto Mulheres de Luta, coordenado pela professora Cristina Sheibe Wolff na Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio da Capes.

ano) do jornal de militância política Nosso Tempo nos seus primeiros anos de existência durante o governo militar.

Experiências dos jornais Maria, Boca no Trombone e Nosso Tempo

Os jornais alternativos apresentam como característica comum a vinculação com determinados movimentos sociais e/ou partidos políticos. No caso dos jornais selecionados para esta pesquisa, as relações com grupos específicos se revelam nos temas de interesse dos jornais e na própria composição da equipe. Destacam-se, portanto, grupos feministas, categorias de trabalhadores e partidos de esquerda.

O jornal Maria, de Curitiba, iniciado em 1984, tinha como objetivo fazer um acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres 8 de março, além de trazer textos que discutiam as situações vivenciadas por mulheres em diferentes condições no Brasil. Com Terezinha Cardoso como a responsável pelo jornal, o periódico abordava diversos temas, como o planejamento familiar, a participação das mulheres na política brasileira e o feminismo na América Latina.

De acordo com a pesquisa de Conradi (2015), em 1982, Teresinha ingressa no movimento feminista 8 de Março e passa a atuar na produção do jornal Maria, que trazia questões específicas à causa das mulheres. O jornal, que teve apenas duas edições, era financiado pelas próprias participantes do movimento 8 de Março, de forma colaborativa. "Não havia uma liderança específica, mas havia especialistas sobre determinados assuntos nos espaços, o que fomentava o debate entre elas" (CONRADI, 2015, p. 110).

Imagem 1: Capa da 2ª edição do jornal Maria (dezembro/1984)



Fonte: Acervo do projeto Mulheres de Luta (LEGH/UFSC)

A edição número 2 do jornal Maria, com 8 páginas, relaciona a vivência de mulheres com as situações cotidianas de um país vítima de um golpe de Estado. Em todas as páginas, é possível perceber a posição das militantes diante da política vigente e de suas consequências. Matérias sobre a mulher do campo, o acesso às creches e a saúde da mulher são exemplos de maior evidência.

Pode-se dizer que o jornal consegue capturar a essência do jornalismo alternativo na resistência contra a ditadura, tanto pelo caráter social quanto pela linguagem combativa e simples ao abordar temas sensíveis. O jornal conta com algumas colaboradoras, mas a maioria de seus textos descreve posicionamentos de líderes do movimento, palestras ministradas por mulheres em universidades e eventos sobre a posição das mulheres na sociedade da época, na política e na educação, considerando o contexto de violência e repressão vivenciado no país.

Em matéria intitulada "A mulher na luta pela terra", a autora Célia Gouvêia demonstra o posicionamento do jornal diante da ditadura civil-militar e reforça o quanto é necessário que todas as mulheres do Brasil se unam em resistência, já que também foram parte das movimentações que colaboraram para que os militares chegassem ao poder. "Nós, mulheres, temos uma responsabilidade histórica para com o país, pela nossa presença maciça nas marchas que legitimaram o golpe militar" (Maria, 1985, p. 3). No mesmo texto, Gouvêia cita os objetivos do movimento feminista do Brasil de fazer com que mulheres tomem seu lugar de direito.

Por sua vez, o jornal Boca no Trombone, também de Curitiba, atuante em 1980, foi um projeto colaborativo entre jornalistas e apoiadores com forte viés político. O objetivo proposto pela equipe, cuja diretora era Noemi Rosna Carriconde, era conseguir dar espaço para as pessoas que, no momento, não dispunham de uma voz política no país. Na única edição do periódico, são discutidos diversos temas, como os movimentos sociais envolvendo metalúrgicos, professores e estudantes, além de questões das regiões periféricas, sofrendo com as consequências da grave crise econômica causada pelo governo ditatorial.

Com 16 páginas, o jornal expressa claramente sua posição sobre as ações do governo que prejudicavam o Paraná e o Brasil, como a dívida externa, a inflação, a situação das periferias, a falta de saneamento e os gastos do governo com a saúde que não conseguem conter crises. A equipe reforça a importância dos colaboradores no jornal para falar sobre a inclusão de pessoas ignoradas pela mídia, como representantes de movimentos sociais. Metalúrgicos, estudantes e sindicalistas são citados diversas vezes e

há a menção de partidos políticos específicos, como o PT e o PMDB. Mesmo em editorias que parecem não ser relacionadas com política de imediato, como a de esportes, as crises são tema principal, com títulos tristes e um reforço sobre a situação do país.

Periferia

A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A periferia
A perif

Imagem 2: Capa do jornal Boca no Trombone (Outubro/1980)

Fonte: Projeto Ditadura em Curitiba (UFPR)

A linha editorial do jornal propõe um trabalho com colaboradores, e, somente na edição analisada, 24 colaboradores são citados no expediente. Todos trabalham como editores, escritores ou ilustradores, entre outras funções presentes nas páginas do periódico.

Um dos destaques da edição é a página 7, composta por quatro matérias que descrevem a situação da saúde no Paraná e os motivos pelos quais ela está falhando. O jornal chama a seção de "Estamos mal da saúde", o que se prova verdadeiro a partir da análise dos diferentes acontecimentos descritos. Na primeira situação, é descrito o Programa Nacional de Ações Básicas de Saúde, plano que o jornal descreve como fruto do capitalismo. Durante a matéria, Boca no Trombone acusa o governo de desejar somente o mínimo de saúde para as populações mais pobres, para que continuem sendo mão de obra barata.

Ainda na mesma seção de matérias, é discutida a morte de 200 crianças por causa do sarampo no Paraná, entre janeiro e setembro de 1980. O jornal utiliza-se da fala de um morador de uma região que foi infestada pelo sarampo, reforçando o caráter alternativo e o objetivo do jornal de dar voz para aqueles que não apareciam nos jornais paranaenses tradicionais da época.

O terceiro veículo que compreende a pesquisa, o jornal Nosso Tempo, de Foz do Iguaçu, atuou durante o período de 1980-1994, estando presente durante o final da ditadura civil-militar e o começo da redemocratização, permitindo a análise das diferenças editoriais com a passagem dos anos. Entre os jornais analisados, é o que conta com as edições mais extensas, entre 20 e 30 páginas. Além disso, também é o jornal que mais recebe a atenção da publicidade, com páginas repletas de propagandas de serviços e personalidades da cidade de Foz do Iguaçu. Segundo a equipe do jornal, a proposta é mudar o perfil dos jornalistas do Paraná e tratar o jornalismo com mais engajamento e crítica que os outros jornais da época.

Para a presente pesquisa, foram analisadas edições de 1980 até 1983, publicadas durante o período da ditadura. Diversos temas são abordados nas edições selecionadas, como questões envolvendo política e partidos em Foz do Iguaçu, propriedade de terra, tortura e prisões e, mais tarde, entre 1982 e 1985, crimes marcantes da cidade. Entre os jornais analisados, Nosso Tempo conta com menos colaboradores em sua composição, abrindo espaço na coluna "Psiu", com suposições, denúncias e piadas enviadas pelos leitores.

Imagem 3: Capa da primeira edição do jornal Nosso Tempo (Dezembro/1980)



Fonte: Arquivo do projeto Documentos Revelados (Aluízio Palmar)

Nosso Tempo tem uma primeira edição característica do jornalismo alternativo, reforçando desde o início o caráter engajado, analítico e crítico dos textos do jornal, que

começa a edição falando sobre a tortura característica do Brasil do período de ditadura civil-militar, com relatos gráficos de presos que sofreram métodos diferentes de tortura enquanto respondiam por aquilo que havia levado às suas prisões. Além disso, textos marcantes sobre a presença do hábito das propriedades ilegais em Foz do Iguaçu reforçam a desigualdade social presente no período. O periódico aposta em títulos chamativos e com linguagem popular para suas matérias, característica também marcante de alguns jornais alternativos, como "Drama no Paraguai: Brasileiros estão comendo o pão que o diabo amassou" (1980, p. 6).

A capa da primeira edição já demonstra o posicionamento do jornal diante das torturas perpetradas nas delegacias de todos os estados do Brasil, com a ilustração de um homem pendurado no pau-de-arara, enquanto um homem segura sua cabeça e outros dois homens, claramente uniformizados, queimam cigarros em seu rosto.

A temática da tortura é mantida durante outras edições do jornal (OLIVEIRA, 2017), já que na edição número 100, de dezembro de 1983, consta uma matéria que descreve a tortura de um jovem preso acusado de roubar um carro, mesmo tendo testemunhas que afirmam que, no dia do crime, ele estava em uma festa. O jornal descreve abertamente os métodos utilizados para fazer com que ele confessasse ao roubo do carro, como espancamento, pau-de-arara e choques, todos métodos muito utilizados durante o período da ditadura civil-militar.

Vínculos com movimentos sociais na imprensa alternativa

Uma das características mais marcantes da imprensa alternativa durante a ditadura civil-militar no Brasil foi sua associação com diferentes movimentos sociais para que fosse firmada uma relação de confiança e de apoio entre jornalistas e ativistas que, em conjunto, lutavam pela restauração da democracia no país. Em diversas experiências jornalísticas alternativas brasileiras, a aproximação com os movimentos sociais mais presentes na resistência contra a ditadura representava uma tentativa de tornar o jornalismo mais popular (KUCINSKI, 2003), trazendo à tona as notícias que não apareciam em jornais da grande imprensa.

Na experiência do jornal Boca no Trombone, foi firmado um relacionamento muito próximo com o movimento estudantil presente no Paraná. Na única edição, é reforçado o apoio da equipe jornalística à União Paranaense dos Estudantes (UPE), desmontada e considerada ilegal pelo AI-5. O relacionamento entre a UPE e o jornalismo

alternativo paranaense não é incomum, já que outra experiência, o jornal universitário Flâmula, demonstra ter ideais semelhantes aos da UPE (BRAGGIO; FIUZA, 2019).

Da mesma maneira, Boca no Trombone toma uma posição clara e protetiva de apoio aos professores do estado durante uma greve em 1980. Na matéria de destaque, o jornal assume o papel de investigador do poder público, desmontando as mentiras contadas pelo Secretário de Educação e Cultura, da época, Edson Machado, sobre os professores grevistas, em uma tentativa de desmoralizar e formar a opinião pública sobre a greve.

Além de apoiar o movimento estudantil, o jornal demonstra seu apoio ao Sindicato dos Pedreiros de Curitiba e detalha a situação da eleição da Chapa 2, a oposição, que sofreu uma anulação considerada pelo Boca no Trombone como uma tentativa de silenciar os envolvidos. A equipe também reforça a questão salarial dos trabalhadores que prestam o serviço de pedreiros, já que seus salários ainda eram muito baixos.

O jornal Maria tem um relacionamento ainda mais firme com o movimento feminista no Brasil, considerando que o jornal é uma agenda de acontecimentos envolvendo o Movimento de Mulheres 8 de Março. Na descrição de uma palestra de Maria Carneiro da Cunha sobre o lugar de mulheres no poder público brasileiro, é concluído que, além dos números baixos de mulheres no poder, as que chegam em posições altas somente são respeitadas por homens porque reconhecem seus comportamentos como repetições das atitudes masculinas.

Maria também relaciona o movimento feminista com outros movimentos sociais importantes, como o da luta pela terra. Em duas matérias diferentes, o jornal reafirma o quanto essa luta modifica a vivência de mulheres no Paraná. Na primeira, é abordada a desapropriação dos lotes das terras de famílias próximas ao lago da hidrelétrica de Tucuruí por meio da Eletronorte, em 1978, e como esse acontecimento modificou a estrutura das famílias e fez com que mulheres tivessem que se arriscar em meio à mata para plantar e criar os filhos. Na segunda matéria, em forma de análise, é reforçada a marginalização das mulheres do campo, que, além de cuidar dos filhos, trabalham com a agricultura, mas não recebem o mesmo reconhecimento. O jornal, ao associar os dois movimentos, consegue tornar os textos mais populares e influenciar mulheres para que participem da política, para que representem as mulheres que não têm voz.

Em matéria sobre as creches de Curitiba, o jornal relaciona a vivência de mulheres com movimentos envolvendo a educação no Paraná. Ao trazer depoimentos de responsáveis pedagógicas pela creche Demave, creche alternativa criada por mães, pais e

responsáveis de periferias de Curitiba cansados de esperar por vagas, o jornal demonstra o descaso do governo estadual, que deixa creches sem vagas, materiais e profissionalização.

O jornal Nosso Tempo é o que apresenta abordagem mais ampla, por tratar de mais assuntos e ter mais edições que os outros dois jornais abordados. Uma das temáticas mais comuns nas edições é a de posse da terra, quando o jornal assume sua posição aliada ao movimento de luta pela terra. Em matéria sobre o Lote Grande, na primeira edição do jornal, são discutidos os conflitos envolvendo os proprietários do lote, a família Shimmelpfeng, e os posseiros que ocupavam o território. O periódico fica ao lado dos posseiros, afirmando que as pessoas que ocupavam o local cultivaram a terra e não trouxeram prejuízos ao proprietário original.

Da mesma forma, o *Nosso Tempo* dá lugar para as pessoas que antes não eram representadas pelos jornais de Foz do Iguaçu. Um grande exemplo é a seção Povão, presente na primeira edição, que traz denúncias de moradores humildes de locais abandonados pelo governo. O jornal representa as denúncias sobre proprietários de terra perturbando moradores para que saiam de suas casas e a denúncia sobre a falta de sinalização em Foz do Iguaçu em três pequenos textos.

Da mesma forma, na edição 18, de 1981, Nosso Tempo descreve a Marcha dos Agricultores, em uma matéria longa, de quatro páginas, em que são descritas diferentes situações do conflito. Em destaque, fica a análise por parte do jornal sobre a cobertura jornalística feita no Paraguai sobre o mesmo conflito, que, segundo periódico, segue uma linha mais tímida e cuidadosa, com medo de contrariar a Itaipu.

Pelos registros aqui apresentados, referentes aos três jornais em questão, fica evidente o lugar de apoio e visibilidade às lutas sociais e políticas que marcaram os anos 1980 — entre a denúncia ao autoritarismo político e a luta pela democracia — em um momento em que a formação de alianças e a projeção de vozes dissonantes configuram estratégias de resistência.

Considerações finais

A partir da caracterização dos jornais que atuaram no enfrentamento à ditadura, com ênfase no estabelecimento de vínculos com movimentos sociais, conforme exposto ao longo do texto, pode-se dizer que os jornais Boca no Trombone, Maria e Nosso Tempo

colaboram para a memória do jornalismo alternativo paranaense da década de 1980, preservando, por meio de matérias e editoriais, a tendência investigativa e de resistência.

Os resultados da pesquisa, além de reforçarem a percepção sobre a diversidade de experiências e propostas que marcam a imprensa alternativa na época, retratam as pautas gerais e específicas referentes ao contexto social e político, colocando em evidência o processo de organização e mobilização em defesa de direitos e da própria democracia tematizado nas páginas dos jornais.

Apesar do número ainda limitado de pesquisas e registros sobre a resistência contra a ditadura civil-militar no Paraná, a existência de acervos de jornais como os analisados durante a pesquisa prova que havia porções significativas da sociedade paranaense que julgavam necessária a volta de democracia no país, fenômeno que se expande para todo território nacional.

O relacionamento próximo entre os jornais e os movimentos sociais presentes no estado do Paraná demonstra a vontade da imprensa alternativa de tornar seus materiais mais populares e acessíveis, por meio da aliança que fortalecia a resistência à ditadura e a militância que buscava melhorias na vida das pessoas prejudicadas pela crise social, política e econômica imposta pelo governo ditatorial.

Memórias sobre a resistência contra um período tão obscuro como a ditadura civilmilitar brasileira e a vontade do estabelecimento da democracia colaboram para a preservação de um pensamento que relembra a repressão da qual membros da população e da imprensa brasileira tiveram que enfrentar durante os 21 anos de ditadura. Em um momento em que a defesa de um golpe militar e a promoção de torturas comuns ao regime autoritário são colocadas em pauta pelo atual governo, é de extrema relevância que a história brasileira seja retomada, estudada e analisada.

Referências

ANTONELLI, Diego. **Jornal Voz do Paraná:** uma história de resistência. Curitiba: Esplendor, 2019.

BORDIN, Laura Leal; LORIANNY, Suelen. **Sem liberdade, eu não vivo:** mulheres que não se calaram na ditadura. Curitiba: Editora Compactos, 2013.

BRAGGIO, Ana Karine; FIUZA, Alexandre Felipe. A produção cultural e literária no movimento estudantil paranaense na década de 1960. **Reflexão e Ação**, vol. 27, n. 3, 2019. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/13774.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **Memórias do sótão:** vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Tese de Doutorado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná 2015.

FERNANDES, José Carlos. Nanicos e revolucionários. **Gazeta do Povo**, 02/05/2014. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/nanicos-e-revolucionarios-8q159zeegobugjjhrg7wuwifi.

FICO, Carlos. Censura, ditadura e "utopia autoritária". In: COSTA, Cristina (org). **Seminários sobre Censura**. São Paulo: Balão Fapesp, 2012. p. 65-75.

GRINBERG, Máximo Simpson. **A comunicação alternativa na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1987.

KNAPIK, Márcia Carneiro (org.). **Movimento popular de mulheres no paraná**: 10 anos construindo vida. Curitiba: Editora Gráfica Popular: CEFURIA, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MANSAN, Jaime Valim. A educação superior sob vigilância: o caso do DOPS/PR (1964-1988). **Revista HISTEDBR**, Campinas, nº 51, p. 14-26, jun. 2013. Disponível em: http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640260.

OLIVEIRA, Anderson de. **Representações da tortura no jornal Nosso Tempo**: direitos humanos e opinião pública em Foz do Iguaçu 1980-1985. Monografia de Conclusão do Curso de História – América Latina. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-americana, 2017.

PARANÁ. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade - Teresa Urban.** Governo do Estado do Paraná, 2014.

POPADIUK, Barbara; SCHMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. In: WOLF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). **Mulheres de Luta**: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. p. 56-74. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257.

POPADIUK, Barbara; CAMARGO, Bruna; WOITOWICZ, Karina Janz. Lutas feministas por meio da imprensa: Movimento de mulheres no Paraná e espaços de resistência. Anais [...]. **XI Encontro Nacional de História da Mídia**. São Paulo, Alcar, 2017.

Fontes:

Jornal Maria. Curitiba/PR, n.2, dez. 1984.

Jornal Boca no Trombone. Curitiba/PR, s/n., out. 1980.

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu/PR, n.1, dez. 1980.

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu/PR, n. 18, abril. 1981.

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu/PR, n.100, dez. 1983.

Jornalismo político-literário na obra de Eliane Brum

Ana Resende Quadros¹⁶⁰

Introdução

O jornalismo é uma área marcada por transformações. Se, a princípio, a área estava intensamente ligada ao debate político (HABERMAS, 1984), do século XX até hoje o jornalismo se ligou às teorias positivistas e tenta passar as impressões de imparcialidade e objetividade por meios de rituais estratégicos (TUCHMAN, 1996), mesmo que a política nunca tenha de fato saído dos periódicos.

Ao longo do tempo, também tiveram jornalistas que investiram em estilos menos ligados à objetividade e com uma parcialidade explícita, como os do estilo Jornalismo Literário. Esses repórteres tentavam incluir elementos da literatura para criar relatos mais profundos e humanos no jornalismo (PENA, 2013). Vários estilos surgiram dentro deste gênero, incluindo o Jornalismo do Desacontecimento, proposto por Eliane Brum.

A jornalista gaúcha é uma das mais premiadas do Brasil. Seu estilo propõe dar destaque àqueles que são esquecidos pelo noticiário e para a sociedade, chamados por ela de invisíveis. A reportagem de Brum descreve os espaços, os objetos, as personagens, imprimindo as visões da jornalista. Suas entrevistas abrem espaço para que o entrevistado diga o que quiser dizer. Em seus textos, Brum reflete e convida para que o leitor faça o mesmo. Assim, ela mostra que não pretende retratar "a verdade", e sim, "uma de muitas verdades", quebrando, segundo Fonseca (2013), as barreiras do Positivismo.

Contudo, em 2019, Eliane Brum ganhou o prêmio Comunique-se na categoria "Nacional – mídia escrita", destinado a jornalistas que atuam na editoria de política nacional. Esse fato dá origem a algumas perguntas, como: é possível conciliar o Jornalismo Literário e do Desconhecimento com o Jornalismo Político? E será que, ao adotar este novo estilo, Eliane Brum retoma características da época em que o jornalismo era político e literário?

Para responder a estas perguntas, este artigo recorreu a uma análise de conteúdo aos moldes de Bardin (2011). Esta técnica busca verificar os elementos constitutivos de

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF, Mestra em Comunicação (UFJF) e graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UFSJ), email: anarquadros@gmail.com

um documento com o objetivo de encontrar padrões e produção de inferências. Na definição mais corrente hoje, a análise de conteúdo envolve tanto uma análise quantitativa quanto qualitativa. Essa é a principal diferença entre a análise de conteúdo e outros métodos de interpretação. A quantidade pode revelar conteúdos que serão interpretados posteriormente. A primeira medida é selecionar categorias de análise (rubricas significativas). Analisam-se temáticas, formas e estruturas, tendo como principal foco a análise de mensagens. Nesta pesquisa estabelecem-se como categorias de análise as seguintes: 1 – narrativas jornalísticas (de que forma se assemelha ou se diferencia da narrativa tradicional *lead*, estrutura da notícia, jornalismo declaratório); 2 – caráter opinativo do texto (como se diferencia ou não de outras colunas políticas); 3 – elementos empregados do jornalismo literário.

Por se tratar de um artigo, será feita a análise de uma única coluna, intitulada "O 'mártir' governa". Este texto foi publicado por Eliane Brum no jornal global El País em abril de 2019. Ele foi escolhido por ser indubitavelmente uma coluna política e já apontar em seu título possíveis conexões com o Jornalismo Literário.

Origens do jornalismo

Embora muitas vezes o conceito de jornalismo seja confundido com o de jornal e possa abranger até mesmo outras áreas da comunicação como a publicidade e as relações públicas, Melo (1985) acredita que se pode definir a área como:

[...] um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). (MELO, 1985, p. 10)

É possível elencar quatro pilares do jornalismo: atualidade, difusão, periodicidade e universalidade. Observa-se que entre os pilares citados por Melo (1985) não se encontra o acontecimento. De acordo com o dicionário Michaelis de Língua Portuguesa, "atual" é aquilo que existe no tempo presente, enquanto "acontecimento" é um fato, um evento.

Isso explica porque foram consideradas as primeiras manifestações de jornalismo, no século XV, os textos publicados em panfletos que visavam propagar ideias políticas. Essa primeira fase do jornalismo, que durou até o século XVII, foi chamada por Habermas

(1984) de imprensa artesanal ou informativa, uma vez que os jornais funcionavam mais como classificados, divulgando notas sobre casamentos, nascimentos, mortes etc. Essas publicações se assemelhavam aos classificados da atualidade e, apesar da parca presença das notícias como as entendemos hoje, essa fase simbolizou uma mudança no polo da informação. Isso porque até aquele momento, segundo o autor, cabia aos sacerdotes a disseminação de informações, fazendo predominar, até aquele momento, a lógica religiosa.

Segundo Melo (1985), foi apenas com a ascensão da burguesia que o chamado "autêntico jornalismo" surgiu a partir do século XVIII. Foi nesse momento que se compreendeu a informação como um importante instrumento político. Predominou-se, então, o estilo francês de fazer jornalismo, opinativo e incentivador do debate, em detrimento do estilo inglês, com tendências informativas para evitar a censura.

Foi nesse período marcado por jornais como um espaço de debate e embates entre a burguesia e a aristocracia que esse tipo de publicação começou a ser produzido em massa. O motivo era a ambição dos burgueses de tomar o poder dos aristocratas. Para tanto eles passaram a usar os jornais para difundir suas ideologias. Habermas (1984) chamou de "imprensa político-literária" o jornalismo que foi feito durante os séculos XVIII e XIX.

O nome se justifica dada a forte conexão entre jornalismo e literatura neste período. Resende (2008) observa que a imprensa no século XIX fazia uso de sátira e humor para atrair o público, usando a ridicularização dos personagens políticos como ferramenta de formação de opinião e de criação de consenso. A autora relata que, em 1838, o jornal O Parahybuna denominava os deputados com nomes atribuídos pelo redator. Assim, Manoel Inácio de Mello e Souza é tratado apenas pelo apelido Mané Pança, Bento de Araújo Abreu se torna Matraca, Theófilo Benedito Ottoni é Tiple, Joaquim Fernandes Torres é tratado apenas por Mentira. Todos esses homens, ridicularizados nas páginas de um jornal da fase político-literária, eram membros da Assembleia Provincial de Minas Gerais, considerados parte da elite política mineira à época.

Mas a ligação mais conhecida entre jornalismo e literatura são os folhetins, que estavam no auge de sua popularidade no século XIX. Segundo Travancas (2001), o estilo perde sua força com a chegada do século XX, quando o jornalismo passa por incontáveis transformações. Nos anos 1950, a literatura restringe-se a cadernos ou suplementos literários, cada vez mais raros por serem tidos como luxo por diversas publicações.

Ainda que os folhetins tenham deixado as páginas dos jornais apenas em meados do século XX, desde o fim do século XIX o jornalismo começa a se aproximar do que conhecemos hoje. É nesse período que, acompanhando a tendência de outros setores, os jornais tornam-se grandes empresas e passam por uma concentração. Se na segunda fase havia uma ênfase no debate político, que tinha até mesmo um fim pedagógico, na terceira fase, com a burguesia estabelecida no poder, os jornais passaram a priorizar o lucro (HABERMAS, 1984).

Essa maneira de se fazer jornalismo, pautada pela objetividade, desconectado de entidades políticas e mais ligado à lógica de mercado, ficou conhecida como modelo norte-americano. Foi nesse momento que se assumiu o discurso do jornalismo como o retrato da realidade tal qual ela é.

Para atingir esses objetivos, os jornalistas passaram a usar uma metodologia padronizada que envolvia ouvir e citar fontes, dispor informações por ordem de importância e responder no primeiro parágrafo seis perguntas sobre o fato: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?

Assim, o jornalismo vai de fato assumindo uma identidade marcante contrária à dos produtos de ficção e fantasia. [...] Com tais credenciais, ele participa ativamente da crença de ser um reformador social, adquirindo, na vigência democrática, o estatuto de vigilante do poder político e de porta-voz da sociedade. Assim, o jornalismo passa a formular a respeito de si próprio um discurso que o associa ao compromisso de "dizer sempre a verdade e nada mais que a verdade". (BULHÕES, 2007, p. 23)

Percebe-se que o trabalho do jornalista se assemelha ao ofício do cientista. Essa aproximação não é por acaso. As características que moldaram o jornalismo norte-americano decorrem de um movimento que ocorreu na segunda metade do século XIX, o Positivismo. Criado por Auguste Comte, o Positivismo pregava que as relações e os comportamentos das pessoas poderiam ser estudados da mesma maneira que eram abordadas as ciências naturais, gerando, ao fim da pesquisa, leis imutáveis que regem os fenômenos humanos. "Um jornalismo sob o influxo das ideias Positivistas de Comte só pode ser o que nutre uma paixão pela materialidade e a concretude da vida" (BULHÕES, 2007, p. 70).

Surge, nesta época, a "teoria do espelho", que consiste na ideia de que o jornalismo seria o reflexo da realidade. Traquina (1993) explica que esta noção se desenvolveu em

meados do século XIX, época em que predominavam os conceitos positivistas, e aprofundou-se no século XX, após a Grande Guerra. Acreditava-se que o jornalista seria um observador imparcial dos acontecimentos, desde que se apoiasse na objetividade.

A teoria do espelho ignora, porém, o que alguns jornalistas como Eliane Brum já perceberam, o real é inapreensível. Os jornalistas, de acordo com Traquina (1993), ajudam a construir a realidade, uma vez que a notícia e o acontecimento se criam um ao outro em igual proporção. As narrativas escolhidas para os textos jornalísticos, como a pirâmide invertida, as perguntas do lead (o quê? quem? quando? onde? como? e por quê?) dão destaque a diferentes pontos do acontecimento e o jornalista escreve a partir de suas percepções. Portanto, a narrativa ocorre pela contenção dos fatos, impedindo que o jornalismo seja um reflexo do real.

A partir da concepção da teoria do espelho, Tuchman (1996) aponta alguns rituais estratégicos utilizados pelos jornalistas para passar ao espectador ou leitor uma aparente objetividade e assim legitimar o discurso jornalístico. Dessa forma, o público deixaria de lado suas barreiras e incorporaria o discurso midiático sem questionamento.

Dentre os pontos citados por ela estão a apresentação da possibilidade de conflito, que acontece quando o jornalista entrevista várias pessoas sobre um determinado assunto. Quando os entrevistados têm visões coincidentes sobre o tema, é gerada uma ideia de verdade sobre o que foi dito. Pode-se ainda somar provas auxiliares, ou seja, documentos e dados que possam ratificar o que foi dito pelos entrevistados.

Mesmo citações podem ser usadas de forma judiciosa, como explica Tuchman (1996). Para não fazer uma afirmação, o jornalista pode usar em seu texto a fala de outra pessoa. Mesmo que outros elementos do texto possam questionar o que foi dito, uma outra estratégia pode ser empregada para que o leitor tenha a impressão de que uma opinião é mais relevante que a outra: a organização do texto. A escrita jornalista, como lembra a autora, é feita no formato de pirâmide invertida, no qual as informações mais relevantes são dadas primeiro e as menos importantes são deixadas para o fim do texto. Essas características que permitiram ao jornalismo um tom de verdade, de objetividade e de imparcialidade deram um grande poder a este campo.

Para se colocar no jogo midiático, é necessário seguir as suas regras. Gomes (2004) escreve que uma das maneiras mais efetivas de se introduzir na mídia é utilizando os critérios de noticiabilidade. É o extraordinário, somado ao belo, que vai chamar a atenção da imprensa e do público. Portanto, a política arranja para que seus fatos sejam

impactantes e atrativos, um verdadeiro show, um espetáculo. Por essa razão é comum ver comícios que contam com apresentações de artistas.

Existem cada vez menos notícias espontâneas do mundo da política, fatos que não tenham sido pré-fabricados para atrair o olhar dos noticiários. Ao mesmo tempo, os próprios jornalistas se encarregam de criar narrativas dramáticas para o cenário político, criando mocinhos e vilões, ou, como é mais comum, caracterizando todos os atores políticos como mal-intencionados e o próprio jornalista como o arauto da verdade (GOMES, 2004).

Jornalismo Literário

A construção da narrativa política, como apresentada pelos autores, muito se assemelha aos enredos literários. A razão disso é que, mesmo com espaço restrito dado ao caminho positivista tomado pelo jornalismo, a literatura nunca esteve totalmente apartada dos jornais. Aos textos que unem características da literatura e do jornalismo foi dado o nome de Jornalismo Literário. Essa modalidade serve como alternativa aos repórteres que querem fazer um jornalismo diferente do que tem sido visto hoje.

Na verdade, o mundo dominado pela lógica capitalista tornou complexo e raro fazer um jornalismo comprometido com a coletividade, como propunham os norte-americanos. Dos tabloides às grandes mídias a regra é a espetacularização e o sensacionalismo (PENA, 2013).

Além disso, percebe-se a preocupação das empresas quanto à redução de seu pessoal. Tal fato obriga os profissionais da imprensa a abusarem do uso de tecnologias para ter acesso a fontes, já que, somente desta maneira, conseguem fechar todas as matérias dentro do *deadline* estipulado. Contudo, muito se perde nessa nova forma de contato.

Se o telefone e a internet são invenções geniais, não há tecnologia capaz de tornar obsoleto o encontro entre o repórter e seu personagem. Se isso acontece, é por distorção. Esse olhar que olha para ver, que se recusa a ser enganado pela banalidade e que desconfia do óbvio é o primeiro instrumento de trabalho do repórter. Só pode ser exercido sem a mediação de máquinas. (BRUM, 2006, p. 190)

Segundo Pena (2013), o Jornalismo Literário volta às raízes do jornalismo diário, utiliza de seus saberes e técnicas para criar um jornalismo mais profundo. Ainda é crucial

a apuração rigorosa dos fatos, somada à observação atenta (que não poderia ser feita por telefone), mantendo sempre a abordagem ética.

Pena (2013) explica que os relatos presentes nos textos devem transcender o cotidiano. O jornalismo incorpora a perenidade da literatura. O fato não precisa ser uma novidade. No Jornalismo Literário importa que o texto proporcione ao leitor uma visão ampla da realidade. Para isso, a contextualização deve ser o mais abrangente possível. O autor deve relacionar as informações, compará-las, mostrá-las sobre outras perspectivas.

Entre os critérios de noticiabilidade do jornalismo literário está, em primeiro lugar, a cidadania. Os temas escolhidos devem contribuir para a formação do leitor como um cidadão e trabalhar para o bem comum. O texto exige criatividade em sua construção. É preciso fugir da fórmula jornalística de escrita e buscar na literatura maneiras de tornar a narrativa mais atraente. A busca por pessoas comuns e por fontes não tradicionais pode ajudar nesse quesito, além de ampliar os pontos de vistas abordados.

Tais características são as sete pontas da estrela do Jornalismo Literário apontadas por Pena (2013): a potencialização dos recursos do Jornalismo, ir além dos limites dos acontecimentos cotidianos, exercer plenamente a cidadania, buscar novas fontes para entrevistas, fazer um lead diferenciado, proporcionar visões amplas da realidade e, sobretudo, garantir profundidade e perenidade aos relatos.

A opinião no jornalismo

O Jornalismo Literário não tem medo em admitir sua parcialidade, não é à toa que muitas vezes textos desse gênero se encaixam nas seções de opinião dos jornais. Melo (1985) escreve que o jornalismo opinativo guarda semelhanças com o jornalismo préindustrial. Para o autor, esse gênero pode abrir espaço para a circulação de diferentes pontos de vista à medida que ele se origina de quatro núcleos: o da empresa, o do jornalista, o do colaborador e o do leitor. É comum, no Brasil, que gêneros opinativos como o comentário, a crônica ou a resenha sejam chamados de colunas, pois esse termo é entendido como todas as seções fixas do jornal.

Coutinho (2005) ressalta a possibilidade de encontrar diferentes modelos de coluna dentro de um mesmo jornal, podendo ser escrita no formato de pequenas notas e um texto introdutório e outra com o tamanho mais próximo do de uma reportagem. Ademais, com a ascensão do gênero as colunas passaram a também poderem ser escritas

por colaboradores não titulares, já que com a personalização da notícia valeria mais a identidade do transmissor do que a informação em si.

Uma possível resposta para a popularização das colunas seria, como explica Castilho (*apud* Coutinho, 2005), a necessidade de ordenação da avalanche de notícias causada pela massificação da informação. Assim as colunas teriam o papel de destacar o que é importante dentro do noticiário, em especial no campo da política.

Coutinho (2005) observou que existe uma tendência de as colunas pautarem o próprio jornal. Segundo a autora, as colunas, frequentemente, antecipam os fatos, uma vez que elas são tidas como relevantes na formação de opinião do público. Em sua pesquisa Coutinho relata experiências de repórteres que se tornaram colunistas e passaram a ter uma melhor relação com as fontes, ainda que estas passassem as informações em *off*. Alguns colunistas contam que até mesmo o público passou a fazer mais contato com eles para pedir informações e tirar dúvidas.

Ao entrevistar parlamentares que tiveram seus nomes citados nas colunas estudadas por Coutinho (2005), a autora percebeu que também os políticos acreditam se pautar pelas colunas, ainda que não possa ser medido até que ponto as colunas realmente interferiram em suas ações.

Com o olhar direcionado às colunas jornalísticas de notas, seu processo de produção e recepção, é inevitável o reconhecimento de seu papel de referência não apenas no que diz respeito ao espaço público aqui considerado genericamente, mas sobretudo na relação com os próprios profissionais da imprensa. Área de status valorizado por leitores de um modo geral e também por fontes da arena política, como evidenciado nas entrevistas, as colunas e, consequentemente seus responsáveis, ocupam uma posição de destaque nessa dinâmica do fazer jornalismo diário. (COUTINHO, 2005, p. 90)

Para a autora as colunas podem fazer uso de estratégias que não são permitidas ao jornalismo diário e isso vai além da possibilidade do autor de expressar sua opinião. Em verdade, segundo Coutinho (2005), as colunas podem ser consideradas como um "parlamento de papel", ocupando uma posição de destaque no jornal impresso.

A importância das colunas foi levada para a internet por intermédio dos blogs de opinião mantidos por jornalistas reconhecidos. Essa categoria ganhou força a partir de 2005, quando estourou o chamado escândalo do mensalão. De acordo com Aldé et al (2007), os jornalistas-blogueiros ganharam um papel de autoridade sendo vistos como aptos para pautar o debate público e para desvendar os bastidores do mundo da política,

assim como ocorria com os colunistas dos jornais impressos. Para os autores a possibilidade de atualização imediata proporcionada pela internet torna os blogs ainda mais atrativos. Ademais, a participação dos blogs na construção das narrativas dos escândalos políticos os caracteriza como um "híbrido entre a atualidade jornalística e a crônica pessoal" (ALDÉ et al, 2007, p. 31).

Outro ponto que aproxima os blogs das colunas é a relação mantida com os políticos, que servem como fonte de informação. Por outro lado, diferente do que ocorre com as colunas políticas, os blogs têm destaque nos portais jornalísticos que, como aponta Aldé et al (2007), remetem a eles em suas primeiras páginas. Os autores avaliam que os blogs não estão presos ao objetivismo do jornalismo, servindo quase como uma mesa de bar, onde os blogueiros fazem suas análises e os leitores podem comentar o que pensam a respeito do que foi escrito. Essa interação é incentivada pelo próprio portal onde o blog se hospeda, ainda que os comentários possam passar por algum tipo de moderação.

Aldé et al (2007) destaca que os jornalistas-blogueiros apenas iniciam a discussão, não participando dos debates estabelecidos pelos leitores nos comentários. Essa postura permite que eles sigam se dizendo imparciais e apartidários. Ainda assim, existem jornalistas que respondem a alguns de seus leitores. Os autores explicam que, por vezes, essa relação entre blogueiro e leitor é complicada pelo anonimato do segundo. Sem poder ser responsabilizado, o anônimo se sente livre para dizer qualquer coisa. Por outro lado, muitos leitores cobram que os jornalistas-blogueiros se posicionem politicamente de forma mais clara.

Quem é Eliane Brum

Eliane Brum está entre os jornalistas que não têm medo de expressar suas opiniões claramente. Ao longo de seus mais de trinta anos de carreira Brum se propôs a enxergar o invisível aos olhos comuns e fazer reportagens que dão lugar de notícia a temas que seriam ignorados pelos noticiários. Segundo ela "o ordinário da vida é o extraordinário. E o que a rotina faz com a gente é encobrir a verdade, fazendo com que o milagre do que cada vida é se torne banal. [...] cada Zé é um Ulisses. E cada vida uma *Odisseia*" (BRUM, 2006, p. 187).

Seria esse olhar que a permitiria dar espaço aos que não têm voz, contando histórias nunca antes escritas ou dando um novo ângulo a temáticas que são sempre tratadas da mesma forma. Brum diz passar a desconfiar dos heróis e só achar graça neles

quando se aproximam do humano. Para a jornalista um olhar que não é ingênuo, é capaz de ver o extraordinário no ordinário e o comum no incomum. Ela explica ainda que, antes de se enxergar o extraordinário nos outros, precisa-se vê-lo em si mesmo. "Quem é capaz de olhar para a própria vida com generosidade torna-se capaz de alcançar a vida do outro" (BRUM, 2006, p. 188).

Fonseca (2013) observa que a jornalista, muitas vezes, utiliza a primeira pessoa, ainda que de forma sutil e sem exibicionismo. Brum dá a voz ao outro por meio de seu olhar. Ela é apenas uma testemunha que dá o depoimento do que aconteceu com o outro, não escondendo sua parcialidade.

Essa proposta marcou a carreira de Brum como repórter e estava presente em seus três primeiros livros: *Coluna Prestes o avesso da lenda* (1994), *A vida que ninguém vê* (2006) e *O olho da rua* (2008). As reportagens foram em parte deixadas de lado a partir de 2010, quando ela passou a atuar como cronista *freelancer* da revista Época. Mais tarde, em 2013, a jornalista também publicou uma coletânea de crônicas no livro *Menina Quebrada*. Entre seus outros livros estão a autobiografia *Meus Desacontecimentos* (2014), a ficção *Uma, Duas* (2011) e *Brasil, construtor de ruínas* (2019).

A jornalista também já produziu cinco documentários. O primeiro deles, *Uma história Severina*, que estreou em 2005, abordava o polêmico tema da interrupção da gestação em caso de anencefalia e ganhou 17 prêmios nacionais e internacionais. Além disso, é uma das diretoras do primeiro documentário brasileiro da Netflix, *Laerte-se*, que aborda a vida da quadrinista Laerte depois de ter se revelado mulher.

Desde novembro de 2013, Eliane Brum assina uma coluna quinzenal no site do jornal global El País, que é publicada tanto na versão brasileira quanto nas versões espanhola e latino-americana do portal jornalístico. Além disso, Brum também é colaboradora do jornal britânico The Guardian e desde 2018 escreve quinzenalmente para a versão impressa do El País de Madri.

Os textos de Eliane Brum são bastante populares no El País, de acordo com dados conseguidos por Vivar; Abib (2018) com o jornal. Os 10 textos mais lidos de Brum em 2016 tiveram mais de um milhão de acessos únicos naquele ano. O texto mais lido, ainda de acordo com a pesquisa de Vivar; Abib (2018) teve mais de 200 mil acessos únicos.

A postura da jornalista é bastante compatível ao do importante jornal espanhol, que sempre é associado ao progressismo. Apesar disso, o El País – surgido em 1976, logo após a retomada da democracia na Espanha – se propunha a não ser nem de direita nem de esquerda e sim um jornal plural que atraísse jovens leitores. Juan Luiz Cebrián, seu

fundador, queria, com esse discurso de imparcialidade, conquistar o respeito tanto das elites quanto pelas pessoas comuns, tornando-se um importante fundador de opinião (ARIAS, 2017).

Devido aos anos de repressão vividos pela Espanha no período franquista, quando os espanhóis não conseguiam ter acesso às informações do restante do mundo, o El País decidiu dedicar grande parte de suas páginas às coberturas internacionais. Até hoje o jornal conta com um amplo grupo de correspondentes internacionais. Apesar de se afirmar totalmente imparcial, Arias (2017) explica que o periódico:

Sempre foi, e continua sendo, um jornal comprometido com a democracia e a defesa das minorias marginalizadas. Um jornal laico, que sempre defendeu a separação entre a Igreja e o Estado. Liberal na economia, progressista no campo social, crítico em relação aos poderes civis e religiosos, fiel na defesa dos direitos humanos. E, sobretudo, plural em suas ideias. Algo que sempre esteve claro para todos nós, que trabalhamos nele, é que o EL PAÍS é dos leitores. De todos. São eles os seus verdadeiros proprietários. Os jornalistas são apenas os mediadores da notícia. (Ibid)

O El País chegou ao Brasil em novembro de 2013, cerca de um ano depois da versão norte-americana. Hoje, como afirma Jiménez (2020), 40% do público do site do jornal vem da América. Em 2020 o jornal, que até então era gratuito, passou a cobrar mensalidade para aqueles que quiserem acessar as versões em espanhol do site. A versão brasileira segue gratuita, por enquanto, mas já foi anunciado que cobrarão mensalidades.

Com mais de 400 jornalistas em sua equipe, o El País se orgulha, segundo Jiménez (2020), de ter profissionais alinhados com seus ideais de ousadia, democracia e defesa da justiça social. O veículo também valoriza ter em sua equipe colunistas renomados, como Gabriel García Marques e Fernando Salvater.

Atuando como colunista no El País, Vivar; Abib (2018) acredita que Brum pode somar aos seus textos a opinião e as possibilidades de ampliação de vozes trazidas pela internet. Segundo os autores, isso permitiu que as colunas de Brum fossem um espaço de experimentação no qual não havia um formato fixo de texto.

Essa experimentação permite a criação de um "estilo Eliane Brum" de escrita de colunas que, de acordo com Antônio Jemenéz Barca, diretor do El País Brasil, entrevistado por Vivar; Abib (2018), é um misto de reportagem, coluna de opinião e crônica. O tradutor dos textos de Brum, Óscar Curros, concorda com Barca.

As colunas dela são textos muito complexos, porque a gente ainda chama de coluna, mas, na verdade, é quase um gênero novo, porque, em muitos casos, é uma grande reportagem, ou ensaios, e até metarrelato, porque muitas vezes ela fala de como ela constrói as histórias, a perspectivas dela. Muitas das colunas envolvem uma parte de reportagem e uma parte de opinião também. Acho que, talvez, o que elas mantêm de coluna, de maneira muito clara, é a transparência da autora. (apud VIVAR; ABIB, 2018, p. 31)

Para Vivar; Abib (2018) o gênero criado por Brum é o Jornalismo do Desacontecimento, caracterizado por uma visão complexa, que não busca respostas fáceis e sim o aprofundamento de todas as questões tratadas no texto. Esse pensamento complexo, segundo os autores, faz com que a jornalista leve seus debates para outras áreas, diferenciando-se dos demais ao problematizar questões e ampliar horizontes.

Contudo, o trabalho de Brum mudou significativamente, em especial no ano de 2019, quando se dedicou a falar mais sobre o contexto político brasileiro. Um dos indicativos dessa mudança foi sua nomeação e vitória no prêmio Comunique-se 2019 na categoria "Nacional - mídia escrita", destinado a jornalistas que atuem na editoria de política nacional. Em 2018 ela havia ganhado o mesmo prêmio na categoria "Colunista de opinião"161.

Nesse contexto, este artigo se propõe a fazer uma análise de conteúdo aos moldes de Bardin (2011) do texto "O 'mártir' governa", de 24 de abril de 2019. A coluna publicada no jornal global El País será analisada segundo as seguintes categorias: 1 – narrativas jornalísticas (de que forma se assemelha ou se diferencia da narrativa tradicional lead, estrutura da notícia, jornalismo declaratório); 2 – o caráter opinativo do texto (como se diferencia ou não de outras colunas políticas); 3 – elementos empregados do jornalismo literário. O objetivo é averiguar de que forma se dá (se é que isto acontece) a intersecção entre o jornalismo político de Eliane Brum e a fase político-literária do jornalismo.

"O 'mártir' governa"

O texto de Eliane Brum parte da repercussão que gerou um dos vídeos de Olavo de Carvalho, no qual o "guru" do presidente da República aponta que Bolsonaro é

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/politica/1536703299 432497.html> e https://premio.com.br/ShowMateria.aspx?idMateria=vPDeoYodhdPm86ZQyVwUxg=="https://premio.com.br/ShowMateria">https://premio.com.br/ShowMateria.aspx?idMateria=vPDeoYodhdPm86ZQyVwUxg=="https://premio.com.br/ShowMateria">https://premio.com.br/ShowMateria.aspx?idMateria=vPDeoYodhdPm86ZQyVwUxg=="https://premio.com.br/ShowMateria">https://premio.com.br/ShowMateria.aspx?idMateria=vPDeoYodhdPm86ZQyVwUxg=="https://premio.com.br/ShowMateria">https://premio.com.br/ShowMateria Acesso em: 22 jan. 2019.

impedido de governar pelos militares e por aqueles que não são tão bem-intencionados e limpos quanto ele. O vídeo teve que ser apagado por "pressão da ala militar". Brum parte de um acontecimento para comentar como o governo tem uma ala de situação e outra de oposição a ele mesmo. Prova disso é que Bolsonaro ao mesmo tempo que criticou seu guru, o elogiou quando foi comentar o vídeo.

No primeiro parágrafo do texto, que é escrito em linguagem distante da literária, responde a todas as perguntas do lead: o quê? "Olavo de Carvalho, o guru do antipresidente Jair Bolsonaro, segue apostando na estratégia de falsificar a realidade"; quem? Olavo de Carvalho; quando? "ao longo dos mais de 100 dias do governo", em especial, "no final de semana"; onde? "em vídeo divulgado no canal de Bolsonaro no YouTube"; como? "o escritor tem tentado plantar a mentira de que Bolsonaro estaria sendo impedido de governar"; por quê? "para criar realidades", mais especificamente a de que "Bolsonaro é um mártir" (BRUM, 2019).

A jornalista deixa claro seu posicionamento contrário ao presidente ao usar expressões como "zerodois" para se referir ao segundo filho do presidente, Carlos Bolsonaro, e "antipresidente" para se referir a Jair Bolsonaro. Brum também usa o termo "mártir" adotado por Olavo de Carvalho de forma irônica para criticar ações do presidente, como acontece no parágrafo abaixo:

Na semana passada, o Mártir promoveu um encontro transmitido em uma "live" nas redes sociais, com indígenas escolhidos a dedo, onde assegurou, mais uma vez, que eles são humanos como ele. "Com todo o respeito, alguns querem que vocês fiquem na terra indígena como se fossem um animal pré-histórico. Não é pré-histórico não, vocês são seres humanos. Na minha cabeça tem exatamente o que tem na tua cabeça, o teu coração é igual ao meu coração", garantiu. Aparentemente os indígenas tinham dúvidas sobre se eram humanos ou não até o Mártir, magnânimo como todo Mártir, esclarecer. (BRUM, 2019)

A estratégia da ironia também é usada na frase "mas o Brasil continua sendo uma democracia", utilizada para finalizar cinco dos 18 parágrafos do texto. A expressão é usada para encerrar parágrafos ou sequências de parágrafos nos quais Brum descreve ações do governo que considera antidemocráticas, como as questões ambientais, um dos focos da jornalista. Variações da frase são usadas por outras sete vezes, demonstrando a insatisfação de Brum com o governo que considera autoritário.

Também neste texto, a jornalista se apresenta como aquela que vê o que os outros estão ignorando, como acontece na frase "enquanto o novelão se desenrola, capturando e

desviando a atenção do país, o 'mártir' governa" (BRUM, 2019). Porém, os acontecimentos citados por Brum são retirados do noticiário, tanto do El País quanto de outros sites, como do jornal Folha de S. Paulo, como pode ser observado nos hiperlinks usados no texto. Ao todo são 16 hiperlinks, alguns que direcionam às colunas anteriores de Brum, outras a *tags* (como nome de políticos e instituições) e outras a notícias jornalísticas. Os recursos multimidiáticos, por sua vez, são mal aproveitados, uma vez que o texto conta apenas com uma fotografia de Bolsonaro que não faz parte essencial da narrativa.

Percebe-se que há uma duplicidade no texto de Brum. Por um lado, ela faz uma seleção própria das notícias e critica aquela feita pelos demais jornalistas que, para ela, não estão agendando os temas apropriadamente. Por outro, os hiperlinks que levam a outros textos jornalísticos são usados como uma prova auxiliar (TUCHMAN, 1996) do que é dito pela jornalista.

É interessante observar que, neste texto, Brum utiliza as falas de políticos como sua principal fonte, como, segundo Coutinho (2005), é corrente nas colunas políticas. Uma exceção a esta regra é a carta do povo yanomami, que destoa do que os teóricos construcionistas entendem como fonte oficial. Mesmo assim, nenhuma das pessoas citadas é de fato ouvida por Brum. As fontes utilizadas neste texto são:

Título	Publicação	Fontes
O "mártir" governa	25/04/19	 Olavo de Carvalho – em vídeo nas redes sociais; "O porta-voz de Bolsonaro" (Otávio Santana do Rêgo Barros) – em declaração; "o filho zerodois" (Carlos Bolsonaro) – nas redes sociais; "o chanceler do Mártir" (Ernesto Araújo) – não fica claro como Brum obteve a declaração; Jair Bolsonaro – em postagens nas redes sociais; Carta do povo yanomami; "garoto zerotrês" (Eduardo Bolsonaro) – não fica claro como Brum obteve a declaração; "um evangélico" – em conversa informal.

Fonte: a autora (baseado em dados do El País 2019)

Apesar de usar muitas fontes oficiais, é interessante notar como Brum se refere a elas. Muitas vezes elas nem mesmo recebem seu nome e sim um apelido, como "garoto zerotrês" para se referir à Eduardo Bolsonaro. Esses apelidos se repetem mesmo quando as falas das pessoas não são usadas, é o caso de Ricardo Sales, chamado por ela de "office boy".

Considerações Finais

Ao fim dessa análise pode-se dizer que Brum fez, de certa forma, uma fusão entre o jornalismo da objetividade e o jornalismo da fase-político literária. Ao mesmo tempo que utiliza fontes oficiais e a estrutura do lead, Brum chama o presidente Jair Bolsonaro de "antipresidente" e "Mártir", enquanto seus filhos são chamados de "garoto zerotrês" e "filho zerodois", termos próximos aos descritos por Resende (2008) como sendo usados por políticos na fase político-literária do jornalismo explicada por Habermas (1984).

Também como os textos desse período, Brum deixa explícita sua parcialidade quando se trata do governo Bolsonaro. Além disso, a jornalista recorre a um estilo "híbrido entre a atualidade jornalística e a crônica pessoal", como é típico de outras colunas políticas (ALDÉ et al, 2007, p. 31), marcado pelas referências ao noticiário político, que também servem como provas de objetividade como descritas por Tuchman (1996).

Referências

ALDÉ, Alessandra; ESCOBAR, Juliana; CHAGAS, Viktor. A febre dos blogs de política. **Revista FAMECOS**, nº 33, agosto de 2007, p. 29-40.

ARIAS, Juan. **O EL PAÍS é um jornal de esquerda?** El País. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532_309244.html. Acesso em: 24 jun. 2020.

ATUAL. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** Editora Melhoramentos LTDA. 2015. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/atual/. Acesso em: 27 abr. 2020.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRUM, Eliane. A vida que ninguém vê. Porto Alegre: Arquipélago, 2006.

_____. **O "mártir" governa**. El País. 2019. Disponível em: http://bit.ly/2IFqHZs. Acesso em: 20 out. 2020.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo, Editora Àtica, 2007.

COUTINHO, Iluska. **Colunismo e poder**: representação nas páginas de Jornal. Rio de Janeiro: Tese, 2005.

FONSECA, Isabel de Assis. **Guinada subjetiva no jornalismo**: um olhar opaco em direção às narrativas da repórter Eliane Brum. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus, 4-7, set. 2013. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/r8-0287-1.pdf. Acesso em: 3 ago. 2016.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JIMÉNEZ, Carla. **O El País vai mudar, para melhor**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-01/o-el-pais-vai-mudar-para-melhor.html. Acesso em: 29 jun. 2020.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985. PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RESENDE, Edna Maria. **Ecos do liberalismo**: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

TRAVANCAS, Isabel. **O livro no jornal**: os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90. Cotia: Ateliê Editorial, 2001.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. 1972. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Editora, 1996.

VIVAR, Jesús Miguel Flores; ABIB, Tayane Aidar. O expediente da argumentação no jornalismo de Eliane Brum: análise de suas colunas ao El País Brasil. **Comunicação & Inovação**, revista online, v. 19, nº 40, 2018. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5175/247 1. Acesso em: 24 jun. 2020.

PARTE 4

Perspectivas e panoramas históricos: ditadura, epidemias e desinformação

Mídia alternativa e ditadura militar: o boletim Ferramenta no estado do Espírito Santo

Ana Carolina Ronchi¹⁶² Pedro Ernesto Fagundes¹⁶³

Introdução

Das alas conservadoras às mais progressistas, muitos foram os posicionamentos da Igreja Católica ao longo da ditadura civil-militar no Brasil. Tendo chegado ao país junto com os portugueses, historicamente a Igreja e o Estado buscaram, na medida do possível, sempre manter uma relação dialógica, para adquirir benefícios mútuos.

No momento em que o golpe é instalado no Brasil a Igreja vinha presenciando grandes transformações em sua forma de pensar e atuar em sociedade. Exemplo disso foi a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, em 1952, e a participação do clero em eventos como o Concílio do Vaticano II (1962-1966) e o II Conselho Episcopal Latino- Americano (Celam) em 1968.

Com o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, e a proximidade da década de 1970, o regime passou a reforçar suas medidas de censura e repressão. No Espírito Santo, nesse mesmo período, é iniciado um processo de industrialização, gerando um êxodo rural e a consequente formação de zonas de pobreza na Região Metropolitana da Grande Vitória. Com a instalação de grandes indústrias em terras capixabas, o estado passa a presenciar de forma mais intensa também o movimento operário e sindical.

É no contexto acima que surge o boletim Ferramenta - Informativo da Arquidiocese de Vitória para o mundo operário. Pensado e produzido no seio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Ferramenta é a representação de como os movimentos sociais encontraram na Igreja um espaço de acolhida, de debate, e de reivindicação social à luz do evangelho.

Igreja Católica e ditadura civil-militar no Brasil

¹⁶² Mestra em Comunicação e Territorialidades. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisadora do Laboratório de Estudos em História do Tempo presente (UFES). Pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência (ES). E-mail: ronchianacarolina@gmail.com

¹⁶³ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenador do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (UFES). E-mail: pefagundes@uol.com.br

Refletir sobre a Igreja Católica e a ditadura civil-militar no Brasil perpassa por compreender as nuances entre a relação Estado e religião. Ao discutir sobre tal temática, Renato Cancian (2011, p. 8) pontua que o fenômeno religioso é uma fonte de valores éticos cuja influência e eficácia pode ser sociologicamente analisada. Para isso, basta observar as atitudes mais íntimas e as práticas cotidianas que se dão pelas interações sociais. O autor reforça também que, ao longo do tempo, as formas como as grandes religiões se organizaram variaram muito – seja como pequenas congregações, seitas e/ou ordens. Essas transformações progrediram e se institucionalizaram a ponto de assumir a forma que hoje conhecemos como Igreja.

A história dos países que formam a América Latina é indissociável da história da institucionalização da religião católica no continente. Particularmente no Brasil, como religião oficial e hegemônica, a Igreja Católica estabeleceu fortes vínculos com o Estado nacional, convertendo-se em uma força conservadora que atuou durante séculos reforçando os interesses das elites dominantes (CANCIAN, 2011, p. 11).

Quem também discorre sobre a Igreja católica é Paulo César Gomes (2014). O autor reforça que as preocupações do catolicismo nunca foram restritas às temáticas de ordem religiosa. Ou seja, dificilmente será possível analisar a Igreja sem entender a atuação da mesma dentro de uma lógica também no campo político. Entretanto, o autor esclarece que não se pode negligenciar os motivos teológicos que fundamentam como a Igreja se posiciona politicamente. Isso porque, "seu objetivo no mundo é, acima de tudo, assegurar sua supremacia no campo transcendental" (GOMES, 2014, p. 23).

Compreender, portanto, os mecanismos com os quais a religião se instaura na sociedade e como ela interage com esta é de suma importância para analisar os movimentos que surgem como resultado dessas trocas sociais e simbólicas. Assim sendo, a década de 1960 não representou apenas uma ruptura política na sociedade brasileira — com a instauração do golpe civil-militar. A própria Igreja Católica viveu durante esses anos um momento de grandes transformações que influenciaram diretamente a relação entre sua instituição e o governo militar da época.

Antes do golpe a Igreja no Brasil já vinha presenciando algumas mudanças no seu pensamento social. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por exemplo, havia sido criada nos anos anteriores, em 1952; e movimentos como a Ação Católica Brasileira (ACB), assim como suas subdivisões – a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) – apresentaram crescimento. Esses movimentos

já faziam com que setores da Igreja sinalizassem uma aproximação com as reivindicações dos trabalhadores e dos estudantes.

Foi também na década de 1960 que a Igreja Católica formulou encontros que mudaram drasticamente a forma como a instituição olhava para a questão da justiça social e dos direitos humanos. Exemplos desses são o Concílio do Vaticano II (1962-1966) e o II Conselho Episcopal Latino-Americano (1968). Foi a partir dessas reformas que a questão da justiça social, do diálogo ecumênico e dos direitos humanos passou a ser colocada em primeiro plano. Logo, quando o golpe é instaurado em 31 de março de 1964, sob a alegação de salvar o país do comunismo e da subversão, foi lançado dentro da Igreja um terreno propício ao conflito entre essa instituição e o Estado brasileiro.

Há ainda nos dias atuais polêmicas sobre o papel desempenhado pela Igreja no golpe. Na visão de Cancian (2011) este foi bem limitado. O autor sinaliza que houve as Marchas do Rosário – ou Marchas da Família com Deus pela Liberdade –, mas que estes eram protestos organizados por mulheres católicas pertencentes às classes médias urbanas (que eram contra a política de João Goulart). Cancian (2011, p. 38) entende, todavia, que os membros do clero que apoiavam o golpe foram poucos, e não detinham muita influência institucional.

Não é possível estabelecer um posicionamento em bloco da Igreja ao longo do regime militar. A relação entre a Igreja e o Estado durante os primeiros anos do golpe se deu de uma forma dialética, variando conforme as ações tomadas pelos governos e a posição daqueles que presidiam a CNBB. Tal cenário passaria a mudar com a promulgação do AI-5, em 1968. Este intensificou a perseguição dos militantes contrários ao regime (alguns membros do clero inclusos) e o reforço no aparato repressivo da sociedade como um todo. A Igreja passa, então, a adotar posições mais críticas contra a ditadura civil-militar.

Nos anos mais drásticos do golpe a Igreja Católica passa a se apresentar como a mais bem articulada organização social brasileira, isso porque ela existia em todo o território nacional – o que favorecia não só a ampliação dos ideais de libertação, como a articulação e comunicação entre os manifestantes contrários ao golpe.

Nessa conjuntura, as CEBs se tornaram verdadeiros núcleos de participação social. Nelas a população se aglutinava, formando grupos que ofereciam da alfabetização à politização e a mobilização das classes populares.

No contexto de cerceamento das liberdades civis e democráticas, prisões e prática generalizada de tortura, a Igreja se converteu num espaço de relativa liberdade de organização e de ação não só para os militantes católicos, mas para todos os cidadãos, movimentos sociais e grupos políticos (principalmente de esquerda) que não encontravam espaços e nem formas alternativas de se manifestar contra as arbitrariedades do regime de exceção. Atuando nos limites da vasta rede de instituições, organizações e entidades católicas, os militantes católicos e ativistas políticos puderam contar com a proteção da hierarquia. (CANCIAN, 2011, p. 76)

Tendo aval da Igreja, os movimentos sociais passaram a surgir de dentro das comunidades também no Espírito Santo. Erilaine da Silva pontua que ao voltar do Concílio Vaticano II, o então bispo da época, Dom Batista da Motta e Albuquerque e seu auxiliar, Dom Luis Gonzaga Fernandes, começaram a formular uma organização pastoral que focasse nos grupos de reflexão para leigos e nas CEBs. A autora reforça também que as pastorais sociais no Espírito Santo – em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Operária (PO) e a JOC – foram a base dos militantes que não tinham em outros meios que não fosse a Igreja a possibilidade de expressão (SILVA, 2020, p. 5).

Assim sendo, a Igreja se apresentou como *lócus* de militância política. Dentro desse cenário nasce Ferramenta, o boletim da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória. Formulado dentro das CEBs, serviu como porta-voz dos trabalhadores capixabas que nele manifestavam pedidos por melhores condições de trabalho e lutavam pelo fim da ditadura civil-militar.

Sendo lançado em 1977, Ferramenta surge em um momento de efervescência do movimento operário no Brasil. É no fim dessa década que o país irá ver o nascimento das grandes greves no ABC paulista. É nesse momento também que começa a surgir o que viria a ser conhecido como o "novo sindicalismo". São essas as temáticas discutidas no tópico a seguir.

Movimentos sociais e o novo sindicalismo

No caso do Espírito Santo, a década de 1970 não representou apenas a continuação do regime militar. Foi também durante esse período que o estado passou a modificar sua economia – saindo de uma base de exportação da monocultura cafeeira para um processo de industrialização. Com a implementação de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, Samarco Mineração e Aracruz Celulose, a

Região Metropolitana da Grande Vitória passou a ser destino de muitos capixabas – vindos do interior do estado – e brasileiros – vindos de estados vizinhos.

É na década de 1970 que começa a ser visto com maior intensidade as desigualdades sociais. É nesse momento também que os bolsões de pobreza vão surgindo nas periferias. Com uma concentração populacional nunca antes vista, será também nesse período que os movimentos sociais — muitos deles fomentados dentro das CEBs — e os movimentos sindicais passam a ganhar mais visibilidade. Nesse contexto, Ferramenta é criado para ser um canal de comunicação entre os operários capixabas.

Sobre esse período, Sérgio Murilo de Oliveira (1987, p. 24) esclarece que, após a instauração do golpe militar, o Estado investiu em medidas que facilitassem a expansão da economia brasileira nos moldes capitalistas. De um lado, permitiram a participação do capital estrangeiro. Do outro, fizeram uso de enérgicas formas de reprimir as reivindicações da população. Com essas medidas, o governo militar criou a estabilidade política necessária para que os investidores de outros países enxergassem o Brasil como local de potencial investimento.

Oliveira (1987) pontua, entretanto, que, se o que se esperava era um amplo desenvolvimento econômico do país, o que se conseguiu na prática foi o contrário. Para o autor, após a implantação do regime militar o que se viu no Brasil foi o empobrecimento geral da classe trabalhadora, uma profunda repressão às organizações populares e uma acentuada deterioração da qualidade de vida urbana (OLIVEIRA, 1987, p. 24). Agora, não mais o operário enfrenta, "apenas na fábrica, a luta pela melhoria salarial, como tem que enfrentar o Estado, na cidade, pela defesa de sua habitação, contra sua remoção ou seu afastamento para áreas afastadas do seu lugar de trabalho, por exemplo" (OLIVEIRA, 1987, p. 25).

Assim, como é possível notar nas páginas de Ferramenta – que tem pautas como a falta de transportes e de moradias, por exemplo –, com o avanço do regime (e a consequente repressão) as reivindicações do movimento operário passaram a se associar a outras lutas – como as por melhores condições de vida, o movimento feminino, o movimento negro, entre outras (OLIVEIRA, 1987). Graças à censura e a violência repressiva do Estado, pequenos movimentos – como o gerado por Ferramenta - seriam o mais próximo que a população teria para se mobilizar e ser ouvida.

Discutir sobre o movimento operário durante a ditadura civil-militar recai também em compreender as diversas sanções do governo contra os sindicatos. Marco Aurélio Santana (2008, p. 281) esclarece que logo no primeiro governo militar já é implantado o

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa mudança acabava por dar fim à estabilidade no emprego e incentivava a uma alta rotatividade de mão-de-obra. Essa foi uma das ações que atuaram diretamente no impedimento dos sindicatos de agirem de uma forma mais combativa.

Santana reforça também que, embora a repressão fosse feroz tendo como práticas correntes a prisão e a tortura, os militantes operários encontraram dentro das fábricas o seu *lócus* de ação. Para o autor, o regime utilizou de todos os mecanismos para bloquear os avanços de qualquer posição que fosse mais contestadora. A luta sindical ao longo dos 21 anos do regime sempre esteve (com maior ou menor intensidade) esbarrando nos limites da ditadura. Até os eventos de cunhos oficiosos, organizados por lideranças pouco "combativas", podiam ser palco das ações e violências policiais. Assim, os militantes sindicais trabalhavam em um território extremamente minado (SANTANA, 2008, p. 295).

Enquanto em outros estados do país já havia uma movimentação do movimento sindical, no Espírito Santo, graças à industrialização tardia, isso vai ocorrer com maior intensidade a partir da década de 1970 – período em que nacionalmente passa a efervescer o movimento do novo sindicalismo.

Todo o trabalho silencioso que articulou diversos setores sociais e havia sido feito nos anos anteriores, de certa forma vai manter o movimento operário-sindical no Brasil vivo. Isso até o fim da década de 1970, com as mobilizações no ABC paulista, que pavimentam o caminho para os pedidos de redemocratização.

Para Kênia Miranda é no fim da década de 1970 que o país passa pela efervescência da luta de classes e por uma crise do governo militar. Seja pelo modelo econômico escolhido ou pelo aumento dos conflitos internos, é nesse período que de forma mais enfática acontece a ascensão da organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais (MIRANDA, 2011, p. 45).

O novo sindicalismo surge, portanto, como um movimento que "caracterizou-se pela tentativa de construção de um sindicalismo autônomo, combativo, que buscava novas formas de relacionamento com as bases e contra a legislação sindical corporativista". Com o epicentro no sindicato dos metalúrgicos, em São Bernardo - SP, o país passou a assistir a uma inovação importante, a diversidade de greves. "Havia greves com ocupação, greves 'pipoca', operações 'padrão', 'vaca brava' e 'tartaruga'" (MIRANDA, 2011, p. 49, grifos da autora).

Essas novas movimentações populares foram de grande importância para pavimentar o processo de redemocratização. Com elas a sociedade recomeçava a conquistar seus espaços de participação política e reforçava a crise que já vinha se estabelecendo no regime. Ligados ou não ao movimento sindical, no fim da década de 1970 os movimentos populares passaram a representar a insatisfação com o Estado e começaram a estabelecer uma luta pelo retorno democrático.

Dentro desse cenário, está o boletim Ferramenta. Criado como porta-voz da Pastoral Operária no Espírito Santo, ele passa a ser usado para expressar as mais diversas insatisfações da sociedade capixaba perante a ditadura civil-militar e a vida dos trabalhadores. Em Ferramenta os operários e os militantes criaram um espaço de crítica e denúncia social. Espaço este que, seja pela censura política e/ou escolha editorial, não era visto nos veículos de comunicação tradicionais do estado.

Como uma comunicação comunitária alternativa, Ferramenta nasce durante os anos de chumbo e vai se manter até os anos de 1990. Entender sua importância perpassa por analisar o papel das mídias alternativas em períodos ditatoriais. Discutiremos sobre essa temática no próximo tópico.

Mídia alternativa e o boletim Ferramenta

Sobre a imprensa alternativa no Brasil, Bernardo Kucinski (1991, p. 9) pontua que nos primeiros 15 anos do regime militar (1964-1980) nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como característica em comum a oposição contra o golpe. Esses veículos passaram a ser conhecidos como "imprensa alternativa" ou "imprensa nanica". O "nanico" seria relativo ao formato tabloide. Já "alternativo" derivaria de não estar ligado a uma política dominante, de ser a única saída para um momento conturbado.

Enquanto muitos veículos da grande imprensa estiveram ao lado da instauração do golpe – ou não se posicionaram abertamente contrários – a imprensa alternativa nasceu com o intuito de fazer o caminho inverso. Com a censura e a repressão em território brasileiro, a imprensa alternativa foi o meio como muitos jornalistas e/ou militantes encontraram para divulgar pontos de vista contrários ao Estado.

No estado do Espírito Santo, o jornal alternativo mais conhecido foi Posição, que circulou entre 1976 e 1979. Já o boletim Ferramenta surge no ano de 1977 como portavoz da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória. Com o movimento sindical efervescente ao lado de outras lutas sociais nesse momento, o boletim se apresenta como

canal de denúncia dos operários e militantes capixabas. A seguir é possível visualizar a primeira edição lançada, em dezembro de 1977:

Figura 1: Boletim Ferramenta nº zero, p. 1 – dezembro/1977

Na figura acima, é possível ler o título: "Metalúrgicos lutam pela reposição salarial". Abaixo, o boletim divulga uma tabela com os ajustes de salários recebidos nos



anos anteriores. Nele há também a divulgação de quais seriam os ajustes corretos que o trabalhador deveria ter recebido. No fim, calcula e mostra ao operário qual é o prejuízo que cai sobre ele com essas alterações. Na capa da primeira edição é possível ver ainda na parte inferior uma ilustração com os dizeres "queremos a reposição".

Ferramenta representa um dos meios de comunicação comunitária alternativa que nasceu durante o regime militar. Sem voz e expressão nos meios tradicionais, o boletim foi a forma encontrada para reivindicar os direitos dos trabalhadores, realizar críticas ao regime e denunciar as más condições de vida e trabalho que surgiam com a brusca industrialização do Espírito Santo.

Sobre esse tipo de comunicação, Cicilia Peruzzo pontua que destoa do jornalismo tradicional na "direção político-ideológica, na proposta editorial – tanto pelo enfoque dado aos conteúdos quanto pelos assuntos tratados e pela abordagem crítica –, nos modos de organização [...] e nas estratégias de produção/ação" (PERUZZO, 2009, p. 132).

Peruzzo salienta que em contextos como o da ditadura, produzir boletins como Ferramenta significava grande risco de prisão e condenação política. E, que, por isso, em muitos casos produzia-se comunicação alternativa de forma clandestina – como estratégia para fugir do controle estatal e da censura.

Com o aval de poder circular como "informativo da Arquidiocese de Vitória para o mundo operário", e tendo, inclusive, padres produzindo o material durante sua vida útil, Ferramenta conseguiu se manter vivo por duas décadas, parando de circular nos anos de 1990. É possível que essa forte ligação com a Igreja seja o que o tenha mantido ativo por tantos anos.

Outra característica de mídias como Ferramenta é o caráter de contracomunicação. Peruzzo (2009) esclarece que essa é elaborada no âmbito dos movimentos populares. Sua função é exercitar a liberdade de expressão, servir de instrumento de conscientização, oferecer temáticas diferenciadas, ser instrumento de democratização da informação, para que, no fim, com o acesso da população aos meios de comunicação, haja a transformação social.

Nas experiências de caráter popular-comunitário, a finalidade, em última instância, é favorecer a auto emancipação humana e contribuir para a melhoria das condições de existência das populações empobrecidas, de modo a reduzir a pobreza, a discriminação, a violência etc., bem como avançar na equidade social e no respeito à diversidade cultural. Contudo, a comunicação não se presta a fazer mudanças sozinhas. A visão de uso dos meios meramente para difundir conteúdos educativos está superada. Trata-se de sua inserção em processos de mobilização e de vínculo local ou identitário sintonizados a programas mais amplos de organização-ação, dos movimentos sociais populares. Estes privilegiam o atendimento às necessidades concretas de segmentos populacionais de acordo com cada realidade. (PERUZZO, 2009, p. 134-135)

Discutir sobre essa função dos meios alternativos comunitários passa por olhar pela própria configuração do movimento operário da década de 1970, mas, acima de tudo, pela formação das CEBs, que passam a desempenhar papel fundamental na organização dos movimentos sociais. Elas se tornam verdadeiros espaços de luta, escuta e organização das reivindicações.

Nas CEBs é que começam a surgir as novas lideranças populares. Elas passaram a ser, ao mesmo tempo, um movimento de base e um suporte para outros movimentos. Nelas foi possível gerar uma nova identidade social. Criadas na tentativa de barrar o

avanço das igrejas protestantes, as comunidades eram, no começo, formadas por famílias que se reuniam em uma de suas casas toda a semana, especialmente para vivenciar cursos de evangelização (KUCINSKI, 1991, p. 10).

Com o passar do tempo, à luz da Teologia da Libertação e de um posicionamento de Igreja para os pobres, as CEBs passaram a ser uma forma de sobrevivência popular diante das condições precárias da sociedade. Tendo em comum entre a maior parte de seus membros a saída do interior para o centro urbano, as desigualdades e a pobreza nas cidades, as reuniões eram uma verdadeira forma de politizar a religião (KUCINSKI, 1991, p. 10).

Ao longo das edições de Ferramenta é possível notar que as temáticas citadas acima se materializam no boletim. Por vezes o informe se utiliza de marcos litúrgicos católicos – como o Corpus Christi – para fazer surgir reflexões sobre as desigualdades sociais. À luz do evangelho, os movimentos sociais capixabas encontraram em Ferramenta um canal de escape para tecer críticas sobre as diversas mazelas que assolavam a população, sobretudo a mais vulnerável.

Kucinski (1991, p. 86) pontua também que, graças aos movimentos de base centenas de jornais, boletins e folhetins como Ferramenta surgiram, apesar da inexistência de uma tradição de imprensa comunitária no Brasil. Para o autor, muitos não podiam nem ser considerados jornais, dado a precariedade do material com que eram produzidos. Eram vendidos a preços baixos por quem os produzia e tinham um restrito número de páginas.

A realidade descrita por Kucinski era encontrada também em solo capixaba. Ao dialogar sobre a comunicação da Pastoral Operária no Espírito Santo, Elaine Dal Gobbo (2018, p. 21) esclarece que em Ferramenta, do processo de produção – de captar as pautas – até à venda do boletim, tudo era feito pelos integrantes da PO e por trabalhadores que, mesmo não ligados à Igreja, ajudavam a manter o impresso.

Outro ponto válido a enfatizar sobre a comunicação comunitária é relativo à sua linguagem. Produzido por e para trabalhadores, a ideia de Ferramenta era ser um canal de comunicação entre esse público. Com linguagem clara e simples e tendo um espaço limitado para divulgar as informações, o boletim optou também pela comunicação imagética, divulgando em suas edições charges e ilustrações.

Para Kucinski (1991, p. 86), os escritores e cartunistas desempenharam um papel central na resistência à ditadura civil-militar. Para o autor, sendo "cínicos e libertários", esta foi a categoria que se opôs ao golpe de forma mais coesa. O autor formula que a linguagem imagética cresceu nos momentos de anticlímax do golpe militar.

Em Ferramenta as imagens possuem tanto caráter ilustrativo como crítico. A seguir, dois exemplos:

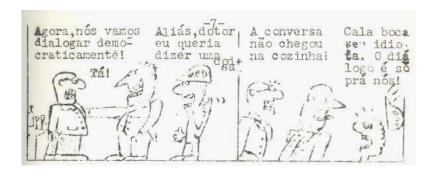


Figura 2: Boletim Ferramenta nº zero, p. 7 - dezembro/1977



Figura 3: Boletim Ferramenta nº 0, p. 8 – dezembro 1977

Nas imagens é possível identificar críticas sobre a realidade trabalhista da época. Na primeira imagem é descrita uma conversa entre patrão e funcionário. O empregador é representado tratando o empregado de forma rude. A tirinha deixa claro com quem o empregador está disposto a dialogar: com aqueles que pertencem à mesma classe que ele. A segunda imagem, por sua vez, representa uma das críticas recorrentes encontradas em Ferramenta: a precarização do trabalho. Com a descrição de um diálogo entre dois operários, o boletim representa a condição insalubre que muitos operários capixabas enfrentaram ao longo da segunda metade do século XX.

Considerações Finais

Os 21 anos do regime militar representaram um retrocesso nos direitos políticos, de liberdade e de expressão no Brasil. Com a censura e a repressão que afetavam os

jornais, muitos movimentos sociais encontraram nas mídias alternativas uma forma de se expressar e reivindicar seus interesses.

Ferramenta é uma das inúmeras mídias comunitárias alternativas que nasce durante o regime militar no Brasil. Estando ligada à Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória e tendo padres na sua produção ao longo dos anos, pode sobreviver mais do que muitos alternativos ao longo dos anos de repressão.

Nascido no bojo das CEBs, Ferramenta une o evangelho à crítica das injustiças sociais. Em suas páginas o movimento operário pode discutir temáticas como greves, precarização do trabalho e as más condições de vida nas periferias do estado do Espírito Santo.

Ferramenta representa a militância que surgiu dentro da Igreja Católica nos anos da ditadura civil-militar. Mesmo que alguns setores dela tenham sido favoráveis ao golpe em 1964, é com o acirramento da repressão que a Igreja passaria a ser porta-voz no Brasil e no exterior dos crimes cometidos pelo regime ditatorial. Estando cerceados, os movimentos sociais encontraram dentro da Igreja espaço de reflexão e de luta. Nas CEBs o movimento operário, sindical, de mulheres, entre outros, encontraram refúgio para manter acesa a luta contra a ditadura e a favor da redemocratização.

Referências

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

DAL GOBBO, Elaine Rodrigues. **A comunicação operária da Arquidiocese de Vitória de 1977 a 1985 e nos anos 200:** estratégias, cotejos e apontamentos. 220 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Territorialidades. Centro de Artes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

OLIVEIRA, Sergio Murilo Ferreira de. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. **Revista de Administração Pública**, v. 21, n. 2, p. 24-36, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

As doenças monstruosas: pequena historiografia das crises epidêmicas no cinema de horror

Klaus'Berg Nippes Bragança 164

Introdução: a arte da peste

Dizemos com frequência "não me surpreende" ou "eu sabia que isso ia acontecer" — querendo dizer que, na hora do acontecimento, embora não tenhamos pensado no assunto de modo consciente antes, ficamos com uma sensação de inevitabilidade, como se soubéssemos havia muito tempo que era exatamente aquilo o que ia acontecer. Jack Finney, *Invasores de Corpos*, 1955.

Momentos de pandemia como o que vivemos atualmente são constantes na história e determinam mudanças significativas em nossos comportamentos sanitários e sociais como medida de prevenção ao contágio epidêmico. A disseminação desenfreada do novo coronavírus (Sars-Cov-2) revitalizou um medo resistente, incubado em nosso imaginário, pois como nos lembra Jean Delumeau, "o temor da volta das doenças contagiosas pertence, também, aos medos recolhidos no fundo de cada um de nós" (2007, p. 45).

Os relatos produzidos durante episódios epidemiológicos do passado parecem espelhar a mentalidade e a atualidade do momento vivido — mesmo alguns sendo ficcionais, como o romance *Um diário do ano da peste*, de Daniel Defoe, que narra a ocorrência da Grande Peste de Londres, em 1665. Essas "crônicas da peste" funcionam como um acervo histórico que nos ajuda a traduzir o horror do presente, ou como afirma Delumeau, "as crônicas de outrora que descrevem pestes constituem como que um museu do horrível" (2011, p. 168). A irrupção de uma peste desencadeava reações de desespero, paranoia e pânico, desde fugas desordenadas, até a atmosfera de desconfiança e aversão que pairava entre os que se confinavam nas cidades empesteadas. Comportamentos, inclusive, semelhantes aos adotados hoje: "todas as crônicas da peste insistem também na

¹⁶⁴ Doutor em Comunicação pelo PPGCOM-UFF. Professor Adjunto do curso de Cinema e Audiovisual da UFES. Pós-Doutor pelo PPGCOM-UERJ onde desenvolveu a pesquisa "As doenças do cinema: epidemias midiáticas no horror contemporâneo". E-mail: klausbraganca@ymail.com

interrupção do comércio e do artesanato, no fechamento de lojas, até das igrejas, na suspensão de qualquer divertimento, no vazio das ruas e das praças, no silêncio dos campanários" (DELUMEAU, 2011, p. 175).

Seja em prosa ou verso, as crônicas da peste atestam ainda outro padrão sobrevivente aos fenômenos epidêmicos: a criação artística como maneira de expressar as angústias e os horrores das doenças. E não apenas em literatura, pois as artes plásticas também deram formas ao retratar as cenas catastróficas da realidade – uma "estética da doença" que estimula o olhar através das representações de enfermidades e epidemias. Segundo Delumeau (2011, p. 190), "a peste negra e aquelas que a seguiram em um ritmo apressado modificaram a inspiração da arte europeia, orientando-a mais do que anteriormente para a evocação da violência, do sofrimento, do sadismo, da demência e do macabro".

A "peste negra", um dos eventos pandêmicos que abateu a Europa a partir do século XIV, foi capaz de alterar a mentalidade artística de uma época, estimulando toda uma imagética sobre o martírio dos doentes e a devastação das cidades povoadas por amontoados de cadáveres em decomposição. Muitas pinturas, gravuras, painéis e esculturas produzidas durante episódios epidêmicos recorrem a metáforas e simbologias para compor suas crônicas visuais da peste. Sugerem visões artísticas de uma sociedade adoecida, como analisa Maria Izabel Ribeiro (2012, p. 64): "entidade abstrata e, portanto, impossível de ser configurada por si, as doenças são retratadas por alegorias, manifestações de sintomas, estigmas sociais, aspectos da cultura popular ou convenções".

Entre as alegorias mais repetidas está o tema da "dança macabra", como modo de personificar o contato e a proximidade com a morte. De acordo com Delumeau (2011, p. 191), "parece mais ou menos certo que o tema da dança macabra nasceu com a grande pandemia de 1348, e é significativo que sua eflorescência se tenha situado entre os séculos XV e XVIII, isto é, durante o tempo em que a peste constituiu um perigo agudo para as populações".

As danças macabras eram compostas com cadáveres e ossadas que se relacionavam junto aos sobreviventes, ora de maneira mais ameaçadora e repugnante, ora mais descontraída e animada, pois "nessas ilustrações, vários esqueletos dançam com pessoas de diferentes idades e situações sociais" (RIBEIRO, 2012, p. 71).

O festejo da mortalidade evocado pela dança macabra era quase um ritual de purificação artística, a depuração da doença através de uma reconstituição estilizada dos horrores reais vislumbrados no acúmulo de corpos das cidades. Sendo um tema constante,

persistente e popular nas artes, a dança macabra resistiu às curas das doenças que a originou e contaminou também a nascente arte do século XIX – como pode ser visto no truque do esqueleto dançante feito por Georges Méliès no curta-metragem *L'antre des sprits* (1901); ou ainda no episódio *The skeleton dance* da *Silly Symphony* de Walt Disney, uma animação musical humorística lançada justamente quando os EUA amarguravam os horrores da crise financeira de 1929, e que também gerou seu próprio amontoado de cadáveres.

Um tom moral-religioso contorna as representações de causas sobrenaturais — como uma punição divina para os pecados da humanidade, ou ainda como atuação demoníaca. Em *A doença como metáfora*, Susan Sontag (1984, p. 29) afirma que "na *Ilíada* e na *Odisseia* a doença aparece como castigo sobrenatural, como possessão pelo demônio e como o resultado de causas naturais. Para os gregos, a doença podia ser gratuita, mas podia ser também merecida". Em seu ensaio, a autora dedica-se a discutir os valores metafóricos designados às doenças pela arte e pela mídia — principalmente a tuberculose e o câncer. A tradição moral denota uma culpabilidade ao doente, um castigo decorrente dos males provocados por nós mesmos, já que "com o advento do cristianismo, que impôs noções mais moralizadas da doença, como de tudo o mais, gradualmente evoluiu um ajustamento mais estreito entre a doença e a 'vítima'" (SONTAG, 1984, p. 29).

A "vítima", assim como o monstro, é um elemento basilar das ficções de horror, os "personagens-feitos-para-morrer" do jargão popular. Porém, no caso da vítima ser acometida por uma doença, ela pode se tornar um monstro – numa inversão das categorias metafóricas designadas inicialmente: doente = vítima / doente = monstro. Em consonância à proposta de Sontag, embora mais limitado e específico, o objetivo deste trabalho é investigar na história recente do cinema de horror algumas metáforas monstruosas conferidas às crises epidêmicas representadas nas narrativas ficcionais. Longe de esgotar o debate, a filmografia adotada para esta discussão compõe uma rubrica bastante singular dentro do universo fílmico, algo classificado por pesquisadores como Johan Höglund (2017) de "horror de pandemia".

Infecções alienígenas e impureza sexual

Pouco mais de uma década após a publicação de *A doença como metáfora*, inspirada por uma nova epidemia de magnitude catastrófica, contraída tanto pela mídia,

quanto pelo imaginário cultural da sociedade, Sontag atualizou seu ensaio Aids e suas metáforas. Suas análises traçam comparativos entre epidemias passadas e outras DSTs para se concentrar em torno das metáforas associadas à última pandemia do século XX. Para a autora "a genealogia metafórica da AIDS é dupla. Enquanto microprocesso, ela é encarada como o câncer: como uma invasão. Quando o que está em foco é a transmissão da doença, invoca-se uma metáfora mais antiga, que lembra a sífilis: a da poluição" (SONTAG, 1989, p. 21-22).

Enquanto doença invasora, a AIDS foi retratada como "um agente infeccioso que vem de fora", sendo que a mídia produziu imagens e narrativas sobre uma "doença infiltrando a sociedade". Metáforas de teor pejorativo e preconceituoso acentuaram a alteridade dos infectados, "câncer gay" ou "peste gay" foram termos associados à impureza de grupos politicamente minoritários, acusados de espalhar a doença em uma sociedade neoconservadora intolerante à diferença. Este pressuposto deu condições para a alteridade articulada à doença gerar metáforas monstruosas.

> A metáfora dá forma à visão de uma doença particularmente temida como um "outro" alienígena, tal como o inimigo é encarado nas guerras modernas; e a transformação da doença em inimigo leva inevitavelmente à atribuição de culpa ao paciente, muito embora ele continue sendo encarado como vítima. (SONTAG, 1989, p.15-16)

Nesse quesito, ainda na década de 1970, o cinema de horror e de ficção científica antecipou as metáforas destiladas com a AIDS, como ressalta Sontag, "na era da Guerra nas Estrelas e dos Invasores do Espaço, a AIDS tornou-se uma doença idealmente inteligível" (1989, p. 23). Podemos ver esta vocação no filme Os invasores de corpos (Philip Kaufman, 1978), uma das várias adaptações da novela de Jack Finney¹⁶⁵. Seu enredo remete ao avanço da infestação corporal por um invasor alienígena, transmitido, particularmente, entre casais que sofrem de crises conjugais. A trama é ambientada em São Francisco, local precursor das reivindicações de liberdades civis e do ativismo político da comunidade LGBT. Diante de tal contexto, David Skal nos lembra que "a Igreja Católica já não persegue bruxas e vampiros, mas na era da AIDS opõe-se inflexivelmente ao avanço dos direitos civis para os homossexuais" (2001, p. 347).

1993), Prova Final (Robert Rodriguez, 1998) e Invasores (Olivier Hirschbiegel, 2007). Para uma análise mais aprofundada destas adaptações Cf. BRAGANÇA, K. B. N.. Realidade Perturbada: corpos, espíritos,

família e vigilância no cinema de horror. Curitiba: Appris, 2018, p. 61-81.

¹⁶⁵ Existem outras adaptações fílmicas desta obra, algumas mais e outras menos fiéis ao romance original, como Vampiros de Almas (Don Siegel, 1956), Os invasores de corpos – A invasão continua (Abel Ferrara,

Na trama, o protagonista é fiscal da vigilância sanitária e passa a investigar o fenômeno patológico que se alastra rapidamente entre os habitantes. Ao invadirem os corpos dos hospedeiros, os alienígenas tomam o controle dos comportamentos sociais, estabelecendo assim uma ordem disciplinar da sexualidade: a manutenção da conduta heteronormativa, bem como o *status quo* do matrimônio – o que instala uma aversão moral aos comportamentos sexuais taxados de "inapropriados" ou "impuros", sejam homoafetivos ou extraconjugais. Em relação à AIDS, David Skal argumenta que "figuras altamente autoritárias declararam que a epidemia só poderia ser controlada se os papéis tradicionais do sexo fossem considerados; o monstro está ligado à licença sexual e aos arranjos sexuais não convencionais" (2001, p. 349).

Em *Força Sinistra* (Tobe Hooper, 1984) astronautas encontram três alienígenas de aspecto humano vagando em câmaras criogênicas pelo espaço, dois homens e uma mulher – a líder do grupo ou "paciente zero". Trazidos para a Terra, eles seduzem e sugam a força vital de suas vítimas, transformando-os em zumbis cadavéricos. Os corpos alienígenas, quase sempre nus, são incontroláveis para homens e mulheres que se entregam a um ato sexual fatal. Como vampiros, eles tiram a vida de suas vítimas e as incubam com um mal tornando-as monstros-portadores, capazes de transmitir o mesmo mal que lhes tornou monstruosas. Tal premissa remonta à história da AIDS: "uma doença debilitante envolvendo sangue é descoberta, cada vítima é capaz de criar outros de sua espécie" (SKAL, 2001, p. 349).

A impureza sexual assumiu contornos distintos nas ficções de horror. David Cronenberg, por exemplo, consagrou outras metáforas monstruosas para o "mal-estar sexual" instalado na sociedade – e ainda dedicou uma parte de sua filmografia às doenças, somáticas e mentais ¹⁶⁶. Os filmes *Calafrios* (1975) e *Rabid – Enraivecida na fúria do sexo* (1977) retratam o descontrole epidêmico transmitido sexualmente, um "horror venéreo" que transforma os infectados em monstros carnais. É interessante notar que em ambos há uma patologia provocada pelos "avanços da medicina": seja através do transplante de órgãos ou da cirurgia plástica e cosmética, pois "a medicina, em outras palavras, pode ser tão predatória quanto uma doença" (SKAL, 2001, p. 350).

-

lembrar de outros em que doenças e infecções incrementam as características dos personagens, como em *A Mosca* (1986) no qual o cientista contaminado pelo DNA de uma mosca acredita que seu experimento lhe rendeu um tipo de câncer de pele. Também em *Existenz* (1999), em que a designer de jogos tem o aparelho biocibernético instalado em seu corpo infectado por um vírus de computador. Já *Spider – Desafie sua mente* (2002) apresenta um paciente de hospital psiquiátrico tentando rememorar os traumas e neuroses que lhe fizeram ser internado.

Na trama de *Calafrios* um cientista que cria um parasita vermiforme capaz de substituir órgãos humanos e o implanta em uma jovem cobaia, amante de um homem casado que mora em seu condomínio. O parasita é transmitido para seu amante e rapidamente escapa dos corpos-hospedeiros para contaminar todos os moradores do condomínio, transformados em maníacos sexuais. Aqui há um tropo sobre as doenças causadas pela própria medicina, um descontrole do experimento científico que reitera a desconfiança que paira sobre a tecnociência: a tecnofobia. No filme, algumas cenas mostram os condôminos em atos sexuais de várias potências, alguns beirando a perversão, até culminar em uma orgia monstruosa na piscina do prédio. Na última sequência, os moradores contaminados deixam o edifício rumo à metrópole para espalhar a epidemia.

Já na narrativa de *Rabid*, após sofrer um acidente motociclístico, uma jovem (interpretada pela estrela de filmes eróticos Marilyn Chambers) é submetida a um procedimento experimental de cirurgia plástica na clínica do Dr. Keloid. Aliada à noção de doenças provocadas pela ciência, em *Rabid*¹⁶⁷ a cirurgia plástica traz à tona um aspecto estigmatizante: as chagas visuais que denunciam a presença da doença e acusam a culpa do doente, isto é, "por trás dos juízos morais feito em relação às doenças, encontram-se juízos estéticos a respeito do belo e do feio, do limpo e do sujo, do conhecido e do estranho ou insólito" (SONTAG, 1989, p. 49).

O corpo da jovem sofre alterações anatômicas e ela passa a sentir um apetite por sangue humano, saciado apenas por meio de um funículo em formato peniano projetado por uma fenda vaginal em sua axila. Ela se insinua sexualmente para médicos e enfermeiras a fim de atacá-los e se alimentar, o que os transforma em zumbis canibais. Ao escapar da clínica, a jovem espalha a infestação pela cidade, consolidando um cenário apocalíptico que precisa ser enfrentado através de medidas sanitárias pelas autoridades governamentais.

Mais recentemente, *Corrente do Mal* (David Robert Mitchell, 2014) apresentou em sua narrativa uma maldição perpetuada sexualmente. Após um encontro sexual com um rapaz, a protagonista descobre que uma força sobrenatural a persegue, assumindo a forma de suas vítimas. Aqui, a punição sobrenatural para o sexo funciona como uma condenação moral. Como admitido por seu parceiro sexual, a única maneira da protagonista sobreviver é transmitir a maldição para outra pessoa, de modo a perpetuar

_

¹⁶⁷ *Rabid* foi refilmado em 2019 pelas Soska Sisters, sendo que a cirurgia plástica de reconstrução facial feita pela protagonista deixa-a mais forte e bonita, gerando, entretanto, efeitos colaterais agressivos e repulsivos.

este mal, sem, contudo, ser vitimada por ele. A narrativa serve como um "conto moral", talvez engajada a chocar uma nova geração da audiência que não conheceu a guerra travada contra a AIDS no século anterior.

Guerras sanitárias e futuro apocalíptico

Mais do que monstros, uma epidemia provoca reações de controle das autoridades para administrar a crise, sendo que "a metáfora mais generalizada sobrevive nas campanhas de saúde pública, que rotineiramente apresentam a doença como algo que invade a sociedade, e as tentativas de reduzir a mortalidade causada por uma determinada doença são chamadas de lutas e guerras" (SONTAG, 1989, p. 14). Nesta articulação entre as metáforas da doença e o cinema de horror, um conflito surge em meio à crise sanitária, causando caos e desespero entre os sobreviventes, o que leva as autoridades a agir para garantir a manutenção da ordem.

A intervenção dos órgãos governamentais é feita pela força, em geral militarizada, que adota medidas de austeridade para conter a epidemia e os infectados: quarentena, "limpeza sanitária", erradicação da doença e purificação do ambiente são ações tingidas de abuso e violência, pois "as ideologias políticas autoritárias têm interesse em promover o medo, a ideia de que alienígenas estão prestes a assumir o controle – e para elas as doenças são um prato cheio" (SONTAG, 1989, p. 74). Filmes como *O exército do extermínio* 168 (George A. Romero, 1973) mantém o mote e o jargão militarista usado para combater uma crise sanitária, o que desencadeia atrocidades e horrores entre os sobreviventes – abandonados ou caçados, mas geralmente deixados à mercê de sua própria conta e risco.

Na trama do filme de Romero, os habitantes de uma pequena comunidade são contaminados por uma doença que os torna agressores insanos, o que leva o exército a intervir e deflagrar horrores ainda mais catastróficos aos infectados e sobreviventes. Vale reforçar, neste caso, a crise sanitária é fabricada através da ciência, pois trata-se de uma arma biológica produzida em laboratório. As autoridades tentam conter, belicamente, uma epidemia causada justamente por conta da cultura armamentista que a originou. Aqui, a doença não é a única causa de morte, mas também as medidas autoritárias

312

 $^{^{168}}$ Na narrativa da refilmagem *A Epidemia* (Breck Eisner, 2010) o abuso de poder militar foi quase eliminado da trama.

empregadas pela força militar. Assim, as personagens são vítimas tanto da epidemia quanto do governo que a formulou.

As epidemias originadas cientificamente e os abusos da autoridade militar também são retratados no filme *Extermínio* (Danny Boyle, 2002). A narrativa se desenvolve 28 dias após um grupo de ativistas de direito animal invadir um laboratório de infectologia e ser contaminado pelo vírus da raiva, ao tentar libertar cobaias infectadas. Quando acorda de um coma, o protagonista se vê sozinho numa cidade deserta e precisa enfrentar os ataques dos infectados para sobreviver à quarentena imposta pelo governo britânico. Sua esperança reside numa mensagem radiofônica veiculada por militares com a falsa promessa de cura, embora isso seja apenas um pretexto para os militares atraírem outros sobreviventes e sequestrar mulheres para saciar o apetite sexual da tropa de soldados.

Na produção irlandesa *Dead Meat: O banquete dos zumbis* (Conor McMahon, 2004), o estopim para a epidemia é a doença neurodegenerativa conhecida como "mal da vaca louca" (*Encefalopatia Espongiforme Bovina*), capaz de contaminar bovinos e os humanos que consumirem a carne do animal doente. O "mal da vaca louca" está associado ao uso de farinha de carne e ossos bovinos na ração para gado – uma verdadeira "ração canibal" empregada pela agroindústria pecuária para aproveitar os restos do rebanho abatido na alimentação bovina. O filme mostra que os infectados são zumbis canibais que atacam os sobreviventes para se alimentar de seus corpos.

Até mesmo os bovinos sofrem uma metamorfose com a doença e se transformam em animais enfurecidos comedores de carne – algo que poderia ser descrito como um "zumboi". Ao final, as autoridades sanitárias também precisam intervir militarmente para evitar um futuro apocalíptico, caso a epidemia evolua para uma pandemia apta a extinguir toda a humanidade. É notório que, assim como alienígenas, os zumbis são monstros recorrentes em narrativas que tematizam as patologias infecciosas. Na rubrica "cinema de horror de pandemia" definida por Johan Höglund (2017), a imagem do zumbi é potencializada como um monstro que metaforiza o medo do contágio epidêmico e do futuro apocalíptico que uma pandemia poderia gerar.

Orientado por um viés ideológico, Höglund articula à recente cinematografia de zumbi uma "relação entre as doenças imaginadas do Outro e a modernidade como um motor de preservação da classe média" (2017, p. 3). Segundo o autor, a imagem da doença pandêmica ajuda a projetar compreensões distintas sobre o Outro, pois "essas narrativas sempre foram profundamente influenciadas por ideologias e preconceitos existentes, e ajudaram a produzir certas formações identitárias através da produção ou intensificação

de tipos de Alteridade já existentes" (HÖGLUND, 2017, p. 4). O zumbi é um monstro oriundo do século XX, herança do colonialismo escravocrata latino-americano no Haiti¹⁶⁹, e pouco a pouco assumiu contornos representativos da classe operária e das camadas populares.

A filmografia que explora a associação entre zumbis e epidemias já é vasta e prolífica, com exemplares despontando desde pelo menos a década de 1960, como *Epidemia de Zumbis* (John Gilling, 1966) e a saga dos mortos de George A. Romero iniciada com *A noite dos mortos-vivos*¹⁷⁰ (1968). Todos esses filmes abarcam em suas narrativas uma epidemia zumbi que segrega a sociedade e impõe aos personagens de classe média atitudes sobrevivencialistas, como a preservação da propriedade, para evitar o contágio que os fará iguais aos zumbis-proletários. O contágio pode levar à mobilidade social decrescente e isso ameaça o *status quo* da classe média, isto é, "a perspectiva de que eles possam ser despojados de seus privilégios e obrigados a se juntar, como se atingidos por uma doença crônica e terrivelmente dilapidante, às fileiras dos pobres globais" (HÖGLUND, 2017, p. 11).

A vertente apocalíptica aberta é uma constante nos filmes de zumbis, a ameaça de extinção da humanidade simbolizada em um mundo habitado por mortos. A noção de apocalipse como "fim do mundo" ou "fim da humanidade" vem da tradição cristã e, segundo Luther Link, o cânone bíblico estabelece o conflito entre oponentes como um princípio basilar, a luta entre antagonistas representativos para purificar o sistema, "uma guerra em que o perdedor é expulso. Obtém-se a pureza. Todos os que creem serão salvos. O efeito é o alívio e o temor reverente" (1998, p. 99).

O apocalipse foi associado a doenças e epidemias na arte cristã de modo emblemático – lembremos que a Peste é um dos quatro cavaleiros do Juízo Final profetizado no livro do Apocalipse:

Quando abriu o quarto selo, ouvi a voz do quarto Vivente que dizia: "Vem!" Vi aparecer um cavalo esverdeado. Seu montador chamava-se "a morte" e o Hades o acompanhava. Foi-lhe dado poder sobre a quarta parte da terra, para que exterminasse pela espada, pela fome, pela peste e pelas feras da terra". (Apocalipse 6:7 e 8)

¹⁷⁰ Desde *A noite dos mortos-vivos*, Romero dedicou boa parte de sua filmografia para continuar seu apocalipse zumbi com *Despertar dos Mortos* (1978), *Dia dos Mortos* (1985), *Terra dos Mortos* (2005) e

Diário dos Mortos (2007).

¹⁶⁹ Para uma historiografia crítica sobre a origem do zumbi no cinema e sua relação com a herança colonial latino-americana Cf. COLEMAN, R. R. M.. "Febre na selva: um romance de horror". In: **Horror noire:** a representação negra no cinema de horror. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2019, p. 86-125.

Cada surto epidêmico parece ressuscitar um medo do apocalipse na consciência social, aquela fobia difundida pela mídia sobre o fim de tudo e de todos, seja por meio de doenças infecciosas, catástrofes ambientais ou colapsos econômicos e sociais. Um futuro fatalista que irá assolar qualquer um, independentemente de sua etnia, gênero, sexualidade, credo ou condição financeira — embora a promoção deste "fim-finalmente-acontecer" seja ainda mais ameaçadora e assustadora do que o próprio apocalipse, como resume Sontag (1989, p. 103): "Eis uma situação que se repete constantemente no mundo moderno: o apocalipse aproxima-se... e não chega a acontecer. E continua a aproximar-se".

No cinema de horror, o apocalipse zumbi destitui os sobreviventes de suas "zonas de conforto", seja família e comunidade, propriedade privada e espaço público, saúde e bem-estar, afeto e confiança. Curiosa, embora nem sempre presente em filmes de zumbi, a solidão é um efeito adverso adquirido através de medidas de segurança adotadas para conter as pestes apocalípticas, como a quarentena e o isolamento social. Nestas ocasiões, a solidão literalmente apavora os poucos indivíduos confinados em locais protegidos da catástrofe exterior. Trata-se de uma sensação conhecida e repetida em clássicos como *Mortos que matam* (Ubaldo Ragona; Sidney Salkow, 1964) – uma das variadas adaptações feitas da novela *I Am Legend*¹⁷¹, de Richard Matheson, originalmente publicada em 1954 – e até no recente *Isolado na Pandemia*¹⁷² (Johnny Martin, 2020).

Na história de *Mortos que matam*, um cientista sobrevive a uma pandemia que transforma a humanidade em mortos-vivos (para ser mais exato, nesta versão são vampiros, um tipo de morto-vivo). Ele passa as noites confinado em sua residência e durante os dias vaga pela cidade deserta para caçar os monstros. A constante voz over do cientista relata sua rotina metódica, ao mesmo tempo que revela sua profunda solidão, já que ele perdeu a família durante a pandemia — uma vida solitária e melancólica que ele tenta preencher com memórias e visitas regulares ao túmulo de sua esposa, um dos poucos momentos em que pode conversar com alguém, mesmo que seja apenas um cadáver. Ao encontrar uma mulher aparentemente imune à doença, ela passa a ser a esperança para curar sua solidão e, também, a cura da humanidade.

-

¹⁷¹ Outras adaptações foram feitas desde então, por exemplo, *O último homem da Terra* (Boris Sagal, 1971) e *Eu sou a lenda* (Francis Lawrence, 2007). Apesar das diferenças entre si e do original, todas, de uma maneira ou outra, conservam um apelo à solidão durante os eventos pandêmicos narrados.

Esta é uma refilmagem norte-americana produzida quase simultaneamente ao original sul-coreano #Alive (#Saraitda, 2020) dirigido por Il Cho.

Em *Isolado na Pandemia*, o jovem Aidan precisa manter um rigoroso isolamento social para evitar uma doença que transforma os infectados em zumbis. Sozinho, ele grava vídeos confessando sua desilusão, mas a bateria do laptop acaba e ele decide se suicidar. Durante o suicídio, ele descobre que há uma sobrevivente vivendo na frente de seu prédio, Eve. Aidan então desiste de morrer e tenta se aproximar de sua vizinha para ambos enfrentarem a pandemia juntos. A solidão atormenta as personagens, parece ser tão voraz e destrutiva quanto a própria doença, e faz os sobreviventes da epidemia serem seus próprios algozes – em poucas palavras: sozinhos, são vítimas de si mesmos.

A tradição bíblica do apocalipse profetiza uma batalha entre oponentes celestiais e infernais. O diabo foi implicado como causador de pestes e doenças (além de outros males do mundo) e de acordo com Link (1998, p. 47), "os inúmeros pequenos agentes do Diabo eram imaginados na Idade Média de um modo bem parecido com aquele como imaginamos os micróbios hoje em dia – sempre potencialmente presentes e malignos".

Parece estranho imaginar o demônio como um micróbio, uma representação que não é a mais recorrente entre as diversas imagens do diabo apresentadas pela mídia em nossos dias – ainda que, como Link sugere, esta representação fosse conhecida em outras épocas: "o Diabo como um micróbio é, de longe, a mais comum das formas do Diabo até meados do século XV" (LINK, 1998, p. 88). Alinhado a isso, o filme espanhol [REC] (Jaume Balagueró; Paco Plaza, 2007) apresenta a noção do demônio como um micróbio capaz de contaminar e possuir suas vítimas.

[REC] narra a luta pela sobrevivência de uma equipe de reportagem confinada em um prédio pela vigilância sanitária. No local, os moradores sofrem com uma doença que os deixa como zumbis canibais. À medida que a equipe jornalística avança pelas escadarias, andares e apartamentos, descobre que a causa da doença foi um exorcismo malsucedido: um padre queria sintetizar a partícula do demônio para criar a cura para o mal original, porém o experimento foge ao controle e acaba se alastrando por todo o prédio. Aqui, a doença, na verdade, é o próprio demônio 173, pois no cinema de horror as epidemias não são transmitidas somente por agentes biológicos.

Pestes tecnológicas e contágio infodêmico

-

¹⁷³ O elemento demoníaco surge quase como um detalhe no final do primeiro filme, mas em [REC]² – Possuídos (Jaume Balagueró; Paco Plaza, 2009) esta trama domina a narrativa e consolida a representação microbiológica do diabo, além de apresentar um padre como o protagonista do filme e a única autoridade apta a combater a epidemia espalhada pelo prédio.

Ao final da década de 1980, os traumas fecundados pelos vírus biológicos foram agregados aos avanços na área de tecnologia da informação. A partir da popularização da informática e da internet, houve uma conjugação das metáforas da doença à cultura digital, uma "cultura viral", segundo Jeffrey Weinstock, marca de uma sociedade obcecada com a fobia do contágio: "a era atual é a era tanto da AIDS quanto do vírus de computador — dois fenômenos que vieram à tona da consciência nacional quase exatamente no mesmo momento cultural e que são figurados em termos idênticos" (WEINSTOCK, 1997, p. 83). Sontag constatou que os mesmos comportamentos e protocolos de proteção contra vírus biológicos foram aderidos na nascente cultura digital: "as restrições de contato atingiram também o mundo da informática. Aconselham-se os usuários de computadores a encarar cada novo software como um 'portador potencial' de um vírus" (SONTAG, 1989, p. 94).

Os medos adquiridos com os vírus biológicos despertaram novas fobias associadas aos "vírus tecnológicos", e de acordo com Daniel Dinello (2005, p. 247), "o horror do vírus também se tornou uma poderosa metáfora para a tecnofobia". Analisando obras de ficção científica, Dinello define o conceito de tecnofobia como uma aversão ou uma suspeita da tecnologia, e não um medo irracional, ilógico ou neurótico – embora muitos filmes de horror explorem um lado irracional do medo tecnológico. Em sua discussão, o autor apresenta exemplos sobre a associação entre doenças e a tecnologia através de filmes que mostram epidemias derivadas do mau uso da ciência, incluindo aqueles vírus que são puramente tecnológicos, isto é, "como uma infecção viral, a tecnologia se desenvolve em uma força autônoma e invasiva que se expande e cumpre seu potencial perigoso florescendo no meio social de sustento corporativo, militar e religioso" (2005, p. 247).

A metáfora tecnológica para a doença compreende o medo de que as novas tecnologias fujam de nosso controle, extrapolem seu próprio território e contaminem os domínios orgânicos. No cinema, essas doenças tecnológicas podem infectar tanto a mente quanto o corpo do usuário, pois "voraz em sua vontade de possuir e engolir, a tecnologia é um parasita que frequentemente mina a integridade humana – invisivelmente infiltrando, manipulando, tomando o controle e modificando seu hospedeiro humano para sustentar sua própria sobrevivência e evolução" (DINELLO, 2005, p. 247).

Nesse sentido, as tecnologias de comunicação também poderiam ser portadoras e transmissoras de pestes. Não por coincidência, o cinema de horror vem empregando em diversas narrativas medos fecundados em nossa relação ubíqua e onipresente com as

tecnologias de mídia. Para Claudio Bertolli Filho a mídia de massa possui um papel fundamental na produção e disseminação de um "conhecimento comum" sobre as doenças. Um discurso midiático insistente que tende, mesmo sub-repticiamente, a preservar uma visão fatalista sobre o futuro da humanidade. Trata-se de uma pauta pública rotineira que esmiúça dramas e tragédias pessoais através de mensagens que exploram as consequências da doença, "tornando-se prolíficas fontes dos medos coletivos em escala planetária, favorecendo o cruzamento dos discursos científicos com as falas de leigos e impondo dimensões metafóricas às enfermidades" (BERTOLLI FILHO, 2012, p. 31).

No século XXI, "viralizar" tornou-se um termo comum para avaliar a capacidade e o sucesso de dispersão de determinado conteúdo de mídia ou informação, como uma "informação viral" ou um "vírus informacional", algo que também conserva um lado perigoso. Durante a pandemia do novo coronavírus, presenciamos uma doença oportunista se aproveitar da crise sanitária que paralisou o planeta para se espalhar de maneira tão ou mais veloz quanto a própria Covid-19: a infodemia. Após o alerta mundial feito por John Zarocostas (2020), a OMS decidiu publicar um folheto informativo sobre a definição proposta por Zarocostas para esta doença informacional:

A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus. (OPAS, 2020, p. 2)

O grande desencadeamento de *fake news*, informações imprecisas, opiniões negacionistas e charlatanismos oportunistas, engajou os técnicos da OMS, bem como as organizações midiáticas, a se articularem em "consórcios de mídia", para filtrar a enxurrada informacional e atenuar o principal sintoma de uma infodemia: a desinformação – uma informação falsa ou enganosa cuja finalidade é prejudicar alguém, deliberadamente ou não. No cinema de horror existem inúmeros artefatos midiáticos capazes de contaminar o público e os sintomas podem ser variados, algumas vezes até estigmatizantes.

Em À beira da loucura (John Carpenter, 1994), os romances do escritor Sutter Cane afetam seus leitores ao ponto de transformá-los em assassinos enlouquecidos. Além

da agressividade, certas características físicas surgem no rosto dos contaminados, como sangue nos olhos e mucosas nasais irritadas, e gradativamente o corpo do leitor sofre uma metamorfose monstruosa. Na trama, um detetive é contratado para investigar onde está o escritor e se ele está vivo. O detetive, em vários momentos, confessa não ser leitor – talvez nem mesmo do escritor que procura. Porém, à medida que investiga o caso, e se submete à leitura dos romances do autor desaparecido, ele se vê materializado nas narrativas dos livros. Apesar de demonstrar uma insanidade agressiva (contra um leitor de Sutter Cane), ele parece imune aos livros, mesmo sendo internado em um hospital psiquiátrico. Somente com a adaptação do livro para o cinema, o detetive é enfim infectado e enlouquece com sua própria narrativa.

No filme canadense *Pontypoll* (Bruce McDonald, 2008) um locutor de rádio narra o desenrolar de uma epidemia capaz, mais uma vez, de tornar os infectados em zumbis. Confinado no estúdio, o locutor descobre que a epidemia é alastrada através de ondas sonoras e a transmissão de rádio também provoca a doença semântica em seus ouvintes, como se os significados transmitidos pelas mensagens radiofônicas pudessem contagiar a audiência ao serem traduzidos como infecção.

Já em *Celular* (Tod Williams, 2016), a narrativa explora uma epidemia alastrada através de um sinal enviado para aparelhos de celular e, ao receber a chamada, o usuário se converte em um assassino ensandecido. Trata-se de uma "doença digital" que contamina aparelhos e seus usuários. A velocidade com que a tecnologia digital consegue propagar a informação leva a um "apocalipse instantâneo", mas a verdadeira ameaça é a imensa quantidade de telefones celular em circulação – milhões de aparelhos móveis e pessoais conectados a uma única "rede viral".

A filmografia discutida neste trabalho, ainda que resumida, fragmentada e lacunar, busca evidenciar como as doenças e as epidemias contaminaram o cinema de horror e estimularam narrativas populares sobre fobias apocalípticas. Nessas obras, as metáforas monstruosas propõem modos de enxergar manifestações distintas da doença e do Outro; bem como os conflitos instalados no controle sanitário e social de uma crise epidêmica. O cinema de horror tende a apresentar as consequências monstruosas provocadas pelas violações do corpo, da moral, da ordem e da ciência, desencadeadas em meio à peste.

Neste momento de isolamento social, a arte mostrou sua própria necessidade. As demandas por literatura, "*lives* musicais" e plataformas audiovisuais digitais surgidas durante esta nova pandemia, justificam a importância que a arte tem para a vida, pois isolamento social não significa isolamento cultural. O cinema nos auxilia a lidar com um evento pandêmico deste porte e nos ajuda a sobreviver e enxergar a preciosidade da vida através de outra perspectiva.

Mais ainda, a história do cinema de horror nos ensina a compreender aspectos talvez negligenciados, mas culturalmente simbólicos, impregnados na forma como a sociedade responde a suas crises sanitárias. São obras que nos oferecem visões e reflexões sobre um mundo moribundo à beira do apocalipse, mas que espelham um futuro já em progresso – como se assistíssemos a "uma catástrofe em câmara lenta", nas palavras de Sontag (1989, p. 104). Interpretar esse passado monstruoso é uma forma de evitar uma surpresa desagradável ao encarar nosso futuro e, desiludidos, termos que dizer, "eu sabia que isso ia acontecer".

Referências

BERTOLLI FILHO, C. Novas doenças, velhos medos: a mídia e as projeções de um futuro apocalíptico. In: MONTEIRO, Y. N.; CARNEIRO, M. L. T. (org.). **As doenças e os medos sociais**. São Paulo: Ed. FAP-UNIFESP, 2012, p. 13-36.

DELUMEAU, J. A história do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 154-220.

______. Medos de ontem e de hoje. Tradução de Marcelo Gomes. In: NOVAES, A. (org.). Ensaios sobre o medo. São Paulo: Editora Senac São Paulo / Edições Sesc SP, 2007, p. 39-52.

DINELLO, D. Technology is a virus: machine plague. In: **Technophobia!** Science fiction visions of posthuman technology. Austin: University of Texas Press, 2005, p. 246-272.

HÖGLUND, J. Eat the rich: pandemic horror cinema. In: **Transtext(e)s Transcultures** 跨文本跨文化 — Journal of Global Cultural Studies, n. 12, The Other's Imagined Diseases. Transcultural Representations of Health, 2017. Disponível em: http://journals.openedition.org/transtexts/706.

LINK, L. **O Diabo:** a máscara sem rosto. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19** — Página Informativa n. 5. Genebra: Organização Mundial da Saúde / Departamento de Evidência e Inteligência para Ação em Saúde, 2020. Disponível em: www.paho.org/ish.

RIBEIRO, M. I. B. Arte e doença: imaginário materializado. In: MONTEIRO, Y. N.; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). **As doenças e os medos sociais**. São Paulo: Ed. FAP-UNIFESP, 2012, p. 61–81.

SKAL, D. J. Rotten blood. In: **The monster show:** a cultural history of horror. 2. ed. New York: Faber and Faber, 2001, p. 333-351.

SONTAG, S. **A doença como metáfora**. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Aids e suas metáforas**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEINSTOCK, J. A. Virus Culture. In: **Studies in Popular Culture**, vol. 20, n. 1, oct. 1997, p. 83-97.

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. In: **The Lancet** – World report, Vol. 395, n. 10225, 29 fev. 2020, p. 676.

Jornalismo, internação compulsória e Covid-19: novo tempo ou atualização histórica das práticas de banimento social?

Vânia Coutinho Quintanilha Borges¹⁷⁴

Introdução

Desde a passagem do século XIX para o XX, a história do jornalismo tem guardado íntima relação com a história da nossa formação social, cujos acontecimentos políticos deram coloração muito particular (BARBOSA, 2000). Vários trabalhos já foram desenvolvidos (SODRÉ, 1999; RIBEIRO, 2006; BARBOSA, 2007, 2018) na direção de investigar e destacar o papel da imprensa como prática social e cultural, incorporando inovações ao longo da sua trajetória, e na construção de um imaginário social que confere lugares muito particulares às classes sociais, cristalizando e atualizando marcas cujas gênesis estariam associadas ao processo de libertação dos escravos (NEDER, 1995; BORGES, 2006). Entretanto, não podemos afirmar uma relação tão direta entre aquele momento histórico e o atual.

Partindo de um conjunto de referências, temos trabalhado com a hipótese de que o conjunto de textos que os jornais produzem e põem em circulação, não apenas buscam apartar da cena pública a juventude pobre, negra, periférica, mas reforça no imaginário de nosso país com que vidas podemos e devemos nos importar: mesmo libertos, os negros continuam vivendo à margem. Nesse sentido, para além de notícias, reportagens, editoriais, a forma como as políticas públicas são construídas, apontam para o quanto uma ideia de benesse do Estado compromete seu sentido mais amplo. Quando ambas aparecem construídas e materializadas nos periódicos, os efeitos são muito potentes e de longa duração.

No campo que relaciona Comunicação e Saúde, especialmente àqueles que se interessam pelos processos históricos que atravessam tal relação, a política tem ocupado um lugar central. Não a política associada à sua dimensão do voto, partidária, eleitoral e

¹⁷⁴ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde

⁽PPGICS/Fiocruz). Mestre em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Fiocruz). Psicóloga com experiência em Dependência Química, Comunicação e Saúde e Políticas Públicas em Saúde. E-mail: vaniacqborges@gmail.com

de gestão, mas aquela que Arendt (2002) qualificava como Política, isto é, da arte da convivência entre os diferentes. Com essa visada, salta o princípio básico da Política, que aponta para a compreensão de que os homens, apesar de serem diferentes, precisam uns dos outros para viver, mas que igualmente precisam processar essas diferenças para que haja uma vida em comum. Política, assim, diz respeito a promoção do bem público através de ações do Estado, da administração pública e do governo. Quando parte da política aponta para a manutenção dos privilégios de poucos, a exclusão/marginalização é apenas uma das faces desse complexo processo.

Políticas públicas, jargão surgido na década de 1970, que muito se aproxima do chamado planejamento estatal, diz respeito à toda ação de intervenção do Estado que ocorre nas mais diversas dimensões da vida social (LOBATO, 2007). Essas ações não nascem de uma necessidade do próprio Estado, mas são decorrentes de demandas da sociedade que disputam entre seus diversos segmentos ou grupos garantir seus interesses. Apesar de ter relação com o interesse público geral, o terreno das políticas públicas não é balizado de maneira isenta, pois o Estado não é um lugar de neutralidade que está acima das diferenças que constituem o tecido social. Sendo o Estado um lugar de domínio e conflitos, o que irá determinar a possibilidade de uma dada reivindicação política ser atendida será a capacidade de pressão e persuasão dos sujeitos sociais envolvidos na demanda. O que ocorre é uma disputa de forças envolvendo grupos políticos e econômicos, de classes sociais distintas, a exemplo do que aponta Carlos Nelson Coutinho (2008) ao tratar das lutas por direitos. Mas, disso trataremos em seção mais adiante.

Augusto (1989) destaca que, apesar do Estado ter certa capacidade de atender a interesses diversos através de políticas que tem um caráter geral e universalizante, essa mesma capacidade tem um modo de hierarquizá-los num sentido em que alguns desses sujeitos serão mais privilegiados em relação a outros, conforme seus interesses, posições e lugares, o que nos remete à importância da discussão sobre os lugares de fala – sendo a mídia um dos mais privilegiados –, que é complementar ao lugar de interlocução, onde cada pessoa ou grupo ocupa um lugar na topologia social. O que possibilita essa hierarquização é justamente o fato de que será o próprio Estado o responsável por delimitar a oposição público versus privado. Assim, em sua ação, o Estado pode assistir a interesses particulares ao dar a estes um caráter de interesse geral, o qual é definido abstratamente. Mas, no Brasil, brancos e negros tem o mesmo espaço para reivindicar sua incorporação na agenda e no debate político?

Há alguma dificuldade da literatura especializada em definir conceitualmente o que são políticas sociais. No entanto, para nós interessa, no momento, a compreensão mais comum de que a mesma é na verdade uma parte das políticas públicas. Tal pressuposto se baseia em trabalhos como o de Vianna (2002) que, ao discutir o conceito de política social, aponta que há um entendimento no meio acadêmico de que assim como a política pública é ação governamental com objetivos específicos, a ideia de política social é ação governamental com objetivos específicos relacionados com a proteção social.

No Brasil da década de 1970 há um aumento expressivo no uso do termo política social, a exemplo da forma como a imprensa fez circular tal compreensão. Também não podemos esquecer que vivíamos em meio a uma ditadura militar. Nesse sentido, a maneira pela qual a ideia de política social se consolidou a partir daquele momento histórico ("direitos humanos e sociais não são para todos, mas para seres humanos direitos") é bastante tributária de um processo pelo qual certa perspectiva de sociedade burguesa ideal vem sendo construída no Brasil desde a República (NEDER, 1995). O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) pode ser compreendido como o ápice da assunção da política social como atribuição exclusiva do Estado. Anteriormente, no que diz respeito a saúde pública, por exemplo, há uma menção no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) ressaltando a necessidade de uma repartição mais equânime da renda nacional, porém, tal indicação é feita de modo genérico e sem a indicação de quais mecanismos deveriam ser utilizados para alcançar tal proposição. Saúde, alimentação, educação, habitação, previdência, transporte de massa e saneamento surgem como áreas passíveis de intervenção das políticas sociais.

Por que é tão difícil a superação da exclusão ou do banimento de vulneráveis?

A Nova República, como se denominou o período após o fim do regime militar, trouxe importantes mudanças na vida política e econômica do país e grandes avanços, especialmente na área da saúde. Iniciado na década de 1970, o movimento de Reforma Sanitária Brasileira se fortaleceu na luta pela garantia de direitos e pela unificação do sistema de saúde brasileiro, e, foi somente em 1986, com a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), que, pela primeira vez, os usuários do sistema tomaram parte nas discussões e onde debateu-se e aprovou-se a unificação do sistema, o conceito ampliado de saúde, o direito de cidadania e o dever do Estado. É também nesse ambiente

que certas estruturas de poder, como a própria grande mídia, serão tensionadas, especialmente a partir da compreensão de que todos têm o direito de se comunicar e que este é base para outros direitos sociais, entre eles a saúde (MURTINHO; STEVANIM, 2017)

Os motivos para que o Estado aumentasse seu interesse pela área social, assumindo os problemas sociais como uma responsabilidade sua se deu, em grande parte, como um corolário da concentração de renda de períodos anteriores e a consequente pauperização da população geral, o que gerou um acirramento, as vezes de forma explosiva, das tensões presentes na dinâmica social brasileira. Augusto (1989) chama atenção para o fato de que o Estado brasileiro, ao assumir essa "responsabilidade como sua, deixa implícito o reconhecimento de direitos a ele correspondentes, associados à condição de cidadania" (AUGUSTO, 1989, p. 114). A grande questão levantada pela autora é que as políticas sociais, enquanto práticas meramente assistenciais, não permitem à população se perceber como "usuários", "consumidores" ou "possíveis gestores" de um serviço a que tem direito, mas sim como população "assistida", "beneficiada" ou "favorecida", terminologias que são presentes ainda hoje em discursos do Estado e da imprensa.

Fleury; Ouverney (2012) defendem que, devido ao fato de as políticas sociais assegurarem o acesso a um conjunto de benefícios para aqueles que são considerados legítimos usuários do sistema de proteção social, considerar a política de saúde como uma política social propicia o imediato entendimento de que a saúde é um dos direitos inerentes à condição de cidadania. Já Coutinho (2008) põe em destaque os direitos sociais 175 como conquistas que permitem uma participação, ainda que mínima, do cidadão na riqueza criada pela coletividade. Dessa forma, temos os direitos tanto à saúde quanto à comunicação inscritos como direitos sociais. Mas quando olhamos para o processo de formação social no Brasil, particularmente para a formação dos chamados conglomerados de mídia, impulsionados pelo desenvolvimentismo do governo Vargas, é possível perceber o quanto os excluídos históricos ficam fora da agenda, sendo, no máximo, incorporados por políticas consideradas populistas.

Como já assinalamos, foi na 8ª CNS que se aprovou a unificação do sistema, o conceito ampliado de saúde, o direito de cidadania e o dever do Estado. Essas proposições

¹⁷⁵ Segundo Coutinho (2008), há aqui um risco de equívocos, pois, como o próprio autor destaca, todos os direitos, inclusive os civis e políticos, são sociais por sua origem e vigência.

foram norteadoras para a reformulação do financiamento para a saúde, além de outros marcos importantes para viabilizar o Sistema Único de Saúde (SUS), assim como a regulamentação dos princípios e diretrizes de funcionamento (Universalidade, Igualdade, Integralidade, Participação, Descentralização e Hierarquização) e as bases legais de sua organização. A Constituição de 1988 incorporou grande parte das proposições da Reforma Sanitária — movimento nascido num contexto que se inicia na luta pelas liberdades democráticas e que desponta durante o movimento de distensão do regime militar. Foi a Reforma Sanitária que garantiu o direito à saúde para todo cidadão, transformando-o num dever do Estado, através da criação de um sistema de acesso que se quer universal e igualitário, com ações voltadas para sua promoção, proteção e recuperação.

Quase que simultaneamente ao movimento da Reforma Sanitária no Brasil, temos o movimento da Reforma Psiquiátrica. De modos distintos, ambas as reformas objetivavam a melhoria da atenção à saúde. Enquanto a Reforma Sanitária enfatizava os aspectos macros da saúde, a Psiquiátrica voltava-se prioritariamente para as transformações em algumas ações mais específicas neste campo. Ambas ganham força numa mesma conjuntura: o de luta pelas liberdades democráticas. Segundo Yasui (2010), foi a partir de um clima de perseguição e repressão a manifestações de oposição ao regime militar, que a Reforma Psiquiátrica brasileira nasceu e se fortaleceu por meio, sobretudo, da mobilização dos trabalhadores que, ao recusarem o papel de signatários do *status quo*, tornaram visível os dispositivos de segregação e violência das instituições psiquiátricas (YASUI, 2010, p. 37).

Eclodindo no final dos anos 1970, com a crise do modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico e o início dos movimentos sociais pelos direitos dos pacientes psiquiátricos, o fluxo da Reforma Psiquiátrica brasileira surge como um processo político e social complexo a partir da quebra de paradigmas fundamentais da psiquiatria, o que dá luz ao Movimento de Luta Antimanicomial¹⁷⁶. Ele é composto de atores e instituições diversos, que vão desde diferentes setores governamentais até às associações de pessoas com transtornos mentais e seus familiares, passando pelas universidades, conselhos profissionais, chegando inclusive aos territórios do imaginário social, com a necessidade de uma transformação que ressignificasse a relação doença mental/sociedade.

-

¹⁷⁶ O Movimento de Luta Antimanicomial foi criado a partir do II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), ocorrido em Bauru, SP, em 1987, onde foi redigido o Manifesto de Bauru, que é considerado o seu documento de fundação.

Yasui (2010), ao fazer remissão às origens da Reforma Psiquiátrica brasileira, credita às obras de Machado de Assis, *O Alienista* (1881), e de Lima Barreto, *Cemitério dos Vivos* (1953), as primeiras críticas à psiquiatria e ao sistema asilar em nosso país, isto é, de um *modus operandi* de banimento do sujeito da cena pública. Cita também outros trabalhos considerados importantes para a crítica ao sistema, como os de Ulisses Pernambucano, um dos pioneiros da psiquiatria social brasileira; Ozório César, que ainda na década de 1920 utilizava no Hospital Psiquiátrico de Juqueri a expressão artística como instrumento terapêutico; e Nise da Silveira, com o Museu de Imagens do Inconsciente. Embora o foco da observação desses autores sejam os "alienados", não nos parece inoportuno inscrever nesse cenário os escravos libertos juridicamente em 1888 — livres juridicamente, banidos socialmente. Afinal, não assistimos a um movimento histórico no Brasil de atualização de práticas de exclusão e confinamento majoritariamente voltados contra negros e negras, especialmente aqueles moradores da periferia?

Amarante (2003) nos dá subsídios para afirmar que a Reforma Psiquiátrica foi um processo que operou em quatro dimensões fundamentais: a dimensão epistemológica, a técnico-assistencial, a jurídico-política e a sociocultural. Na epistemológica o processo é o da produção de novos saberes e de desconstrução dos conceitos fundadores da psiquiatria, como o de doença mental, normalidade, alienação, cura e periculosidade. A técnico-assistencial se define pela construção de uma nova organização dos serviços em saúde mental a partir da relação entre prática e teoria. Aqui ressaltamos que um dos objetivos específicos da Reforma Psiquiátrica é a substituição do modelo de atendimento centrado na hospitalização por uma atenção integrada ao indivíduo em seu território a partir de uma rede de atenção à saúde mental. A dimensão jurídico-política encarna a face mais visível da Reforma: a luta política que visa uma transformação social, onde o "louco" passe a sujeito de direitos. O melhor exemplo disso foi o processo que envolveu a elaboração, as negociações e a aprovação da lei que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionou o modelo assistencial em saúde mental em todo o país (10.216/2001). Por fim, mas não menos importante, a dimensão sociocultural. Essas seriam um conjunto de práticas sociais que teriam a finalidade de modificar o imaginário social acerca da loucura e assim transformar a relação entre sociedade e doença mental - aqui, a mídia em geral, e a imprensa em particular, tem papel central (BORGES, 2015; BORGES; BORGES, 2013; BORGES, 2010).

Avanços e retrocessos: a Reforma Psiquiátrica e as novas práticas de banimento

Como efeito concreto das reformas sanitária e psiquiátrica, é possível encontrar nos CAPS I, II e III pacientes usuários de álcool e outras drogas, porém esse uso é secundário à condição clínica de transtorno mental. Desde 2002, os pacientes que fazem um uso prejudicial de álcool e outras drogas devem ser atendidos diariamente pelo CAPSad, pois só assim é possível realizar um planejamento terapêutico centrado numa perspectiva individualizada de evolução contínua. Entretanto, há dois aspectos centrais que precisam ser considerados nessa dinâmica e que contribuem para retrocessos que atualizam o imaginário social brasileiro. O primeiro deles tem origem um pouco distante no tempo, exatamente no contexto histórico em que se decretava o fim da escravidão. Naquele momento, ideias como as do psiquiatra italiano Cesare Lombroso pautaram saberes construídos por diversos intelectuais brasileiros. Lombroso (2010) defendia que o criminoso tinha características morfológicas específicas, sendo o crime então resultado de um fenômeno biológico. Sua teoria continha duas vertentes que destacamos aqui: a primeira de que o criminoso era naturalmente um selvagem que já nasce delinquente, um subtipo humano; a segunda, que o castigo deveria funcionar não para fins de punir aquele que praticou o ato delituoso, mas sim, com o propósito de conservar a sociedade, combatendo assim a criminalidade.

No entanto, não nos parece acidental, e aí estaria o segundo aspecto, que tanto no século XIX, quanto ao longo do XX, e atualmente no XXI, as ideias Lombroso não orientaram apenas as práticas psiquiátricas, fornecendo inclusive as bases para o desenvolvimento da Criminologia. O que nos interessa sublinhar é que tais referências precisaram ganhar corações e mentes da sociedade brasileira, tendo a imprensa aí um papel decisivo (BORGES, 2006). Embora não compreendamos a imprensa como um todo homogêneo – há contradições entre os veículos e, por vezes, até mesmo dentro dos próprios veículos – não é possível negar o papel desempenhado pelos veículos massivos de comunicação não apenas na construção de uma ordem burguesa no Brasil, mas de sua própria atualização, especialmente pela oligopolização que exercem na comunicação (MURTINHO; STEVANIM, 2017).

Se tomamos como ponto de partida a noção de que a produção jornalística afeta espaços e práticas sociais, apoiada na relação que se estabelece entre discurso e transformação social, nos interessa tensionar sua centralidade e as credenciais de "enunciação verdadeira" ou de uma enunciação produzida de forma objetiva, neutra e

imparcial, que gera efeitos de verdade. Fairclough (2001), em seu diálogo com autores de diferentes áreas para a construção de sua teoria e análise crítica do discurso, nos ajuda a compreender que uma posição teórica implica necessariamente numa posição ideológica, o que resulta num ajuste dos procedimentos analíticos operatórios frente aos fenômenos que se deseja observar: ora, como a juventude negra é apresentada através dos textos jornalísticos? Admitindo que a nossa compreensão da reflexão do linguista inglês esteja correta, em última instância, a produção discursiva presente nos veículos massivos de comunicação pode ser apontada como um dos principais vetores que contribuem preponderantemente para a percepção e interpretação do mundo e da formação das identidades sociais na atualidade. Deriva dessa compreensão, por exemplo, a importância de se enunciar que "vidas negras importam".

Quando a produção social dos sentidos é tomada como base para a construção de um pensamento crítico sobre os processos sociais, especialmente naqueles mais centrais num contexto de midiatização da vida contemporânea, julgamos necessário dar mais atenção para as condições sociais de produção de discursos que, ao serem oferecidos à sociedade, ganham estatuto de verdade. Nesse sentido, devemos buscar identificar na longa duração marcas que nos permitam ver o poder desigual de cada enunciador. Concomitantemente, em nossa avaliação, a questão do imaginário social acaba ganhando maior centralidade, uma vez que ele emerge como uma instância sobre a qual se busca "assumir um controle", o que significa também dizer que, numa luta travada na tentativa de fixação de determinados sentidos sobre as práticas sociais, a imaginação torna-se um elemento constitutivo do repositório a que a sociedade recorre para produzir novas ações. Assim sendo, ainda que com variação de palavras, atualização de linguagens e suportes, há íntima relação entre as páginas dos jornais do final do século XIX, com as daquelas publicadas no XX e no XXI.

Na tentativa de construção de um sentido único para a questão das drogas (contemporaneamente encapsuladas na expressão *crack*, que funciona como um significante mestre) e os modos para enfrentá-la nos parece particularmente relevante a percepção de que existem discursos que dialogam fortemente com a memória coletiva e se apresentam de maneira bastante verossímil. Com essa perspectiva, nossa reflexão sobre o imaginário se dá a partir de uma dupla dimensão: aquela que o entende como o resultado da produção de uma interação de sujeitos históricos, que vai se amalgamar num imaginário social e que o compreende como uma instância que, compartilhada socialmente, interfere na forma como os mesmos sujeitos históricos dão sentido ao

mundo. Ou seja, a reflexão sobre o imaginário leva em consideração a tensão produzida entre o indivíduo e a sociedade, entre o imaginário social e o individual, entre o tempo longo e o tempo vivido, entre a diacronia e a sincronia, entre como se lê a sociedade e como se age nela.

Em diversas oportunidades, temos assistido a apresentações que dão conta de um processo pelo qual, preponderantemente, os órgãos de imprensa constroem seus discursos e, com eles, representações sobre o mundo. Ao observar as informações produzidas pelos veículos de informação e presentes diariamente no cotidiano de nossa sociedade, não podemos esquecer de que são produtos de práticas sócio-discursivas. Um tipo de prática bem peculiar, que tanto representa quanto significa, constrói o mundo do qual fala. Embora todo discurso constitua e ajude a construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de crenças, nossa compreensão, especialmente a partir do processo de midiatização (SODRÉ, 2002), é a de que há uma espécie de supremacia dos discursos produzidos pela chamada mídia comercial sobre os demais. É importante que digamos que não se trata de uma visão simplista da dinâmica social.

Pensar o discurso como prática social nos possibilita pensá-lo em sua relação com fatores econômicos, culturais, religiosos ou políticos, remetendo aos conceitos de ideologia e poder. A ideologia é um conjunto de crenças, ideias, doutrinas próprias de uma sociedade: doutrinas políticas, econômicas ou filosóficas desempenham, geralmente, funções ideológicas. As ideologias que coexistem em uma sociedade terão a marca das variáveis do momento histórico em que se situam. Sendo as ideologias significações ou construções da realidade, representações dessa mesma realidade, construídas nas várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas, elas contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação (CARDOSO, 2012). Já o poder, em seu sentido mais amplo, aparece como a capacidade de provocar a aceitação e o cumprimento de uma ordem. Nesses termos, pensar em poder simbólico é aceitar que ele é exercido não apenas sob a ótica financeira, mas preponderantemente por aquela capacidade de "fazer ver, fazer crer" a partir das construções discursivas.

A constituição de sujeitos nos textos e o papel das práticas discursivas nos processos de mudança social são considerados por Fairclough como questões centrais em sua obra. Segundo ele, isso ocorre em uma "escala de tempo biográfica, durante a vida de um indivíduo, e para a constituição e a reconstituição de grupos sociais e comunidades" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 170). Tal dinâmica tem lugar no próprio texto, pois os sujeitos sociais e discursivos não preexistem às práticas sociais e discursivas, mas são as mesmas

que agem na constituição desses sujeitos e em suas transformações através do tempo. Como já apontamos, os sujeitos não preexistem às práticas sociais e discursivas, mas são elas que os constituem e transformam.

Na contemporaneidade, a importância da mídia parece residir na centralidade que desfruta em sociedades muito complexas, como a nossa, onde perpassa todos os campos gerados pelas (e geradores das) relações humanas. Assim sendo, quando afirma que a "mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea (...) que é impossível escapar à presença, à representação da mídia", Silverstone (2002) a qualifica como um tipo de instituição muito especial da qual dependemos para "ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência" (SILVERSTONE, 2002, p. 12). Nos termos aqui apresentados, o pressuposto é o de que a interferência da mídia é tamanha que não se pode falar em interações sociais sem que estas estejam atravessadas, em maior ou menor grau, pelas construções discursivas midiáticas. Mais especificamente, se observarmos os discursos que aproximam as drogas da juventude negra, a receita aparece novamente atualizada: eles não podem desfrutar dos espaços sociais com as classes privilegiadas. Aqui, o banimento mostra sua nova face, travestida de "internação compulsória", para manter os negros afastados da cena urbana.

A imprensa e uma sociedade idealizada na transição do século XX para o XXI

Se em outros momentos da história da humanidade, as pessoas e os temas, para terem visibilidade, necessitavam partilhar de um local em comum, de uma interação face a face, a complexidade do cenário atual tornou tudo bem diferente. É no quadro dessas transformações, sobretudo no campo das relações humanas, que a mídia em geral, e o jornalismo em particular, acaba se estabelecendo como um importante campo constituinte da esfera pública, tornando-se lócus privilegiado para captura de embates ideológicos em torno de modelos "mais apropriados" de sociedade. A partir de Rodrigues (1999), aprendemos que a mídia, através de jogos muito complexos (por exemplo, com a utilização de um imaginário mítico primitivo, que é reciclado de acordo com as regras dessacralizantes da modernidade), consegue projetar novos efeitos de sentido na experiência coletiva. Com Oliveira (2010), percebemos que a mídia contemporânea é o lugar onde os sentidos são construídos e legitimados, qualificando-a como um poderoso fator de constituição dos imaginários sociais.

Um dos elementos que conferem aos discursos jornalísticos um lugar privilegiado na construção/reconstrução do mundo é a forma como os mesmos são tecidos e apresentados à sociedade como reflexos da realidade. Nestes termos, são vitais para o jornalismo as categorias neutralidade, imparcialidade e, especialmente, objetividade, que acabam por naturalizar o enquadramento por ele realizado. Para Traquina (2008), estes podem ser entendidos como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável (TRAQUINA, 2008, p. 63).

Também para Mouillaud (2002) a notícia deve ser compreendida como um discurso. Não se trata apenas de um movimento de construção de uma informação, mas de produzir um efeito de realidade a partir das construções noticiosas oferecidas para que, simultaneamente, elas sejam consumidas como verdades. Nestes termos, o jornal deveria ser pensado a partir de dispositivos jornalísticos próprios de um processo produtivo onde na oferta já estão presentes mecanismos de significação que interferem na forma como os leitores vão se apropriar desse conteúdo. Com essa perspectiva, a seleção de temas, sua hierarquia nas páginas, a angulação da cobertura, a editoria onde está presente o texto são parte de um processo de enquadramento que, de forma deliberada ou inconsciente, acabam determinando uma forma que distingue um suporte do outro e que caracteriza a prática discursiva de um jornal. Os dispositivos jornalísticos operam organizando o sistema produtivo da comunicação (produção, circulação e consumo).

Embora o jornalismo possua um conjunto de marcas distintivas, os diferentes contextos históricos em que se desenvolve imprimem características específicas que não podem ser desprezadas (SCHUDSON, 2010). No caso brasileiro, não se pode desprezar que o conjunto de transformações, especialmente aquelas entre as décadas de 1950 e 1960, nas quais se produziu uma ruptura entre os chamados espaços de informação e os de opinião (gerando, como um dos efeitos desse processo, a distinção entre a imprensa informativa — com um fazer jornalístico marcado pela objetividade, neutralidade, imparcialidade, pela descrição sem valoração — e a sensacionalista). Concordando com Borges (2009), "as transformações pelas quais a imprensa passa em meados do século XX produziram, como um dos seus efeitos, uma espécie de fala autorizada, que acaba celebrando como a hegemônica um determinado tipo de narrativa: a jornalística"

(BORGES, 2009, p. 92), escudadas num conjunto de técnicas (ou dispositivos) que definem esse poderoso lugar de enunciação.

Essa "fala autorizada" é respaldada em larga medida pelo "lugar de onde se fala", uma vez que os veículos também puderam autorreferenciar-se e distinguir-se. Num trabalho anterior, Borges; Borges (2013) apontam que existe a problematização, dentre outros aspectos, da centralidade do discurso jornalístico na contemporaneidade. Neste trabalho, os autores colocam em evidência que os jornais têm desempenhado um papel decisivo na construção das identidades, dos espaços sociais, da subjetividade. Ao concordar que a identidade é construída na interação social, mas igualmente através daquilo que fica recalcado devido à necessidade de filiação, através dos mecanismos de identificação, compreendo que tais construções se estruturam a partir de um sistema de representação em realidades concretas, de um sistema de significação onde atribuímos sentido ao mundo. O que nos parece singular neste momento histórico em que vivemos é o fato da produção jornalística constituir um dos principais discursos de referência na construção de espaços e identidades sociais.

Se tanto a memória quanto o imaginário são constituídos a partir da forma como concebemos e acessamos a realidade que nos cerca, as informações difundidas pelos jornais não são apenas mais um dado, mais um poderoso suporte que interfere na forma como empregamos sentidos sobre o mundo. Quando lemos notícias que apresentam a internação compulsória como a melhor alternativa para enfrentamento da questão do *crack*, que tensionam a negativa em internar compulsoriamente um "viciado" com o tornar obrigatória uma vacina que combate a Covid-19, doença que já causou milhares de mortes, estamos diante da oferta de uma visão de mundo que estabelece conexões com a história, com a memória, com nosso imaginário sobre a temática das drogas, liberdade individual, distinção entre populações marginalizadas e "cidadão de bem". Como parte daquilo que sai publicado diariamente nos jornais em muitas oportunidades é esvaziado de contexto histórico, acessamos sempre a parte (que deve responder a algum interesse), o fragmento. Esse contexto acaba reforçando ideologias e suprimindo as diferenças, buscando indicar a maneira como fenômenos devem ser olhados e percebidos, trazendo consequências para a construção da memória social.

Considerações Finais

O mínimo exercício de memória de qualquer leitor de jornal permitirá que este estabeleça uma rememoração em que a narrativa da imprensa aparece repleta de termos como "pivete", "menor abandonado", "arrastão", "cracudo", "cracolância" associados aos negros. Isso, por si só, já é capaz de demonstrar como a imprensa brasileira semeia e atualiza o imaginário nacional, principalmente o da classe média, com termos que além de despersonalizar o negro, ativa uma rede semântica cuja associação principal é com o medo, com o perigo, o que parece justificar o anseio da classe média sempre por mais punição e para manter confinada a dita "classe perigosa". O que fazer com o negro, desde que ele se tornou "livre" é uma questão para nossa sociedade. Em *Onda negra, medo branco*, Azevedo (1987) aponta que o imaginário das elites a respeito do negro atravessou décadas até o século XX. Assim, o medo do descontrole social permanece vivo no imaginário da elite até hoje. A imagem do negro mau foi parte integrante dos discursos que permaneceu. Como dialogar com esse imaginário quando existem, como nos mostrou a pandemia, 38 milhões de brasileiros fora do radar das políticas públicas, não alcançados por essas políticas, invisíveis ao olhar do Estado, numa herança direta da escravidão?

Em episódio recente, por ocasião da cobertura das manifestações antirracistas que se espalharam após a brutal morte de George Floyd, um homem negro assassinado por um policial branco em Minnesota, Estados Unidos, os veículos de imprensa, representados em nossa reflexão pela GloboNews, repercutiram o episódio no Brasil. Demonstrando um aparente descompasso temporal, ou pelo menos uma lentidão na sua percepção sobre o tratamento do tema, a GloboNews¹⁷⁷ observou a importância do lugar de fala (e, por extensão, da exclusão dos negros como sujeitos da fala) quando, somente após um telespectador, que acompanhava um debate sobre racismo em que todos os debatedores eram brancos, tuitar ironicamente: "Rapaziada... a pauta é racismo". Ao ler o twitte, o canal reuniu jornalistas negros para o debate. Foram então convocados Flávia Oliveira, Maria Júlia Coutinho, Aline Midlej e Lilian Ribeiro, e dois de seus mais experientes profissionais, Zileide Silva e Heraldo Pereira. Após o ocorrido, as desculpas: "os colegas negros ainda não são tantos quanto desejado". Ou seja, tanto na forma como os negros são representados pelos jornais, quanto na posição de sujeitos falantes dentro

_

¹⁷⁷ Após polêmica, GloboNews escala profissionais negros para debater racismo no Em Pauta. Disponível em: https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2020/06/apos-polemica-globonews-escala-profissionais-negros-para-debater-racismo-no-em-pauta.shtm. Acesso em: 18 jun. 2021.

desses veículos, a morte de George Floyd tornou-se também um marco na cobertura sobre racismo na imprensa brasileira.

Referências

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J.M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARENDT, H. **O que é política?** Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

AUGUSTO, M. H. O. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. Comunicação apresentada ao Grupo de Trabalho Planificación y Políticas Públicas, **XVII Congreso Latinoamericano de Sociologia**, Associación Latinoamericana de Sociologia (ALAS), Montevidéu, Uruguai, 2 a 6 de dezembro de 1988.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco.** O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, M. A ordem comunicacional manuscrita e o lugar da comunicação. In: **Os manuscritos do Brasil**. Niterói: EdUff, 2018.

_____. **História cultural da imprensa:** Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Os donos do Rio:** imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000.

BORGES, V. C. Q. **O jornal e os discursos sobre a droga:** a produção de sentidos sobre as medidas de enfrentamento ao *crack* presentes n'O Globo em 2013. Rio de Janeiro: PPGICS/Fiocruz, 2015.

BORGES, W. C. Imprensa e História: a interferência do inconsciente político do jornalista na conquista do imaginário social. **História da Mídia do Estado de Rio de Janeiro**, v. I, p. 1-13, 2010.

_____. Narrativas jornalísticas como produção material da cultura: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2009.

_____. Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BORGES, W. C., BORGES, V. C. Q. A materialidade do medo: o papel da narrativa jornalística na ampliação deste estado afetivo. **Contracampo**, v. 26: 106-125, 2013.

CARDOSO, J. M. Entre vítimas e cidadãos: risco, sofrimento e política nas narrativas do JN sobre as epidemias de dengue. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ 2012.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: COUTINHO, C. N. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. (2ª ed.). São Paulo: Cortez, 2008, p. 49-70.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FLEURY, S.; OUVERNEY, A. M. Política de saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, L. et al (org). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. Após polêmica, GloboNews escala profissionais negros para debater racismo no Em Pauta. Disponível em: https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2020/06/apos-polemica-globonews-escala-

profissionais-negros-para-debater-racismo-no-em-pauta.shtml. Acesso em: 18 jun. 2021.

LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas:** coletânea. Brasília: Enap, 2006. p. 289-313.

LOMBROSO, C. **O homem delinquente**. Tradução Sebastian José Roque. 1. Reimpressão. São Paulo: Ícone, 2010.

MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S.D. **O jornal:** da forma ao sentido. Brasília: Editora UnB, 2002.

MURTINHO, R.; STEVANIM, L. F. Políticas de comunicação, cidadania e saúde no Brasil contemporâneo. In: SACRAMENTO, I. (org.). **Mediações comunicativas da saúde**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

NEDER, G. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

OLIVEIRA, V. C. Anotações provisórias sobre a midiatização da comunicação no campo da saúde. Texto inédito, 2010. (mimeo)

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

RODRIGUES, A. D. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999.

SACRAMENTO, I.; BORGES, W. C. **Representações midiáticas da saúde**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

SCHUDSON, M. **Descobrindo a notícia:** uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVERTONE, R. Por que estudar a mídia? São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo:** por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

VIANNA, M. L. T. W. **Em torno do conceito de política social:** notas introdutórias. Rio de Janeiro: Iuperj, 2002.

YASUI, S. **Rupturas e encontros:** desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

Midiatização, circulação e a lógica da velocidade: um olhar histórico e o processo de desinformação

Willian José de Carvalho¹⁷⁸ Paulo Roberto Figueira Leal¹⁷⁹

Introdução

Desde o advento da comunicação de massa oriunda do avanço tecnológico em grande escala, uma discussão cada vez mais esteve presente ao pensar no campo comunicacional: o acesso à informação de forma mais democrática para um maior número de pessoas. Essa democratização tem de certa forma o seu primórdio com o advento da internet no fim da década de 1960, mesmo que tal avanço não imaginasse a suas potencialidades como a conhecemos hoje. Mesmo de forma precária, lugares mais distantes têm um mínimo contato com algum tipo de informação, muitas vezes estes realizados por grandes conglomerados presentes no sistema de radiodifusão.

O acesso à informação tem se tornado cada vez mais veloz e plural, especialmente por haver constantes avanços nas tecnologias de comunicação e informação (TICs) muito pelo desenvolvimento da rede mundial de computadores, e com a popularização das mídias sociais digitais. Em contramão, nasce também um novo desafio: o processo de filtragem desses conteúdos. Aqui toma-se "de empréstimo" um ensinamento religioso judaico-cristão para ilustrar o desafio: diferenciar o joio do trigo. Na parábola para diferenciar o joio do trigo se torna necessário que ambos cresçam e deem frutos. Já no âmbito da informação jornalística, assim que lançada, sejam elas "notícias verdadeiras" ou *fakenews*, ambas geram impactos sociais diretos. É certo que a construção social da realidade está ligada com a nossa relação com o meio em que estamos inseridos (BERGER; LUCKMANN, 1989; BARBERO, 2009; BRAGA, 2012). Ou seja, tal processo "é sempre intermediado por um estar na realidade em modo situacionado por

¹⁷⁸ Doutorando em Comunicação no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Juiz de Fora. E-mail: wjcjornalismo@gmail.com

¹⁷⁹ Doutor em Ciência Política (IUPERJ) e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: paulo.leal@ufjf.edu.br

um ponto de vista" (BRAGA, 2012, p. 32). É neste ponto que começa a ser compreendido o efeito das *fakenews*.

Para combater os efeitos das notícias fraudulentas¹⁸⁰ existem vários projetos de checagem de notícias que vêm realizando um trabalho de checagem. Esse labor de *fact-cheking* busca identificar em meio a uma infinidade de notícias disponíveis confirmar e comprovar fatos usados em discursos (sobretudo políticos) nos meios de comunicação e outras publicações. Seu propósito é detectar erros, imprecisões e mentiras. É, sobretudo, no trabalho jornalístico de checagem e apuração da informação que se busca a veracidade de uma determinada fala, fato e conteúdo. Se o processo de compreensão da realidade social se dá pela nossa relação com o meio em que estamos inseridos, é catastrófico o efeito de uma notícia falsa na sociedade atual. Especialmente quando olhamos para a questão da velocidade em que as informações chegam às pessoas. Hoje, estamos inseridos em um processo de "midiatização" (HJARVARD,2012; FAUSTO NETO, 2008, BRAGA, 2012).

Não há apenas uma centralidade capaz de ordenar e contribuir para a construção da realidade que anteriormente se passava em grande parte pelas mídias. Hoje, com a evolução cada vez mais célere das TICs, a midiatização não se dá apenas por setores midiáticos (BRAGA, 2012). O processo interacional dessas novas tecnologias tem proporcionado a midiatização da nossa sociedade. E, para alguns autores como Carlón (2015) e Verón (2014), estamos já em um contexto de sociedade hipermidiatizada.

É fato que o jornalismo já passou por várias crises de credibilidade em seu processo histórico, mas talvez a que vivemos hoje seja a mais impactante, não apenas pelo questionamento da atividade jornalística, mas também por estar associada a uma crise epistêmica. A crise da hegemonia da mídia tradicional está associada ao surgimento das mídias digitais que têm contribuído de forma significativa para essa (hiper)midiatização.

Assim, a questão da circulação nos ajuda a compreender a relação com o processo de desinformação na sociedade. Na sociedade midiatizada em que os processos de interação e circulação rompem com a tradicional lógica de produção e recepção, o compartilhamento e circulação de informações, e a produção de notícias não estão mais

O termo "notícias fraudulentas" utilizado para compreender as fakenews é defendido pelo pesquisador Carlos Eduardo Lins da Silva. Em sua compreensão, a produção destas notícias tem conteúdos claro e são deliberadamente utilizados para ludibriar, para ferir reputações, para intervir num processo político de uma maneira ilícita.

ligados apenas ao campo da mídia tradicional. Agora as novas mídias digitais, também, começam a ocupar esse espaço. O receptor tem a possibilidade de se tornar produtor e nasce um espaço imensurável para que a circulação e interação de conteúdos alcance qualquer pessoa.

Por fim, o que se busca com este estudo é pensar na história da comunicação e no surgimento das novas mídias sociais, tema este que vem de fundo para traçar um olhar por meio da relação existente entre elas e, de forma despretensiosa, retomar a discussão sobre o efeito da velocidade e do processo de circulação presentes no processo de comunicação que se realiza em episódios de interação entre pessoas e/ou grupos de forma presencial e/ou midiatizadas (BRAGA, 2017), especialmente, porque a velocidade constitui-se de um dos mais importantes fatores de alteração da nossa percepção de mundo (VIRILIO, 1984; 1996).

De uma sociedade midiática a uma sociedade (hiper)midiatizada

Ao longo do tempo, temos nos tornado cada vez mais acostumados com a comunicação via mídia em vários contextos (HEPP; HASEBRINK, 2015). Hjarvard (2012) postula que, devido ao atravessamento da mídia na sociedade contemporânea, torna-se impossível separá-la das instituições culturais e sociais.

Em uma sociedade midiática, a mídia é considerada um campo social autônomo, que age por conta própria no ato da tematização e publicização, possuindo o controle enunciativo. Para Rodrigues (1990), as competências, lógicas, estratégias e valores dos campos sociais são registrados em protocolos ou gramáticas que se aplicam através de uma forma simbólica exclusiva, garantindo singularidade a cada um deles. Assim, podemos dizer que através dos processos de mediação, o campo midiático acaba por organizar a vida coletiva ao seu modo, sendo responsável pela produção dos sentidos que circulam nas sociedades, construindo a própria realidade social.

Entretanto, já em uma sociedade midiatizada, a cultura das mídias produz "zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade" (FAUSTO NETO; 2008, p. 93). Assim, com a midiatização crescente nos processos sociais, existe uma aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage consigo mesma.

Gomes (2016) aponta que, com o advento da tecnologia digital, as interrelações tornaram-se complexas e se ampliaram, gerando uma nova ambiência. Por meio das

sofisticações dos meios eletrônicos, o processo de comunicação é potencializado na contemporaneidade. Para o autor, tanto os inter-relacionamentos comunicacionais, quanto os processos midiáticos, ocorrem no "cadinho cultural da midiatização" (2016, p. 17). Como resultado, a realidade da sociedade em midiatização supera e engloba dinâmicas específicas que modificam o meio social. E, como tela de fundo da interação das dinâmicas sociais, temos a promoção da realidade digital. Conforme aponta Gomes, a sociedade em midiatização constitui nos diversos processos sociais, uma nova ambiência, um novo modo de ser de mundo, o que caracteriza a sociedade atual.

Hjarvard (2012) coloca que, ao lançar os olhos para os meios de comunicação na atualidade, dá-se conta que não são apenas tecnologias que instituições podem optar por utilizar, ou não, como bem entenderem. É preciso compreender e se submeterem a sua lógica para que a influência que ela exerce possa alcançar o objetivo. Dessa forma, ao buscar compreender a presença do campo midiático e as suas instituições na sociedade, tal processo se torna intrínseco, pois se torna ilusório não o associar aos fatores culturais e sociais. Assim sendo, a sociedade midiatizada compreende a influência dos media nos processos sociais, no qual a própria mídia assume funções sociais antes oferecidas pelas instituições tradicionais.

Há que se destacar também outra alteração decorrente do processo de midiatização social. Ele ataca a esfera de "legitimidade" dos campos sociais, fazendo com que eles reelaborarem essa esfera de forma contínua (BRAGA, 2012). Antes, se era necessário passar pela grande mídia acontecimentos para se tornarem notícias, agora temos vários meios não tradicionais como o Twitter, Facebook e sites, como fonte primária de veiculação de informações. As novas mídias inauguraram um serviço na sociedade. Além de produzirem relações sociais entre as pessoas, os usuários são estimulados a gerar cada vez mais conteúdos por si próprios. Os meios de comunicação contemporâneos se orientam pela lógica do profissionalismo e de conteúdos gerados por usuários (HJARVARD, 2012, p. 74).

Braga (2012) traz uma ressalva importante para a compreensão de uma sociedade midiatizada. Apesar de existir uma relação com as inovações tecnológicas tornadas disponíveis e a presença da indústria cultural no nosso meio, uma sociedade midiatizada não está dominada por uma só forma estruturante, o que dialoga com Verón (1992) quando coloca que "a midiatização opera através de diversos mecanismos segundo os setores da prática social que interessa, e produz em cada setor distintas consequências" (p. 55). Então, para Verón, uma sociedade em vias de midiatização é aquela em que as

instituições, as práticas, dos conflitos, das culturas, começam a estruturar-se de forma direta com as mídias. A lógica e a cultura das mídias passam a reger esta grande orquestra, a vida em sociedade.

Tanto Verón quanto Hjarvard argumentam que o processo de midiatização não avança ao mesmo ritmo nos distintos setores do funcionamento social. Hjarvard (2012) distingue o processo entre duas formas: direta (forte) e indireta (fraca). A midiatização direta está associada em situações em que uma atividade se torna mediada, onde antes não era. Essa atividade passa então a ser realizada através da interação com um meio. A arena política é um exemplo disso. Ao se adaptar à lógica midiática, o jogo da política permanece o mesmo, porém o seu funcionamento é ampliado. Com o uso seja das velhas e/ou novas mídias, há uma amplificação do fazer política. Se antes era necessário a presença física de um candidato nos diversos locais para angariação de votos, hoje, ele, por meio de um dispositivo tecnológico, seja rádio, TV ou internet alcança um número muito maior de pessoas.

Como já dito anteriormente, a ascensão da internet e o avanço das TICs permitiram uma mudança significativa na sociedade. Segundo Fausto Neto (2010), passamos de uma "sociedade dos meios", em que a transmissão da mensagem era do emissor para o receptor; para uma "sociedade midiatizada", em que os receptores são ativos no processo da comunicação. O conceito de (hiper)midiatização marcado pela revolução do acesso pode ser resumido, a partir das discussões dos autores elencados acima, como um processo que marca a aceleração e/ou transformações sociais e culturais da sociedade por meio do desenvolvimento dos suportes de comunicação.

Circulação midiática e os efeitos na sociedade

A (hiper)midiatização da sociedade gera novos padrões de interação e, assim, pode-se afirmar que a relação dos meios de comunicação e suas instituições na sociedade não podem ser separados dos fatores sociais e culturais. A própria mídia confunde-se com os outros processos sociais, havendo uma virtualização da interação social (HJARVARD, 2012). Porém, a midiatização também ataca a esfera da "legitimidade" dos campos sociais, "fazendo com que eles reelaborarem essa esfera de forma contínua (BRAGA, 2012). Antes, era a grande mídia a responsável por tornar acontecimentos em notícias, agora, com as mídias sociais digitais, esse papel também foi alcançado pelo receptor que

também pode ser fonte primária de veiculação de informações, por meio do Twitter, Facebook e sites, pautando também a grande mídia.

Desse modo, o paradigma que norteou o campo da comunicação até a década de 70 cai por terra. A visão de unilateralidade do processo comunicacional, em que o emissor, com amplos poderes, manipulava facilmente uma massa, não dá mais conta de compreender o processo da comunicação. Essa "nova arquitetura comunicacional midiática" (FAUSTO NETO, 2010) é marcada por um modo diferente da relação entre emissor e receptor. Para o autor esses novos processos de circulação de mensagens e de produção de sentidos têm proporcionado novos modos de interação entre as instituições, mídias e atores sociais.

Braga (2017) explica que é por meio de episódios de interação entre pessoas e/ou grupos de forma presencial e/ou midiatizada que o fenômeno comunicacional se realiza. Ou seja, o autor, postula que não há comunicação sem interação. Assim sendo, "podemos estipular que as interações sociais correspondem ao lugar em que podemos tentar nos aproximar do fenômeno comunicacional em sua ocorrência" (p. 20). Braga afirma que "quando se trata de valores simbólicos e da produção e recepção de sentidos, o que importa mais é a circulação posterior à recepção. [...] O sistema de circulação interacional é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia (BRAGA, 2006, p. 28).

Durante o período em que os meios eram ênfase, ou seja, a ideia em que a percepção de que o conhecimento que temos é sempre intermediado por um "estar na realidade" perpassava por um ponto de vista seja ele social, cultural ou psicológico, a preocupação principal era de verificar a constância entre dois pontos: partida e chegada (FAUSTO NETO, 2010; BRAGA, 2012, 2017). Entretanto, quando se dedica a compreender que os receptores são ativos, "a circulação passa a ser vista como espaço de reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação" (BRAGA, 2012). Assim, como postula Fausto Neto (2010b), não existe contratos de comunicação duradouros, mas "pontos ou zonas de articulação" entre o processo de emissão e recepção. É por meio da lógica das convergências, mas, também pela lógica das diferenças pode se compreender o conceito de circulação. A circulação é, um lugar no qual há jogos complexos de oferta e reconhecimento entre produtores e receptores (FAUSTO NETO, 2010).

O conceito de circulação, portanto, deve ser tomado como um "dispositivo central, uma vez que a possibilidade e a qualidade das interações sócio discursivas se organizam cada vez mais em decorrência da natureza do seu trabalho em dar forma à arquitetura dos

processos comunicacionais" (FAUSTO NETO, 2010b, p. 12). A circulação é, então, um dispositivo constituinte das interfaces. A relação com o conceito de dispositivo, por sua vez, se nuança através das mudanças tecnológicas, alterando a configuração dos meios e as discursividades na "arquitetura comunicacional".

Para Braga, circulação pode ser compreendida a partir de um processo interacional. "A sociedade constrói a realidade através e processos interacionais pelos quais os indivíduos e grupos e setores da sociedade se relacionam" (BRAGA, 2007, p. 143). A sociedade elabora (sempre através de tentativas comunicacionais de criação, de ajuste e de aperfeiçoamento) processos mais ou menos reiterados de conexão e de tensionamento entre diferentes tipos de episódios — desenvolvendo assim lógicas articuladoras entre os dispositivos interacionais.

Destarte, Braga (2012) coloca que os subsistemas de "produção" e "recepção" não abrangem toda a complexidade das interações. Dessa forma, há uma dificuldade em diferenciar "pontos iniciais" e "pontos de chegada" como algo estanque, o que mostra que a distinção de papeis entre "produtor" e "receptor" não é da "natureza" própria do processo interacional.

Isso pode ser observado mesmo nos processos midiáticos. A sociedade interage com a mídia a partir de um sistema de "interação social sobre a mídia" / "falas sobre a mídia". Tal sistema, possui uma circulação difusa e diferida. "Os sentidos midiaticamente produzidos chegam à sociedade e passam a circular nesta, entre pessoas, grupos e instituições, impregnando e parcialmente direcionando a cultura. Se não circulassem, não estariam 'na cultura'" (BRAGA, 2006, p. 27). Pensar "mídia" e "sociedade" de forma dual torna-se incongruente Segundo Lelo; Grohmann (2014), o papel da mídia no cotidiano dos indivíduos extrapola as interações pontuais e diretas com produtos midiáticos específicos de modo que as práticas interacionais envolvem recursos extraídos de processos midiatizados na constituição da trama social.

Portanto, pode-se afirmar que o caráter midiático do processo é mais uma questão de circulação da informação midiática do que contato com dispositivos. Como afirma Sodré (2002), os objetos técnico-midiáticos são mais que dispositivos técnicos de comunicação socialmente produzidos por uma lógica capitalista, porém, objetos acoplados a um fluxo comunicacional. Por estes dispositivos pode-se produzir uma ambiência onde se configura as relações sociais.

Fausto Neto (2010) apresenta que, num primeiro momento, os modelos comunicativos tradicionais tinham uma compreensão nula do conceito de circulação.

Assim sendo, a noção de circulação era condicionada de uma atividade tecno-discursiva deferida pelas instâncias de produção. Já, num segundo momento, a circulação foi visada como um terceiro elemento de ordem interdiscursiva, com predominância da enunciação. Por fim, agora a circulação já pode ser compreendida como "zonas de interação", seja enquanto dispositivos, seja enquanto espaços geradores de potencialidades.

Por meio da transformação das sociedades dos meios para uma sociedade em vias de midiatização, as mídias perpassam para uma situação em que não há apenas de sentido único – emissor e receptor. Na sociedade dos meios, os estudos sobre a recepção mostram que o receptor faz tantas coisas outras, distintas daquelas que são estimadas pelos produtores. Na sociedade em vias de midiatização o receptor é re-situado em outros papéis na própria arquitetura comunicacional emergente (FAUSTO NETO, 2010, p.6). O autor coloca que é possível dar um passo além das relações direta entre produtor e receptor. Nessa "nova ambiência", o receptor faz seguir adiante as reações ao que recebe. Isso se deve não apenas da presença de novos meios, mas também ao fato de que os produtos circulantes produzidos pela mídia de massa são retomados em outros ambientes, que vão além da situação de recepção.

Tal circulação se desenvolve das mais diversas formas, podendo ser: 1) a reposição do produto para outros usuários (modificado ou não); 2) a elaboração de comentários – desde os textos publicados ou as "conversas de bar" sobre um filme recém visto; 3) a uma retomada de ideias para gerar outros produtos (em sintonia ou contraposição); 4) a uma estimulação de debates, análises, polêmicas – em processo combativo; 5) a esforços de sistematização analítica ou estudos sobre o tipo de questão inicialmente exposta; 6) a circulação de mensagens manifestas nas redes sociais.

Isto posto, é possível dizer que são os processos de circulação que possibilitam interações sociais. Os processos midiáticos — e também não midiáticos, mas que não deixam de sofrer os efeitos da midiatização — acionam processualidades de circulação e criam relações, conexões sociais. A visão de fluxo comunicacional incorpora o sentido de circulação informacional, no tensionamento entre oferta e diversidade de usos e apropriações em operações de ressignificação de mensagens midiáticas.

A dromologia e a lógica da velocidade: um olhar histórico

Com o advento da modernidade, como aponta Berman (1986), instalou-se na sociedade uma multidão de processos sociais, entre eles as descobertas científicas, as

revoluções da indústria, as transformações demográficas, as formas de expansão urbana, os Estados nacionais, os movimentos de massa. No bojo desse processo, como observaram alguns autores, estamos sendo atingidos por fenômenos surpreendentes na maneira como a sociedade funciona. Rapidez, radicalização, velocidade, intensidade e alcance das mudanças denotam uma descontinuidade histórica (GIDDENS, 1991, 2002; BAUMAN, 2002).

É diante de uma aceleração desses processos que Virilio (1984; 1996) aborda uma questão interessante para um debate reflexivo que nos ajuda a compreender alguns fenômenos que estamos vivenciando na atualidade como a questão da desinformação. A velocidade, segundo o autor, acarreta mudanças consideráveis de estado e poder, ele postula em seus estudos, que a velocidade é igualmente um imperativo da modernidade, ao mesmo tempo uma forma simbólica de violência e exclusão. A fim de compreender o efeito da velocidade na sociedade, Virilio desenvolve o estudo da "dromologia". Termo cunhado pelo mesmo que visa compreender o estudo da velocidade, a lógica da corrida.

Pode-se se afirmar então que há uma equação fácil de entender e prática de ser vista. O valor percebido da riqueza é determinado pela velocidade. O autor considera que a velocidade é fator principal do advento da revolução política. Além de permitir o processo de produção se acelerar, ao mesmo tempo, é destruído esses processos em proporções iguais ou mesmos maiores. Dessa forma, a riqueza se norteia pela economia política, e a velocidade com que essas relações se entremeiam a essa lógica da corrida é capaz de articular velocidade e política.

Com evolução industrial (1760-1840), instaurou-se para muitas nações a necessidade de se tornarem cada vez mais velozes, gerando assim o acontecimento do mundo. Se antes, a noção de fronteiras era algo bem delimitado, com os avanços tecnológicos cada vez menos há uma delimitação das fronteiras. Ou seja, não há mais uma delimitação capaz de isolar nações. Este último muito se deu, por enorme influência, da revolução informacional e os movimentos globalizantes. "A cegueira da velocidade dos meios de comunicação da destruição não é uma libertação da sujeição geopolítica e sim o extermínio do espaço como campo da liberdade de ação política" (VIRILIO, 1984, p. 130).

Se antes da revolução industrial, para as sociedades pré-modernas os valores de fronteiras caracterizavam o modo de viver, de relacionar e de identificação (GIDDENS, 1991; 2002), com a lógica da corrida, as percepções do tempo e do espaço, antes tão extensas e progressivas, ganharam uma sensação mais intensa e volátil. O tempo agora se

reduz pela velocidade dos fatos, em consequência, como apresenta Virilio, o espaço é determinado pela velocidade vezes tempo. Ou seja, a velocidade é primordial na vida social. Silva (2014), ao estudar conceitos de Virilio, destaca que o urbanista verificou na diversidade dos elementos da velocidade e tempo que a principal preocupação é a importância política da velocidade e sua relação com o espaço por isso não se pode construir um espaço se não se reconhecer a função do tempo como fator questionável.

Dessarte, a dromologia é concebida como o estudo do impacto da velocidade dos transportes e das comunicações no desenvolvimento dos territórios e das cidades contemporâneas e a força exercida. Assim, trata-se de uma questão de poder. Uma questão de fator de mudança social. A velocidade marca fortemente a sociedade moderna. Silva (2014) destaca que o imperativo da velocidade que ora é celebrado como a promessa de rapidez, fez crer que a possibilidade do deslumbramento dos aparatos exerce forte sensação de realizar sonhos de consumo e ao mesmo tempo passa a ser quem conduz e avalia o poder. Mais uma vez se verifica que o tempo é valor social no mundo contemporâneo.

Por meio da velocidade, valor principal nas relações humanas na modernidade ou pós-modernidade, se torna capaz explicar os rumos de nossa civilização. Como aponta Silva, a lógica mais creditada é aquela que quanto mais rápido for o acúmulo, mais rápido será o descarte, pois o movimento se faz presente e em constante movimento para o novo. Já, para Virilio, quanto maior os fluxos de pessoas circulando, maior o poder sobre elas.

Com o advento da modernidade, o crescimento das TICs, de forma especial, com as possibilidades que a internet proporcionou para as sociedades contemporâneas, a lógica da velocidade nos transforma em sociedades dromocráticas. A governabilidade da velocidade (VIRILIO, 1996). O primeiro aspecto da dromocracia a ser observado está no âmbito dos vetores de movimentação geográfica de corpos, objetos e valores (materiais e simbólicos). Não por acaso, Virilio (1996, p. 55) registrou que a velocidade provém do mar. Trivinho (2005) dialoga com Virilio sobre o marco da questão marítima. Além disso coloca outros marcos importantes para a lógica da velocidade também para a questão terrestre e do ar.

Foi navegando pelo mar que as civilizações antigas, medievais e modernas, possibilitaram a difusão comercial e cultural. Desde as primeiras canoas escavadas, passando pelos navios a vela e posteriormente a vapor, chegando a veículos marítimos de grande porte como os transatlânticos e submarinos. No âmbito terrestre, tem-se primeiro o uso dos cavalos a pelo. Posteriormente, a invenção da roda e a domesticação do corpo

animal. Ambas as técnicas – a montaria selada e a roda (de madeira ou ferro) –, somadas, dão origem a carruagem de tração animal e da charrete urbana, chegando hoje a veículos de transporte cada vez mais velozes que rompem a barreira do tempo e espaço, transportando-nos em pouco tempo a distâncias enormes como carros velozes, e trens balas. Por fim, a exploração do espaço aéreo começa com a circulação do balão tripulado movido a ar quente, em sequência, a criação do avião e helicópteros e mais recentemente, por naves espaciais, estações interplanetárias e satélites de comunicação.

Entretanto, Virilio olha para todos esses avanços oriundos da lógica da velocidade também por outro aspecto. As invenções e as novidades emergidas pela modernidade que modificaram o comportamento da humanidade, agora cobram o seu preço. "Cada tecnologia produz, provoca, programa um acidente específico" (1984, p. 40). Para o autor, os desastres aéreos só foram possíveis devido a invenção dos aviões; já os desastres de trânsito a partir do surgimento dos meios de transporte terrestre, como os trens de ferro com os descarrilhamentos, entre outros. Ao pensar os avanços tecnológicos, nasce esse paradoxo. É sabido por todos os benefícios do crescente avanço das tecnologias, porém, elas trazem junto de si a criação do "museu dos acidentes". Diante disso, Virilio busca desmitificar a tecnologia como algo apenas bom ou positivo e, por isso, a ideia dos museus de desastres causados por essa mesma tecnologia chama atenção para a questão da velocidade e da aceleração de tudo que existe. Quanto mais veloz, maior será o acidente.

Assim, torna-se pertinente refletir lógica da velocidade no âmbito da comunicação. Souza (2018) aponta que com o advento da comunicação escrita se deu o início da dromologia comunicacional. Se antes, a comunicação escrita se deu (também) por meio da troca de correspondências desde o Egito Antigo, com a invenção da máquina de imprensa de Gutemberg, houve uma mudança significativa na relação de tempo/espaço da comunicação. Hoje, por meio da escrita digital, que praticamente eliminou a escrita manual, gera uma certa instantaneidade na troca de informação escrita. O avanço tecnológico das TICs tem gerado uma Comunicação em tempo real. Não que ela não existisse. Antes ela era feita face a face e não havia um rompimento significativo da relação tempo/espaço. Com a invenção da imprensa, do telégrafo, do rádio, da TV e da internet, a velocidade comunicacional foi se estreitando cada vez mais para uma comunicação em tempo real. São em segundos (ou milésimos de segundos) que separa um indivíduo de se informar e/ou comunicar em tempo real.

Tanto as mídias tradicionais e as novas mídias atuam numa corrida dromológica. Ao se olhar para a sociedade (hiper)midiatizada, podemos perceber essa lógica de forma mais intensa. As mídias digitais proporcionaram a cada indivíduo o papel de emissor. Se antes, existia uma relação emissor-receptor delimitada, hoje, por meio da velocidade oferecida pelos aparatos tecnológicos e o uso das novas mídias, qualquer indivíduo se torna capaz de emitir e transmitir um fato/acontecimento em tempo real. Ou seja, as TICs proporcionam a comunicação uma velocidade que modificou de forma significativa o modo de fazer informacional e comunicacional.

Na contemporaneidade, estamos inseridos em um contexto em que o hibridismo tecnológico se faz cada vez mais presente. Esse hibridismo também está presente nas esferas midiáticas e comunicacionais, que modificam constantemente o universo da cultura e consequentemente da sociedade. É por meio dessas transformações tecnológicas e midiáticas contemporânea, hoje estruturada em rede e consequentemente mais velozes, tem implicado na descentralização da comunicação em difusão dispersa e contínua. A grande maioria dos indivíduos, desde o início deste século tem experimentado tempos de interconexões, em uma dinâmica que rompe a lógica de tempo/espaço. Assim, também por meio da velocidade estamos inseridos em um tempo de intensa midiatização da sociedade, de redes que interligam máquinas e pessoas, de nuvens de informação.

Essa dinâmica de aceleração social do tempo também está presente no processo de produção simbólica jornalística. A corrida para dar conta da cobertura de (quase) todos os acontecimentos geram, como consequência, um excesso de informações. De forma mais enfática, é no ambiente digital que o jornalismo se atravessa pelas lógicas da cultura relacionadas a tecnologias capazes de reconfigurar o processo jornalístico começando pela produção, passando pela distribuição dos seus produtos e por fim, alcançando a periodicidade e nas dinâmicas da indústria da informação.

Aproximações possíveis

Diante dos conceitos aqui abordados, torna-se possível relacionar que a ideia básica que permeia a menção ao termo *fakenews* e o processo de desinformação está intrinsecamente ligada à existência de uma era de rápida velocidade de produção e circulação da informação. A lógica da produção das notícias – as formas tradicionais de organização, seleção, classificação e exclusão – são colocadas em xeque em um ambiente

no qual parece não haver mais qualquer autoridade estabelecida; ou seja, qualquer um pode dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto da maneira que bem entender.

Essa nova ambiência que rompeu a relação unilateral de emissor e receptor proporcionou que qualquer indivíduo consiga produzir notícia/informação. Muitas delas são produzidas sem nenhum critério, com potencial de se espalhar, de manipular as emoções e de realizar influência negativa. Com o advento e popularização da Internet, o mundo caminhou a passos rápidos em termos de interconexão. O crescimento das TICs e o acessos a elas geraram uma revolução na maneira como a sociedade se informa e se comunica. Agora, com o envio de mensagens instantâneas e serviço de voz e vídeo em nível global, a sociedade é marcada por um modelo em que qualquer pessoa pode produzir e compartilhar conteúdo com qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo.

Aqui não se pretende postular que a internet e o crescimento das mídias sociais inventaram o fenômeno da desinformação, entretanto, pode ser observado que elas criaram um ambiente propício para que houvesse uma difusão em massa de notícias falsas, em velocidade nunca antes vista na história da humanidade. A chamada "era da informação" fez emergir a sobrecarga da informação. O processo de circulação existente como elemento fundante da midiatização faz-se produtivo na medida em que o processo enfatiza o caráter de interação social, possibilitando perceber como os indivíduos produzem suas gramáticas discursivas ou suas conversações na relação com dispositivos midiáticos. Nesse contexto, a sociedade e seus indivíduos imergem na obrigação de estarem constantemente conectados e atualizados diante de uma necessidade generalizada de dar conta de todos os acontecimentos. Assim, as informações não são mais filtradas e o excesso de informação que recebe um indivíduo não permite processar todo o conteúdo.

Por fim, aqui não se pretende esgotar a discussão, pelo contrário, este artigo busca trazer aproximações com os debates já existentes sobre o termo. Assim, vale a pena destacar algumas características observadas neste texto que contribuem para a desinformação e *fakenews* na contemporaneidade. A primeira está ligada à lógica da circulação. A possibilidade de qualquer um jornal, portal e blog de forma independente acelera o processo de difusão de informação nas redes, sejam obedecendo a lógica tradicional de produção do jornalismo ou não. A segunda se associa entre midiatização e circulação, dado pelo uso massificado das redes sociais como Twitter, Facebook e Whatsapp como fonte primária de informação e pela influência dos algoritmos que segmenta/direciona o usuário para conteúdos próximo a sua bolha social. Seguindo a mesa associação, o terceiro está relacionado com a interconexão massiva, em que permite

que várias pessoas sejam atingidas por uma publicação. E aqui cabe a ligação com a lógica da velocidade, pois tal comportamento alcança velocidades de disseminação e compartilhamento, que muitas vezes uma notícia não alcança. E a questão do anonimato e do distanciamento do outro proporcionado pela rede, facilitando e intensificando todo o processo.

Referências

ALVES. M. A.; MACIEL, E. H. O fenômeno das *fakenews*: definição, combate e contexto. **Internet & Sociedade**. São Paulo, n. 1, v. 1, p. 144-171, fev. 2020.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A; ARAÚJO, D; BRUNO, F. (orgs.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 141-167.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; e JACKS, N. (orgs.). **Mediação e midiatização**. Livro Compós, 2012. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

BRAGA, José Luiz. Circuitos de comunicação. In: BRAGA, J. L., et al. (org.). **Matrizes interacionais:** a comunicação constrói a sociedade. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

CARLON, Mário. Público, privado e íntimo: el caso Chicas bondi y el conflicto entre derecho a la imagen y libertad de expresión en la circulación contemporánea. In: CASTRO, P. César (org.). **Dicotomia público/privado:** estamos no caminho certo? Maceió: EDUFAL, 2015. p. 211-232.

FAUSTO NETO, Antônio (org.). **Midiatização e processos sociais** – aspectos metodológicos. Santa Cruz: Edunisc, 2010.

FAUSTO NETO, Antônio. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antônio; VALDETTARO, Sandra (orgs.) **Mediatización, sociedad y sentido:** diálogos entre Brasil y Argentina. Rosario, Argentina: Universidad Nacional de Rosario, 2010, p. 2-15. Disponível em:

http://www.fcpolit.unr.edu.ar/wpcontent/uploads/Mediatizaci%C3%B3n-sociedad-y-sentido.pdf. Acesso: 12 set. 2020.

FAUSTO NETO, Antônio. **Midiatização**: prática social, prática de sentido. Bogotá: Seminário Mediatização, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOMES, Pedro Gilberto. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, mai./ago. 2016.

HEPP, Andreas; HASEBRINK Uwe. Interação humana e configurações comunicativas: transformações culturais e sociedades midiatizadas. **Parágrafo**. São Paulo. v. 2, n. 3 jul./dez. 2015.

HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. In: **MATRIZes**, São Paulo, n. 2, p. 53-91, 2012.

LELO Thales Vilela; GROHMANN Rafael. A diversidade do conceito de circulação nos estudos em Comunicação. **ECCOM**, Lorena, v. 5, n. 9, jan./jun. 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 6ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

PRAZERES, M.; RATIER, R. O *fake é fast*? Velocidade, desinformação, qualidade do jornalismo e media literacy. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Santa Catarina, vol. 17, nº 1. p. 1-10, jan./jun. 2020.

SILVA, Mario Finotti. **Dromologia, dromocracia no contexto da civilização cibercultural:** a velocidade como imperativo da vida social. 105 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação. São Paulo: Universidade Paulista, 2014.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho:** uma teoria da comunicação linear em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Paulo de Tarso. Dromologia: o lugar do imediato na comunicação. In: **III Jornada Internacional do GEMinIS**, 2018. São Carlos/SP: UFSCar. p. 1-14.

TRIVINHO, E. Dromocracia, cibercultura e transpolítica: contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. In: **XIV Encontro Anual da COMPÓS**, Livro de Resumos, 2005, Niterói/RJ, p. 85-86. VERÓN, Eliseo. **Interfaces. Sobre la democracia audiovisual evolucionada**. Barcelona: Ed. Gedisa, 1992.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZes**. São Paulo, v. 8, nº 1, p. 13-19, jan./jun. 2014.

VIRILIO, Paul. **Guerra pura.** A militarização do cotidiano. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

Epílogo

Contra apartheids algorítmicos

Jhonatan Mata

Olhos coloridos sempre nos fizeram refletir. Nosso Encontro Nacional de História da Mídia 2021 jogou luz neon sobre a necessidade urgente de repensar as imagens para além do gesto individual. Imagens como construção coletiva, frutos enxertados de uma multidão mediatizada. Imagens que também dependem das cores dos sons no rádio, do sabor das palavras no papel do jornal. E de tantas outras sinestesias possíveis. A força parece residir na coletividade, dessa multidão capilarmente misturada, nas telas e fora delas. Confinados, viramos uma multidão no *zoom*, o *software* moderno e a clássica técnica. Uma multidão no *zoom*. Teleconferida, mas também ampliada, mirando todos os nossos avanços e retrocessos nos debates sobre racismos, violências e resistências. Tão longe e tão perto.

Nestes três dias, a *rapper* – mulher negra – nos deu "Fôlego" por meio da música, que é ar. Arte começa com ar. Vimos antenas nas igrejas, metáfora e indireta para um Brasil que precisa respeitar a fé de muitos e o Estado laico de todos. Latino-americanos, ouvimos Argentina, México, Uruguai e muitos outros países. Reforçamos que somos uma Rede, tecida por linhas de texturas e cores sortidas. E forte! Tivemos a sorte de ver o negro no tempo, no fuso do Canadá, nos reorientando enquanto seres humanos. Numa semana especial, em que recebemos a notícia de que Carolina Maria de Jesus e outras 4 personalidades negras históricas serão homenageados com estátuas na cidade de São Paulo, nosso evento se perfumou com Flores de Ébano dinâmicas. A partir delas, compreendemos que a escrita de si é uma prática de liberdade. O quarto de despejo é, na verdade, um jardim. Um caminho, ainda que espinhoso, na luta pela conquista e ampliação de direitos.

Num exercício de trava-línguas, terror de todo orador, fomos convidados a RACIOCINAR mais. A RACIONALIZAR mais. E a parar de RACIALIZAR o ódio e a violência. Entre o eu e o outro, entre Juiz de Fora e Cabo Verde, nos aglomeramos na tentativa de ser uma espécie de antivírus. Contra apartheids algorítimicos, branquitudes narcísicas. Contra as imagens obsessivas e monocórdicas sobre a escravatura, sempre no

mesmo tom de pele, inclusive. Nosso encontro termina com o clamor para que nos reconheçamos enquanto coletividade. Essa coletividade que tanto faz falta por quase dois anos de confinamento em função de uma pandemia. Esse confinamento que, pra muitos, dura ou durou uma vida toda, por causa de cor. Por causa de cor. Na voz de um coletivo chamado "Sararau crioulos" revigoramos os olhos coloridos com juventude e poesia. Quando se expressam, Igor e DaLagoa ecoam a voz de muitos. A ideia de coletivo trata de pessoas em camadas. A começar pelo nome, que remete à canção imortalizada na voz da rainha da *soul music* brasileira, Sandra de Sá. E composta por Macau, que criou a linda letra-desabafo enquanto chorava em frente ao mar do Leblon, depois de uma prisão injusta creditada ao racismo.

No Instagram, rede do hoje que amanhã virará memória, o Sararau se define com precisão: "um grupo de poetas que vive o que escreve". Que tenhamos, todos, desfecho filosófico semelhante. E que nossos artigos, palavras e debates deixem a multidão baratinada, querendo imitar. Imunidade anti-rebanho. E que a gente viva o que escrever. E que a gente viva!

Minibio dos Autores

Ana Carolina Ronchi. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS-UFES). Bolsista CAPES/DS. Graduanda em História (licenciatura) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestra em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo. Jornalista (Universidade Vila Velha – UVV). E-mail: ronchianacarolina@gmail.com

Ana Regina Rêgo. PPGCOM-UFPI. Jornalista. Especialista em Ciências Humanas pela PUC-RS. Mestre e Pós-Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Doutora em Processos Comunicacionais pela UMESP com estágio de Doutorado na UAB-ES. Ex-Presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR). Coordenadora NUJOC-PPGCOM-UFPI-CNPQ. Professora do PPGCOM-UFPI. E-mail: anareginarego@gmail.com

Ana Resende Quadros. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF) na linha de Mídias e Processos Sociais. Mestra em Comunicação pela UFJF e graduada em Comunicação Social — Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Alexandra Martins Vieira. Bacharel em Produção Editorial e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Atua no mercado realizando projeto editorial, diagramação e produção gráfica de livros, materiais impressos e digitais. Além disso, faz parte da +A Educação, no qual é Assistente Editorial do Grupo A. E-mail: alexandramartinsvieiraa@gmail.com

Christina Ferraz Musse. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora titular do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), líder do Grupo de Pesquisa/CNPq Comunicação, Cidade e Memória (Comcime). Participa da Rede de Pesquisa Jornalismo, Imaginário e Memória (JIM) e da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (Telejor). Presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar). E-mail: cferrazmusse@gmail.com

Cristiano Otaviano. Professor Adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Jornalista, mestre em Semiologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutor e Pós-Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: cristianojornalismo@ufsj.edu.br

Denise Carvalho. Pesquisadora PNPD/CAPES vinculada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM/UFRN). Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Integrante dos grupos de pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia: teorias, linguagens, indústrias culturais e cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRAGMA/UFRN), Laboratório de Práticas e Poéticas Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (VISU/UFRN) e do Laboratório de Identidades Digitais e Diversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LIDD/UFRJ). E-mail: denisecarvalho@alumni.usp.br

Diana Kelly Farias de Campos. Graduada em Jornalismo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro. Trabalha em Assessoria de Imprensa na Contextual Comunicação. E-mail: camposkdiana@gmail.com

Frederico Ranck Lisboa. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Jornalista formado pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Cofundador do Faz teu Livro – Oficina de Autonomia Literária, projeto de produção de livros cartoneros em escolas de São João del-Rei (MG) e região. Pesquisador interessado nos movimentos de um movimento. E-mail: fredericorlisboa@gmail.com

Gabriela Isaias de Sousa. Jornalista, fotógrafa documental, escritora e pesquisadora. Doutoranda e mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ, graduou-se em Jornalismo na mesma instituição. Pesquisa sobre identidades culturais e estéticas da diáspora africana. Seus estudos são afrocentrados e focados em mulheres negras. Email: igabrielasousa@gmail.com

Guilherme Carvalho. Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2019). Doutor pela Unesp e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do

Paraná. Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo Sindical e na área de Assessoria de Imprensa. Atualmente é professor e coordenador do curso de Jornalismo do Centro Universitário Uninter e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG. Também é vicepresidente da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej).

João Figueira. Doutor em Ciências da Comunicação e professor auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde dirige, atualmente, o mestrado em Jornalismo e Comunicação. É autor de vasta bibliografia — livros, capítulos e artigos científicos — em publicações editadas em Portugal, Espanha, Reino Unido e Brasil. História do jornalismo e dos media; as relações entre jornalismo e a política; as transformações profissionais do jornalismo; a censura à imprensa; e o populismo político-mediático constituem tópicos sobre os quais investiga e escreve e que mais o interessam neste momento.

Juliana Cristina Gobbi Betti. (Girafa/UFSC) — Doutora e mestra em Jornalismo pelo PPGJor/UFSC, pós-graduada em Filosofia e Direitos Humanos pela PUC-PR e jornalista graduada em Comunicação Social — Jornalismo pela Metodista-SP. Integra o Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC). Atualmente, coordena oGT História da Mídia Sonora da Alcar. jugobbibetti@gmail.com

Juliana Oliveira dos Anjos. Pós-graduanda em Mídias Digitais e Gestão de Conteúdo e graduada em Jornalismo na ESPM Rio. E-mail: jolianjos@gmail.com

Karina Janz Woitowicz. Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo Cultural e Folkcomunicação e do projeto de extensão Cultura Plural. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq. E-mail: karinajw@gmail.com

Klaus'Berg Nippes Bragança. Professor adjunto do curso de Cinema e Audiovisual da UFES. Doutor em Comunicação pelo PPGCOM-UFF e Pós-Doutor pelo PPGCOM-UERJ. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Imagem e Afeto –

CIA/UFES. Autor do livro *Realidade perturbada: corpos, espíritos, família e vigilância no cinema de horror* (Appris, 2018). E-mail: klausbraganca@ymail.com

Luana de Paula Reis. Estudante de Jornalismo na Escola de Comunicação da UFRJ. E-mail: luanadepaulareis@outlook.com

Luana Viana. Chefe da Divisão de Rádio da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com estágio doutoral na Universidade do Minho (Portugal), Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Membro do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (PPGCOM/UFOP), Laboratório de Mídia Digital (PPGCOM/UFJF) e Núcleo de Estudos em Rádio (PPGCOM/UFRGS). E-mail: lviana.s@hotmail.com

Luizete Vicente da Silva. Universidade Federal do Ceará (UFC). Jornalista, especialista em Gestão Estratégicas em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Faz parte do grupo de estudo Mídia, Política e Cultura. Desenvolve pesquisas nas áreas de mídias sociais, políticas públicas e relações étnicoraciais. E-mail: luizetevicentesilva@gmail.com

Márcia Vidal Nunes. Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professora titular aposentada, atuando como professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), através do PROPAP/UFC (Programa Especial de Participação de Professores Aposentados da UFC). Desenvolve pesquisas nas áreas de mídia, cidadania, radiojornalismo, políticas públicas e movimentos sociais. E-mail: marciavn@hotmail.com

Márcio Henrique de Oliveira. Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); pós-graduado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); graduado

em Educação Artística pela UFJF. Supervisor de Comunicação e Apoio à Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, da Inovação e Competitividade (Sedic) da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: mhojfmg@gmail.com

Márcio Ribeiro Ferreira Rosa. Graduando em Publicidade e Propaganda pela UNIPAC. Participou do projeto de Iniciação Científica "Um rio que passou por nossa história: os primórdios da publicidade barbacenense no jornal O Parahybuna". E-mail: ribeiromarcio007nse@gmail.com

Maria Helena Denck Almeida. Estudante do terceiro ano do curso de Bacharelado em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa, bolsista de iniciação científica pela Fundação Araucária desde 2020 e integrante do grupo de pesquisa Jornalismo Cultural e Folkcomunicação. E-mail: denckalmeidamh@gmail.com

Marialva Barbosa. Professora titular da ECO-UFRJ e do PPGCOM UFRJ. Doutora em História pela UFF. Pesquisadora do CNPq. E-mail: marialva153@gmail.com

Mariana Ferraz Musse. professora universitária e produtora audiovisual. Doutora em Comunicação pela Universitat Pompeu Fabra (Espanha), mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestre em Documentário e Sociedade pela ESCAC (Escuela Superior de Cinema y Audiovisuales de Cataluña) e graduada em Comunicação pela UFJF. Docente da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ) e da Universidade Estácio de Sá. Desenvolve cursos de curta duração sobre desenvolvimento de ideias, *storytelling* e audiovisual para a internet pela plataforma que criou, intitulada Projeto Revoada. Membro do Grupo de Pesquisa/CNPq Comunicação, Cidade e Memória (Comcime).

Marina dos Santos Franco. Graduada em Publicidade e Propaganda pela UNIPAC. Laureada no 6º Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia. E-mail: marina.franco02@gmail.com

Marina Judiele dos Santos Freitas. Bacharel em Produção Editorial e Mestranda em Comunicação Social da Linha de Mídias e Identidades pela Universidade Federal de Santa Maria. Ilustradora, Diagramadora e Designer Gráfico para a produção de materiais

digitais e impressos. Atualmente atua como bolsista do programa CAPES na realização de pesquisa acadêmica do programa POSCOM da UFSM. E-mail: marinafreitas.js@gmail.com

Pedro Carvalho Oliveira. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, por onde também se titulou como mestre. Atuou como professor substituto da mesma instituição universitária, na qual atua pelo Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo-UEM) e pelo Grupo de Pesquisa Política, Estado e América Latina (GPPEAL-UEM). É autor dos livros De Washington ao Nordeste brasileiro: política externa e desenvolvimento na Guerra Fria (1947-1964), Terra Seca, Guerra Fria: as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso e O som do ódio: uma história do rock neofascista e dos neofascismos no tempo presente.

Pedro Ernesto Fagundes. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Professor permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS-UFES). Bolsista de Produtividade da FAPES (Bolsa Pesquisador Capixaba). Integra a Rede de Investigação Direitas, História e Memória. E-mail: pefagundes@uol.com.br.

Paulo Roberto Figueira Leal. professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACOM-UFJF). Doutor e mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), jornalista graduado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). E-mail: pabeto.figueira@uol.com.br

Ricardo Matos de Araújo Rios. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e pela Universidade de Coimbra (Portugal), e doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente é professor do curso de Publicidade e Propaganda da UNIPAC, de Barbacena. Também foi vencedor do Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia, promovido pela ALCAR, em 2015, além de ser laureado pelo mesmo Prêmio em 2013 e 2021. E-mail:ricmrios@gmail.com

Samara dos Santos Machado. Universidade Federal de São João del-Rei. Bacharelanda do curso de Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Atuou como estagiária na Assessoria de Comunicação da mesma instituição e foi coordenadora do Centro Acadêmico de Comunicação por duas eleições consecutivas. Pesquisa sobre objetos de mídia, comunicação em rede, fã-ativismo, entre outras questões. E-mail: samara.santos.machado@gmail.com

Sophia Lyrio Hermanny. Estudante de jornalismo na escola de comunicação da UFRJ. Acredito na potência transformadora do olhar. E-mail: sophia.hermanny@discente.eco.ufrj.br

Taianne de Lima Gomes. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Relações Públicas e Jornalista. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Estudos da Mídia, pela UFRN. Pós-graduada em Gestão Estratégica da Comunicação, pela FACHA, e em Assessoria de Comunicação, pela UNIFOR. E-mail: taiannegomes@hotmail.com

Thais Micaelle Ferreira Guimarães. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisadora do NUJOC-PPGCOM-UFPI-CNPq. Possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela UFPI (2017). Mestrado em Comunicação na UFPI (2020 – em andamento). Pesquisa nas áreas de história da imprensa; imprensa alternativa; hermenêutica da consciência histórica. E-mail: thaismicaelle@gmail.com

Theresa Medeiros. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Comunicação pela PUC-Rio. Docente da Faculdade de Comunicação da UFJF, do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens — PPGACL/UFJF e do IMACS — International Master in Cinema Studies. Membro dos Grupos de Pesquisa Conteúdos Transmídia, Convergência de Culturas e Telas — IAD/UFJF e Comunicação, Cidade e Memória — FACOM/UFJF. E-mail: theresa.medeiros@ufjf.br

Vânia Coutinho Quintanilha Borges. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutoranda em Comunicação e Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e

Comunicação em Saúde (PPGICS/ICICT/Fiocruz) e Mestre pelo mesmo PPG. Psicóloga com experiência em nas áreas de Comunicação e Saúde e Psicologia, com ênfase em dependência química, políticas públicas e saúde coletiva. E-mail: vaniacqborges@gmail.com

Willian José de Carvalho. Doutorando em Comunicação PPGCOM-UFJF. Formado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de São João del-Rei, atualmente é assessor parlamentar na Câmara Municipal de São João del-Rei. Possui pesquisas nas áreas de Comunicação e Política, Identidade, Desinformação e Jornalismo Impresso. É autor do livro *A mineiridade em questão: um estudo sobre a (des)construção de Aécio Neves*. E-mail: wjcjornalismo@gmail.com

Yasmim Ribeiro dos Santos. Pós-graduanda em Comunicação Estratégica e Branding na ESPM-Rio e descobriu seu interesse por mídia sonora ainda na graduação, durante um estágio na rádio Bandnews FM. Atualmente trabalha como assessora de imprensa na Approach Comunicação. E-mail: yasmim.jornalismo@gmail.com

Yasmin Winter. PUC-Minas. Pós-graduanda em Revisão e Preparação de Textos pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (IEC – PUC-Minas). Jornalista graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: yasminlwinter@gmail.com



